

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Francisco de Assis Mendonça

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

História: Questões & Debates, ano 38, volume 69, n. 2, jul./dez. 2021
Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR e da
Associação Paranaense de História (APAH)

Editora

Priscila Piazzentini Vieira.

Conselho Editorial

Marion Brepohl (Universidade Federal do Paraná, Presidente do Conselho), Álvaro Araújo Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná), Ana Silvia Volpi Scott (Universidade Estadual de Campinas), Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), André Macedo Duarte (Universidade Federal do Paraná), Antonio Cesar de Almeida Santos (Universidade Federal do Paraná), Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade Estadual de São Paulo), Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (Universidade de Lisboa), Claudia Rosas Lauro (Pontificia Universidade Católica do Peru), Claudine Haroche (Universidade Sorbonne), Christian Laval (Universidade Paris Nanterre), Euclides Marchi (Universidade Federal do Paraná), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade Estadual de São Paulo), José Manuel Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa), Luiz Carlos Villalta (Universidade Federal de Minas Gerais), Márcio Sergio Batista Silveira de Oliveira (Universidade Federal do Paraná), Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Maria Elena Barral (Universidad Nacional de Luján), Maria Laura Rosa (Universidad de Buenos Aires), Marilene Weinhardt (Universidade Federal do Paraná), Montserrat Duch Plana (Universidad Rovira i Virgili), Orazio Irrera (Universidade Paris 8), Pablo de la Cruz Dias Martinez (Universidade de Salamanca), Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas), Philippe Sabot (Universidade de Lille), Sergio Odilon Nadalin (Universidade Federal do Paraná), Roseli Boschilia (Universidade Federal do Paraná), Renato Augusto Carneiro Júnior (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná), Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim)

Endereço para correspondência

História: Questões & Debates
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar
80060-150, Curitiba/PR
Tel.: +55 (41) 3360 5105
<http://revistas.ufpr.br/historia>

Revisão e Diagramação:

Programa de Apoio à Publicação Científica Periódica da
Universidade Federal do Paraná

Capa:

Marina Rago

Créditos da obra da capa:

Hoje todos devem amar: um sonho do Léry, 2012
(detalhe da grelha) de Ana Miguel
Foto: Wilton Montenegro

Os textos da revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional,
Podendo ser reproduzidos, citados e distribuídos, desde que com a devida
atribuição de autoria e para fins não comerciais.

Indexada por Ulrich's, Latindex, Periódicos CAPES, IBICT, RCAAP,
PubMed e Medline (artigos relacionados com a história da saúde)



Sistema Eletrônico de Revistas - SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,
1980.

Volume 69, n. 2, jul./dez. 2021

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

PUBLICADA NO BRASIL

PUBLISHED IN BRAZIL

Curitiba, 2021

SUMÁRIO

7 Apresentação do dossiê

Apresentação do dossiê Ascensão e queda do paraíso tropical
Margareth Rago e Mauricio Pelegrini

DOSSIÊ – Ascensão e queda do paraíso tropical

- 12** “*Orbis minima pars est Europa*”: Humanismo erasmiano, *respublica christiana* e as raízes não europeias da Europa
“*Orbis minima pars est Europa*”: *Erasmian humanism, respublica christiana and the non-European roots of Europe*
Rui Luis Rodrigues

- 41** Fora do Paraíso
Out of Paradise
Jorge Coli

- 55** O solo do paraíso
The soil of paradise
Edson Passetti e Gustavo Simões

- 75** Corpos, gêneros e sexualidades em disputa no Brasil contemporâneo:
Bolsonarismo *versus* Tropicalismo
Bodies, genders and sexualities in dispute in contemporary Brazil: Bolsonaroism versus Tropicalism
André Duarte e Maria Rita de Assis César

- 96** Racismo acadêmico e seus afetos
Academic racism and its affections
Mariléa de Almeida

- 110** Ditadura, Direitos Humanos e Arqueologia
Dictatorship, human rights and Archaeology
Pedro Paulo A. Funari e Andrés Zarankin

- 137** Condomínio fechado: paraíso cínico
Private condominium: cynical paradise
Tony Hara e Gabriel José Pochapski

Artigos

- 155** Desertificação em Gilbués – Piauí sob a ótica da história ambiental
Desertification in Gilbués – Piauí under the perspective of environmental history
Dalton Melo Macambira e Jaira Maria Alcobaça Gomes
- 188** Aquém e além de *O negro no futebol brasileiro*: Uma releitura da obra do jornalista esportivo Mário Filho entre os anos 1940 e 1960
Below and beyond O negro no futebol brasileiro: A reinterpretation of the work of sports journalist Mário Filho between the 1940s and 1960s
Bernardo Borges Buarque de Hollanda
- 220** Representações do desenvolvimento nas páginas da *Série Realidade Brasileira*: fascículos sobre a Amazônia
Representations of development on the pages of Série Realidade Brasileira: fascicles about Amazon
Eduardo de Melo Salgueiro

Resenhas

- 251** A usina de Itaipu e o Brasil rural
The Itaipu Dam and the Rural Brazil
Micael Alvino da Silva
- 257** Um Raio-X da elite charqueadora pelotense do século XIX
An X-ray of the 19th century Pelotas City elite
Daniel de Souza Lemos
- 264** Margareth Rago e “*As marcas da pantera*”: por uma história filógina e libertária
Margareth Rago and “The marks of the panther”: for a philoginal and libertarian history
Paloma Czapla

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ ASCENSÃO E QUEDA DO PARAÍSO TROPICAL

A imagem do Brasil como “paraíso tropical” tem uma longa história, como mostram os conhecidos estudos dos prestigiados intelectuais Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda e, posteriormente, os trabalhos de Ronaldo Vainfas, de Ronald Raminelli e de Richard Parker, entre outros.¹ Desde os inícios da colonização, apontam esses autores, os europeus perceberam os povos nativos como indolentes e preguiçosos, desrespeitando suas tradições e negando violentamente seus modos de existência. Não foi muito diferente a imagem que construíram dos negros e das negras africanos, aqui trazidos pelo tráfico negreiro para substituir o trabalho indígena, segundo a triste e nefasta imaginação cristã dos colonizadores europeus.

Sensualidade, docilidade, preguiça e irracionalidade foram atributos construídos pelo racismo estrutural para nomear negros/as e indígenas, no Brasil, o que vem sendo fortemente denunciado em nossos dias, por vários autores e autoras, desdobrando críticas profundas trazidas por pioneiras como Lélia Gonzalez e Suely Carneiro. Nos anos de 1990, Richard Parker estranhava a maneira pela qual os brasileiros se percebiam e não apenas eram percebidos, a partir da imagem da sensualidade à flor da pele. Assim, o antropólogo estadunidense questionava a imagem de “povo sensual” com que se viam ou eram vistos os brasileiros, assim como o mito da “democracia racial”, que Thomas Skidmore denunciara, desde a década de 1960, seguido por muitos outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros.²

Ainda assim, por muito tempo, o Brasil foi e talvez continue sendo visto como o país do carnaval, do samba, do corpo, da alegria, das “mulatas sensuais”, em contraste com a rígida moralidade europeia e com o puritanismo estadunidense, o que implica conjuntamente a noção de irracionalidade e de incapacidade política de autogerir-se. Estultos, os brasileiros não se vinculariam fortemente à tradição e deixar-se-iam levar

1 FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936.; HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.; VAINFAS, R. *Trópico dos pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; RAMINELLI, R. *Imagens da Colonização*. A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996; PARKER, R. *Corpos, Prazeres e Paixões*. Rio de Janeiro: Editora Best-Seller, 1993.

2 SKIDMORE, T. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

pelo vento, ficando à mercê dos acontecimentos imediatos, sem conseguirem definir um projeto próprio de vida em sociedade e de política, entre outras dimensões existenciais. Em consequência, entende-se que os brasileiros precisam continuamente ser conduzidos, e conduzidos por mãos firmes e fortes. A justificativa para a ditadura civil-militar ganhou forma nesses termos, na década de 1960, causando imensos prejuízos e destruições coletivas, individuais, físicas, emocionais e psíquicas, como sabemos hoje por uma ampla literatura de denúncia e pelo intenso trabalho de ativistas, de ex-presos/as políticos/as, de parentes, filhos ou amigos, preocupados em documentar e dar visibilidade às inúmeras formas de violência cometidas no período ditatorial, chegando ao extermínio físico de muitos opositores políticos e à eliminação de seus rastros corporais.

Em nossos dias, o mito do Paraíso Tropical e todas as representações imaginárias que o envolvem desmoronam rapidamente, à medida em que se acentuam tendências políticas, sociais e culturais profundamente retrógradas, misóginas e perversas, arraigadas em nossa cultura desde sempre, e que se fizeram notar mais explicitamente ao longo do período autoritário e durante o momento conhecido como redemocratização.

Mais recentemente, a pandemia que assolou o mundo acelerou o processo de desagregação social no Brasil, resultante da trágica situação política em que vivemos, desde a ascensão de grupos neofascistas ao poder e da escalada neoliberal. Sofisticadas análises têm atentado para a expansão da racionalidade neoliberal por todo o social, o que Wendy Brown, inspirada na crítica ao neoliberalismo realizada por Michel Foucault, em *Nascimento da Biopolítica*, denomina de “economização do social”, ou extensão da lógica do mercado para se pensarem todas as dimensões da vida humana, inclusive nas relações afetivas e familiares.³

Sem dúvida alguma, já não temos como nos ver, nem sermos vistos, como o país paradisíaco e, muito pelo contrário, constatamos a violência crescente tanto nas formas de exploração do trabalho quanto no racismo e sexismo estruturais, que marcam fortemente as relações cotidianas, na opressão de gênero, na destruição das florestas e das matas, no genocídio que afeta as populações indígenas, negras, transexuais, pobres, periféricas e

3 BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone, 2015; FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

na perseguição homofóbica às “minorias”, em todo o país.

Assim sendo, tendo em vista discutir e historicizar a ascensão e a queda do mito do “paraíso tropical” atribuído ao Brasil, construído e refinado ao longo de séculos, realizamos o seminário “Ascensão e Queda do Paraíso Tropical”, no SESC – Centro de Pesquisa e Formação de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, entre 20 de outubro e 12 de novembro de 2020. O evento reuniu intelectuais prestigiados de diversas universidades e áreas, entre historiadores, filósofos, sociólogos, psicanalistas, feministas, anarquistas, marxistas e pós-estruturalistas, que se destacam por suas instigantes e originais reflexões sobre o Brasil, ontem e hoje.

Apresentamos agora o resultado desse intenso trabalho de reflexão e discussão, publicando parte dos textos na **Revista História: Questões e Debates**, n. 69, vol. 2, da Universidade Federal do Paraná e da Associação Paranaense de História, e no livro a ser publicado em breve pela Editora Intermédios (SP). Iniciamos o dossiê da Revista com “*Orbis minima pars est Europa: Humanismo erasmiano, respublica christiana e as raízes não-europeias da Europa*”, em que o historiador Rui Luis Rodrigues revisita alguns textos de Erasmo de Roterdã, buscando compreender sua concepção de Europa, que, segundo ele, se formara a partir de múltiplas fontes, como “a Palestina dos evangelhos, a Síria helenizada de Luciano de Samósata ou a África de Agostinho e Orígenes”.

Em “Fora do Paraíso”, Jorge Coli analisa a produção de artistas que participam da construção do imaginário social do Brasil como “paraíso tropical” e, ao mesmo tempo, nos mostra que, se a grande maioria de artistas excluiu os negros em seus trabalhos artísticos, outros, como Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret, retrataram uma realidade cotidiana que nos permite conhecer de maneira mais precisa os povos nativos e seus costumes, no país.

Já os trabalhos de Edson Passetti e Gustavo Simões e de André Duarte e Maria Rita de Assis César apontam para a crítica desse imaginário, seja por anarquistas, no caso de “Solo do Paraíso”, seja pelo Tropicalismo, no segundo texto, intitulado “Corpos, gêneros e sexualidades em disputa no Brasil contemporâneo: Bolsonarismo versus Tropicalismo”. Destacam o movimento estético-político que, cinquenta anos atrás, vislumbrava outros modos de interpretar o corpo, a sexualidade e o gênero, subvertendo as concepções retrógradas, misóginas e racistas dominantes. O que parecia página virada, no entanto, mostram os autores, vêm à tona, no presente, com as forças represadas dos grupos de direita e de extrema-direita na

forma do bolsonarismo, que certamente se refere muito mais do que à política institucional. Nessa direção, destaca-se, ainda, o texto de Marilea de Almeida, “Racismo acadêmico e seus afetos”, em que evidencia, a partir de uma triste experiência pessoal, a violência dos ataques racistas mesmo em meios universitários de esquerda.

Finalmente, Pedro Paulo Funari e Andrés Zarankin, em “Ditadura, Direitos Humanos e Arqueologia”, nos mostram a importância política da Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina, que, com suas escavações, testemunha praticamente a tortura e a eliminação dos corpos de opositores políticos, em momentos como a ditadura civil-militar de 1964-1985, no Brasil, para além de outras formas do exercício do controle autoritário dos corpos.

Encerramos este dossiê com o artigo “Condomínio fechado: paraíso cínico”, de Tony Renato Hara e Gabriel José Pochapski, em que analisam a formação histórica do espaço do condomínio, tão conhecido na atualidade, que se pauta pela ideia do paraíso, mas que se transmuta na produção de subjetividades muito avessas à ética e à verdade, ao contrário do que pregavam os cínicos na Antiguidade.

Esperamos, com essas publicações, contribuir para que a crítica desse imaginário cultural tão nocivo e estigmatizador possa abrir espaço para a emergência de outros modos de pensar, inclusive dos que já existem em nosso repertório político, assim como para a invenção de outras contracondutas e para a criação de formas de existência mais horizontalizadas, libertárias, filóginas e solidárias. Fazendo coro às palavras do cineasta Karim Aïnouz, em entrevista realizada pelo Instituto Moreira Sales, em 2020:

“Acredito que essa pandemia deveria também anunciar o fim daquele mundo, não dá para ‘voltar ao normal’ porque o que vivíamos não era normal. É isso que desejo, que a ruína seja a ruína do sistema que vivemos hoje e que o futuro aponte para a superação do que está dado.”

Margareth Rago e Mauricio Pelegrini
(Departamento de História - IFCH - UNICAMP)

Esta edição da **História Questões & Debates** ainda conta com as contribuições de três artigos, que compõem a sessão livre da Revista. Em “Desertificação em Gilbués - Piauí sob a ótica da História Ambiental”, Dalton Melo Macambira e Jaíra Maria Alcobaça Gomes estudam a história da desertificação em Gilbués, localizado no sudoeste piauiense, a partir da teoria e da metodologia da história ambiental. Já Bernardo Borges Buarque de Hollanda, em “Aquém e além de O negro no futebol brasileiro: Uma releitura da obra do jornalista esportivo Mário Filho entre os anos 1940 e 1960”, propõe uma nova leitura do livro principal do jornalista esportivo Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*, de 1947. O último artigo, “Representações do desenvolvimento nas páginas da Série Realidade Brasileira: fascículos sobre a Amazônia”, é escrito por Eduardo de Melo Salgueiro e tem como proposta principal analisar reportagens de suplementos especiais lançados pela *Folha de S. Paulo* em 1967 e 1968 sobre a Amazônia e as representações criadas sobre o “ideal de desenvolvimento e progresso” para a região.

Além disso, também serão publicadas três resenhas. Micael Alvino da Silva destaca, em “A usina de Itaipu e o Brasil rural”, o livro *Before the Flood*, do historiador Jacob Blanc e publicado em 2019. Em “Um Raio-X da elite charqueadora pelotense do século XIX”, Daniel de Souza Lemos ressalta a obra de 2016 *Os Barões do Charque e suas fortunas*, do historiador Jonas Vargas. Para finalizar, a resenha “Margareth Rago e ‘As Marcas da Pantera’: Por uma história filógina e libertária”, de Paloma Czapla aborda o livro de Margareth Rago, *As marcas da pantera: percursos de uma historiadora*, lançado em 2021. Agradecemos a contribuição das autoras e dos autores e desejamos a todas/os uma excelente leitura!

Priscila Piazzentini Vieira (Editora da Revista)

“*ORBIS MINIMA PARS EST EUROPA*”:
HUMANISMO ERASMIANO,
RESPUBLICA CHRISTIANA E AS RAÍZES
NÃO EUROPEIAS DA EUROPA

“*Orbis minima pars est Europa*”: Erasmian
humanism, *respublica christiana* and the
non-European roots of Europe¹

Rui Luis Rodrigues²

RESUMO

Um conceito hegemônico de Antiguidade produziu um conceito hegemônico de humanismo enquanto apropriação desse passado dito “clássico”. Essa operação conceitual não foi tanto obra do Renascimento quanto de elucubrações europeias posteriores. Um olhar historiográfico atento à especificidade de cada período poderá perceber, na obra dos humanistas europeus dos séculos XV e XVI, matizes importantes em sua maneira de pensar a cultura à qual se sentiam ligados e as relações dessa cultura com outras ao redor do mundo. Este artigo tem como finalidade revisitar alguns textos erasmianos em perspectiva histórica, a fim de compreendermos como Erasmo concebia a Europa e sua relação com o restante do mundo. Para Erasmo a Europa não possuía concretude em si mesma; ela existia apenas enquanto materialização da *respublica christiana*, dessa cristandade cujas fontes formativas estavam situadas fora do território europeu: na Palestina dos evangelhos, na Síria helenizada de Luciano de Samósata, na África de Agostinho e Orígenes.

1 A comunicação que deu origem a este artigo foi preparada para a conferência *The Idea of Europe in Literature, Philosophy and the Arts: History and Current Debate*, que ocorreu no King's College de Londres a 5 de março de 2020. Infelizmente, razões de saúde me impediram de comparecer a essa Conferência. Agradeço aos organizadores do evento, generosos na aprovação do meu texto e compreensivos quanto aos motivos que inviabilizaram minha participação. Agradeço também ao fundo FAPEX, da Unicamp, que havia se disposto a providenciar as condições materiais para minha participação.

2 Professor de História Moderna - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: ruiluis@unicamp.br

Revisitar a maneira pela qual o humanismo erasmiano compreendia as raízes não europeias da Europa a partir de um ponto de vista específico, como historiador radicado num espaço não europeu, pode cooperar intensamente para a busca de novos caminhos pelos quais refletir sobre a identidade da Europa diante do jogo múltiplo de identidades que compõe nosso tempo.

Palavras-chave: Humanismo erasmiano; Europa; *respublica christiana*.

ABSTRACT

A hegemonic concept of Antiquity produced a hegemonic concept of humanism as an appropriation of this so-called “classic” past. This conceptual operation was not so much a work of the Renaissance as of later European elucubrations. A historiographical look attentive to the specificity of each period can perceive, in the work of European humanists of the 15th and 16th centuries, important nuances in their way of thinking about the culture to which they felt themselves connected and the relations of this culture to which they felt attached with others around the world. This paper aims to revisit some Erasmian texts in historical perspective, in order to understand how Erasmus conceived Europe and its relationship with the rest of the world. For Erasmus, Europe had no concreteness in itself; it existed only as the materialization of the *respublica christiana*, of that Christendom whose formative sources were located outside European territory: in the Palestine of the Gospels, in Luciano of Samósata’s Hellenized Syria, in the Origen and Augustine’s Africa. Revisiting the manner in which Erasmian humanism understood the non-European roots of Europe from a specific point of view, as a historian rooted in a non-European space, can cooperate strongly in the search for new ways in which to reflect on Europe’s identity in the face of the multiple game of identities that make up our time.

Keywords: Erasmian humanism; Europe; *respublica christiana*.

Pertence à galeria dos mitos de origem da moderna arte ocidental o relato sobre o impacto provocado nos artistas plásticos europeus pelas máscaras africanas, em especial pelo acervo exibido, no início do século XX, pelo Musée d’Éthnographie du Trocadéro (hoje Musée de l’Homme), em Paris. Já em busca de novos caminhos, não poucos artistas plásticos encontraram, nas obras ali expostas, uma espécie de chave para a renovação da pintura ocidental. Opinam ainda os especialistas que, sem esse contato com expressões culturais oriundas do continente africano, não teríamos o cubismo, como ele aparece representado por *Les Demoiselles d’Avignon*,

de Picasso, e nem o expressionismo, que oferece ótimo exemplo dessa apropriação no belo trabalho de Lasar Segall, *Emigrantes III*.³

No relato que fez de sua pessoal “descoberta” da arte africana, Maurice de Vlaminck foi bastante eloquente: “Essas três esculturas realmente me chocaram”, escreveu ele. “Elas mexeram com o âmago do meu ser”.⁴ Podemos compreender a profunda impressão causada por essas obras em Vlaminck. Todos nós somos extremamente sensíveis a imagens, o que concede à cultura visual um papel de especial importância na formação de nossas memórias e sensibilidades. Mais do que os textos que lemos, mais do que as ideias que discutimos, as imagens penetram-nos e se inscrevem naquilo que, não por acaso, chamamos “imaginário”. Não é de se estranhar, portanto, que, para muita gente ao longo da segunda metade do século XX, a menção a Cleópatra tenha trazido à mente, de pronto, a branquíssima Elizabeth Taylor, ou que qualquer referência à personagem bíblica Salomé, uma mulher palestina do primeiro século de nossa era, tenha evocado a fisionomia da ruiva Rita Hayworth (MANKIEWICZ 1963; DIETERLE 1953).

De um lado, o papel representado por obras de diferentes culturas africanas na formação da arte moderna ocidental; de outro, a imposição de um padrão norte-europeu de beleza feminina na construção de personagens pertencentes a um contexto não europeu. Espero que, ao longo da exposição que se segue, seja percebida com facilidade a conexão que esses dois exemplos possuem com meu tema.

Ainda é muito frequente notarmos como se trabalha com um conceito de Europa, bem como com um conceito de Renascimento, que são oriundos de um curioso exercício de retroprojeção histórica: não é a Europa e o Renascimento dos séculos XV e XVI que essas categorias espelham, mas o que se pensava dessas categorias num momento histórico posterior. Para dizer de modo mais claro: há uma ideia de Europa que se constrói a partir

3 PICASSO 1907 (veja a imagem em <https://www.moma.org/collection/works/79766>); SEGALL 1936. Ver GORE 2008, pp. 1, 4-7, para quem “Masks captured the European modernist sensibility”, embora esses artistas não tenham contestado a ideologia que dava sustentação à expansão europeia nos territórios coloniais (p. 5). Para uma reconsideração, com ampla bibliografia, desse mito de origem, que oferece oportuna crítica ao conceito de “primitivismo” ao mesmo tempo em que relativiza a participação do acervo do Musée du Trocadéro nesse contato seminal com a arte africana ao assinalar a importância da conexão fauvista (Picasso e Matisse teriam entrado em contato com as obras de arte adquiridas por Maurice de Vlaminck, notadamente uma máscara da cultura Fang, do Gabão, e três estatuetas do Daomé, no estúdio de André Derain ainda no outono de 1906), ver COHEN 2017, pp. 136-65.

4 *Apud* COHEN 2017, p. 139.

do Setecentos, num contexto bastante específico; essa ideia de Europa, por sua vez, dependia de legitimar-se a partir de uma determinada concepção de Antiguidade, a saber, de uma Grécia-Roma feitas à sua própria imagem. Produziu-se no Setecentos um conceito hegemônico de Antiguidade que, por sua vez, produziu um conceito hegemônico de humanismo enquanto apropriação desse passado dito “clássico”. No vórtice de um processo onde a própria noção de “Europa” se constituía, forjou-se uma imagem do Renascimento que, longe do fenômeno histórico que deveria identificar, foi idealizado como a recuperação, por *essa* Europa setecentista, consciente de si, *daquela* Antiguidade que ela mesma havia criado para se legitimar.

Os efeitos dessa dupla criação de identidade (a identidade da Europa e a identidade do Renascimento) são longevos o suficiente para se atestar a força de tais concepções. Assim, em última análise, quando Jack Goody reage a um Renascimento supostamente eurocêntrico e procura relativizá-lo a partir da busca, noutras localidades e culturas, de *outros* Renascimentos, é a *esse* Renascimento, a *essa* imagem produzida no século XVIII, que ele está reagindo (GOODY 2006; GOODY 2011).

Podemos dizer que, de igual modo, foi nesse movimento de redefinição de sua própria identidade, quando a Europa elaborava uma autocompreensão diversa da que carregara por vários séculos, que teve início o que Kwame Anthony Appiah chamou, com muita propriedade, num artigo de 2016, “*the golden nugget history*”, a “história da pepita de ouro” que, no dizer (crítico) de Appiah, teria sido “cavada do solo pelos gregos, transferida a Roma quando da conquista”, depois “repartida entre a corte flamenga e as cidades de Florença e Veneza durante a Renascença”, com seus fragmentos passando, a seguir, por Avignon, Paris, Amsterdam, Weimar, Edimburgo e Londres até serem, finalmente, “reunidos, como os fragmentos de uma urna grega, pelas Academias da Europa e dos Estados Unidos” (Appiah 2016, p. 5). Em suma, estamos diante, segundo Appiah, da construção da própria ideia de Ocidente como uma direta e legítima continuação da herança grega.

Como eu afirmei há pouco, tanto essa nova consciência de si que a Europa formulou quanto a criação dessa perspectiva sobre a Antiguidade (e, consequentemente, sobre o Renascimento) surgiram num contexto muito específico. Não basta dizer que isso ocorreu durante o Setecentos, durante o “Século das Luzes”. É preciso especificar que isso se deu no momento em que, no bojo das complexas relações suscitadas pela formação de uma economia-mundo, a Europa percebeu que a completa efetividade da exploração econômica dos territórios aos quais sua presença se estendera

(fossem os territórios “descobertos” da América, fosse o imenso continente africano subsaariano, fosse o distante Oriente) dependia, substancialmente, de um processo de *diferenciação*, do estabelecimento de uma efetiva distância entre os *europæus* e os *outros*. Como formulou brilhantemente o historiador português Vitorino Magalhães Godinho, esse foi o momento em que a Europa “curvou-se sobre si mesma”, num certo sentido *encolheu-se*, *apequenou-se*, mas fez isso para poder dominar o restante do mundo (GODINHO 2000; GODINHO 1984; WALLERSTEIN 1990).

– I –

É interessante notar como esse processo de “europeização”, pelo qual uma Europa do século XVIII produziu tanto a imagem de si mesma como as imagens de suas fontes formadoras (a Antiguidade grega e o Renascimento), encontra paralelo no tratamento dado àquela figura que se tornou símbolo desse fértil humanismo dos séculos XV e XVI. Refiro-me àquele que foi, indubitavelmente, o autor coetâneo mais lido e mais impresso do século XVI: Erasmo de Rotterdam (MCCONICA 1993, p. 108; BATAILLON 1983, p. 21). Em geral, a historiografia do século XX consagrou duas leituras acerca de Erasmo. A leitura mais antiga, que poderia ser emblematizada pelo texto clássico de Roland Bainton, *Erasmo da Cristandade*, mas que também está presente na bela biografia que Johan Huizinga dedicou ao humanista, é aquela que o enxerga como “cosmopolita”, como “cidadão do mundo”. Uma perspectiva que, de resto, parece gozar da autoridade de uma afirmação do próprio Erasmo, que teria dito em carta ao humanista Ulrich Zwinglio: “Ser cidadão do mundo é o que desejo, compatriota de todos; ou, melhor ainda, um peregrino”.⁵ Como notaremos em breve, o problema não está naquilo que Erasmo afirmava nessa frase, mas em como ela foi lida posteriormente. Facilmente se entendeu esse *ego mundi civis esse cupio*, “desejo ser cidadão do mundo”, como defesa de uma comunhão pan-europeia de matiz acentuadamente intelectual. Foi com essa perspectiva que o século XVIII acabou falando em *respublica litterarum* ou república das *bonae litterae* ou “belas letras”. As expressões são dos séculos XV e XVI,

5 BAINTON 1988; HUIZINGA 1957. A afirmação erasmiana (“Ego mundi civis esse cupio, communis omnium vel peregrinus magis”) encontra-se na carta a Zwinglio datada de c. 3 de setembro de 1522. Ver ERASMO 1522, pp. 129-30, citação na p. 129.

mas não o sentido “pan-europeu” que o século XVIII (com Voltaire à frente) lhes atribuiu. Como arremate dessa leitura “europeizada” de Erasmo temos a declaração, já no século XX, do escritor Stefan Zweig, para quem Erasmo foi “o primeiro europeu” (BANCE 1992, pp. 1-19). Não é de se espantar que, a partir dessa leitura, um programa de intercâmbio de estudos concentrado na Europa tenha recebido, à guisa de nome, o acróstico *ERASMUS* (European Region Action Scheme for the Mobility of University Students).

A segunda leitura que a historiografia tem feito de Erasmo, mais recentemente, é aquela que procura enxergá-lo como representante e defensor das tradições locais às quais teria estado ligado; vale dizer, às suas raízes batavas. Essa é a tônica do trabalho de James Tracy, *Erasmus of the Low Countries*, onde o autor, sem perder de vista a relação problemática, conflituosa, existente entre Erasmo e seu torrão natal, procura despi-lo das vestes retóricas de seu cosmopolitismo para colocar em relevo essas ligações profundas com a sociedade neerlandesa, de cidades orgulhosas de suas tradições municipais e onde o pertencimento a redes de relações era algo tido como fundamental (TRACY 1996).

De meu ponto de vista, ambas as leituras, tanto a tradicional, defensora de um Erasmo “cosmopolita” (mas que, com isso, entende-o sobretudo como *europeu*), como aquela que procura recuperar suas raízes localistas, pecam por ignorar o contexto mesmo no interior do qual Erasmo se imaginava e que dava sentido à sua afirmação “*ego mundi civis esse cupio*”, “desejo ser cidadão do mundo”.

Para que compreendamos adequadamente, não apenas a autocompreensão que a Europa passou a articular a partir do Setecentos, mas também a leitura que ela fez de Erasmo como emblema dessa autocompreensão, a exposição exige que tenhamos uma noção de como a Europa se pensava anteriormente. Para Heródoto, o mundo consistia em três partes: a Ásia a leste, a Líbia ao sul, e a Europa a englobar o restante. Os trânsitos entre essas regiões no século V a. C. eram mais do que frequentes e, sobretudo, essas divisões geográficas não legitimavam qualquer diferenciação antropológica (APPIAH 2016, p. 3).

Surpreende, aliás, a parca utilização do vocábulo. Fala-se pouco em “Europa”, tanto na Antiguidade como nos períodos medieval e cedo-moderno. Sirvamo-nos do próprio Erasmo como exemplo. Erasmo empregou raras vezes a expressão “Europa”. Uma dessas poucas ocorrências encontra-se num de seus últimos textos, um tratado sobre a pregação chamado *Ecclesiastae siue De ratione concionandi libri quatuor* (“Pregadores ou

Quatro livros sobre o método pelo qual se deve pregar”), publicado em 1535. Ali, Erasmo escreveu: “Deus imortal! Quantas terras no mundo jazem abertas, nas quais ou a semente evangélica não foi semeada, ou foi semeada porém o joio é mais numeroso do que o trigo! A menor parte do mundo é a Europa [*Orbis minima pars est Europa*]”.⁶

No contexto, Erasmo prossegue mostrando como era pequena, ainda, a penetração do evangelho nesses territórios que, olhados a partir de seu ponto de observação na Basileia, pareciam enormes diante de uma Europa subitamente encolhida. Mas (e aqui reside a pergunta capital), de que Europa falava Erasmo? Aqui o uso do termo “Europa” obedece a uma questão retórica, ou seja, a relação de comparação com a imensidão das “terras no mundo” (*in orbe agrorum*) que exigia, na outra ponta, uma menção também geográfica. Erasmo, todavia, não estava preocupado em mencionar a Europa enquanto território específico ao qual algum sentido ideológico pudesse ser atribuído. A preocupação do humanista estava na expansão da “semente evangélica” (*semen Euangelicum*), ainda pouco espalhada ou espalhada de forma imperfeita. Não era a Europa enquanto território que importava para o humanista, mas essa Europa enquanto emblema, *parcial*, de uma consciência que era, simultaneamente, cívica e religiosa. É importante destacar, a esta altura, que para Erasmo a Europa não possuía concretude em si mesma; ela existia apenas enquanto materialização da *respublica christiana*, dessa cristandade cujas fontes formativas estavam situadas fora do território europeu: na Palestina dos evangelhos, na Síria helenística de Luciano de Samósata, na África de Agostinho e de Orígenes. Vale dizer: num fortíssimo amálgama que, antes de ser a “Antiguidade clássica e cristã” reconstruída pela lógica europeia tardo-moderna, era o cadinho de crenças e culturas da Antiguidade tardia e helenística.

– II –

As sociedades que, desde o fim da Antiguidade tardia, se distribuíam geograficamente do sul das planícies russas às ilhas britânicas, num enquadramento que por muito tempo incluiu também o Oriente próximo, a

6 “Deum immortalem, quantum in orbe patet agrorum, in quibus aut nondum iactum est semen Euangelicum, aut ita iactum est, ut plus sit zizaniarum quam tritici. *Orbis minima pars est Europa* (...)” ERASMO 1535, p. 58 (grifos meus).

Palestina e o norte da África, e que incluiria posteriormente também a Rússia e os territórios nórdicos, definiam a si mesmas a partir da ideia de *respublica christiana*. Também conhecida como *christianitas* ou “cristandade”, essa representação abarcava muito mais do que estamos acostumados a consignar ao território europeu. Era uma construção que repousava numa sólida síntese, elaborada entre o fim da Antiguidade tardia e o século VII. Nesse período, à noção latina de *respublica* e, sobretudo, à característica principal dessa noção, a saber, a forma organológica de se compreender a sociedade (a sociedade pensada como um organismo, em que cada membro/órgão desempenha seu papel em harmonia com o todo), juntou-se o arcabouço intelectual oriundo da fé cristã. A *respublica* que se tornou *christiana* era entendida no bojo de um desenho providencial: Deus, visando a salvação do gênero humano, serviu-se das estruturas cívicas elaboradas antes mesmo que o Evangelho viesse a lume na Palestina, assim como se servira previamente das estruturas de comunicação fornecidas pelo Império alexandrino, sobretudo a difusão da língua grega, para a expansão da mensagem desse mesmo Evangelho. Um apelo universalizante, já presente no coração da fé cristã, juntou-se a uma dinâmica universalizante presente na concepção romana de sociedade e que entendia como apropriada a extensão, nos limites do *orbis terrarum romanorum* ou “círculo das terras dos romanos” (o equivalente da expressão grega *oikoumene*, “casa comum” ou mundo conhecido), dos direitos e das formas de expressão e de vivência política daquela *respublica*. Com seu convite aos bárbaros para que passassem a integrar a *sancta respublica*, o papa Gregório Magno, na passagem no século VI para o VII, dava continuidade à abordagem que se tornara frequente desde o baixo Império Romano, de se estender aos homens livres de todo o Império a condição de cidadania romana, ao mesmo tempo em que sublinhava a imbricação entre essas estruturas derivadas da latinidade e seu conteúdo cristão. Nessa síntese, o elemento religioso passou a desempenhar um papel absolutamente nodal, numa intensidade nunca experimentada, no âmbito do antigo Império romano, pela noção (também romana) de *religio*. Enquanto para o antigo Império a *religio* era entendida como adesão às práticas cívicas da *respublica*, adesão que, uma vez observada, permitia o respeito às variadas crenças dos diferentes povos integrados ao Império, para a *respublica christiana* a difusão da fé cristã tornou-se elemento imprescindível, visto estar inscrita na própria dinâmica escatológico-salvífica que justificava a existência da *respublica*. Essa percepção é suficiente para que entendamos por que razão a religião cristã tornou-se, para as sociedades que aprenderam a pensar sobre

si mesmas a partir dessa autocompreensão, no próprio eixo interpretativo da realidade. O nexos religioso estava inscrito na própria autocompreensão europeia, sendo, virtualmente, o elemento que dava sentido às demais peças desse complicado quebra-cabeças que a constituía.⁷

Entre as características dessa autocompreensão que, efetivamente, definia não apenas os “europeus” (o termo ainda deve ser empregado entre muitas aspas), mas todos os integrantes da *christianitas*, avultava a separação nítida entre as esferas secular e religiosa, com distintas competências reservadas a cada uma. Muito embora a esfera religiosa apresentasse um caráter permeante, e o próprio pertencimento às estruturas cívicas fosse determinado pelo pertencimento religioso, isso não significava a confusão entre as esferas, nem o cancelamento da legitimidade da esfera dita “secular”.⁸ Tal qual as duas naturezas de Cristo, humana e divina, permaneciam unidas em sua pessoa “sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação”, assim também a sociedade era marcada pela existência de duas esferas, a sagrada e a secular, distintas, mas não separadas.⁹

O que é preciso destacar, para nossas finalidades, é o fato de que era intrínseco a essa concepção de sociedade um movimento no sentido de integrar, a essas estruturas, os que se achavam fora delas. Essa consideração deve nos livrar de muitas concepções equivocadas sobre o que teria representado essa “expansão da fé cristã” a partir da eclosão, desde o século XV, dos múltiplos contatos culturais fora dos territórios europeus. Foram sociedades assim constituídas, que entendiam a si mesmas como inseridas no bojo de um projeto escatológico-salvífico divino, as que entraram em contato com a diversidade global a partir do século XV: com a diversidade asiática, que se passava a conhecer agora melhor do que antes, com a rica diversidade do continente africano, mas principalmente, com a diversidade americana. A América passou a ser vista não mais como um conjunto de ilhotas, uma estação provisória no caminho para o Oriente, mas como um continente até

7 PAGDEN 1995, pp. 11-28; AGNOLIN 2007, pp. 242-4. Faça uma síntese mais detalhada da problemática em RODRIGUES 2017a, pp. 48-65, esp. pp. 50-3 e 60-3. Ver ainda RODRIGUES 2012, pp. 190-248. Para o papel central do nexos religioso ao longo da primeira modernidade ocidental, ver RODRIGUES 2018, pp. 191-217.

8 PRODI 2005, pp. 15-164; SCHILLING 2008, pp. 13-28. Como o próprio Prodi admite, essa distinção marcada entre as esferas era menos perceptível no Império do oriente, cuja inclinação cesaropapista constituía importante diferença entre a cultura bizantina e a latina.

9 RODRIGUES 2017a, p. 52. A referência entre aspas é à Fórmula de Calcedônia, de 451, que consolidou a doutrina sobre as duas naturezas unidas na pessoa de Cristo.

então desconhecido, dotado de uma humanidade também desconhecida, mas capaz de realizações tidas pelos novos visitantes como “impressionantes”; uma parcela da humanidade que se constituía em esperança para a Igreja católica latina, como atestam as expectativas dos primeiros franciscanos enviados à Nova Espanha, e em alvo de interesse proselitista até para os muçulmanos (GRUZINSKI 2015, p. 353). É nos quadros dessas convicções e dessas expectativas que se deve pensar as relações entre europeus e autóctones americanos. O objetivo era inserir os “novos territórios” na realidade europeia, pela multiplicação, aqui, de cidades em moldes europeus e dos mesmos pressupostos de vida cívica (instituições, normas, direito etc.), ao mesmo tempo em que se procurava inserir a “nova humanidade” aqui presente no mesmo desenho providencial-salvífico ao qual as populações europeias haviam sido agregadas ao longo dos mil anos precedentes. Com esta análise, não se nega o caráter impositivo adotado pelas ações espanholas (mas também portuguesas, francesas, holandesas e inglesas) na América; não se quer justificar esse caráter. Mas a função do historiador não é julgar, é compreender; e o que queremos é compreender por que razão essa imposição era, para os membros da *respublica christiana*, natural e necessária.

Serge Gruzinski chama “ocidentalização” a esse processo, que ele define como “o conjunto dos meios de dominação introduzidos na América pela Europa do Renascimento” (GRUZINSKI 2001, p. 93). Sem perceber, esse importante historiador reproduz o olhar setecentista, tanto na maneira de se referir a uma Europa interessada em “dominar” como na menção ao Renascimento como principal estofamento cultural dessa Europa em vias de expansão. Não me debruçarei sobre o anacronismo presente na própria noção de “ocidentalização”, visto que ela toma como acabada uma construção ideológica (a ideia de “Ocidente”) que, como nos mostra Appiah, só se concluiu no século XIX. De fato, em vez de falar em extensão, para a América, do “ocidente”, seria mais apropriado falar na tentativa, totalmente lógica para seus proponentes, de estender para a realidade americana a *respublica christiana* através da reprodução de suas estruturas.

Uma ênfase teleológica tem feito a historiografia pressupor os processos coloniais como um *continuum*, de certa forma retroprojetando para os séculos XVI e XVII aquela compreensão que se terá desses processos em pleno século XVIII. Esquecemos, assim, que muito provavelmente um português vivendo no nordeste da América portuguesa em meados do século XVII se sentia igual aos seus patrícios de Lisboa ou de Braga. No século XVII persistia ainda, em grande medida, a perspectiva que igualava a

Europa e as possessões coloniais extraeuropeias; discorrendo em 1653, em Veneza, no âmbito das *Historie memorabili* de Alessandro Zilioli, sobre as “Sollevationi di stato de’ nostri tempi”, Giovanni Battista Birago incluiu, ao lado das sublevações da Catalunha, da Inglaterra, da França, de Portugal, da Sicília e de Nápoles, o Nordeste da América portuguesa em sua luta contra os holandeses; para Laura de Mello e Souza, trata-se de “indício, talvez, de que, na época, o mundo ultramarino ainda era visto como parte integrante dos impérios europeus, não se estabelecendo diferenças substantivas entre a Sicília e Pernambuco” (MELLO E SOUZA 1996, p. 12).

Os séculos XVI e XVII, portanto, são momentos em que não temos ainda, claramente formada, a ideia de “Europa”. O que existia então era uma autocompreensão pautada pela ideia de *respublica christiana*, uma *christianitas* que não coincidia obrigatoriamente com os limites da Europa – abarcara, até a conquista muçulmana, o norte da África, o Oriente Próximo, as planícies asiáticas; e mesmo então, nesses territórios, continuava a vigorar a presença cristã, como atestam as fontes sobre o cristianismo etíope (MARCOCCI 2005; RODRIGUES 2012, pp. 467-95; ROGERS 1962). Para essa *christianitas*, era natural supor que suas estruturas se destinavam a todos os cantos do mundo, numa dinâmica de *inclusão* desses territórios, ou seja, de extensão, para eles, dos mesmos direitos e privilégios que os diferentes *corpora* possuíam no contexto europeu.

O que temos a partir, sobretudo, do século XVIII, é um interessante “corte”, tanto espacial quanto jurídico. No plano espacial, deu-se a *exclusão* dessas áreas alheias à Europa, que foram entregues ao *exotismo*, oriental ou ocidental. Esse olhar transparece claramente na *Alegoria dos planetas e dos continentes*, pintada por Gianbattista Tiepolo, em meados do século XVIII, no teto do palácio dos bispos-príncipes de Würzburg (Francônia, norte da Baviera). “Representando a Ásia, a América, a África e a Europa, [Tiepolo] fê-lo de tal forma que, estando onde estiver, o observador só pode ver cada uma das alegorias em relação à Europa. A figura alegórica da Ásia está sentada num elefante, a África num camelo e a América num crocodilo, ameaçador, lânguido e anfíbio” (MELLO E SOUZA 2006, p. 69; ver ainda ASHTON 1978). Para Anthony Pagden, nessa representação pictórica somente a Europa aparece rodeada por suas criações culturais, enquanto os outros continentes são representados a partir de elementos e produtos da natureza (PAGDEN 2002, p. 51). Foi assim, através das lentes do exotismo e da diferenciação, que um século XVIII apaixonado por viagens, e para o qual as viagens tinham um decisivo caráter pedagógico,

passou a encarar tais regiões.¹⁰

No plano jurídico, o corte se processou justamente sobre os “direitos e privilégios” que, na concepção anterior, deveriam ser estendidos a todos os cantos do mundo recobertos pela *respublica christiana*. Em consequência da expansão e nos embates da economia-mundo, como nos diz Vitorino Magalhães Godinho, foi a própria Europa que se formou, mas num processo de divórcio da antiga noção de *christianitas*. Para assumir o papel central nas dinâmicas da economia-mundo, a Europa precisou ultrapassar-se como sinônimo da antiga cristandade. Isso se reflete, especialmente, no fato de que a exploração colonial só alcançou seu limite de efetividade quando o discurso universalista foi abandonado, a extensão pura e simples dos direitos e privilégios dos reinos europeus aos territórios não europeus foi desestimulada e as posições de colonos e colonizadores, de colônia e metrópole, ficaram claramente definidas. A Europa, cujos contornos ficaram claros pelo contraste com as outras três partes do mundo, *encolheu-se*, de certa forma, diante de um mundo ampliado, mas encolheu-se para tentar dominá-lo, arrogando-se ser seu centro (GODINHO 2000, *passim*). Em termos ideológicos, é interessante notar que essa superação da antiga cristandade consignou também um novo lugar à religião: a “ideia de Europa”, construída em substituição à ideia de *respublica christiana*, comportava um movimento que, sem alijar completamente a religião cristã da vida civil europeia, sublinhou o fato de que esse não era mais o elemento definidor por excelência (visto que, no interior da própria Europa, existiam agora diferentes credos e recusas recíprocas do rótulo “cristão” aos praticantes de confissões rivais). O “evangelho” de que a Europa setecentista se serviu como ferramenta ideológica para, efetivamente, dominar essas outras regiões do mundo, era outro: era o evangelho secularizado da *civilisation*, que trazia em seu cerne a ideia de “progresso”. Num passe de mágica, o Erasmo cristão e autor de textos *qui pertinentium ad pietatem* (“que se referem à piedade”) foi convertido, por esse mesmo século XVIII, num Erasmo *philosophe avant la lettre*, ícone dessa *civilisation* e cujas obras interessavam apenas na medida em que era possível encontrar, nelas, críticas aos monges e religiosos

10 HAZARD 1948, pp. 17-9. Para o olhar cada vez mais crítico que a Europa passou a dirigir a esses territórios e, notadamente, à América, ver GERBI 1996.

“obscurantistas”. Um Erasmo feito à imagem e semelhança de Voltaire.¹¹

Devemos nos perguntar se essa lógica de extensão dos direitos e privilégios aos novos territórios, que teria encontrado seu fim, segundo nossa reconstrução, num “sistema colonial” firmemente estabelecido na segunda metade do século XVIII, correspondeu à realidade efetiva. Vitorino Magalhães Godinho parece disposto a ver esse processo de diferenciação como ocorrendo de forma lenta, desde os primeiros momentos de formação da “economia-mundo”. Efetivamente, não podemos cometer o erro de supor que todos os títulos e procedimentos legais, válidos nos reinos europeus, receberam imediata consubstanciação nos territórios não europeus: isso seria fazer uma leitura não crítica das fontes jurídicas que descrevem o sistema organológico-corporativo em vigor em boa parte do Velho Mundo ao longo do período cedo-moderno. Laura de Mello e Souza, que dirige com muita propriedade essa crítica a Antônio Manuel Hespanha, observa com perspicácia que “o mundo das colônias [...] não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma”.¹² Tratando especificamente da América Portuguesa, Laura de Mello e Souza conclui que a especificidade desse território não residiu na assimilação pura e simples das estruturas jurídicas vigentes no Velho Mundo, mas “na sua recriação perversa, alimentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pela introdução, na velha sociedade, de um novo elemento, estrutural e não institucional: o escravismo” (MELLO E SOUZA 2006, p. 68). Este alerta deve ser mantido diante de nossos olhos, de forma a evitar que busquemos homologias que acabem por obscurecer o que houve de novo e específico nas relações entre europeus e esses territórios (para eles) “novos” (MELLO E SOUZA 2006, p. 69). No entanto, é preciso considerar que os agentes históricos não tiveram desse processo uma consciência direta e imediata, consciência essa possível apenas a quem considera o fenômeno retrospectivamente e não a quem se encontra nele inserido e o vivencia. Uma leitura teleológica da implantação do exclusivo

11 Para a compreensão que o século XVIII e (com alguns acréscimos e variantes) o século XIX tiveram de Erasmo, ver CHOMARAT 1981, vol. I pp. 13-4; MANSFIELD 1979, pp. 231-95; MANSFIELD 1992; FEBVRE 2009, pp. 267-8. A expressão *pertinentium ad pietatem* é empregada por Erasmo na carta dirigida por ele a Hector Boecio em 15 de março de 1530 (ERASMO 1530, p. 375), na qual repete, de forma atualizada, a lista de suas obras feita por ele cerca de sete anos antes, na correspondência de 30 de janeiro de 1523 a Johannes Botzheim e que ficou conhecida como “catálogo Botzheim”.

12 MELLO E SOUZA 2006, p. 56. Para a crítica a Hespanha e, mais precisamente, à aplicação ao mundo colonial das categorias históricas propostas por esse importante historiador, ver *ibidem* pp. 52-8.

metropolitano tende a compreendê-lo a partir de sua forma acabada; assim, o Marquês de Pombal, em 1772, fazia remeter à legislação portuguesa do século XV a própria origem dessa restrição ao comércio.¹³ Na realidade, esse estabelecimento se deu de forma muito mais fluida e de maneira alguma por razões exclusivamente econômicas: o combate às fraudes fiscais, mas também as rivalidades políticas continentais (em especial durante a União Ibérica) e o problema da divisão religiosa da cristandade ocidental são fatores a serem considerados quando se pensa nas restrições comerciais impostas aos territórios ultramarinos.¹⁴ Como assinala o historiador Rodrigo Ricupero, “a plena consciência sobre o fenômeno colonial só surgiria tempos depois” (RICUPERO 2016, p. 18).

Mais relevante para nossos objetivos, todavia, é ter em mente que, se as transformações no nível das práticas econômicas nos territórios ultramarinos, e da legislação pertinente a elas, não foram tão bruscas, vindo a compor-se apenas muito lentamente uma colcha de retalhos jurídica a partir da qual, na segunda metade do século XVIII, seria possível a Pombal falar de forma bastante decidida sobre o “exclusivo comercial”, por outro lado a penetração da antiga ideologia da *respublica christiana* no tecido social certamente foi muito mais profunda e dotada de longa permanência. Em data tão tardia quanto 1747, Antonio Isidoro da Fonseca publicou, em sua tipografia instalada na cidade do Rio de Janeiro, a “relação” ou relato sobre a entrada, na cidade, do novo bispo, D. Frei Antonio do Desterro Malheiro, relato esse de autoria de Luís Antonio Rosado da Cunha, juiz de fora da cidade. É significativo que, nesse documento, se faça referência ao “Senado” da cidade, cujos representantes beijam a mão do novo bispo logo depois do governador, do cabido catedralício e dos ministros. Como assinala Rodrigo Bentes Monteiro, que fez acurada análise desse relato, a utilização do termo “Senado” para se referir aos dignitários da Câmara municipal era privilégio vedado a essa altura para a cidade do Rio de Janeiro, sendo permitida

13 Para as notas escritas pelo Marquês de Pombal em resposta a Robert Walpole, ver *BNL*, Pombalina, Códice 638, fl. 207, 210, 217, 220, 228v. Tomo as referências de RICUPERO 2016, pp. 5, 26.

14 “Neste sentido, a extensão da proibição do comércio com as áreas ultramarinas portuguesas em 1591 (...) poderia ser entendida muito mais como uma ação contra os inimigos da Coroa espanhola do que como a implementação de uma nova doutrina que norteasse a relação entre a metrópole e suas colônias, estabelecendo assim o que se convencionou chamar de Antigo Sistema Colonial”. No alvará de 9 de fevereiro de 1591, o rei Filipe II expressa-se: “[este tempo presente] em que a Igreja Católica está tão perseguida e oprimida de heresias semeadas pela maior parte da cristandade de que resulta sua comunicação e comércio de estrangeiros nas ditas conquistas de muito perigo para a conservação e pureza da fé”. RICUPERO 2016, pp. 10, 13.

pela Coroa apenas após 1757. Para a utilização do termo, era preciso *foro* específico, concedido pela Coroa (MONTEIRO 2009, p. 533). O fato indica que os homens ilustres da cidade do Rio de Janeiro, que compunham sua Câmara, viam-se numa lógica de continuidade com as cidades que, no reino, podiam contar com um Senado; uma imagem mental que, de resto, a própria concessão régia, dez anos depois, apenas confirmou.

– III –

Percebemos, assim, que as relações entre o Velho Mundo e os outros territórios desse globo que, para os europeus a partir do século XV, tornara-se subitamente ampliado, não podem ser compreendidas nos moldes de uma noção estanque e estereotipada de “dominação colonial”. Há mais elementos nesse quadro que precisam ser considerados. Assim, é natural imaginar que, quando Erasmo afirmava em 1522 desejar “ser cidadão do mundo” (*ego mundi civis esse cupio*), ele não pensava em ser cidadão *da Europa*, mas em ser cidadão da *respublica christiana*, cujos limites o humanista jamais restringiria à Europa geográfica. Ao contrário, cumpria estender esses limites de forma a abarcar a totalidade dessas tantas “terras no mundo” (*in orbe agrorum*) que ainda se achavam carentes da semente evangélica.

Longe daquela apropriação *européene* que o século XVIII fez da Antiguidade e do Renascimento, e que, aos nossos olhos, se parece tanto com essa leitura “hollywoodiana” de mulheres palestinas como Salomé, o que encontramos no contexto mesmo do humanismo dos séculos XV e XVI é uma abertura muito maior para a diversidade do mundo. Humanistas como Erasmo estavam conscientes de que as sociedades onde viviam, e a própria síntese cultural que eles se esforçavam por operar, eram dependentes de fontes localizadas fora da Europa. Em primeiro lugar, o Evangelho não era uma realidade “europeia”. Nascido, para um crente como Erasmo, no plano eterno de Deus, o evangelho era, em termos históricos, fruto do solo palestino. Nos três primeiros séculos de sua existência, essa fé espalhou-se a oriente e a ocidente, alcançando os limites da Pérsia, bem como a Gália e a Hispânia; nesse processo, fez nascer suas mais belas flores no norte da África: em Cartago e Hipona, que conheceram a voz e a pena de Agostinho, e em Alexandria do Egito, ilustrada por um bispo como Atanásio e um teólogo do porte de Orígenes. Essas referências são tanto mais significativas quanto assinalam aquilo que, para Erasmo, constituía as *fontes fidei*, as “fontes da fé”. Em uníssono com outros humanistas, ele proclamava a necessidade de

um retorno *ad fontes*, “às fontes” da fé: assim como era preciso libertar os textos antigos dos barbarismos do latim medieval e devolvê-los à sua pureza original, era preciso vivificar, no cristianismo de seus dias, a fé desses Pais da Igreja, bem como a forma, mais calorosa e relacional, pela qual eles faziam teologia (RODRIGUES 2012, pp. 63-102; 120-31).

Vamos nos concentrar em alguns exemplos específicos. De seu extenso trabalho como editor de textos da Antiguidade e dos primeiros séculos da tradição cristã, Erasmo escolheu o volume impresso em 1527 por Froben, seu editor na Basileia, para presentear o rei português D. João III. Trata-se das *Diui Ioannis Chrysostomi Archiepiscopi Constantinopolitani & diui Athanasii Alexandrini Archiepiscopi lucubrationes aliquot non minus elegantes quam utiles, nunc primum uersae & in lucem aeditae per Des. Erasmum Roterodamum* (“Algumas lucubrações de São João Crisóstomo, arcebispo de Constantinopla, e de Santo Atanásio, arcebispo de Alexandria, não menos elegantes do que úteis, agora pela primeira vez traduzidas e trazidas à luz por Desidério Erasmo de Rotterdam”; ERASMO 1527). Na carta-dedicatória endereçada a D. João III, Erasmo louvou os esforços de pacificação empreendidos pelo pai do rei, D. Manuel, que teria com sua navegação pacificado um vastíssimo oceano e, com isso, aberto as portas para a evangelização, espalhando em vários locais a sementeira da piedade católica. O elogio, uma pérola de engenho retórico, inclui esta observação:

Assim, das oito grandes praças de África que teus [de D. João III] antepassados conquistaram, visto que delas preferencialmente irrompiam e nelas se refugiavam os piratas por causa dos quais ninguém tinha navegação segura para a Índia, se diz que nenhum lucro foi tirado senão o que se gastou com a ocupação.¹⁵

Erasmo não ignorava que o butim era elemento integrante dessas aventuras marítimo-militares portuguesas; já lemos, no *Ecclesiastae*, sua observação sobre aquelas “terras no mundo” que “jazem abertas, nas quais

15 “Siquidem ex octo magnis Africae ciuitatibus, quas ideo tui maiores redegerunt in suam ditionem, quod ex his potissimum erumpentibus, & huc sese recipientibus piratis, nulli in Indiam esset tuta nauigatio, ferunt ad uos nihil emolumenti redire, nisi quantum tuendae ditioni impenditur”. ERASMO 1527, fl. a.

ou a semente do Evangelho não foi semeada, ou foi semeada porém o joio é mais numeroso do que o trigo”. De forma ainda mais clara, num texto de 1526, o colóquio *Ichthyophagia*, o personagem Lanio, perguntado sobre as praias e ilhas austrais que se encontravam assinaladas por bandeiras cristãs, responde: “Vi-as e soube que delas tiraram despojos, não ouvi que lá tenham introduzido o Cristianismo”.¹⁶ Em vez de disputar com o rei D. João III, de quem, aliás, esperava receber uma pensão em troca da dedicatória que lhe oferecera, Erasmo preferiu inserir, na carta, um elogio ao zeloso pregador que fora João Crisóstomo, primeiramente na cidade de Antioquia da Síria e, depois, desde 397, como arcebispo de Constantinopla, e fazer dele modelo para os pregadores que os reis, no Ocidente, deveriam patrocinar:

Se quem ensina arde, facilmente inflama; se encontra regozijo naquilo que ensina, facilmente transfere os mesmos afetos aos espíritos dos que o ouvem. (...) Oxalá tivesse agora o mundo cristão, em toda parte, oradores assim! Pois disso, em primeiro lugar, depende toda a disciplina da república.¹⁷

É preciso ter em mente quem é o homem no centro desse elogio: o *sírio* João Crisóstomo, cujo tom negro da pele está presente em todas as representações feitas segundo os cânones da iconografia da Igreja oriental.¹⁸ Eis a fonte da qual os prelados do Ocidente deveriam beber, para serem autênticos pregadores, e que os reis, à semelhança do que fizera em Constantinopla o imperador Arcádio, deveriam patrocinar. E, de forma a equilibrar o elogio aparentemente subserviente que Erasmo fizera dos monarcas portugueses, é preciso destacar que este clérigo, escolhido como modelo para os pregadores, fora crítico ferrenho de atos do imperador e da imperatriz, terminando seus dias no exílio.

16 “Vidi, didicique illinc auctas praedas, Christianismum inductum non audiui”. ERASMO 1526, pp. 504-5.

17 “Si qui docet ardet, facile accendit, si uehementer gaudet iis quae docet, facile transfundet eundem affectum in animos auditorum. (...) Vtinam tales oratores nunc haberet ubique Christianus orbis. Ab his enim praecipue pendet totius reip[ublicae] disciplina”. ERASMO 1527, fl. a⁴.

18 Ícone de S. João Crisóstomo. Bizantino tardio (c. 1325). Mosaico sobre cera e madeira, 18x13x2,2 cm. Dumbarton Oaks, ref. BZ.1954.2. Veja a imagem em <http://museum.doaks.org/objects-1/info/27115>.

No mesmo volume, Erasmo reúne *lucubrações* de Atanásio, arcebispo de Alexandria (e lembremos que *lucubratio* é palavra latina que designa, literalmente, “trabalho noturno, feito à luz de lampião”, e que, por extensão, se refere a todo trabalho feito com dedicação e esforço). Ora, estamos na grande cidade do Egito, a capital da cultura helenística, símbolo da própria síntese cultural operada, mais de seiscentos anos antes de Atanásio, pelas conquistas de Alexandre. Às portas da Tebaida, o deserto egípcio que foi a pátria do monaquismo cristão, Alexandria foi a sé episcopal do operoso Atanásio, cuja defesa da ortodoxia cristã, no século IV, o levou a se indispor com o próprio Imperador. Mais uma vez, o exemplo encomiado por Erasmo é o de um bispo que, na defesa da verdade evangélica, não se intimidou diante do poder político. No que diz respeito ao fenótipo, também neste caso a iconografia, feita segundo os cânones, é consistente na representação de um homem de tez amorenada.¹⁹

Não temos tempo para refletir com vagar sobre o afeto que Erasmo dedicou a outro filho de Alexandria, o teólogo e catequista Orígenes, a quem o humanista amou apaixonadamente desde fins do século XV, quando começou a se habilitar no idioma grego: entre seus últimos trabalhos está uma tradução e edição de seus escritos, publicada postumamente em 1536 (HUIZINGA 1957, p. 186; GODIN 1982; SCHECK 2016). Poderíamos falar de seu amor por Jerônimo, o tradutor da *Vulgata*, nascido na Dalmácia mas residente por longos anos na Palestina, a quem Erasmo tinha na conta de erudito-modelo. Foi de Jerônimo que Erasmo tomou emprestados alguns dos mais contundentes argumentos para a defesa do estudo das letras profanas que ele desenvolveu em seu *Antibarbarorum liber*, um livro que Erasmo escreveu ainda jovem, mas no qual trabalhou por anos até sua versão definitiva, publicada na década de 1520.²⁰ Finalmente, toda a ênfase erasmiana na retórica como arte do “dizer bem”, do dizer de forma “deleitável” que, todavia, não se limita à beleza, mas procura instruir (*docere*) o intelecto e mover (*movere*) a vontade humana na direção do bem, é tributária da perspectiva do africano Agostinho, como expressa sobretudo em sua obra

19 A título de exemplo, ver o ícone de Santo Atanásio e de São Cirilo em <https://www.oca.org/saints/lives/2021/01/18/100219-saint-athanasius-the-great-archbishop-of-alexandria>. Esta representação poderia ser instrutivamente contrastada com esta outra, que retrata o santo em características físicas e roupagens bem mais “europeias”: <https://newdailycompass.com/en/saint-athanasius>.

20 ARNS 2007; RODRIGUES 2014, pp. 40-2 e 68-9; ERASMO 1969a. Para uma introdução ao texto, ver KUMANIECKI 1969, pp. 7-32.

De doctrina christiana.²¹ Ora, esse Agostinho, o africano, é aquele que, enquanto jovem retor, sofreu discriminação em Roma e em Milão por conta de *não ser romano* (BROWN 1967, p. 22). Mesmo muito depois, já bispo estabelecido em Hipona (próximo a Cartago, norte da África), Agostinho foi detratado num debate teológico por seu opositor, que o chamou “africano” e “numidiano teimoso”.²² Após sua conversão e batismo, retornado ao norte da África do qual nunca mais saiu, Agostinho tornou-se a principal referência pós-apostólica, no Ocidente, para a construção do pensamento cristão. O cristianismo latino tinha, assim, para nos servirmos da expressão empregada pelo historiador Justo González, fortes raízes mestiças (GONZÁLEZ 2016, pp. 9, 15, *apud* SMITH 2020, p. 70). Vendo-se como *outsider* diante da exigente corte imperial que, tanto em Roma quanto em Milão, criticava seu sotaque, o Agostinho que retornou à casa no norte da África “combinou tudo isso com sua própria mestiçagem – pois era africano e italiano, portanto era ambos e nenhum dos dois – para desenvolver uma filosofia da história, uma visão da ação de Deus que não dependia da civilização romana, e em que até os visigodos tinham seu lugar” (GONZÁLEZ 2016, p. 166, *apud* SMITH 2020, p. 70). A estas considerações, seria interessante agregar uma das imagens que o Renascimento italiano conservou de Agostinho, na representação feita em 1480 por Sandro Botticelli e na qual os traços mestiços do maior teólogo da latinidade são evidentes.²³ Também aqui uma comparação instrutiva poderia ser feita com o *Santo Agostinho* pintado por Philippe de Champaigne, que nos mostra o santo com um fenótipo bem mais norte-europeu.²⁴

Permitam-me acrescentar apenas mais um exemplo, todavia bastante contundente. Entre os escritores de expressão grega, não cristãos, mais citados por Erasmo, destaca-se a figura do sírio Luciano de Samósata,

21 BENÉ 1969; GODIN 1982, p. 3 (que vê como “superestimada” por Bené a presença agostiniana em Erasmo). Mas Erasmo derivou muito de Agostinho no que tange ao emprego da retórica na pregação e na catequese; ver RODRIGUES 2017b, esp. pp. 502-7.

22 DECRET 2011, pp. 179-80. Tomo a referência de SMITH 2020, p. 63.

23 BOTTICELLI 1480; agradeço a SMITH 2020, p. 39, pela referência a essa obra de Botticelli, que pode ser vista aqui: <https://thearkofgrace.com/2014/09/02/santagostino-nello-studio-1480/>. Seria tentador pensar nos vínculos extraeuropeus da família Vespucci, possível comitente da obra e cujo brasão figura no alto da pintura. No entanto, o brasão foi executado a seco e pode ter sido acrescentado posteriormente. Ver BANDINI *et al.* 2014, p. 15.

24 CHAMPAIGNE c. 1645-1650; para a imagem, ver <https://www.college.columbia.edu/core/content/saint-augustine-philippe-de-champaigne-1650>.

que viveu no século II. Erasmo produziu, em parceria com seu amigo Thomas More, uma cuidadosa tradução latina dos diálogos de Luciano.²⁵ No catálogo que preparou, visando a publicação de suas obras completas, Erasmo determinou que essa tradução deveria figurar no primeiro tomo, cujos escritos *spectant ad institutionem litterarum* (“dizem respeito ao ensino das belas-letras”).²⁶ Erasmo encarecia, em Luciano, a prosa capaz de deleitar e, simultaneamente, de instruir o leitor. “Nesse gênero, muitos [autores] gregos demonstraram habilidade, mas ninguém foi mais produtivo do que Luciano”.²⁷ E a instrução a que Luciano se prestava não dizia respeito apenas ao estilo correto e agradável da escrita; o humanista o tinha na conta de elevado moralista, capaz de apontar com precisão os vícios que abundavam nos dias de Erasmo. Assim, o diálogo *Toxaris ou Sobre a amizade* serviria como lição acerca do que o amor cristão deveria ser, mas claramente não vinha sendo em inícios do século XVI; o diálogo *Alexander* ofereceria um comentário sobre a exploração da superstição por parte da Igreja; *De mercede conductis* (“Sobre a recompensa dos assalariados”) serviria como retrato da vida contemporânea nas cortes, espaços esses sempre muito criticados por Erasmo.²⁸

Não bastou a Erasmo apontar como modelo de excelência na língua grega um sírio nascido em Samósata; o humanista fez, desse “pagão”, um mestre de moral capaz de corrigir, com suas lições, os cristãos entorpecidos de seu tempo. O que resta claro é que, para Erasmo, bem como para não poucos dos que, entre seus contemporâneos, eram seus leitores, admiradores e colegas humanistas, as fontes formadoras de sua própria sociedade encontravam-se fora do território onde eles residiam; elas se encontravam naquele Oriente onde, sob o influxo das conquistas de Alexandre, se dera a mescla entre cultura helênica e as variadas culturas orientais (persa, caldeia, hebraica, egípcia) e que, posteriormente, viu nascer em solo palestino a fé cristã. Somente uma distorção histórica muito grave pôde permitir que se considerasse como “primeiro europeu” um homem como Erasmo, cujos olhos estavam o tempo todo fixados numa cultura que se produzira fora da

25 ERASMO 1969b; para uma introdução ao texto, ver ROBINSON 1969, pp. 363-78.

26 ROBINSON 1969, p. 365; ver ERASMO 1530, p. 373.

27 ERASMO 1703-1706, p. 353 B (“In hoc genere plerique Graeci non infelicitur luserunt sed nemo felicius Luciano”). Cf. ROBINSON 1969, p. 366.

28 ERASMO 1969b, p. 423 (linhas 21-23), p. 449 (linhas 4-18); p. 552 (linhas 6-11). Ver ROBINSON 1969, p. 366.

Europa. Essa cultura, gestada no cadinho da síntese helenística, mas que fermentara com o levedo cristão, era para Erasmo não a cultura da Europa, mas a cultura da *respublica christiana*. Assim como, no século XX, a Europa não teria nem cubismo, nem expressionismo, sem o contato de seus artistas com as famosas máscaras africanas, tampouco teria tido quaisquer daquelas que foram suas referências estruturais para o período cedo-moderno, sem o influxo oriental e norte-africano, crestado de sol e atravessado de coloridos e de sotaques, dessas fontes formadoras não europeias.

Bibliografia

Abreviações empregadas

- Allen* EE P. S. ALLEN (ed.), *Opus epistolarum Desiderii Erasmi Roterodami denuo recognitum et auctum per P. S. Allen*. Oxford: Oxford University Press, 12 vols., 1906-1965.
- ASD* *Opera omnia Desiderii Erasmi Roterodami recognita et adnotatione critica instructa notisque illustrata*. Amsterdam/Oxford: North Holland Publishing Company, 1969 – , vários volumes.
- CWE* *Collected Works of Erasmus*. Toronto: University of Toronto Press, 1975 – (vários volumes).
- LB* LECLERC, Jean (ed.) *Opera omnia Desiderii Erasmi Roterodami recognovit Ioannes Clericus*. Leyden: 10 vols., 1703-1706.

Fontes

Fontes Visuais (em ordem de menção no texto)

- PICASSO 1907 PICASSO, Pablo. *Les Demoiselles d'Avignon*. Óleo sobre tela, 243,9 x 233,7 cm (1907), The Museum of Modern Art (MoMA), Nova Iorque.
- SEGALL 1936 SEGALL Lasar. “Emigrantes III”. Óleo sobre tela, 86 x 197 cm (1936), Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.
- MANKIEWICZ 1963 *Cleópatra*. EUA: 1963, colorido, 192 min. Direção: Joseph L. Mankiewicz.
- DIETERLE 1953 *Salomé*. EUA: 1953, colorido, 103 min. Direção: William Dieterle.
- ANÔNIMO c. 1325 *Ícone de S. João Crisóstomo*. Bizantino tardio (c. 1325). Mosaico sobre cera e madeira, 18x13x2,2 cm. Dumbarton Oaks, ref. BZ.1954.2.
- BOTTICELLI 1480 Sandro BOTTICELLI, *Sant'Agostino nello Studio*. Afresco, 152x112 cm (1480). Chiesa di Ognissanti, Florença.
- CHAMPAIGNE c. 1645-1650 Philippe de CHAMPAIGNE, *Saint Augustin*. Óleo sobre tela, 78,7x62,2 cm (c. 1645-1650). Los Angeles County Museum of Art (Ahmanson Building, 3º. Andar, ref. M.88.177).

Fontes Impressas (em ordem alfabética e de data)

- ERASMO 1522 ERASMO a Zwinglio, c. 3 de setembro de 1522, in *Allen EE V*, Ep. 1314, pp. 129-30. (Tradução inglesa: *CWE* 9:185).
- ERASMO 1526 ERASMO, “Ichthyophagia”. *ASD* I, 3: 495-536.
- ERASMO 1527 ERASMO, *Diui Ioannis Chrysostomi Archiepiscopi Constantinopolitani & diui Athanasii Alexandrini Archiepiscopi lucubrationes aliquot non minus elegantes quam utiles, nunc primum uersae & in lucem*

- aeditae per Des. Erasmus Roterodamum.*
Basileae: Apud Ioan. Frobenium, 1527.
- ERASMO 1530 ERASMO a Hector Boecio, 15 de março de 1530, in *Allen EE VIII*, Ep. 2283, pp. 372-7.
- ERASMO 1535 ERASMO. *Ecclesiastae siue De ratione concionandi libri quatuor*. Basileae: Froben, 1535.
- ERASMO 1703-1706 ERASMO, *De Conscribendis Epistulis*, in *LB I*, 353 B.
- ERASMO 1969a ERASMO, *Antibarbarorum Liber*. Edição e notas de Kazimierz Kumaniecki. *ASD I*, 1: 35-138.
- ERASMO 1969b ERASMO, *Dialogi Luciani* (edição e notas de Christopher Robinson), in *ASD I*, 1: 381-627.

Bibliografia Subsidiária

- AGNOLIN 2007 AGNOLIN, Adone. *Jesuitas e selvagens: A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Humanitas, 2007.
- APPIAH 2016 APPIAH, Kwame Anthony. “There is no such thing as western civilization”. *The Guardian*, 9 Nov 2016.
- ARNS 2007 ARNS, Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo são Jerônimo*. Tradução. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. edição, 2007
- ASHTON 1978 ASHTON, Mark. “Allegory, Fact, and Meaning in Giambattista Tiepolo’s Four Continents in Wurzburg”. *The Art Bulletin*, 60, 1 (1978): 109-25.
- BAINTON 1988 BAINTON, Roland H. *Erasmus da Cristandade*. Tradução. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

- BANCE 1992 BANCE, A. “The Idea of Europe: from Erasmus to ERASMUS”. *Journal of European Studies* xxii (1992): 1-19.
- BANDINI *et al.* 2014 BANDINI, Fabrizio, Giancarlo LANTERNA, Anna MAZZINGHI, Chiara RUBERTO, Caroline CZELUSNIAK, Lara PALLA, Roberto OLMÍ e Cristiano RIMINESI, “Il restauro del *Sant’Agostino* di Botticelli nella chiesa di Ognissanti e le relative indagini diagnostiche”. *OPD Restauro* 26 (2014): 15-34.
- BATAILLON 1983 BATAILLON, Marcel. “Actualidad de Erasmo”. In IDEM, *Erasmo y el erasmismo*. Tradução. Barcelona: Editorial Crítica, 2a. edição, 1983, pp. 13-30.
- BENÉ 1969 BENÉ, Charles. *Érasme et saint Augustin ou influence de saint Augustin sur l’humanisme d’Érasme*. Genève: Droz, 1969.
- BROWN 1967 BROWN, Peter. *Augustine of Hippo: A Biography*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- CHOMARAT 1981 CHOMARAT, Jacques. *Grammaire et Rhétorique chez Érasme*. Paris: Société d’Édition Les Belles Lettres, 1981, 2 vols.
- COHEN 2017 COHEN, Joshua I. “Rethinking Modern ‘Primitivist’ Uses of African and Oceanic Art, 1905-8”. *The Art Bulletin* 99, 2 (June 2017): 136-65.
- DECRET 2011 DECRET, François. *Early Christianity in North Africa*. Tradução. Cambridge: James Clark, 2011.
- FEBVRE 2009 FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- GERBI 1996 GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GODIN 1982 GODIN, André. Érasme, Lecteur d'Origène. Genève: Librairie Droz, 1982.
- GODINHO 1984 GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 2a. edição, 1984, 4 vols.
- GODINHO 2000 GODINHO, Vitorino Magalhães. *Le Devisement du Monde: De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité, XVème-XVIIIème siècles*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- GONZÁLEZ 2016 GONZÁLEZ, Justo L. *The Mestizo Augustine: A Theologian between Two Cultures*. Downers Grove: InterVarsity Press Academic, 2016.
- GOODY 2006 GOODY, Jack. *The Theft of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006;
- GOODY 2011 GOODY, Jack. *Renascimento: Um ou muitos?* Tradução. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GORE 2008 GORE, Charles. "Masks and Modernities". *African Arts* 41 (Winter 2008): 1, 4-7
- GRUZINSKI 2001 GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GRUZINSKI 2015 GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: Ambições europeias e mundialização no século XVI*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- HAZARD 1948 HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia*. Tradução. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.
- HUIZINGA 1957 HUIZINGA, Johan. *Erasmus and the Age of Reformation*. Tradução. New York: Harper Torchbooks, 1957.
- KUMANIECKI 1969 KUMANIECKI, Kazimierz. “Introduction”. In *ASD* I, 1: 7-32.
- MANSFIELD 1979 MANSFIELD, Bruce. *Phoenix of his Age. Interpretations of Erasmus, c. 1550 – c. 1750*. Toronto: University of Toronto Press, 1979.
- MANSFIELD 1992 MANSFIELD, Bruce. *Man on his own. Interpretations of Erasmus, c. 1750 – 1920*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.
- MARCOCCI 2005 MARCOCCI, Giuseppe. “Gli umanisti italiani e l’impero portoghese: Una interpretazione della *Fides, Religio Moresque Aethiopum* di Damião de Góis”. *Rinascimento* XLV (2005): 307-66.
- MCCONICA 1993 MCCONICA, James. “Erasmus”. In Keith THOMAS (ed.), *Renaissance Thinkers*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1993, pp. 5-112.
- MELLO E SOUZA 1996 MELLO E SOUZA, Laura de. “Notas sobre as revoltas e as revoluções na Europa moderna”. *Revista de História* 135 (1996): 9-18.
- MELLO E SOUZA 2006 MELLO E SOUZA, Laura de. *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- MONTEIRO 2009 MONTEIRO, Rodrigo Bentes. “Aparente e essencial. Sobre a representação do poder na Época Moderna”. In MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 519-38.
- PAGDEN 1995 PAGDEN, Anthony. *Lords of all the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500 – c. 1800*. New Haven/London: Yale University Press, 1995.
- PAGDEN 2002 PAGDEN, Anthony. “Europe: conceptualizing a continent”. In IDEM (org.), *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*. Washington-DC/Cambridge-UK: Woodrow Wilson Center Press/Cambridge University Press, 2002, pp. 33-54.
- PRODI 2005 PRODI, Paolo. *Uma história da justiça: Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. Tradução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RICUPERO 2016 RICUPERO, Rodrigo. “O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. *História (São Paulo)*, 35 (2016): 1-30.
- ROBINSON 1969 ROBINSON, Christopher. “Introduction”. In *ASD I*, 1: 363-78.
- RODRIGUES 2012 RODRIGUES, Rui Luis. *Entre o dito e o maldito: Humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confessionalização do Ocidente, 1530-1685*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.
- RODRIGUES 2014 RODRIGUES, Rui Luis. “Retratos de

- Erasmus: Sobre os enraizamentos sociais do humanismo erasmiano”. *Cadernos de Pesquisa do CDHis* 27, 2 (2014): 39-69.
- RODRIGUES 2017a RODRIGUES, Rui Luis. “Sobre diversidade e unidade: dinâmicas locais e extralocais nas concepções do humanismo erasmiano, da *Institutio principis christiani* (1516) ao *Ecclesiastae siue De ratione concionandi* (1535). *Topoi*, vol. 18, n. 34 (2017): 48-65.
- RODRIGUES 2017b RODRIGUES, Rui Luis. “A contribuição erasmiana para a reforma da Igreja: Pedagogia e catequese entre *rhetorica e doctrina*”. *Pistis & Práxis* 9, 2 (2017): 493-522.
- RODRIGUES 2018 RODRIGUES, Rui Luis. “Religião e política entre ‘primeira modernidade’ e ‘tempo presente’: Precisações conceituais e intersecções de pesquisa”. In MOURA, Carlos André Silva de *et al.* (orgs.), *História, narrativas e religiões: Diálogos sob o olhar da cultura*. Recife-PE/Rio de Janeiro/RJ: Edupe/Autografia, 2018, pp. 191-217.
- ROGERS 1962 ROGERS, F. M. *The Quest for Eastern Christians: Travels and Rumour in the Age of Discovery*. Minneapolis: Minnesota Archive Editions, 1962.
- SCHECK 2016 SCHECK, Thomas P. *Erasmus's Life of Origen: A New Annotated Translation of the Prefaces to Erasmus of Rotterdam's Edition of Origen's Writings (1536)*. Washington/DC: The Catholic University of America Press, 2016.

- SCHILLING 2008 SCHILLING, Heinz. *Early modern european civilization and its political and cultural dynamism*. The Menahen Stern Jerusalem Lectures. Lebanon: University Press of New England, 2008.
- SMITH 2020 SMITH, James K. A. *Na estrada com Agostinho: Uma espiritualidade do mundo real para corações inquietos*. Tradução. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2020.
- TRACY 1996 TRACY, James. *Erasmus of the Low Countries*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- WALLERSTEIN 1990 WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Tradução. Porto: Afrontamento, 2 vols., 1990.

Sítios da Internet visitados (em ordem de menção no texto)

<https://www.moma.org/collection/works/79766>, último acesso em 1º. de março de 2021.

<http://museum.doaks.org/objects-1/info/27115>, último acesso em 1º. de março de 2021.

<https://www.oca.org/saints/lives/2021/01/18/100219-saint-athanasius-the-great-archbishop-of-alexandria>, último acesso em 1º. de março de 2021.

<https://newdailycompass.com/en/saint-athanasius>, último acesso em 1º. de março de 2021.

<https://thearkofgrace.com/2014/09/02/santagostino-nello-studio-1480/>, último acesso em 1º. de março de 2021.

<https://www.college.columbia.edu/core/content/saint-augustine-philippe-de-champaigne-1650>, último acesso em 1º. de março de 2021.

FORA DO PARAÍSO

Out of Paradise

Jorge Coli¹

RESUMO

Este ensaio parte da constatação facilmente percebida por qualquer historiador da arte brasileira: no seu conjunto, os artistas criaram um paraíso fictício que encobre a prática do olhar por aquilo que é possível chamar de “realidade”. Esse paraíso elege privilegiados e elimina excluídos. No século XIX, é evidente a exaltação de um índio imaginário e heroico, que esconde não apenas os massacres que ocorrem sobre os indígenas verdadeiros, bem como afasta a representação dos afro-brasileiros. O paraíso é apenas para alguns.

Palavras-chave: Paraíso, Colonização, Representação, Cultura artística.

ABSTRACT

This essay takes as its point of departure an easily perceived observation by any historian of Brazilian art. Artists, on the whole, created a fictitious paradise that masks the practice of looking for that which it is possible to call “reality.” This paradise chooses the privileged and eliminates the excluded. In the 19th century, the glorification of an imaginary and heroic Indian that conceals not only the massacres of actual indigenous peoples but also removes the representation of Afro-Brazilians is obvious. Paradise is only for a few.

Key-words: Paradise, Colonization, Representation, Artistic culture.

¹ Professor Titular em História da Arte e da História da Cultura no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. E-mail: jorgecoli63@gmail.com

É fácil perceber que, ao longo de sua história, a cultura artística formada no Brasil foi avessa à observação direta. No domínio das artes visuais e da literatura do país, artistas, intelectuais e escritores tenderam a se enclausurar em um mundo imaginário, sem olhos para o seu próprio entorno. Criaram um esplêndido paraíso imaginário, do qual muitos foram expulsos, particularmente os brasileiros de origem africana.

Embora bastante genérico e simplificado, este comentário inicial lança luz sobre certas características fundamentais que estão associadas à história e à produção da arte no Brasil. Essas características vinculam-se a princípios ideológicos envolvendo identidade nacional e raízes identitárias. São ficções, construtos e fantasias que afetam definitivamente não só as percepções e expectativas individuais e grupais, mas também as formas de pensar e conceber o mundo. Para a história da arte, essa condição levou a uma postura marcadamente nacionalista que substituiu a investigação e o exame atento.

Partindo do pressuposto de que a produção artística pode ser dividida em duas categorias, uma baseada na imaginação e outra na observação, a cultura no Brasil evidentemente falhou em desenvolver uma tradição em torno do que poderia ser chamado de “realismo”. Essa situação foi evidenciada no período colonial do país, em particular durante a curta ocupação holandesa do Nordeste do Brasil no século XVII. Ao contrário das percepções imaginárias acima mencionadas, os artistas holandeses no Brasil trabalharam a partir da observação direta, o que requer testemunho, envolvimento pessoal e constitui uma das características mais fecundas desses artistas ao mesmo tempo protestantes, modernos e científicos em muitos aspectos. Franz Post, por exemplo, mesmo quando pintou de memória suas cenas brasileiras, depois de retornar à Holanda, sempre o fez do ponto de vista de uma testemunha ocular.

Apesar dos 300 anos de história do Brasil como colônia portuguesa, os documentos visuais existentes, quase que todos retratando a vida naquela época, concentram-se no governo de oito anos de Maurício de Nassau no Nordeste. Um contraste interessante com as imagens holandesas realizadas a partir da observação no Nordeste do Brasil aparece graças a uma única pintura pertencente ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Uma das raras imagens coloniais que não retratou temas religiosos canônicos, *A morte do Padre Philippe Bourel* foi elencada no catálogo do museu como ‘pintor desconhecido’ da “Escola Portuguesa” do século

XVIII². Alguns estudiosos acreditam que o trabalho foi executado “por volta de 1730”.

Cada aspecto da interpretação iconográfica da imagem é fascinante (COLI, 2009, pp.105-128), desde sua localização, diante das muralhas de duas cidades fortificadas (para as quais não há equivalente na arquitetura brasileira), até suas exóticas palmeiras, que são tamareiras uma espécie não brasileira carregadas de ressonâncias iconográficas (árvore do paraíso, fuga para o Egito, metáfora para a cruz). Do papagaio - um pássaro exótico realmente encontrado no Brasil em grande número, porém usado muitas vezes na Europa para simbolizar a pregação missionária, como no afresco de Andrea Pozzo *Alegoria da Obra Missionária dos Jesuítas* (PANOFSKY, 1969, p. 28-29) no teto da Igreja de Santo Inácio de Roma até a frágil cabana que abriga um missionário em agonia (sua fragilidade contrastando fortemente com cidades robustas à distância) são simbólicos. Todos esses aspectos evidenciam em particular os fundamentos da cultura erudita, humanista e livresca, que sustentam a imagem. Do ponto de vista do pintor, não se tratava de retratar empiricamente uma cabana ou barraco do tipo então encontrado no Brasil, muito menos uma cabana de tribo indígena. Em vez de olhar para uma referência local, o pintor assumiu uma lógica humanística e clássica, nestes termos: “Eu devo mostrar uma cabana primitiva, ao invés de olhar para a verdadeira, procuro uma autoridade que forneça um modelo. Como a referência clássica é Vitruvius, basta segui-lo”. O modelo de cabana selecionado foi claramente tirado de ilustrações nas edições renascentistas do *De Architectura*.

Este campo mental permanece durante o século XIX. A independência de 1822 levou o país a se tornar o Império do Brasil e a fabricar um projeto histórico, a construção de uma nova história para uma nova nação baseado em instituições científicas (o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil foi fundado em 1838) e em outras formas mais difusas de cultura.

Floresceu então uma tendência artístico-literária com alcance para além do contexto cultural, que exerceu uma marcada influência ideológica nos campos histórico e historiográfico. Esse movimento, conhecido como indianismo, celebrou traços como nobreza de caráter, força heroica e postura orgulhosa atribuídos aos povos nativos do Brasil. Obviamente, estes

2 Morte do Padre Philippe Bourel / séc. XVIII / óleo sobre tela / sem assinatura / 110,5 x 133,5 cm / ref. 10 523 (SOUZA, 1985, p. 238).

idealizados ‘índios’ eram puramente imaginários. Em concomitância à sua exaltação cultural, os povos indígenas do Brasil eram exterminados, num processo que se estende até os dias de hoje.

No entanto, o índio imaginário, enquanto símbolo, encarna a nobre ancestralidade invocada pelos brasileiros da cultura e do poder, conferindo-lhes edificante origem autóctone. Isso também ocorreu em alegorias oficiais: o manto da coroação do imperador Pedro I era coberto com penas de tucano que evocavam cocar indígena, como se o imperador recebesse essa insígnia de poder dos ancestrais locais, eliminando assim séculos de existência como colônia. Uma pintura anônima exposta no Museu Padre Toledo, em Tiradentes, MG (Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade), mostra o caráter institucional desses processos alegóricos: um índio encarnando o império brasileiro está ajoelhado diante do imperador. O caráter autônomo do império recém-constituído reforçou, assim, a expressão da independência do país em relação ao antigo poder colonial. Muitas caricaturas de jornais do século 19 apresentavam um índio como ‘Sr. Brasil’, personificação do povo brasileiro envolvido em diferentes situações políticas.

Mas outra faceta dessa celebração dos povos indígenas imaginários como entidade ancestral suprema foi que ela levou a cultura, no Brasil, a excluir os negros. Ao contrário dos povos indígenas, que permaneceram em seu *habitat* natural, os negros africanos foram trazidos para o Brasil como escravos. Nessa época, eram uma presença visível com imensa evidência nas comunidades rurais e urbanas, e percebidos como inferiores. Eram considerados também uma manifestação de um arcaísmo vergonhoso, impedindo o Brasil de participar, com cara limpa, “do concerto das nações”. Graças aos índios fictícios, os africanos podiam ser deixados de fora do imaginário. Salvo exceções raras, a literatura local e as artes visuais em sua maioria ignoravam os negros. Apenas os artistas estrangeiros, formados culturalmente com outro olhar, retratavam todos os tipos e comportamentos encontrados na sociedade brasileira do século XIX. Sem eles, não haveria testemunhos visuais do cotidiano no Brasil.

Os franceses tiveram um papel de destaque nessa produção, por causa da assim chamada “Missão artística francesa”. Entre eles, dois foram protagonistas: Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret, ambos formados por Jacques-Louis David – de quem Debret era parente.

Voltando a retratar o país, coisa que não ocorria desde a época de Frans Post, Taunay pintou paisagens maravilhosas do Rio de Janeiro. Debret produziu 153 pranchas litográficas, numerosos desenhos e aquarelas.

Seu álbum *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou séjour d'un artiste française au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement* é prodigiosamente rico de informações visuais. Não havia nada de eufemístico em sua descrição da vida cotidiana no Rio, documentando visualmente a terrível situação dos escravos negros e suas punições atrozes. Ironicamente, os próprios artistas franceses que trouxeram práticas neoclássicas para o Brasil, práticas iluministas, “enciclopédicas”, em que a arte era também considerada como agente do conhecimento foram posteriormente rotulados de “inimigos” pelos modernistas, tão nacionalistas, que os viam como uma irrupção de arte espúria ao espírito nacional, alegando que o passado artístico com “verdadeiras” características brasileiras teria sido o barroco “autêntico”, como se o próprio barroco não fosse um amplo movimento de expressão internacional.

No fluxo de artistas estrangeiros retratando o Brasil estavam Landseer e Chamberlain da Inglaterra, Ender da Áustria, Rugendas da Baviera e Hildebrandt da Prússia - todos os quais produziram imagens de real qualidade artística e grande interesse documental. Sem eles, a história não teria retido nenhum registro visual do Brasil ou de seus povos nativos e seus comportamentos durante grande parte do século XIX.

Os artistas brasileiros, por outro lado, estavam empenhados na nobre busca de compor uma bela história na qual o índio nativo surgisse como representação de caráter sublime e sacrifício augusto em imagens grandiosas como *Moema* de Victor Meirelles (1866, Museu de Arte de São Paulo, São Paulo) a partir do poema épico *Caramuru*, de Santa Rita Durão; a mesma personagem índia feminina foi revisitada pela escultura de Rodolpho Bernardelli, *Moema* (1895, Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo). *Marabá* de Rodolpho Amoedo baseou-se no poema de Gonçalves Dias de mesmo nome e *O último Tamoio* (1883, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro), inspirado no poema épico de Gonçalves de Magalhães *A confederação dos Tamoios*; *Iracema*, de José Maria Medeiros (1884, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro), retomava o romance homônimo de José de Alencar). A grande escultura de terracota de Chaves Pinheiro intitulada *Alegoria do Império Brasileiro* (1871, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro) tomava como imagem um índio apolíneo e neo-greco. Só nos últimos anos do século 19 é que Almeida Junior, pintor paulista, recorreu à própria experiência e observação para pintar figuras rústicas ou sertanejas.

A exaltação dos indígenas como antepassados heroicos foi concomitante à construção de outro mito ideológico: a ‘fusão de três raças’.

Sem discussão, os índios nativos foram firmemente considerados grandes protagonistas ancestrais, mas a eles se juntaram brancos portugueses e negros africanos em uma miscigenação harmoniosa. O mito deveria ser fortalecido pelo surgimento do “homem cordial”, noção que informava um traço psicológico positivo brasileiro, descrito por Sérgio Buarque de Holanda em 1936 em meio à desenfreada ideologia nacionalista da época (HOLANDA, 1936). *O povo brasileiro*, livro de Darcy Ribeiro, retomou com força esse mito, em 1995, para apresentar uma versão dramática dessa miscigenação sem, no entanto, desmistificar o desfecho em que as três matrizes básicas se misturam para formar “o brasileiro”. Esta síntese, é claro, exclui “estrangeiros” em geral, ou seja, - todos os imigrantes da Itália, Japão, Alemanha, Coréia etc. que remodelaram o Brasil no século XX.

Entre as obras que reconhecem e reforçam essa fusão, duas pinturas tiveram importância crucial: *A primeira missa no Brasil* e *A batalha dos Guararapes* de Victor Meireles. Pintada em Paris e exibida no Salão de 1861, *A Primeira Missa no Brasil* inspirou-se no relato histórico em que Pero Vaz de Caminha comunicou a seu rei a descoberta do Brasil. Essa carta, com seu maravilhoso efeito de narrativa ao vivo, permaneceu inédita até 1817, precisamente quando foi necessária que surgisse como pedra angular de uma nova história. Foi, numa frase célebre, “o atestado de batismo da Nação”. A seleção da *Primeira Missa* para o Salão de Paris teve grande importância: pela primeira vez, um pintor brasileiro, no caso, um artista que havia obtido uma bolsa do governo imperial, foi reconhecido por uma prestigiosa instituição europeia.

Em sua tela, Meirelles mostrou uma interação pacífica entre os exploradores portugueses recém-chegados e os povos indígenas locais numa cerimônia cristã ao ar livre, da qual toda a natureza participava para formar um templo imenso. *A batalha dos Guararapes*, enorme tela de 494,5 x 923 cm, retrata uma cena de guerra em que brancos portugueses, índios e negros uniram forças contra os invasores no confronto decisivo que pôs fim à ocupação holandesa em 1654. Esta tríplice conjunção construía o mito da primeira expressão de brasilidade patriótica, proclamada pelo relato dos historiadores da nação e pelo grande espetáculo da pintura de Meirelles.

Os modernistas não introduziram grandes mudanças neste cenário, afora emprestar novo caráter formal a certas obras e um divertido ar de irreverência à sua linguagem. O *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade foi publicado em 1928. No mesmo ano, Mario de Andrade escrevia o romance *Macunaíma*. Ambos os autores reiteraram a glorificação da herança

indígena, e *Macunaíma* também reafirmou a matriz do mito das “três raças”.

Tarsila do Amaral ofereceu uma solução tipicamente modernista num quadro excepcional que restaurou a raríssima presença africana na arte brasileira, com seu quadro *A negra*, pintado em Paris em 1923, durante o apogeu do primitivismo e da moda “Art Nègre”. *A negra* ocupou uma posição icônica nas artes brasileiras como a autêntica expressão da presença visual africana na arte brasileira. No entanto, a imagem impressionante e poderosa oblitera qualquer referência ao realismo individual ou social porque projeta o personagem em um reino fantástico. Ao contrário, no mesmo ano, Armando Vianna pintava um maravilhoso quadro, *A limpa das pratas*, em que uma empregada negra se consagra ao trabalho doméstico. Maraliz Christo assinalou a concomitância das duas obras, de Tarsila do Amaral e Armando Vianna. *A limpa das pratas*, prenhe de uma poesia sugestivamente sociológica, ficou esquecida dos historiadores da arte brasileiros lá, nas paredes do Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora. Seu autor, vagamente acadêmico, paisagista de grande mérito e notável nessa obra excepcional, nunca teve o prestígio dos modernistas.

A presença africana nas artes visuais, devo acrescentar, não iria suplantar o simbolismo indígena durante a primeira metade do século ou mesmo depois. Emiliano Di Cavalcanti foi um caso à parte: o uso da mitologia erótica da mulata como objeto do paradigmático desejo sexual brasileiro assumiu um viés modernista. Suas celebradas mulatas, tão apreciadas pelos colecionadores, constituem um exemplo de espírito “brasileiro” reincorporando a presença africana. Significam também o emprego de uma fórmula artística de sabor moderno num tema erótico-nacional que fez, e faz ainda, muito sucesso.

*

A história da arte, está claro, não saiu ilesa no contexto desse nacionalismo. No final do século XIX, Gonzaga Duque³, primeira presença de fato poderosa dentro da história da arte e da crítica artística no Brasil, publicou *Arte Brasileira*, uma avaliação histórica da produção artística local,

3 Luiz Gonzaga Duque Estrada (1863 - 1911): crítico de arte carioca, publicou *Arte brasileira*, em 1888. Em 1899, publicou também *Mocidade morta*, um *roman à clef*, retratando os círculos artísticos *fin de siècle* do Rio de Janeiro.

censurando-a como convencional, arcaica e desatualizada. Segundo ele, essa produção carecia de originalidade e repetia fórmulas gastas. Envelheceu e deveria ser substituída por um espírito renovado baseado no princípio de expressão verdadeiramente brasileira. O mundo artificial mostrado por aqueles velhos artistas era incapaz de fundar uma escola “autenticamente nacional”, como dizia. Estamos aqui já em águas francamente modernas: Gonzaga Duque aspirava a uma arte que, indo além desses temas, encontraria uma forma atualizada e brasileira, profetizando as abordagens modernistas que surgiram no século XX.

A história cultural do Brasil data o surgimento de seu modernismo artístico em 1922. Obviamente, existiram experiências modernistas antes desse ano, mas a Semana de Arte Moderna realizada no Theatro Municipal de São Paulo provocou um escândalo na cidade provinciana. Com a vinda dos imigrantes, a população de São Paulo aumentou de 65.000, em 1890 para 580.000, em 1920, mas o núcleo intelectual e cultural urbano permaneceu pequeno. Embora as obras musicais, literárias e visuais da Semana não apresentassem nenhum extremismo de vanguarda, sua novidade foi suficiente para provocar o escândalo que se sabe. Em meio à comoção que se seguiu, a personalidade incisiva de Mario de Andrade deixou sua marca.

Como teórico fundador do nacionalismo moderno no Brasil, Mario de Andrade defendeu uma arte que seria “autenticamente brasileira” no sentido de se basear nas raízes mais profundas da nação, e não no exotismo. Também deveria ser uma arte moderna e atualizada.

Exatamente como durante o período do “indianismo” romântico, essa abordagem nacionalista surgiu em resposta a estímulos internacionais. Em outras palavras, a demanda pela primitividade bárbara avidamente experimentada na Europa daquele tempo, levou a cultura brasileira a produzir a “barbárie artística” que dela se esperava. Além disso, era vista como uma característica normativa, a ser incorporada pelos brasileiros, que a viam como seu próprio legado natural.

Macunaíma foi publicado por Mario de Andrade em 1927, juntamente a um ensaio teórico sobre a música brasileira (*Ensaio sobre a música brasileira*) que lançou bases para muito além da música, apresentando fundamentos normativos para a prática geral das artes. Junto com *Macunaíma* e sua ficção combinando elementos mitológicos e traços culturais de todo o Brasil, esses livros representam o projeto teórico (*Ensaio*) e o exemplo prático (*Macunaíma*) de Mario de Andrade.

Em ambos os casos, o regionalismo foi substituído pela síntese (que

Mario de Andrade certamente acreditava ser parte integrante de sua própria pessoa). Apagavam-se também as diferenças de classe em benefício de uma identidade nacional.

O momento desses acontecimentos coincidiu com a onda de forças totalitárias ascendentes na Europa e na América Latina. Desnecessário dizer que as crenças próprias à ideologia artística nacionalista evidenciaram afinidades compartilhadas com o regime ditatorial de Getúlio Vargas da década de 1930, que conseguiu agregar nacionalismos de origens ideológicas diversas a serviço de sua agenda autoritária. Villa-Lobos, por exemplo, esteve ativamente envolvido na Semana de Arte Moderna de São Paulo. Ao retornar ao Brasil de uma temporada na Europa trabalhando em seus *Choros*, fazendo composições mais livres e audaciosamente experimentais, ele passou a se tornar o compositor oficial do regime. Nesta posição, arregimentou enormes coros escolares e de jovens, enquanto compunha e dirigia obras patrióticas, e manifestando um retorno significativo à “ordem” com suas *Bachianas*, nas quais misturava a inspiração do mestre Leipzig com temas inspirados no folclore brasileiro. O próprio Mario de Andrade foi convidado a assumir um cargo no Rio de Janeiro para atuar como uma espécie de assessor de Gustavo Capanema, o então ministro da Educação que também era responsável pelos assuntos culturais. Outro exemplo foi Cândido Portinari, membro do Partido Comunista Brasileiro, convidado a trabalhar na decoração do novo prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. O edifício, que se baseou em um projeto de Le Corbusier, implementado pela equipe de Lucio Costa que incluía Oscar Niemeyer, foi construído entre 1937 e 1944. Escultores da alta posição de Bruno Giorgi e Jacques Lipschitz uniram forças com o paisagista Roberto Burle Marx para este empreendimento que confirmou a natureza oficial dos modernistas no Brasil.

As posições teóricas e nacionalistas de Mario de Andrade elegem dois inimigos principais. Um deles é o prestígio da cultura internacional, particularmente europeia e francesa, esta última tendo então grande presença no Brasil. Devíamos nos proteger contra quaisquer influências indesejáveis que traissem o que Mario de Andrade via como uma “essência” nacional.

O segundo inimigo, menos explícito, mais sensível e complexo em termos de inflexões sociais foi o fluxo de centenas de milhares de imigrantes italianos, japoneses, alemães, sírio-libaneses e outros, boa parte dos quais preferiu se estabelecer no estado de São Paulo, ou em sua capital, que era precisamente o universo geográfico de Mario de Andrade e dos outros modernistas de 1922. O mito da “fusão orgânica de três raças” foi fortemente

reativado para excluir, por não serem brasileiras, as culturas introduzidas pelos imigrantes. Esses estrangeiros tiveram que ser assimilados na ideologia nacional, o que significava sacrificar suas contribuições originárias.

Tais princípios teóricos e ideológicos sempre foram baseados nos fundamentos de uma cultura brasileira lançada no século XIX e retomada pela modernidade do século XX. Apesar de ser uma construção ideológica, foi - e em grande parte ainda é - coletivamente experimentada como uma realidade orgânica e ontogenética. O mito das “três raças” - em que os africanos são desenhados como indivíduos passivos e sofredores, algo assim como um fardo folclórico - foi retomado para excluir a cultura dos imigrantes. Eles eram trabalhadores manuais ou pequenos comerciantes, ao contrário dos membros da elite local que se gabavam de suas origens luso-indianas (nunca mencionando negros) e que patrocinavam os modernistas. Essa mentalidade também persistia em reiterar uma estratégia sentimental coletiva.

Nesse contexto, Mario de Andrade compôs uma história teleológica das artes como parte de uma revisão engenhosa do passado, em *Ensaio sobre a música brasileira*. Com ele, o autor buscou consolidar o que chamou de “espírito de raça” e traçou três etapas históricas para a criação artística no Brasil. Em primeiro lugar, o que se poderia chamar de período “inconsciente”. No decorrer da história do Brasil, embora sem ter a noção do processo, os artistas estavam sendo imbuídos do espírito brasileiro. Como corolário, os estudiosos deveriam tentar encontrar traços de brasilidade em figuras do passado, como padre José Maurício, compositor da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Esse seria precisamente o papel de um historiador da arte: detectar características ‘brasileiras’ nas obras.

O segundo período foi o de “voluntarismo” ou “vontade expressa”. É esse o período em que Mario de Andrade e seus contemporâneos estavam ativos. Eles tinham que “querer ser” brasileiros, disciplinados nesse esforço de vontade e fazer uso de exemplos locais, de preferência tirados de uma perspectiva antropológica, ou, como quer Mario de Andrade, do folclore.

Mario de Andrade previu um futuro totalmente “nacional” no qual a música e, implicitamente, todas as artes teriam que ascender a um estágio que ele chama de “Cultural”, “fase livremente estética, e sempre entendendo que não há arte que não reflita as realidades profundas da terra em que se realiza. E então nossa música será, não mais nacionalista, mas simplesmente nacional, no sentido em que são nacionais um gigante como Monteverdi e

um molusco como Leoncavallo” (ANDRADE, 1962, p. 33-34)⁴. Portanto, os artistas contemporâneos tiveram que fazer um esforço para se tornarem “naturalmente” nacionais.

A história das artes proposta por Mario de Andrade buscou sinais dessa essência ‘nacional’ em obras do passado. Era, assim, uma história de precursores; no passado, apesar de sua própria intenção em seguir modelos europeus, os artistas vinham incorporando traços brasileiros em suas próprias características e modos como agentes inconscientes da brasilidade contra grandes referências internacionais. Mario de Andrade também descreve um vetor temporal: os atributos da brasilidade eram mais fracos em artistas mais antigos. No entanto, à medida em que a cultura brasileira se estabelecia gradualmente, esses traços tornaram-se cada vez mais evidentes. Qualidade não entrava em debate: Mario de Andrade mostrou repetidamente desconfiança do que ele chamou de “gênio”: uma personalidade excepcionalmente criativa com suas idiossincrasias prejudicaria o desenvolvimento coletivo “médio” da criação artística, de modo que a “média” tornou-se o ponto principal.

As obras verdadeiramente significativas que uma história da arte e da cultura brasileira deveriam levar em conta não foram as mais inovadoras, elaboradas, inventivas ou excepcionais. O principal critério para essa história da arte é o maior ou menor grau de brasilidade, no sentido em que Mario de Andrade a entendia. Quanto mais essas obras se desviassem de modelos internacionais, melhor. São simplificações baseadas em pressupostos fortemente ideológicos feitos para definir o que “brasileiro” seria ou não – com distinções nacionais definidas por suas bases axiomáticas subjacentes.

Essas formulações teóricas levaram a várias consequências importantes. Em primeiro lugar, a técnica rudimentar foi apreciada, uma vez que os artistas brasileiros podiam não ser hábeis nas práticas de seu ofício. Defeitos ou erros comparados ao domínio e às habilidades das práticas europeias, foram considerados soluções locais que evidenciavam a existência de uma “alma” artística brasileira contrariando as reivindicações dos estrangeiros ao domínio técnico – Mario de Andrade chamava isso de “ruim gostoso”. Na época, o gosto internacionalmente difundido por um

4 Isso seria revisitado em 1941 com uma perspectiva histórica mais acentuada em um estudo da evolução social da música no Brasil (“Evolução Social da Música no Brasil”). Posteriormente, este estudo foi incluído no volume *Aspectos da música brasileira*, em suas obras completas publicadas pela Livraria Martins Editora (São Paulo, 1965).

primitivismo genérico naturalmente forneceu apoio a essas crenças.

O folclore se mostrou um dos melhores meios para caracterizar traços nacionais. Foi utilizado como fonte de inspiração artística e tema a ser pesquisado, começando pelo polímorfo Mario de Andrade, que também foi etnólogo, antropólogo e especialista em folclore. A modernidade brasileira não foi a única que olhou para o primitivismo e o arcaísmo; no entanto, o papel extremamente importante que desempenharam a este respeito deve ser enfatizado.

O evolucionismo de Mario de Andrade também foi acompanhado por uma rejeição paradoxal da história, que ele substituiu pelo que poderia ser chamado de “antropologia atemporal”. Isso também deu forma às ideias de Lucio Costa, arquiteto e urbanista cuja presença na arquitetura brasileira deixou sua marca em práticas interpretativas e continua a fazê-lo: está presente muito cedo em sua carreira, em *O Aleijadinho e a Arquitetura Tradicional* (COSTA, 1929)⁵; é reiterado mais tarde, em *Documentação necessária* (COSTA, 1937); e, finalmente, em *Considerações sobre a arte contemporânea* (COSTA, 1952)⁶.

Os escritos de Lucio Costa compartilhavam afinidades com as opiniões de Mario de Andrade. Segundo Costa, a genialidade de Aleijadinho – artista de exceção - não concordava com “o espírito geral da nossa arquitetura”. Para ele, o centro de referência da brasilidade foi a arquitetura vernacular, anônima e doméstica das casas no período colonial. Marcelo Puppi faz uma bela análise dessa postura em seu apelo *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira* (PUPPI, 1998).

O passado colonial do Brasil, que teria rejeitado as modas estrangeiras prejudiciais no século XIX, deveria ser uma fonte de inspiração para os arquitetos de hoje. Essas noções têm claramente dado forma à preservação do patrimônio, incluindo as reformas cosméticas das chamadas cidades históricas de Minas Gerais e as normas que protegem a arquitetura “barroca”, ao mesmo tempo em que ordenam a novas construções que adotassem o “estilo do século XVIII”.

Em relação aos estudos do barroco brasileiro, a consequência mais drástica foi sua volta para o interior de si mesmo, perseguindo processos evolutivo-genéticos internos e rejeitando práticas comparativas

5 Reprinted in COSTA, 1962, p. 12-16.

6 Reprinted in COSTA, 1962, p. 202-229.

internacionais. Germain Bazin chegou ao Brasil em 1945, trazido pelo *élan* da política cultural de Capanema, e desenvolveu seu trabalho sobre arte barroca e arquitetura, alinhando-se com a mensagem nacionalista. Yves Bruand também o fez, muito mais tarde, em seu livro sobre arquitetura contemporânea no Brasil (BRUAND, 1981), o primeiro a proporcionar uma cobertura sistemática e abrangente da arquitetura brasileira. Independentemente dos méritos indiscutíveis desses autores franceses, eles permaneceram sob a alçada dos círculos ideológicos locais nacionalistas.

Os construtos aqui descritos de forma sintética e simplificada reiteraram mitos, organizaram hierarquias, estabeleceram preconceitos e ocultaram percepções em benefício de imaginários nada inocentes. Construíram belos paraísos com energia poderosamente excludente.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

_____. *Aspectos da música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Campinas: Editora Perspectiva, 1981.

COLI, Jorge. “Episódio e alegoria”. *Anuário do Museu Nacional de Belas Artes*, v. 1, 2009.

COSTA, Lucio. “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1929.

_____. “Documentação necessária”. In: *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, 1937.

_____. “Considerações sobre a arte contemporânea”. In: *Coleção Os Cadernos de Cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

_____. *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1936 (1ª edição).

PANOFSKY, Erwin. *Problems in Titian, Mostly Iconographic*. New York: University Press, 1969.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Pontes: Campinas, 1998.

SOUZA, Alcídio Mafra. *O Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: Banco Safra, 1985.

RECEBIDO EM: 15/03/2021
APROVADO EM: 01/04/2021

O SOLO DO PARAÍSO

The soil of paradise

Edson Passetti¹
Gustavo Simões²

RESUMO

Em “O solo do paraíso” procuramos situar a produção da verdade sobre as Américas do Sul e Central como paraíso terreno dos sonhos sisudos do cristianismo dissolvidos em derrisórias atitudes voltadas para os anarquismos. Vida de andarilhos da liberdade, militantistas que se dispensam dos ativistas contemporâneos e se apartam com ideal estadunidense de democracia que contamina o planeta nesta era ecopolítica.

Palavras-Chave: paraíso, anarquismos, militantismo, ativismo, ecopolítica.

ABSTRACT

In ‘The soil of paradise,’ we seek to situate the production of truth about Central and South America as an earthly paradise for the severe dreams of Christianity dissolved in derisive attitudes towards anarchism. The life of freedom walkers, militantists who dispense with contemporary activists and depart from an American ideal of democracy, contaminates the planet in this ecopolitical era.

Keywords: Paradise; Anarchism; Militantism; Activism; Ecopolitics.

1 Edson Passetti, professor livre-docente do departamento de ciências sociais e programa de estudos pós-graduados em ciências sociais puc-sp. coordena o nu-sol (núcleo de sociabilidade libertária www.nu-sol.org), edita o Observatório Ecopolítica (<https://www5.pucsp.br/ecopolitica/observatorio-ecopolitica/>). E-mail: edson.passetti@uol.com.br

2 Gustavo Simões, doutor em ciências socais e integrante do nu-sol, edita a revista *verve*, é o cantor e compositor gustavo galo. E-mail: gusfsimoes@gmail.com

Antes mesmo dos primeiros colonizadores chegarem à América Central e à do Sul, com espanhóis e portugueses, depois seguidos por franceses e holandeses, pelo Atlântico e o Pacífico, espaços habitados por indígenas nus no litoral, sob o sol do Equador e o frio do sul do continente, muito antes mesmo, “desde a Idade Média, bem antes portanto de ser uma nação geograficamente definida, o nome Brasil já designava uma ilha fantasiosa que no imaginário europeu era uma das tantas representações do Paraíso terrestre. Também conhecida como Ínsula Deliciosa, a Ilha Brasil aparecia, nos primeiros mapas, em torno da costa da Irlanda, e foi freneticamente buscada pelos navegadores ingleses do período” (TREVISAN, 2018 [1986]: 44).

O Brasil, a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, os Andes amazônicos, vistos sem fronteiras, são o imenso espaço continental de possível El Dorado, de destruídas Missões, e de Andes secos que se erguem em montanhas e desertos com o mais limpo e claro céu noturno estrelado, onde nem mesmo cadáveres se decompõem e se instalaram avançados telescópios a vasculhar a imensidão sideral; desertos dos pequenos e grandes cantos onde a ditadura Pinochet matou e deu desaparecimento de muita gente, assim como anteriormente a mineração capitalista, pretendendo apagar uma nostalgia da luz (como no filme de Patricio Guzmán, *Nostalgia da luz*, 2010). Os possíveis sonhos paradisíacos de europeus exóticos, materializados em devastação portuguesa-espanhola, e em degeneração, degradação e destruição sob os toques de clarins europeus e estadunidenses, estão agora sob a atual suposta salvaguarda europeia (quem outrora destruiu, atualmente pretende governar a conservação de *um tanto de possível*), sob a bênção do cristianismo de sempre, voltado às tradições metafísicas, às pobreza, ou mais recentemente aos direitos e às novas condutas adequadas, sob o ecumenismo religioso ou racional do governo fundado na cooperação e na competição pela racionalidade neoliberal capitalista, sempre normal, normalizado.

andarilhos: anarquistas e indígenas

O anarquista José Oiticica, preso em 1925, ao passar pela Ilha das Flores e do Bom Jesus, redigiu uma contundente reflexão, *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, publicada no jornal *Ação Direta* em 1947

e depois feita livro. Para Oiticica, “religião é o processo de subjugar o povo fazendo-o crer num ser onipotente, invisível, dono do universo, castigador dos maus, premiador dos bons. Os maus, naturalmente, são os que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade (...) No ocidente europeu e americano, a religião dominante é a cristã, quer romana, quer protestante, quer ortodoxa (...) Os três ramos dessa Igreja, supramencionados, divergem acesamente, sobretudo o romano e protestante que se excomungam e se odeiam” (OITICICA, 1983: 33). O anarquista, a respeito da criação religiosa do paraíso como efeito da obediência às autoridades e com respeito à propriedade, argumentou: “os sacerdotes romanos, chefiados pelo papa de Roma, têm a seu cargo salvar as almas humanas, separadas do corpo pela morte, dos castigos infligidos eternamente, num lugar de suplícios, o **inferno**. Para furtar-se a tais torturas, devem os homens, acima de tudo, **observar os mandamentos da lei de Deus** e os **dogmas da Igreja**. Esses mandamentos e dogmas encaminham os homens ao **respeito à propriedade** e à **obediência aos superiores**, considerados representantes de Deus na terra (...) Se, porém, os trabalhadores se revoltam contra os patrões, os cidadãos contra o governo, ou se a nação declara guerra a outra, por mais injusta que seja, a polícia pode matar e os exércitos se estraçalharem sem pecado” (OITICICA, 1983: 33, grifos do autor). Aqui se encontra presente a instigante leitura de Mikhail Bakunin sobre as três religiões fundantes da sociedade ocidental e, por que não dizer, globalizada, em busca dos respectivos paraísos: o judaísmo, o cristianismo o e o islamismo (BAKUNIN, 2007).

Contemporâneo de Oiticica, outro anarquista, Florentino de Carvalho, reiterou, ao seu modo, as afirmações do autor de *Ação Direta* e de Bakunin. Vindo ainda criança da Espanha, muito jovem recusou a formação católica. Em uma série de artigos publicados em *A Plebe* no início dos anos 1930, alertou para a ideia de paraíso católico, produção religiosa de um futuro pacificado e redentor. Assim como outros libertários que viveram no Brasil no início do século XX, afetados pelos escritos de Liev Tolstói (em que repercutiu um cristianismo de catacumbas) e Piotr Kropotkin, contestou diretamente a linguagem forjada pela Igreja e seus sacerdotes. Defendendo as práticas de liberdade anteriores à instituição do clero, sublinhou: “Os chamados profetas da civilização da Judeia, Isaías, Malaquias etc., já falaram de um reinado de igualdade para os seres humanos, sem que em sua linguagem se fizesse referência – como se pretendeu falsear depois, a um paraíso de ultratumba” (CARVALHO, 2020: 104-105).

Agitadores contundentes nas primeiras décadas do século XX, Oiticica e Carvalho escreveram incansavelmente em diversos jornais, entre eles, o anticlerical *A Lanterna*, editado muitos anos por Edgar Leuenroth. Por suas vidas vibrantes, na primeira metade do século XX, ambos foram duramente perseguidos e encarcerados. Oiticica passou temporadas recluso na Ilha das Flores e em Bom Jesus. Florentino de Carvalho foi preso em São Paulo, Santos, Recife e nos navios-prisão Curvello e Avaré. Vários de seus contemporâneos e amigos de combate foram enviados pelo Estado para o campo de concentração da Clevelândia, na Amazônia. A prisão localizada em Oiapoque, no Amapá, criação do presidente Artur Bernardes em 1924, logo após a repressão à chamada Revolução de Julho, ficou conhecida durante muitos anos como “Inferno Verde”.

Inspirada na “Ilha do Diabo”, prisão mantida pela França na vizinha brasileira, a Guiana, o suposto inferno criado por Arthur Bernardes, Clevelândia, é o resultado do terror de Estado ao anarquismo e do decreto de estado de sítio entre 1924 e 1926. Depois de entupir as cadeias de São Paulo e Rio de Janeiro, o então presidente ordenou o envio de mais de mil homens para a distante Clevelândia, na época um recente núcleo agrícola. Uma parte considerável dos presos rumo ao norte do país, em um trajeto composto de dias de viagem em navios e barcos cárceres, era formada por anarquistas, identificados por autoridades como o maior perigo para a segurança nacional. Situada no Oiapoque, em língua Tupi “oiap-oca”, a casa dos Waiãpi, um povo indígena que habita a Amazônia, Clevelândia, o campo de concentração, serviu à tentativa política de destruição do pensamento e práticas de liberdade anarquistas, e consolidou o sequestro militar de região fronteiriça, terra de diversos povos indígenas.

Pela América Central e do Sul, principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, os anarquistas e os povos autóctones foram alvos, respectivamente, do massacre das políticas estatais voltadas para o saneamento político-ideológico dos centros urbanos industrializados e da conquista do oeste.

Contudo, anarquistas e indígenas também se encontraram em seus percursos livres e em suas lutas conjuntas. Em 1860, ao norte da América, nos Estados Unidos, Joseph Déjacque, por exemplo, posicionou-se ao lado dos *Pah-Utes* e em confronto direto com militares na Califórnia (DÉJACQUE, 2013). No país vizinho, o México, a partir dos anos 1870, depois de décadas de sublevações *yaquis* e *mayas*, o encontro de *comunards* exilados e certos indígenas empolgou parte das resistências afirmadas por Ricardo Flores

Magón no início do século XX (<http://archivomagon.net/inicio/biografia/>). Também sobre a dispersão após a Comuna de Paris, Claire Auzias, em artigo sobre a vida de Louise Michel, conta que a anarquista, condenada pelo tribunal militar da França em dezembro de 1871, foi exilada pelas autoridades na Nova Caledônia. No território colonial francês, situado no Oceano Pacífico (cortado pelo Trópico de Capricórnio), durante uma década ela coexistiu com os índios *Kanak*: “confraternizou com eles, aprendeu sua língua, recolheu seus contos e lendas e lhes ensinou a escrita. Dividiu ao meio sua echarpe vermelha da Comuna e ofereceu-lhes uma das partes (...). Os Kanak curaram o luto melancólico de Louise Michel, devolveram-lhe o gosto pela luta. Continuaram representando, por toda sua vida, a essência dos povos excluídos pelo pensamento único revolucionário” (AUZIAS, 2006: 106).

Entretanto, ainda hoje pouco se sabe sobre o campo de concentração da Clevelândia do Norte (ROMANI, 2003). Por meio de relatos e documentos, sabemos que aproximadamente metade do contingente encerrado ali morreu de fome ou acometido por doenças típicas da floresta. Pedro Catallo (2007), sapateiro libertário, conta que o anarquista Domingos Passos, um dos poucos a conseguir escapar do campo depois de atravessar rios a nado, carregou por anos os efeitos de uma febre palustre. A existência de Passos, bem como a de Eugène Dieudonné (<https://www.anarquista.net/eugene-dieudonne/>), anarquista francês que compunha o Bando Bonnot (<http://www.anarquista.net/jules-bonnot/>) no início dos anos 1910, e que escapou da prisão guianense Saint Joseph em uma canoa fabricada com folhas de palmeira, expõem a força das resistências antiestatais, antipolíticas, anticoloniais ao sul do éden americano, essa paisagem imaginária criada e construída há séculos pela Europa. Há certo tempo, não são poucos os jovens libertários que procuram estabelecer relações entre povos nômades indígenas da América do Sul e os anarquismos, principalmente a partir das reflexões instauradoras do antropólogo Pierre Clastres (Passetti, 2020), desde a coletânea *A sociedade contra o Estado*, publicada inicialmente em 1974.

Quase duas décadas depois das afirmações do avô José no jornal *Ação Direta*, o artista Hélio Oiticica, em 1967, durante a ditadura civil-militar, apresentou sua corajosa “Tropicália”, composta por materiais como plantas, araras, areia, pedras, a partir de suas vivências pelas “quebradas cariocas”, em especial, no Morro da Mangueira. A proposição visava, segundo o artista, derrubar o mito universalista da cultura brasileira calcada na Europa e na América do Norte. “Para a criação de uma verdadeira cultura, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita

européia e americana terá de ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia da nossa terra (...) o mito da tropicalidade é muito mais do que araras e bananeiras: é a consciência de um não condicionamento às estruturas estabelecidas, portanto altamente revolucionário (...). Qualquer conformismo, seja intelectual, social, existencial, escapa a sua ideia principal” (OITICICA, 1992: p. 125-126), disparou.

Apesar de escamoteado pela ampla maioria de críticos e historiadores da arte, que pretendem colocar em um escaninho o inclassificável Héli Oiticica, em variados momentos, ele citou o avô anarquista como uma de suas mais vitais referências. Como observou Beatriz Carneiro, as transformações entre os Oiticica “se realizavam há pelo menos duas gerações. O avô enfrentou na carne padres, polícia, partidos (...). O pai consolidou um estilo de vida libertário na vivência cotidiana. A família afastava-se dos cânones de culpa e dissimulações corriqueiras na educação” (CARNEIRO, 2003: 181).

Cada vez menos interessado em objetos-obra e mais em propostas tidas como ambientais, dois anos depois da sua Tropicália, em 1969, em Londres (na mesma terra onde se imaginava na Idade Média a “Ínsula Deliciosa” chamada Brasil), Héli Oiticica propôs uma nova experiência, chamada “Éden”. Um ano depois de vivenciar o “Paradise Now”, obra coletiva do grupo de teatro anarquista *The Living Theatre*, mais interessado no paraíso como um presente prazeroso e sem a criação do pecado, anticlerical como o avô e Florentino de Carvalho, “Héli acopla um aspirador e um saco com café dentro para você sentir brutalmente, como se fosse Adão, pela primeira vez, a sensibilidade direta colado com o cheiro, o cheiro desimpregnado da trivialidade cotidiana e impregnando você pela intensidade bruta. No gesto simples de cheirar o café há um traço de pecado porque lembra cafungar cocaína. Héli desejou erradicar esse traço de pecado” (SALOMÃO, 1996: 65), recordou Waly Salomão. Para o poeta, o ÉDEN do artista é oposto à tradução judaico-cristã, pois, “não é um ÉDEN que precede a queda, o ÉDEN HO é o que redime da queda. Redimir-se da queda não pelo mecanismo culposos da labuta alienada – ganhar o pão suado – mas através de uma atitude erótica não repressiva em relação à realidade” (IDEM).

Com José e Héli Oiticica, pensar livremente a partir do sul da América é combater diretamente a religião imposta desde o início da construção do Brasil pela Europa. Se José Oiticica foi uma das grandes referências anticlericais anarquistas da primeira metade do século XX, o artista Héli Oiticica afirmou a sua revolta antieuropeia e antiestadunidense por meio de uma atitude antropofágica singular, radicalizada em meados da

década de 1960. Amiga próxima do Oiticica mais jovem, outra artista, Lygia Pape, declarava-se “intrinsecamente anarquista” e, também, intensificou a perspectiva da antropofagia. “Lembro que o Manto Tupinambá seria cedido pelo Museu do Homem de Paris, pois aqui todos sumiram ou foram destruídos. Eu prefiro fazer meus mantos (...). Eu prefiro fazer minhas homenagens particulares, construindo meu poema tupinambá (...) a história do chefe Cunhambebe, que usava um manto feito de penas tiradas do pássaro guará, pássaro que conheço, (...) essas coisas têm para mim uma ligação muito grande. Além disso, há a questão da antropofagia, da devoração da cultura do outro. Mantos tupinambás já fiz vários. Um é uma grande nuvem vermelha sobre a cidade (...), quando atravesso a Baía de Guanabara, faço um filme, imagino baleias, botos, os índios, eu fico sonhando, visito meu passado, a história se superpõe” (PAPE, 2003: 89). Da pintura corporal Kadiwéu (DJURÁN, 2015; RIBEIRO, 1980) ao Manto de Lygia Pape, há prazer e liberdade que não cabem no mundo ocidental afeito a ascensões e quedas (iniciadas por Adão e Eva, seguidas, como preferirem, pelo Império Romano, a sempre eterna do capitalismo emblemática nos dramas esquerdistas de Bertolt Brecht, como “Ascensão e queda da cidade de Mahagonny”, “A ascensão de Arturo Ui”, e no III Reich), enfim, a relação anarquistas-indígenas está fora do que comunica religião, razão e temática da esquerda política.

Anarquistas e indígenas, estes seres a se mirar e cruzar, sem confins, sabem cada qual a seu modo que “quem alcançou em alguma medida a liberdade da razão, não pode se sentir mais que um andorilho sobre a Terra – e não um viajante que se dirige a uma meta final: pois esta não existe” (NIETZSCHE, 2000 [1886]: 306 {638}).

O solo do paraíso não é algo imaculado destinado a ser tocado por alguém especial para torná-lo produtivo, dele extrair riquezas e delícias saborosas, decompor gente em escrava ou em peça para o gabinete real, paisagem em propriedade. O paraíso não é a natureza intocada ou idealizada, tampouco restaurada, é somente um jeito de tocar na terra de modo abençoado: “o sonho do Brasil como paraíso continuou fecundando a fantasia europeia, indo articular-se de maneira radical na teoria do aventureiro e visionário Pedro de Rates Henequim, um lisboeta que viveu no século XVIII e morou por vinte anos em Minas Gerais, garimpando ouro. Autointitulado profeta, após seu regresso a Portugal, Henequim passou a divulgar a ideia de que o Jardim do Éden se situava no Brasil, local onde Deus iniciara a criação, inclusive falando a língua portuguesa. Para Henequim, o fruto proibido não

era a maçã, e sim a banana, e os rios do Paraíso chamavam-se São Francisco e Amazonas. Dizia também que Adão não passava de um índio brasileiro, fato corroborado por sua pele vermelha inscrita em seu próprio nome, já que a palavra ‘adom’ significa ‘vermelho’ em língua hebraica. Henequim foi enforcado e seu corpo queimado pela Inquisição Portuguesa, em 1744, acusado de uma heresia” (TREVISAN, 2018: 44). Que paraíso terreno, não? Ou melhor, o discurso da ordem não admite a aproximação entre as práticas indígenas de tribos com organização hierárquica restrita e os anarquismos. Simplesmente, “no começo nosso planeta era quente, amarelento e tinha cheiro de cerveja podre. O chão era sujo de uma lama fervente e pegajosa” (HERINGER, 2016: 11).

a vida não cabe num ato, decreto, livro sagrado ou profano...

A arrogância humana é enorme e exagerada. Determina as leis da natureza, a vivência com religião entre povos nômades e isolados, a evolução civilizatória, a divina criação do mundo (incluindo a Terra como centro do mundo, a Europa como o centro da Terra, colonizando todos os cantos do planeta, os EUA como centro do globo), a beleza chamada o humano proprietário em aperfeiçoamento (que, com obviedade, mira-se na imagem de Deus), a meta para qual cada um destes seres deve seguir rosado, feliz e responsável. “A população de tizius no Queim gira em torno de meia dúzia de indivíduos, não importa a década. O pássaro mesmo, que inspirou o nome, eu nunca vi. É preto-azul e canta ‘ti-ziu, ti-ziu’ (ouvi na internet), só isso: ‘ti-ziu’ a vida inteira. Quando um personagem negro faz sucesso na TV, o número de tizius tende a diminuir, porque as crianças acham outros apelidos: Tião Macalé, Mussum, Pelé, Vera Verão, Obama” (HERINGER, 2016: 90).

Nem tudo renasce, regenera, restaura ou se recompõe. Se esquece, propositalmente, a decomposição dos organismos, apesar de haver estudos sobre os organismos em apodrecimento ao longo do tempo, a tafonomia (*taphos*, em grego, túmulo), sobre o que desaparece porque é vivo e morre. Como um cavalo que morre tempos depois de degustar e deglutir a grama ou feno em que um gambá urinou, por uma doença conhecida

como mieloencefalite protozoária equina. O que é vivo morre, porque tem que morrer: uma pessoa, um indivíduo, divíduo, uma espécie. Não cai céu nenhum em cima dos vivos porque outros vivos matam, infectam, separam, exibem suas filantropias. Pode sim um meteoro ou algo gigante vindo do espaço sideral acabar com tudo. Isso pode, com ou sem o(a) melancolia (Lars von Trier, *Melancolia*, 2011). O resto das produções intencionais de mortes não devem acontecer, nem capitalismo nem socialismo.

Tudo que há de ruim é resultado do erro, falta, queda do humano, como culpa, desacato, atentado ao soberano celestial ou terreno. Doenças, inimizades, loucuras, pandemias, pestes e demais subordinações com as quais o humano aprende a conviver estão naturalmente relacionadas à sequele religiosa ou a uma grosseria ao que é, está ou será superior. Sempre devemos ser devedores dos superiores, ambicionar ser como eles, fazer da nossa existência uma sobrevivência espelhada no governo dos mais fortes, pela força, pela astúcia ou ambas, pela *sua* beleza. Praticar o contínuo exame de consciência; dispor-nos, mesmo nas descontinuidades, aos condutores de consciência. Seremos menos!

Os descontentes armaram utopias, arquitetaram suas vidas para percorrer certos caminhos certos destinados à fantasia que criaram, sonham vivenciar, mas sempre a fortalecer a crença em algo possível, no futuro (jamais lhes passa pela cabeça um *no future!*, enunciado pelos punks nos anos 1970). Se os gregos justificaram haver a “ilha dos bem-aventurados” para homens especiais, os cristãos legaram o paraíso (e a seu modo, também o islamismo) como o lugar presenteado aos bons e obedientes depois da morte, os líderes comunistas propuseram a Terra como paraíso! O cineasta Elio Petri, em 1971, no filme *A classe operária vai ao paraíso*, mostrou bem qual era o paraíso reservado a ela. O grande presente ofertado aos humanos subalternos, pobres, doentes e conformistas; o maior presente aos homens mártires do islamismo; o bom presente ao convalescente que virou doente crônico. Um solo movediço, nada de solo firme, mas o éter (quase ou mais que o aristotélico quinto elemento).

Andre Sant’Anna (2006) segue o garoto que gosta de sanduíche americano servido no prato, acompanhado com refrigerante guaraná, no litoral norte de São Paulo, em busca de dinheiro, fama e mulheres, como jogador de futebol profissional, que acaba negociado com o clube Herta Berlin, na Alemanha, e lá vira terrorista, explode com uma bomba em seu corpo e agoniza num leito de hospital, sonhando com quase uma centena de virgens que Alá lhe ofertará no paraíso depois de sua morte, todas chupando

as pastilhas verde-açucaradas “Campos de Jordão” para limpar o hálito, para que todas tenham o mesmo hálito, que todas sejam só dele. Finalmente. É um dos paraísos do miserável brasileiro. Tornar-se jogador de futebol de sucesso com carros, mulheres e muita foda, sair do esquecimento e da fome e mostrar que há um paraíso na Terra, sim, para ser atravessado numa Ferrari amarela.

É curioso constatar como o paraíso é a versão do capitalista ou do assalariado bem-sucedido (e do mal também, que ama até mesmo a fétida ou a desinfetada favela “onde nasci”). Neste caso e, por muito menos, homens e mulheres acham que vivem no paraíso, mesmo que zanzando pelo zunir das balas *perdidas*. Sabem que é preciso amar: a Deus e os deuses/deusas, a família (hetero ou homoafetiva), a irmandade, esta humanidade de todos (o trabalho, a comida feita, dada, comprada ou doada, os animais, as plantas e a “natureza” e o meio ambiente, a comunidade, o universo, mesmo que surrem suas mulheres, os filhos legítimos ou adotados, os enteados e enteadas ou os/as bolinem...). Melhorar de vida, melhorar na vida, obter mais acesso a variados bens de consumos, restaurantes, viagens e até ecoturismo exitosamente documentados nas redes digitais estampando um self-sorriso. Podem ir longe com os pacotes de viagens ou pelas tecnologias de informação e comunicação; ir até mesmo aos mesmos lugares que a jovem santificável Greta Thunberg e o *seu* Friday’s for Future vão para defender o meio ambiente e produzir jovens lideranças para a defesa contra a degradação do planeta (Observatório Ecopolítica 79).

O paraíso passou a ser natureza definida como meio ambiente preservado/conservado (os termos, à primeira vista, podem parecer contraditórios, mas são complementares por não colocarem riscos ao capitalismo de ontem, hoje e amanhã, à racionalidade neoliberal atual e ao Estado de sempre); preservado/conservado por cada um, por agências e a ser visitado por aqueles que maravilham e se maravilham. Preservado e conservado como constituintes do leque pluralista democrático que sempre *inclui*. Ser mais radical do que apenas aceitar as medidas de conservação; arregimentar gentes presencialmente ou por redes digitais para cuidados ecológicos e obter a degradação contida, a restauração encaminhada, os acordos do clima cumpridos, nosso dever para que as futuras gerações sobrevivam em um planeta mais humano e preservado, com melhor qualidade de vida. Gente do local e de fora, cidadão da Terra, para além de sua nacionalidade, coisa para cosmopolita. Tudo com muita moderação para não colocar em risco o sistema. Era *ecopolítica* do incentivo à participação, à formação dos ativistas, a prática de liberdade fecunda à racionalidade

neoliberal e que orchestra da extrema direita à extrema esquerda política e vice-versa (PASSETTI, 2020; PASSETTI, et al. 2019).

A predominância do ideal estadunidense de democracia conjugado com a dominância da racionalidade neoliberal tem mostrado uma faceta mais que curiosa. Desde que passou para segundo plano o ideal revolucionário de matriz francesa que dominou os séculos XIX e XX, a clássica distinção entre as forças parlamentares em direita e esquerda virou uma miscelânea. Para os propósitos da racionalidade neoliberal não há distinção nítida entre direita e esquerda, assim como centro, e extremas direita e esquerda. O ideal estadunidense oscila entre democratas e republicanos, e depois da II Guerra Mundial isto é cada vez mais nítido, agrupando em seus respectivos interiores esquerda e extrema-esquerda e direita e extrema-direita. Recomenda-se moderação das condutas de seguidores de ambos. Portanto, à direita e à esquerda. Enfatiza-se a defesa da democracia sem radicalismos e tendendo ao centro político-parlamentar para que ocorra fortalecimento dos partidos políticos e das instituições políticas, e ongs, fundações e institutos. Tudo deverá estar contido no leque pluralista democrático-republicano que ilumina o que é direita e esquerda, situa os defensores da democracia liberal, do nacionalismo, das condutas retrógradas, dos reacionarismos, das defesas dos portadores de direitos de minorias, de mais ou menos intervenção do Estado, mas sem deixar de perder a ênfase em educação e saúde. E não “tolerar” nada de contestações fora deste ramerrão.

A Terra não é, nem nunca foi o/um paraíso, mas recomenda-se que devemos evitar que ela se transforme no inferno. Hoje em dia, mostrando como somos resilientes! Na Terra devemos preservar certos espaços, lugares com natureza paradisíaca com os indígenas incluídos e os isolados, conservar os nativos e os ribeirinhos, estar ao lado e junto (os mais atrevidos aconselham juntos e misturados) com os ecologistas, as empresas de loteamentos seletivos, de exploração de minérios... todos certificados. O civilizado capitalista, defensor da sustentabilidade, da economia verde e da azul, está irmanado aos assalariados e populações locais aninhados em variadas instituições respeitáveis, dispostas até em negociar com os capitalistas selvagens, juízes e políticos, para conservar o que já conseguiram pela sua condição de portadores de direitos inacabados; para redimensionar como e o que comer, incluindo os indígenas em suas terras demarcadas, os quilombolas; para andar *todos juntos* de cabeça erguida, compondo uma nova política capaz de articular macropolítica e micropolíticas em favor da vida. Parece até que, propositalmente, esqueceram não haver relações de

trabalho no capitalismo que não sejam precarizadas, e que o investimento no vivo, nesta sociedade-Estado, é sempre no produtivo. O capitalismo e seu Estado de bem ou mal-estar social deixa morrer, e precisa matar (às vezes, explicitamente, como no nazismo, ou mais recentemente, sob a chamada pandemia pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2, primeiro entre os médicos europeus nos hospitais durante o atendimento a infectados e com Covid-19, decidindo quem deveria viver, quem deveria morrer por não haver equipamento necessário ao atendimento). “Só uma espécie cansada inventa o carro-forte, o telemarketing e a plástica no nariz. É tarde demais para morrer com elegância!” (HERINGER, 2016: 112).

A Terra pode não ser e nunca terá sido um paraíso (girando em *A via Láctea* buñuelasca, em 1969, enquanto os peregrinos seguem linhas retas em direção a Santiago de Compostela), e nem será. As religiões nos ensinaram que nossa casa/nosso lar, pode/deve ser o paraíso (palavra do pastor, palavra do Senhor). A psicanálise instrui a adaptar-nos, a psiquiatria a ajustar-nos, a medicina a termos normalizações na saúde e a sermos normais com o reforço da pedagogia. A história nos forma/informa para que devamos punir e recebamos punições e recompensas (estas também se humanizam ao longo da civilização) para o nosso bem, para a nossa segurança e a de *todos*. As dicotomias apenas reiteram a complementaridade na suposta contradição. Elogio da moral (NIETZSCHE, 2009).

Por molestar o dono do paraíso o casal de lá foi expulso, recebeu seu castigo e dele adveio o fratricídio, o incesto, a traição, a culpa exponencial. Paraíso, ao seu modo, para quem o merece como proprietário (com seus ajudantes, servos, empregados, escravos), com o bajulador sempre ao lado de quem manda; para o simplório conformista no pequeno cômodo de uma habitação coletiva a ser catalogada como suja, pervertida, empestada, degenerada e degradada. Por ter, ostentar, ou por humildade, cada um carrega sua versão de paraíso. Mas não há paraíso para quem caminha. O andarilho não se aproxima dos peregrinos, nem a eles se assemelha. Indígenas nômades, isolados e andarilhos não sabem ou não querem mais saber de paraíso. Vive-se a vida à distância dos bem-intencionados e dos zeladores da ordem: duas faces conservadoras, duas caras moderadas de sentinelas, dois rostos disformes na dor e nos desesperos repetitivos captados pelo pintor Francis Bacon. Duas faces do mesmo rosto que não suporta a alegria e as experimentações do artista da existência Hélio Oiticica com sua arquitetura móvel da revolta (PASSETTI, 2008; PASSETTI E SIMÕES, 2018); que não viram ou notaram a beleza da arte de existir no futebol inventado por Pelé.

“Não tem leis depois da passarela da avenida Brasil, o portal dos subúrbios. Nem corrupção. O homem puro é aquilo mesmo, um bicho esperto o suficiente para inventar a faca e tirar dela a conclusão mais óbvia: o assassinato. Corruptos são os que escreveram os códigos, porque inventaram o crime. Daí em diante, foi aquela coisa de sempre: cadastros, arquivamentos, carimbagens, homologações, prédios de escritórios, planos de previdências, manuais de boa conduta no trabalho, Kafka, engarrafamentos na avenida Rio Branco, departamento de recursos humanos. Inventaram todo tipo de castração para frear nossas fomes de carniça. Hoje, um urubu é mais homem que o homem – cidadão, funcionário, eunuco” (HERINGER, 2016, p. 29).

Essa reflexão em torno das “invenções” trazidas intensamente pelo jovem escritor, talvez suicida, Heringer, seria ainda mais cruel (atitude antissuicida) se tratadas como “criações”: Deus cria, o Homem cria, a Espécie cria, o Autor-Artista cria, o trabalho intelectual CRIA... As criações são resultantes dos efeitos reais na vida de qualquer um para sonhar em fazer deste solo um paraíso: estar conforme às leis, normas, condutas, esculturas fixas ou móveis que preservam as fronteiras dos espaços onde se encontram (como as monitorias em exposições de artistas contemporâneos que impedem que se toque o que foi feito para ser manuseado, ou que se enclausure uma obra no cubo branco dos museus); transgressões conhecidas e toleradas para que reformas se ampliem; espaços delimitados mesmo que em deslocamentos, para que não sobressaia o viajante ou o andarilho e consolide o que constitui o migrante e o turista da existência, os assujeitados, os obedientes e pretendentes à felicidade, simplesmente, os críticos acomodando o melhor no momento ou os ressentidos resmungando.

As invenções são diferentes. Trazem desafios, ineditismos, surpresas e experimentações que podem dar ou não em real, mas que o contêm e o transformam. As invenções são próprias das heterotopias, em especial das libertárias, para acontecerem neste exato momento, sem que transpirem idealizações temporárias em um espaço, como realização constante de práticas de liberdade e de redução da presença das autoridades hierarquizadas e hierarquizadoras. Em viagens de barco no século XIX, heterotópicos foram a socialista Flora Tristan e, posteriormente, seu neto, o artista Paul Gauguin. Flora, vivendo sua existência no momento das lutas revolucionárias e Gauguin, ao retirar-se da modorrenta vida burguesa na Europa (PASSETTI, 2004) com destino ao Taiti. Heterotopias libertárias não são democráticas, obviamente porque nenhuma heterotopia pretende-se universal, condutora de condutas: estão voltadas para ativar atitudes.

o prazer não é sinônimo de paraíso

“Pierre Moreau, viajante francês que esteve no Brasil a partir de 1645, relatava que, durante o curto período da colonização holandesa em Pernambuco, ‘todos levavam vida lasciva e escandalosa; judeus, cristãos, portugueses, holandeses, ingleses, franceses, alemães, negros, brasileiros, tapuias, mulatos, mamelucos e crioulos coabitavam promiscuamente’. No século XVII, tal fato foi confirmado pelo cronista português Simão de Vasconcelos, para quem os colonos em nada diferiam dos índios, ‘porque sendo cristãos viviam a modo dos gentios’. Nesse contexto devasso, operava-se uma metamorfose moral: suspendia-se a culpa. Em sua famosa carta sobre a descoberta do Brasil, o escrivão Pero Vaz de Caminha comentava que as mulheres índias andavam com ‘suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, *não tínhamos nenhuma vergonha*’. No século XVII, a partir de suas vivências no Brasil, o historiador Caspar van Baerle, também conhecido como Gaspar Barléu, universalizou uma curiosa observação, que se tornaria paradigmática: *ultra equinoxialem non peccari* – ‘para além do equador não há pecador’” (TREVISAN, 2018: 67).

Albert Eckhout, pintor holandês, no século XVII, acompanhando a ocupação holandesa no nordeste do Brasil, realizou várias pinturas como botânico, compôs naturezas-mortas, retratou pretos e mestiços, e bichos que viviam por aqui, como também indicou em sua obra pictórica a distinção dos tupis (indígenas que pareciam dispostos à aproximação e convivência de forma domesticada) dos tapuias (que confirmariam as teses exóticas que circulavam pela Europa a respeito da antropofagia, canibalismo, de gente perigosa. E eram mesmo.) A arrogância branca europeia, não só a de espanhóis e portugueses, via as populações locais como parte de uma exuberância à qual eles não só tinham acesso como o direito de governar seus corpos e almas. Não eram humanos que viviam impérios ou culturas similares às que encontraram na Ásia. Passaram a tomar as populações nativas como escravas e, quando este uso, rapidamente, mostrou-se improdutivo, passaram a comercializar corpos escravos com culturas hierarquizadas africanas, por meio das chefias, ou simplesmente, pelo sequestro. Na América espanhola, ao se chocarem com outras culturas hierarquizadas, a questão era a de vencer a guerra, tomar o ouro e a prata, fazer escravos, estabelecer seus monumentos sobre os dos incas, maias ou astecas.

As culturas identificadas como mais simples ou pouco hierarquizadas ainda não eram alvo de sequestro de bens, esculturas e edificações para acervo de museus europeus. Mas a prática de fazer certos escravos em sujeitos livres para domesticarem seus assemelhados ganhou expansão, notoriedade e efeito de assujeitamento, acostumando-os a serem as vítimas históricas de ontem e de hoje. Estes primeiros colonizadores foram ardilosos ao criarem o controle dos de baixo pelos de baixo, por bondade cristã ou por estratégia de mando e obediência. Construíram, com a adesão dos de baixo, um enraizamento que se hoje permanece menos sanguinário é, todavia, mais atroz, fazendo com que os herdeiros desta condição escravocrata, depois de juridicamente livres, passem a aceitar cada vez mais direitos compensatórios do mesmo Estado branco que quase os dizimou e que agora produz a gestão calculista de suas vidas.

Durante a colônia e o Império, irromperam resistências como os zungus e os quilombos afirmados por mulheres e homens que se liberaram da escravidão. Mais tarde, ao longo do império, eclodiram revoltas negras, como a dos malês e, na ultrapassagem do século XIX e início do XX, episódios como o Dragão do Mar e a Revolta da Vacina levada adiante por João Candido. Os dois últimos acontecimentos foram registrados por Aldir Blanc e João Bosco em “Mestre Sala dos Mares”, em 1974, título dado após a censura na ditadura civil-militar vetar os títulos anteriores: “Almirante Negro” e “Navegante Negro”. Fica a pergunta: insurgências contemporâneas haverão de empolgar a segunda década do novo milênio? O fato é que hoje não há garantia às terras demarcadas de indígenas ou quilombolas para seus herdeiros comprovados pelo regime da política das leis, simplesmente porque se trata de uma gestão do Estado sobre a terra *pública* numa economia capitalista. Tudo depende e dependerá das boas intenções dos governantes. E como diz o ditado cristão: de boas intenções o inferno está cheio!

Um ano antes do lançamento de “Mestre Sala dos Mares” na voz de Elis Regina, e três séculos depois de Eckhout e de Gaspar Barléu, veio a chamada geração anos 1960-1970, a geração poético-musical brasileira cantando não haver pecado abaixo do Equador com suas verdades tropicais. E por isso tudo e sem isso tudo, há o sexo, “o que não tem governo e nunca terá” (*O que será?*, canção de Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento, 1976). Alguns dos versos de Chico Buarque de Holanda em “Não existe pecado do lado de baixo do Equador” (em *Chico canta*, LP, 1973), canção composta para a peça “Calabar”, foram também censurados pela ditadura civil-militar em 1973, ano em que o governo de Garrastazu

Médici ampliou ainda mais a tortura e a execução de mulheres e homens resistentes às violências do Estado.

Mesmo com a censura, 1973 foi o ano em que os estranhos e sensuais *Secos e Molhados* circulavam país adentro. Cinco anos depois, em 1978, Ney Matogrosso, agora em carreira solo, lançou a versão mais escandalosa da canção. Na mesma época, entre jovens, estudantes e anarquistas, rodava o debochado jornal *O Inimigo do Rei*. O periódico que irrompeu em Salvador não somente atualizava os combates anticlericais dos anarquistas do início do século como os associava às afirmações de 68, sobretudo, as ligadas à intensificação do prazer (SIMÕES, 2007). “Trabalhadores de todo o mundo, façamos uma grande suruba” ou “Quem não trepa se Freud” (BAQUEIRO; NUNES, s/d) eram algumas das reportagens estampadas no jornal, com esculhambações explícitas não somente à ditadura, mas também ao marxismo e à psicanálise. Os jovens integrantes e editores de *O Inimigo do Rei*, ao lado do já experiente Roberto Freire, com seu “Paraíso Agora” (ensaio publicado também em 1978, em *viva eu viva tu viva o rabo do tatu*) mexiam, Ney Matogrosso mexia, também, com os costumes sagrados, à direita e à esquerda, criados pela política. Era um tal de mexer os quadris!.

Com os anarquistas e a interpretação radical de Ney Matogrosso, expõe-se com nitidez que em corpos e espaços onde não há pecado, isto é, onde não há a ideia de paraíso e castigo criadas pela igreja e os segmentos superiores destas culturas hierarquizadas, abunda o prazer. Isso não é reduzir os combates libertários ao refúgio hedonista, mas mostrar que para existências corajosas não há luta dissociada de prazer. Décadas antes das liberações dos anos 1960 e 1970, nos últimos anos do século XIX, mais precisamente na Colônia Cecília, mulheres e homens libertários scandalizaram a sociedade brasileira ao experimentarem o prazer tanto no amor como no cultivo autogestionário do estreito pedaço de terra situado no Paraná, assim como se scandalizaram ao se verem pegos por uma mesquinharia dos soberanos, o ciúme. Ninguém é inocente! Apenas uns são mais corajosos que outros para inventarem liberdades e com elas lidar.

“Mas também fiquei pensando que, apesar de tudo, apesar de nossa fragilidade e ignorância, temos uma incrível vantagem sobre as estrelas – o tempo trabalha para nós, nos dando uma enorme possibilidade de transformar o mundo sofredor em um mundo feliz e tranquilo. As estrelas é que estão presas em seu poder e, essencialmente, não conseguem nos ajudar. Criam apenas redes, tecem nos teares cósmicos urdiduras que nós mesmos precisamos preencher com nosso próprio fio. E pensei, então, numa

hipótese interessante: talvez as estrelas nos vejam da mesma forma como nós enxergamos nossos cães – nossa consciência supera a deles. Em certos momentos, sabemos o que é melhor para nossos bichos de estimação: usamos uma guia para passear com eles e para que não se percam, os esterelizamos para que não se reproduzam despropositadamente e os levamos ao veterinário para tratá-los. No entanto, eles não entendem como, por que ou para quê. Mas acabam se submetendo. Então, talvez, nós também deveríamos nos submeter às influências dos astros, mas despertando, ao mesmo tempo, nossa sensibilidade humana” (TOKARCZUK, 2019: 196).

Em lutas infundáveis anticlericais e antipolíticas, desde a colônia, passando pela Independência e pela Proclamação da República, por ditaduras e democracias, o paraíso, a sua ascensão ou queda, não traz questões importantes, simplesmente por reiterar a cultura do castigo. O paraíso é mais uma criação; no caso, uma criação do próprio “criador”, a obra do dr. Frankenstein, mesmo com a sua sensibilidade humana estimulada, é o ser condenado a não dar certo, por ser a aberração científica.

Não há dúvida de que vivemos em um terrível momento de ampliação de violências. Contudo, é sempre possível resistir abolindo as práticas consoladoras e vivendo o prazer, essa invenção incontrolável, por mais de um. Não há prazer no paraíso; o reconhecimento deste prazer no sexo e no erotismo foi a sua condenação a priori, a vivência para a mortificação pelo pecado, a transgressão conhecida favorável à reforma da norma e à lei, consolidação do dogma. Sonhar com o paraíso terreno nada mais é ou será que obedecer aos efeitos de poder dos que comandam. Prazer e paraíso são existências excludentes para indígenas e libertários. Para ambos, andarilhos, indígenas e anarquistas, importam as atitudes e a existência evitam o aparecimento da punição.

Bibliografia citada

AUZIAS, Claire. “Louise Michel”. In *verve*. Tradução de Dorothea Voegeli Passetti. São Paulo: Nu-Sol, vol. 10, 2006, pp. 101-108. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/02/Verve10.pdf>

BAQUEIRO, Carlos e NUNES, Eliane. *O Inimigo do Rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

BAKUNIN, Mikhail, “O princípio do Estado”. In *verve*. São Paulo: Nu-Sol, v. 11, 2007, pp.50-77. <http://www.nu-sol.org/verve/verveview1.php?id=11>

CARNEIRO, Beatriz. *Relâmpagos com claror: Lygia Clark e Hélio Oiticica, vida como obra de arte*. São Paulo: FAPESP/ Imaginário, 2004.

CARVALHO, Florentino. “Anarquismo e sindicalismo, 1ª. Parte”. In *verve*. São Paulo, Nu-Sol, vol. 38, 2020, pp. 104-141. Disponível em: <https://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2020/11/verve38.pdf>

DURÁN, Maria Raquel da Cruz. “Leituras antropológicas sobre a arte Kadiwéu”. Cadernos de Campo n. 24. São Paulo: USP, 2015, pp. 43-70. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3268089/mod_resource/content/1/Caduveo.pdf

DÉJACQUE, Joseph. “Joseph Déjacque, Le Libertaire, jornal publicado nos Estados Unidos entre 18587-1861”. In Revista *Ecopolítica* n.7, São Paulo: PUC-SP, 2013. Disponível em:

HERINGER, Victor. *O amor dos homens avulsos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MATAR, Denise. *Lygia Pape: intrinsicamente anarquista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano. Um livro para espíritos livres*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OBSERVATÓRIO ECOPOLÍTICA. São Paulo- Nu-Sol/PUC-SP, n. 79, outubro de 2020. Disponível em : <https://www5.pucsp.br/ecopolitica/observatorio-ecopolitica/n79.html>

OITICICA, Hélio. Hélio Oiticica. *Catálogo da exposição curada por Guy Brett, Catherine David, Chris Dercon, Luciano Figueiredo, Lygia Pape*. Galerie Nationale du Jeu de Paume (Paris), Projeto Helio Oiticica (Rio de Janeiro), Witte de With (Rotterdam), 1992.

OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. São Paulo: Econômica, 1983.

PAPE, Lygia. *Lygia Pape: Intrinsecamente anarquista*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

PASSETTI, Dorothea. “Pierre Clastres e a antropologia libertária”. In Oddone, Bruno G & Pose, Gustavo M. (eds) *Aportes al pensamiento anarquista y a la filosofía contemporánea*. Montevideu: Parrhesia, 2020, pp. 137-151.

PASSETTI, Edson. “Ativismo e militatismo anarquista”. In *verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol. 38, 2020, pp. 168-201. Disponível em: <https://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2020/11/verve38.pdf>

_____. “A arquitetura da revolta”. In Margareth Rago e Silvio Gallo (orgs) *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?*. São Paulo, Intermeios/Fapesp, 2016, pp. 63-71.

_____. “Heterotopias libertárias”. In *verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol. 2, 2002, pp. 141-173. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2017/11/verve2.pdf>

PASSETTI, E. et. ali. *Ecopolítica*, São Paulo: Hedrta, 2019.

PASSETTI, Edson e SIMÕES, Gustavo. “68 e os andarilhos”. In *Direito e práxis*. Rio de Janeiro, UERJ, v. 9 n. 2, 2018, pp. 998-1015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/33902>

RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu. Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes 1980.

ROMANI, Carlo. “Clevelândia do norte – aqui começa o Brasil!”. In *verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol. 3, 2003, pp. 314-320. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2017/11/verve3.pdf>

SALOMÃO, Wally. *Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

SANT’ANNA, André. *O paraíso é bem bacana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SIMÕES, Gustavo. “Para uma militância divertida: ‘o inimigo do rei!, um jornal anarquista’”. In *verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol. 11, 2007, pp. 168-181. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/02/Verve11.pdf>

TREVISAN, José S.. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade* [1986]. São Paulo: Objetiva, 2018.

TOKARCZUK, Olga. *Sobre os ossos dos mortos*. Tradução de Olga Baginska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019.

RECEBIDO EM: 03/03/2021
APROVADO EM: 05/04/2021

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES EM DISPUTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: BOLSONARISMO *VERSUS* TROPICALISMO

Bodies, genders and sexualities in dispute in contemporary Brazil: Bolsonaroism versus Tropicalism

André Duarte¹

Maria Rita de Assis César²

RESUMO

A partir de uma chave teórica filosófico-política de inspiração benjaminiana, discutimos o atual embate em torno aos significados atribuídos aos corpos, gêneros e sexualidades no Brasil, contextualizando a discussão no marco da história brasileira recente. Sem proceder a uma análise exaustiva acerca da história política e cultural brasileira, abordamos o referido confronto a partir da formulação de duas imagens alegóricas, as quais condensam e imantam duas formas opostas de viver, nas quais os corpos, gêneros e sexualidades recebem especial atenção, porém a partir de duas perspectivas valorativas contrapostas entre si: uma que denominaremos de bolsonarista e outra que chamaremos de tropicalista. Consideramos que o modo como os corpos, gêneros e sexualidades são vividos atualmente constitui um aspecto decisivo para a qualificação do potencial e dos riscos políticos que assediam a democracia brasileira na atualidade.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Tropicalismo; Corpos; Gêneros; Sexualidades; Democracia.

1 Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. É Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Bolsista de Produtividade do CNPq 1-C. E-mail: andremacedoduarte@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8401-0032>

2 Professora Titular do Departamento de Teoria e Prática de Ensino da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. É Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Bolsista de Produtividade do CNPq 2. E-mail: mritacesar@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5843-2899>

ABSTRACT

Freely inspired by a Benjaminian philosophical-political standpoint, we discuss the current Brazilian clash around the meanings attributed to bodies, genders and sexualities, contextualizing the discussion within the framework of recent Brazilian history. We do not provide an exhaustive analysis about the recent political and cultural Brazilian history; rather, we approach that clash by formulating two allegorical images, which condense and magnetize two opposite ways of living, in which bodies, genders and sexualities receive two opposed valuing perspectives: one that we shall call “bolsonarism”, and another that we shall call tropicalism. We consider that the way such experiences about the bodies, genders and sexualities are lived constitute a decisive aspect for the qualification of the potential as well as the political risks that beset Brazilian democracy today.

Key-words: Bolsonarism; Tropicalism; Bodies; Genders; Sexualities; Democracy.

Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio
Teria despido
O português.
(Oswald de Andrade)

Como todo movimento explosivo, o tropicalismo deixou estilhaços em diversos lugares da cultura brasileira e, à medida que o tempo passa, descobrem-se fragmentos que ainda fervilham e geram novos focos de criação de alguma forma tributários daquele final dos anos 60.
(Luiz Tatit)

O *páthos* deste trabalho: não há épocas de decadência.
(Walter Benjamin)

É difícil abordar a temática dos corpos, gêneros e sexualidades no Brasil sem incidir em velhos e bem estabelecidos *clichés* relativos a uma suposta identidade nacional. Durante décadas, talvez mesmo por séculos,

construíram-se narrativas segundo as quais seríamos um povo abençoado ou amaldiçoado em função do lugar decisivo que corpo, gênero e sexualidade ocuparam em nossa história, evidenciado já desde a carta escrita no 21 de abril de 1500 por Pero Vaz de Caminha. Lembremo-nos do zelo minucioso com que descreveu ao rei D. Manuel os “bons corpos” e os rostos e narizes “bem-feitos” dos primeiros “mancebos” avistados na praia, além da criteriosa descrição daquelas três moças “bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras” (CAMINHA, pp. 3 e 4, s.d.), para não falar daquela outra, que os portugueses tentaram vestir durante a primeira missa, mas sem sucesso. Está claro que desde o primeiro dia o invasor português não teve olhos apenas para os tesouros que aquelas matas frondosas pudessem ocultar, mas também para os corpos que seriam prontamente transformados em força de trabalho escravizada e em fonte de prazeres extorquidos, deixando marcas perenes em nossa história.

Contudo, se é inegável que corpos, gêneros e sexualidades sempre estiveram no centro de construções narrativas visando definir quem somos, parece-nos importante não seguir a trilha daqueles argumentos que construíram o mito de uma suposta liberdade sexual e corporal que, entre nós, jamais teria sido totalmente domesticada pelo invasor católico; nem tampouco os argumentos acerca de uma repressão sexual continuada, a qual teria feito de nós uma sociedade hipócrita com relação ao corpo e seus prazeres, cindindo-nos entre aquilo que dizemos publicamente e aquilo que fazemos em privado. Há certamente muito de verdadeiro e de falso nesses dois diagnósticos distintos, mas talvez complementares. O problema com as narrativas que visam construir a identidade sexual brasileira é o de que elas correm o risco de aprisionar e imobilizar o pensamento e a ação numa rede de generalizações conceituais e de teorizações de sobrevoos que, ou bem nos prometem o paraíso, ou bem nos ameaçam com os horrores do inferno, colocando-nos diante de possibilidades extremas diante das quais pouco resta o que fazer. Em uma palavra, a metafísica da identidade despolitiza o pensamento, pois perde de vista o palco das lutas políticas situadas, com seus matizes, inversões e reversões, invenções e ressignificações.

A partir de uma chave teórica filosófico-política de inspiração benjaminiana, discutimos neste texto o atual embate em torno dos significados atribuídos aos corpos, gêneros e sexualidades no Brasil, contextualizando a questão no marco dos últimos 50 anos da história brasileira. Sem proceder a uma análise exaustiva acerca da história política

e cultural brasileira, abordamos o referido confronto a partir da formulação do que denominaremos como duas imagens alegóricas, as quais condensam e imantam duas formas opostas de viver, nas quais os corpos, gêneros e sexualidades recebem especial atenção, porém a partir de duas perspectivas valorativas contrapostas entre si: uma que denominaremos de bolsonarista e outra que chamaremos de tropicalista. Cabe frisar que bolsonarismo e tropicalismo não são entendidos aqui como símbolos capazes de oferecer totalizações abrangentes e fechadas acerca da vida nacional, como se pudessem simbolizar um conflito entre duas dimensões acabadas de nossa identidade nacional³. Por outro lado, quando pensamos o bolsonarismo e o tropicalismo enquanto alegorias, os entendemos como constelações sociais cujos fragmentos ou estilhaços alegorizam e condensam dimensões significativas acerca de nossa conflitiva experiência histórica quanto aos corpos, gêneros e sexualidades, preservando-se, porém, o caráter de abertura e de incompletude dessas duas experiências contrapostas⁴. Segundo a perspectiva teórica adotada neste texto, não haveria que se esperar por qualquer síntese dialética dessa contraposição, muito menos que se supor que esse conflito possa ser um dia resolvido de uma vez por todas, em prol de apenas uma dessas duas figurações significativas. O que importa aqui é nomear e tornar inteligível o conflito entre essas duas dimensões cruciais

3 Pedro Duarte recorreu à distinção benjaminiana entre a alegoria e símbolo em sua análise do movimento Tropicalista. Segundo o autor (2018a, p. 7), “O Tropicalismo introduz na música popular do Brasil, mas também na imagem de Brasil que produz a partir dela, um sentido alegórico. Não se procura a perfeição que totalizaria a forma da canção e nem a imagem do país. Pelo contrário, encontra-se a força do estilhaço, dos fragmentos sem uma síntese. Sua intrusão pode ‘ser caracterizada como um grande delito contra a paz e a ordem, no campo da normatividade artística’. O delito está na ausência de totalização simbólica. Isso que classicamente era dado como a fraqueza da alegoria, sua fragmentação, é o que Benjamin sublinha como a sua força particular, que quebra a ilusão de totalidade. Para tal, a alegoria, se é que tem uma dialética, é uma dialética muito particular, pois os opostos não vão se resolver – a tese e a antítese – em um terceiro termo: a síntese”. Como veremos adiante, Ricardo Fabrí (2018) também contribuirá para o diálogo livre que estabelecemos com algumas ideias de Walter Benjamin neste artigo, como as de pensamento por imagens e de correspondência e afinidade entre o antigo e o atual. Não abordamos aqui as noções de messianismo e de revolução, centrais no projeto intelectual do historiador materialista benjaminiano.

4 Para uma discussão da concepção benjaminiana de história, na qual as noções de imagem dialética e de alegoria ocupam lugar central, veja-se o apartado N do projeto inacabado das *Passagens* de Walter Benjamin (2019), bem como suas “Teses sobre a História” (1986). Segundo Kátia Muricy, o “historiador-alegorista das ‘Teses’ trabalha com uma temporalidade intensiva, cujo modelo é o das obras de arte e das ideias. Ele irá quebrar a linearidade temporal, para obter os fragmentos com os quais construirá imagens que se oferecerão, como alegorias, à interpretação. (...) O historiador deve fazer explodir a continuidade homogênea de um tempo vazio, a linearidade do processo, e trabalhar com os fragmentos, com as ruínas do passado, cristalizados pelo olhar da atualidade, pela premência do perigo” (1999, p. 214).

de nossa experiência acerca dos corpos, gêneros e sexualidades, as quais, por sua vez, são também dimensões cruciais para a qualificação de nossa vacilante experiência democrática.

Neste texto, entendemos o bolsonarismo e o tropicalismo como dois amálgamas, como duas cristalizações históricas significativas quanto ao reforço ou questionamento de parâmetros normativos hegemônicos a partir dos quais se atribuem significados para os corpos, gêneros e sexualidades no Brasil contemporâneo. Consideramos que o modo como tais experiências são vividas atualmente constitui um aspecto decisivo para a qualificação do potencial político da democracia brasileira, ao mesmo tempo em que também se encontra aí a sinalização dos riscos que assediam nossa democracia nos dias que correm. Tal relação entre democracia e movimentos políticos contranormativos, isto é, aqueles que contestam as normas sociais hegemônicas a partir de sua posição marginal em relação a elas, não tem sido suficiente e adequadamente considerada nas discussões filosófico-políticas acerca da democracia e de sua crise atual. Assim, propomos a hipótese de que a disputa político-estético-ético-cultural em torno do significado atribuído aos corpos, gêneros e sexualidades no Brasil contemporâneo não é secundária ou subsidiária para a determinação da qualidade da experiência democrática no país. Pelo contrário, pois tal embate condensa duas formas exemplares do viver em nossa atualidade, uma de claro viés autoritário e outra de claro viés libertário. Por um lado, há o *ethos* bolsonarista que reafirma e reforça as forças da ordem e da hierarquia patriarcal, heterossexual, cristã e fascinada pelo ideal da branquitude, condensados no ideal normativo do “Homem de Bem”. (DUARTE, 2020a) Por outro lado, há o *ethos* tropicalista que designa aquelas manifestações políticas, estéticas, culturais e éticas que, ao longo dos últimos 50 anos, vêm atuando justamente no sentido da contestação daquela ordem normativa hierárquica. Embora tais figuras exemplares não esgotem ou totalizem o universo das possibilidades de existência no Brasil atual, acreditamos que essas duas experiências contrapostas do viver os corpos, os gêneros e as sexualidades incidem diretamente sobre o modo como se entende e se vive a experiência democrática no Brasil contemporâneo.

Abordemos, em primeiro lugar, bolsonarismo como imagem espelhada no ideal normativo do Homem de Bem. Ao menos em seu estágio atual, não parece justificável pensar o bolsonarismo como um movimento político coeso, dotado de forte organização institucional, burocrática e partidária, isto é, como um movimento político dotado de um consistente projeto de país, com uma ideologia política claramente discernível e bem

delineada, como observou Newton Bignotto (2020). Ainda não é possível saber como esse movimento difuso evoluirá, mas são alarmantes os perigos que se deixam antecipar a partir de sua já evidente conexão com as milícias urbanas, que parecem sinalizar na direção de um conluio entre criminalidade e representação política (MANSO, 2020). Em vista de sua atual falta de consistência institucional e ideológica, o bolsonarismo se apresenta como um movimento político heterogêneo e um tanto amorfo. No entanto é inegável que o movimento encontra em Bolsonaro um líder político carismático capaz de galvanizar aspirações e convicções próprias do eleitorado de extrema-direita do país, visto que ele encarna e representa um claro conjunto de concepções conservadoras e reacionárias acerca de como devem ser a política e a vida nacionais, com ênfase muito especial quanto ao significado atribuído a corpos, gêneros e sexualidades, aspecto mais do que frequente em suas declarações públicas. Em sentido político estrito, o bolsonarismo representa diversas concepções antidemocráticas. Até o presente, o movimento se organiza politicamente em torno de um conjunto de negações e de recusas: é francamente contrário à diversidade populacional brasileira; é contra o reconhecimento do papel das mulheres, das populações negra e LGBTI, bem como dos povos tradicionais e originários na vida nacional, sendo, portanto, contrário ao reconhecimento e atribuição de direitos e dignidade a esses grupos sociais; é radicalmente contrário a toda forma de crítica, de ciência e de reflexão; despreza a igualdade de direitos, as políticas de proteção e incentivo às condições de vida das populações sujeitas a processos de vulneração, bem como é contrário à ideia mesma de pluralidade. O bolsonarismo é um fenômeno político autoritário e, na impossibilidade de romper definitivamente com a democracia brasileira, reivindica para si um entendimento bastante restritivo acerca do que seja a ordem democrática, amparando-se no modelo das democracias imunitárias e iliberais, democracias de fachada, fundamentadas no ódio às populações que não espelham as concepções do líder. (DUARTE, 2020a)

No entanto a identidade do bolsonarismo não se organiza apenas em torno de concepções políticas reacionárias e antidemocráticas, mas, sobretudo, em torno de valores e ideais conservadores, os quais imantam a vida cotidiana de boa parcela dos brasileiros e brasileiras. Assumimos aqui o pressuposto de que não se pode entender a política e as relações de poder apenas segundo a sua dimensão institucional, jurídico-política, mas também, e sobretudo, a partir da consideração do papel e da ação das normas sociais que orientam os pormenores da vida cotidiana. As normas, ao contrário das

leis, possuem uma amplitude abrangente e uma sutileza penetrante, pois são capazes de orientar condutas e discursos, definindo e informando a forma mesma do viver. Dessa perspectiva, o bolsonarismo é um fenômeno político bastante consistente e bem enraizado na sociedade brasileira, mobilizando afetos, emoções, concepções e formas de vida que reproduzem ideais normativos já bem consolidados historicamente entre nós, os quais reforçam e acentuam clivagens e hierarquizações entre as formas de viver. Como nos ensinou Judith Butler (1990), tais modelos normativos ideais são sempre fantasmáticos, tanto porque não existem na realidade, motivo pelo qual devem ser continuamente reiterados e enfatizados, quanto porque produzem efeitos assustadores e muito reais no comportamento individual e coletivo. De uma perspectiva política mais ampla, portanto, parece-nos que o traço que melhor define e dá coesão ao bolsonarismo como movimento heterogêneo e um tanto disforme se encontra no ideal normativo do Homem de Bem. Essa figura normativa reúne uma diversidade de aspectos e dimensões da vida social brasileira, unificando-os em torno de valores conservadores, violentos e excludentes. Ela constitui um foco poderoso de produção de identificações e subjetivações, as quais, por certo, não deixam de incidir também sobre o comportamento das mulheres. Enquanto figura emblemática do ideal normativo do bolsonarismo, o Homem de Bem pode ser definido como conservador nos costumes, neoliberal quanto à economia e autoritário na política. Para os propósitos deste texto, interessa-nos abordar a dimensão conservadora quanto aos costumes, pois é a partir dessa instância que se disseminam as concepções normativas do bolsonarismo quanto aos corpos, gêneros e sexualidades.

Não pairam dúvidas quanto à centralidade do corpo, do gênero e da sexualidade na definição do bolsonarismo como amálgama de narrativas e de formas de vida reativas, que visam restabelecer uma suposta ordem natural das coisas. Essa reação conservadora é mundial, mas o Brasil ocupa lugar proeminente nesse movimento. De fato, como resposta às conquistas obtidas pelos movimentos feminista, negro e LGBTI em diversos países, as noções de corpo, gênero e diversidade sexual foram ressignificadas e transformadas em armas poderosas no contexto de uma intensa guerra cultural, política e moral. Tal guerra encontra na noção falaciosa de “ideologia de gênero” seu foco principal. No Brasil, essa guinada mundial hiperconservadora ganhou cor local por meio de movimentos reativos às políticas de enfrentamento do preconceito quanto à orientação sexual e à identidade de gênero levadas a cabo pelos sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. Não por

acaso, o bolsonarismo fez sua primeira aparição pública de impacto e eficácia nacionais em 2011, no contexto de uma reação àqueles avanços políticos, escolhendo como alvo de sua reação legislativa o projeto *Brasil sem Homofobia*, o qual visava a elaborar suportes educativos para combater a homofobia, a lesbofobia e a transfobia nas escolas (CÉSAR E DUARTE, 2017). Em termos pejorativos, o projeto foi designado publicamente como o “kit gay” por parlamentares conservadores, por fundamentalistas religiosos e por parte da grande mídia, iniciando-se assim o processo de acirramento do “pânico moral” (RUBIN, 1993), em vista do qual polêmicas agressivas em torno de questões relativas à definição dos gêneros e da orientação sexual assumem proporções desmesuradas. Foi no curso desse processo reativo que as noções de igualdade de gênero e raça/etnia, assim como a noção quanto ao respeito à diversidade sexual, foram excluídas do *Plano Nacional de Educação – PNE* (BRASIL, 2014). Foi assim, também, que, durante as eleições presidenciais de 2018, a *fake news* sobre a temível “mamadeira de piroca” tornou-se um poderoso instrumento de campanha política a favor da eleição de Jair Bolsonaro, sobretudo entre o eleitorado neopentecostal. Não faz sentido, portanto, considerar a ênfase atribuída aos corpos, gêneros e sexualidades pelo bolsonarismo como mera cortina de fumaça visando a encobrir outros e mais verdadeiros interesses políticos e econômicos do movimento. Essa concepção equivocada impede de entender o impacto e a eficácia de seu apelo conservador, o qual apresenta forte poder aglutinador e opera de maneira a unificar um movimento político ultraconservador, mas cujos apoiadores possuem perfis sociais, culturais e econômicos bastante variados, carecendo de clara e imediata identidade entre si. Assim, a restituição da ordem hierárquica tradicional entre corpos, gêneros e práticas sexuais tornou-se um elemento central para a definição de alianças entre grupos sociais distintos, porém igualmente assombrados com o espectro de um suposto fim da família tradicional. Como afirmou Luiz Eduardo Soares, “Clama-se por ordem ante um mundo de incertezas, em que as referências valorativas e as âncoras ontológicas se deslocam desde os modelos de família até os modos de construção da identidade e as formas de amor” (2019, ed. Kindle).

Em certo sentido, o recente fortalecimento do bolsonarismo enquanto *ethos* socialmente espreado nos devolve ao ambiente nacional de finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, com seu apelo à ordem militar, exaltação da pátria, pavor ao perigo vermelho do comunismo e o ódio às populações minoritárias. Acrescente-se ainda o sintomático rechaço

do “politicamente correto”, entendido como poderosa arma cultural de uma suposta ditadura minoritária que teria calado e oprimido os defensores da boa ordem patriarcal, heterossexual, cristã e aspirante a uma branquitude idealizada. O armário embolorado do conservadorismo brasileiro foi escancarado e dele saiu triunfante o ideal fantasmático do Homem de Bem, que ganhou as ruas, avenidas e redes sociais até se instalar no Planalto Central do Brasil. Não terá sido por acaso, portanto, que um dos sinais mais evidentes da crise contemporânea da democracia brasileira tenha se evidenciado no recente acirramento dos discursos e das ações violentas que visam deslegitimar a condição de cidadania daquelas parcelas da população que podem ser consideradas como marginais ou como minoritárias do ponto de vista de seu desvio em relação à normatividade social prevalecente, como as mulheres, as populações negra e LGBTI, os povos originários e tradicionais (DUARTE, 2020b). Em outros termos, é preciso pensar a crise da democracia contemporânea em sua intrínseca relação com a disseminação de um modo autoritário de ser-no-mundo, o qual já não se vale mais apenas das estratégias de inclusão normalizadora das diferenças, pois já não teme promover abertamente estratégias de governo que passam pela produção de formas variadas de estigmatização e de exposição à morte daquelas parcelas da população que se encontram às margens do centro normativo hegemônico do bolsonarismo. Pode haver democracia digna desse nome num contexto político, social, cultural e econômico no qual se incentivam práticas e discursos de ódio e violência contra populações historicamente sujeitas a processos de vulneração e precarização? Pode haver democracia em sentido forte na ausência de um questionamento radical dos padrões normativos que discriminam quais corpos contam e quais são descartáveis, incluindo-se aí a questão racial brasileira, com suas múltiplas implicações estruturais e institucionais? Pode haver democracia digna de consideração sem que se questionem as profundas dissimetrias que marcam as experiências do masculino e do feminino entre nós? Pode haver democracia sem o questionamento crítico acerca das hierarquias valorativas que se traduzem em violências e discriminações fundadas no primado da heteronormatividade e do fundamentalismo cristão?

É justamente nesse contexto de urgência e de perigo, isto é, de crise aguda da democracia brasileira, que nos parece mais do que oportuno e urgente retomar a reflexão acerca do tropicalismo como imagem alegórica exemplar acerca das atitudes críticas em relação à figura normativa do Homem de Bem ao longo da história brasileira recente. Para tanto, algumas

questões se colocam já de saída: como considerar o tropicalismo enquanto exemplo de atitude crítica ainda válida em nossos dias sem incorrer em anacronismos e reducionismos? Como escapar à lógica mais do que duvidosa das influências e do modelo metafísico que contrapõe o original à cópia? Como evitar o apagamento da diversidade histórica das manifestações políticas, estéticas e culturais brasileiras dedicadas à crítica das hierarquias e significados tradicionais vinculados aos corpos, gêneros e sexualidades ao longo dos últimos 50 anos? Para responder a essas questões, é preciso, em primeiro lugar, deixar de lado a ideia de que qualquer aspecto da experiência histórica, política, cultural e estética brasileira da virada dos anos 1960 pudesse ser revivida tal e qual em nosso tempo. Tudo mudou e o passado jamais retorna ou se repete enquanto tal; o que, por outro lado, tampouco significa que o passado tenha passado de uma vez por todas, pois “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, como nos recorda Walter Benjamin (1986, p.223). Outro aspecto crucial para nosso propósito requer não considerar o tropicalismo apenas como movimento estético-político determinado e datado, e muito menos como uma origem que se prolongaria ao longo do tempo, influenciando movimentos estéticos e políticos de épocas posteriores.

Por outro lado, procuramos pensar a Tropicália ou o Tropicalismo como um movimento estético-político que inspirou o tropicalismo como *ethos* exemplar, isto é, como imagem alegórica que condensa atitudes de crítica e de contestação social que, ao longo dos últimos 50 anos, confrontaram os significados tradicionais atribuídos aos corpos, gêneros e sexualidades⁵. Nesse sentido, o tropicalismo seria uma imagem instantânea capaz de reunir fragmentos de contestações e de experimentações do passado que ainda restam abertas e atuais para nossa atualidade, pois jamais se cumpriram. Ao pensar o tropicalismo como *ethos* e como imagem alegórica, o concebemos como instância decisiva para a nomeação, para o reconhecimento e para a própria constituição de modos radicalmente democráticos de coexistir no agora de nosso país. Noutros termos, procuramos entender o Tropicalismo como um movimento estético-político que transcendeu sua época e o domínio da cultura, transmitindo-se ao longo da história brasileira recente

5 Para marcar a diferença, o que estamos chamando de tropicalismo como *ethos* e imagem alegórica será sempre grafado em minúsculas, ao passo em que o Tropicalismo ou a Tropicália como movimento estético serão sempre redigidos em maiúsculas.

como herança desprovida de testamento, mas cuja potência plasmadora teria feito dele um signo duradouro, capaz de inspirar múltiplas e diversas maneiras críticas e inconformistas de co-habitar em nosso país. Sob tal perspectiva, o tropicalismo carregaria consigo certos vetores difusos, inespecíficos, talvez até mesmo inconscientes, vinculados à contracultura e seus questionamentos múltiplos e diversificados acerca das violências e dissimetrias relacionadas às nossas experiências⁶ e as sexualidades. Nesse sentido preciso, o Tropicalismo não seria uma origem, mas o acontecimento da emergência renovada de múltiplas e reiteradas experiências de contestação cultural e política em torno do significado atribuído aos corpos, gêneros e sexualidades. Assim, o tropicalismo é pensado aqui como um arquivo vivo, de cujo arcabouço continuam a brotar inúmeros exemplos de contestação cujos significados se renovam historicamente, mas que, nem por isso, perdem contato com experiências já trilhadas em outros tempos e de outros modos. Desse ponto de vista, o tropicalismo é aqui reconhecido como índice daquele “encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa”, como certa vez sugeriu Walter Benjamin. (1986, p. 223) Neste ensaio, portanto, o tropicalismo é considerado como constelação cujas fagulhas cintilantes estabelecem afinidades e correspondências instantâneas entre passado e presente, conferindo sentido e inteligibilidade a uma multiplicidade de manifestações e experiências estéticas, éticas, políticas e culturais dedicadas à contestação e à denúncia dos parâmetros normativos hegemônicos, os quais expõem os corpos, gêneros e sexualidades dissidentes ao risco da violência e da morte no Brasil.

As considerações precedentes devem servir como advertência a fim de que não se espere deste artigo uma análise aprofundada e específica acerca da Tropicália como movimento estético determinado e datado. Assim, se a partir de agora nos dedicamos a um breve comentário sobre alguns aspectos específicos daquele movimento estético, nós o fazemos apenas a fim de chamar a atenção para a ênfase contestatória que nele se conferiu aos corpos, às sexualidades e aos gêneros, aspecto que, por certo, não passou de todo despercebido aos seus principais estudiosos. Em texto recente, Pedro Duarte

6 Seguimos aqui a sugestão proposta por Guillaume Le Blanc em seu *Philosophie comme contre-culture*, livro em que ele defende a ideia de que “A contracultura é o ato cultural de se voltar contra os esquemas sociais e políticos hegemônicos. Ela é, neste sentido, uma crítica suscitada pelas possibilidades de vida recobertas pelas construções culturais da dominação” (2014, p. 5).

(2020) observou que a potência das canções tropicalistas era indissociável da performance corporal e visual dos seus intérpretes, tornada acessível por meio das transmissões televisionadas de suas aparições. Assim, no III Festival Internacional da Canção, promovido em 1968 pela Rede Globo, Gilberto Gil entrou no palco vestindo uma túnica colorida africana, ao passo que Caetano Veloso, acompanhado do grupo Os Mutantes, vestia um terno de plástico verde-limão e preto, bem como exibia gestual nitidamente sexual, acrescido dos urros e gemidos de um hippie contratado para o *happening* (DUNN, 2009, pp. 157 e 158) da apresentação performática de “É Proibido Proibir”. A canção, que se inicia constatando que a “A mãe da virgem diz que não”, irritou e desconcertou o público, que não apenas vaiou estrondosamente o grupo como atirou ovos, tomates e pedaços de pau na direção do palco, enquanto Caetano Veloso pronunciava o famoso discurso no qual interpelava criticamente a plateia: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder?” (DUARTE, 2018b, p. 111). Naquela noite de 15 de setembro de 1968, ninguém ainda parecia preparado no Brasil para uma proposta estético-política libertária e que fundia “rock, política radical francesa e o poema épico de Pessoa”, combinação cujo ecletismo sugeria o “escopo trans-histórico e internacional da música” (DUNN, 2009, p. 159),

Ainda em meio ao efeito perturbador provocado pela aparição abrupta do movimento da Tropicália, Hélio Oiticica enfatizou o caráter anárquico e vanguardista das suas performances, as quais escapavam às ideologias fechadas justamente na medida em que abraçavam novas experiências criativas. Segundo Oiticica, “Caetano veste-se como quer, não por loucura premeditada para ganhar dinheiro (...), sua intenção fundamental quando diz que deseja ‘quebrar estruturas’ é exatamente abrir-se a todas as demandas de sua imaginação criadora” (OITICICA, 2008, p. 165). Desse modo, a proposta-manifesto de “É Proibido Proibir” poderia ser assim traduzida: “se quero ficar nu, fico; se quero usar colares, roupa de plástico, uso – o mesmo que dizer: faça isso você também, se o quiser, ou faça o que quiser, como eu o faço” (OITICICA, 2008, p. 165). Para o artista plástico, a incorporação daqueles elementos vanguardistas e anárquicos às performances dos Tropicalistas não poderia ser considerada como algo externo, superposto ou meramente “acessório à sua música”, pois tudo aquilo fazia parte do próprio processo criativo. Dentre outros, também Celso Favaretto observou em seu estudo clássico que o “tropicalismo reentronizava o corpo na canção, remetendo-a ao reencontro com a dimensão ritual da música, exaltando o que de afeto nela existe” (FAVARETTO, 1996, p. 35), Nessa mesma linha

argumentativa, Pedro Duarte ressaltou que, para os Tropicalistas, o corpo demandava uma outra estética e uma outra política, uma outra maneira de viver. Por isso, considerou que a canção Tropicalista aliava “experimentação musical” e “erotização do corpo, micropolítica e performance visual e discursiva. O movimento, junto à contracultura dos anos 1960, era música e, simultaneamente, gesto, atitude” (DUARTE, 2018b, p. 49). Seguindo o fio condutor da oposição entre rebelião e revolução, tal como proposta por Octávio Paz, Pedro Duarte também chamou a atenção para o fato de que a Tropicália permitiu a entrada em cena de um corpo que já não era mais apenas o objeto explorado pelas relações de trabalho, segundo o viés do marxismo, pois aquele “era também um corpo da dança, do sexo, do prazer” (2020, p. 8).

Já no final dos anos 1970, Heloísa Buarque de Hollanda observava que o Tropicalismo como movimento estético abandonara a preocupação marxista em projetar o amanhã a ser instaurado pela revolução ao dedicar sua atenção ao “*aqui e agora*”, bem como ao “pensar a necessidade de revolucionar o corpo e o comportamento, rompendo com o tom grave e a falta de flexibilidade da prática política vigente” (2004, p. 70). Não nos esqueçamos de que foi justamente por causa dessa “crítica comportamental” e pelo “deboche diante das atitudes ‘bem-comportadas’” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004, p. 70) que Gilberto Gil e Caetano Veloso foram presos e exilados por dois anos e meio pelos militares, depois de permanecerem incomunicáveis por dois meses. A esse respeito, há uma passagem elucidativa no recente documentário de Renato Terra e Ricardo Calil, “Narciso em Férias” (2020), em que Caetano Veloso lê os autos de sua prisão e interrogatório em 1968, no qual é acusado, dentre outras coisas, de produzir músicas de conteúdo “subversivo” e “desvirilizante”. Em outra passagem do documentário, ele se recorda de um sinistro militar, treinado nos Estados Unidos para o combate à subversão, para quem o Tropicalismo seria muito mais perigoso que as tradicionais canções de protesto, pois teria se inspirado nas lições de Herbert Marcuse e em seu projeto de “terrorismo cultural”, para desestruturar os valores familiares tradicionais (VELOSO, 1997, p. 279; DUNN, 2008, p. 173).

Outra contribuição importante de Heloísa Buarque de Hollanda reside em sua observação de que, a partir daquelas propostas estético-políticas, operava-se um importante deslocamento, visto que a “identificação” de parte da juventude inconformista já não se dava mais com o “‘povo’ ou o ‘proletariado revolucionário’”, mas com as “minorias”, em sintonia com a “disposição libertária do Tropicalismo” (2004, p. 75). Foi também nesse

ambiente cultural marcado pelo Tropicalismo, pelo pós-Tropicalismo e pelo “desbunde” de meados dos anos 1970 que os trabalhos de Michel Foucault começaram a desempenhar importante papel no Brasil. Segundo Buarque de Hollanda, “A discussão do poder, que já estava colocada para a tendência pós-tropicalista, passa a ser veiculada agora enquanto preocupação teórica e os trabalhos de Michel Foucault ... desempenham um importante papel no debate” (2004, p. 104). Assim, no Brasil dos anos 1970 e 1980, o interesse pelas obras de Foucault surgia “da necessidade de uma discussão conceitual a respeito de uma atitude já presente em setores jovens da produção cultural e na experiência de vida de significativas parcelas da população” (2004, p. 105). Ora, parece-nos que essa sinergia entre a reflexão foucaultiana e algumas atitudes contraculturais bastante significativas para a vida de parcelas importantes da população brasileira jamais se interrompeu totalmente entre nós. Com o movimento estético-político da Tropicália parecem ter sido lançadas as sementes de uma atitude crítica tropicalista, cujo élan contestador certamente se transformaria e se transfiguraria ao longo do tempo, sem, contudo, jamais desaparecer da cena político-cultural brasileira.

Uma vez estancado o impacto devastador provocado pela epidemia do HIV-AIDS, para o que, certamente, o movimento LGBT contribuiu de maneira decisiva ao longo dos anos 1990, houve entre nós desde o início do século XXI um crescente e consistente movimento na direção da politização dos corpos, dos gêneros e das sexualidades. Esse movimento politizador transcendeu o ambiente político institucional e assumiu a forma de experimentações políticas, estéticas e culturais em sentido lato, o que se confirma com a multiplicação de coletivos LGBTI autônomos e horizontalizados. Dentre eles, podemos mencionar a *Marcha das Vadias*, coletivo que esteve bastante ativo em todo país entre os anos de 2011-2014, com suas performances estético-políticas que faziam do corpo nu o suporte para o protesto e a demanda por pautas feministas e LGBTI (CÉSAR e DUARTE, 2017). Ao clima anárquico que caracterizava as manifestações daqueles novos coletivos urbanos, os quais atuavam sem estatutos, líderes, representantes ou hierarquias – aspectos que os distinguiam de outros movimentos sociais das grandes cidades – somava-se ainda o fato crucial de que tais grupos praticavam uma política corporal, isto é, uma política do corpo ou uma política como corpo-a-corpo no espaço público, disseminando imagens poderosas pelas redes virtuais e pela mídia. Na perspectiva daqueles coletivos, se o corpo é o lugar privilegiado da inscrição de múltiplas formas de sujeição e violência na cidade, então o corpo também deveria ser convertido

em palco do combate político cotidiano por novas possibilidades de existência em comum, menos violentas e discriminadoras, mais democráticas e criativas. Coletivos como o *Marcha das Vadias* sinalizavam a possibilidade de uma politização da vida que visava a promover curto-circuitos nos sistemas normativos hegemônicos de regramento e normalização da vida urbana, convertendo a fragilidade do mero corpo exposto a toda sorte de riscos e violências em nova força política. Contra a redução da vida ao estatuto de vida nua e desprotegida, tais coletivos promoviam a ressignificação do corpo por meio da aparição inusitada do corpo nu ali onde não esperaríamos encontrá-lo, isto é, no meio da rua.

Esse ambiente de agitação político-cultural repercutia, ainda que tardiamente, a abertura da democracia brasileira para as lutas políticas orientadas por ideais contestatórios contraculturais, duramente reprimidos pela ditadura civil-militar de 1964, sobretudo a partir de 1968, com o AI-5. Não por acaso, àquela época, produziram-se no Brasil interessantes documentários cinematográficos como *Uma noite em 67*, de Renato Terra e Ricardo Calil (2010); *Dzi Croquettes*, de Tatiana Issa e Raphael Alvarez (2009); além de alguns filmes oriundos da nova onda do cinema recifense, tais como *Febre do Rato*, de Claudio Assis (2012) e *Tatuagem*, de Hilton Lacerda (2013). *Uma noite em 67* tem seu foco narrativo na final do III Festival de Música Popular Brasileira promovido pela TV Record, marco da primeira aparição do movimento estético que, logo a seguir, viria a ser denominado como Tropicália ou Tropicalismo. Assistir ao documentário é como receber um sopro de ar fresco no rosto, e isto, justamente quando a fresta para a renovação político-cultural do país estava prestes a se fechar, às vésperas do AI-5. Como teria sido o Brasil se a ditadura não tivesse durado duas décadas? Por sua vez, o documentário *Dzi Croquettes* explora o radical embaralhamento das relações de gênero nas performances glamorosas e provocativas de um famoso grupo teatral de bailarinos do Rio de Janeiro do início dos anos 1970, já em meio aos anos de chumbo, quando a ditadura se tornara ainda mais sanguinária. Naquele contexto mais do que improvável, um grupo de jovens talentosos, inconformistas e iconoclastas se reuniu e montou um espetáculo no qual dançavam, cantavam e interpretavam papéis que punham em xeque os binarismos de gênero e a heterossexualidade. Portando trajes femininos, hipermaquiados, mas sem jamais ocultar os traços de seus corpos masculinos, a estética ambígua dos *Dzi Croquettes* valia-se do humor debochado e do talento para promover uma crítica radical dos

valores dominantes, promovendo um carnaval antirepressivo que não tardou a despertar a ira dos censores e da polícia.

Por sua vez, o filme *Tatuagem*, ao recontar ficticiamente as experiências de coletivos teatrais recifenses de finais da década de 1970, encenava a permanência daquele espírito *camp*, com seu caráter marginal e questionador quanto aos significados tradicionais conferidos aos corpos e à sexualidade. O filme de Hilton Lacerda mostra que o corpo pode ser um instrumento de amor, de erotismo, de beleza e de luta política contra a rigidez do conservadorismo moral que prevaleceu no país ao longo da ditadura e que ainda hoje assedia nossa frágil democracia. O filme estabelece um diálogo entre o presente narrado, cuja história se desenrola no ano de 1978, e o futuro ao qual pertencem os espectadores de 2013. Essa ponte temporal é reforçada pelo personagem do filho quase-adolescente de Deusa e Clécio, e pelo filme dentro do filme, com o qual Hilton Lacerda homenageia o cineasta experimental Jomard Muniz de Britto, que, nos anos 1970, documentou em super-8 as atividades do grupo teatral Vivencial Diversiones, do Recife, ao qual alude o Cabaré Chão de Estrelas. No filme dentro do filme Lacerda produz imagens oníricas, de forte apelo alegórico, imagens-totêmicas para nós brasileiros: índios e índias, sambistas, bichas, sapatões e travestis em festa. A essas imagens, associam-se aquelas que aludem ao futuro de uma civilização tecnológica periférica e que tenta se arranjar com o pouco de que dispõe, como é o caso do astronauta feito de latas e bugiangas, caminhando desorientado em meio a bananeiras e índias que o veneram espantadas. Ainda mais fundamentalmente, essa conexão temporal entre passado e presente se deixa perceber no próprio título do filme: afinal, a tatuagem é uma inscrição que fere o corpo para exibir uma mensagem que não mais se apaga, que dura no tempo, estabelecendo assim um elo de ligação entre presente, passado e futuro.

Finalmente, *Febre do rato* retoma aspectos daquelas mesmas problematizações anteriores sobre o corpo, a sexualidade e as relações comunitárias, mas as situa em pleno Recife da segunda metade do século XXI. Claudio Assis, assim como também Hilton Lacerda, filma experiências heterotópicas de uma vida comunitária outra, alternativa, estranha, pois despojada de rígidas hierarquias ou de procedimentos de inclusão normalizadora de seus integrantes, uma comunidade dos ‘sem’ comunidade, desprovida de identidades fixas ou de projetos políticos bem formulados, mas na qual o corpo, o amor e o prazer tornam-se instâncias anárquicas de contestação e de luta micropolítica. *Dzi Croquettes, Tatuagem e Febre do*

rato nos permitem compreender um pouco melhor o significado daquela “inversão tática” por meio da qual Foucault nos convidava a “opor os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder” (FOUCAULT 1999, p. 147). Para Foucault, tratava-se de promover lutas pelas quais pudéssemos nos liberar da monótona monarquia do sexo-desejo e de seus avatares, como o machismo viril e a heterossexualidade como matriz normativa exclusiva e excludente. Os três filmes podem ser entendidos como crônicas da vida artística vivida em comum, como crônicas contemporâneas das vidas infames, vividas coletivamente à margem dos conceitos e preconceitos normativos que insistem em promover vigilâncias, violências e assassinatos (DUARTE, 2017).

Ora, como não reconhecer correspondências e afinidades eletivas entre as manifestações estético-políticas do Tropicalismo, as experiências narradas em *Dzi Croquettes*, *Tatuagem* e *Febre do Rato* e manifestações políticas de inspiração *queer*, como a Marcha das Vadias? Ontem, como hoje, o deboche cínico, a criatividade espontânea e instantânea, a contestação dos padrões normativos de gênero, sexualidade e etnia, parecem ainda anunciar melhores promessas de futuro. Tais manifestações alternativas de contestação estética, política, ética e cultural parecem documentar o interesse continuamente renovado da cultura e da política brasileiras por manifestações seminais da contracultura. Sem que se pretenda negar seu caráter fragmentário e descontínuo, sugerimos que aquelas fulgurações instantâneas são como uma “reminiscência” que “relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1986, p. 224)⁷.

Por certo, essas breves reaparições transfiguradas do *ethos* tropicalista ao longo da história brasileira recente merecem maior investigação e análise mais aprofundada. Evidentemente, tudo mudou entre os finais dos anos 1960 e a segunda década do século XXI. No entanto, parece-nos que aquele movimento cultural e político que, na virada dos anos 1960-1970, constituiu um impulso rebelde e criativo no campo da cultura e das artes,

7 Nas *Passagens*, Benjamin se expressa nestes termos: “Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética. Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não arcaicas. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura” (2019, p. 768).

pouco a pouco transbordou para fora do domínio da estética (sem abandoná-lo, evidentemente) e se disseminou numa miríade de manifestações ético-políticas voltadas para a politização da vida e para a contestação dos efeitos de poder associados aos critérios normativos que conferem sentido social aos corpos, gêneros e orientações sexuais. Assim, em contraste e a despeito da hegemonia reacionária vigente em nosso tempo, cumpre observar que os movimentos LGBTI, os movimentos feministas e os movimentos negros seguem cada vez mais ativos. Igualmente, nunca antes houve entre nós tanta atenção e interesse pelas epistemologias decoloniais, com sua ressignificação do valor das culturas dos povos originários e a intensificação das novas pautas ecológicas. Nesse sentido, parece-nos importante reconhecer nossa dívida para com o Tropicalismo e para com o *ethos* singular que dele se desprende, com seu deboche, sua ironia crítica, sua recusa das ideologias fechadas e seus projetos utópicos para o amanhã, sua desconfiança para com a burocratização dos aparatos partidários, seu inconformismo para com as mais explícitas e as mais insidiosas violências e as discriminações, enfim, para com seu espírito de politização cotidiana dos corpos, gêneros e sexualidades desviantes. Por caminhos diversos, chegamos a uma conclusão próxima à proposta por Luiz Eduardo Soares, para quem “o tropicalismo foi e ainda é fundamental para a história dos direitos humanos no Brasil, para a metabolização cultural não dos conceitos intelectuais, mas dos sentimentos, dos valores e das experiências que lhes dão sentido” (2019, ed. Kindle).

Sem dúvida, não faria sentido pretender mitificar a Tropicália, movimento estético-político que buscou justamente superar o mito da identidade nacional, questionando a própria ideia de unidade simbólica da cultura brasileira, um movimento de papel crepom e prata que armou uma bricolagem de fragmentos caleidoscópicos do Brasil. Como argumentou Ricardo Fabrini, a “atualidade da canção tropicalista” residia em que, mesmo diante dos anos mais duros da repressão ditatorial, ela nos mostrava ser possível “transformar a ausência de uma identidade estável em potência de libertação” (2018, p. 26). De maneira similar, neste ensaio, não se tratava, portanto, de achatar singularidades estéticas e políticas numa síntese acabada de todas as manifestações rebeldes e criativas tornadas possíveis desde e pela própria Tropicália. Como ressaltou Luiz Eduardo Soares, “O tropicalismo demonstrou que é viável afirmar identidades, pronunciar-se criticamente e marcar diferenças, embora também abraçando alteridades, reconhecendo-lhes a força e a dignidade estético-cultural” (2020, ed. Kindle). Para além de uma consideração detida e especializada acerca do Tropicalismo, tratava-se

de considerar o tropicalismo como alegoria viva, tensionada, fragmentada, aberta e criativa, capaz, portanto, de relampejar num momento de perigo e, assim, iluminar múltiplas figuras da resistência ao longo dos últimos 50 anos, estabelecendo um regime de troca, comunicação e partilha. Se procuramos estabelecer esse laço discreto entre presente e passado, não o fizemos para detectar límpidas continuidades no nível da reconstituição histórica de positividades entre um momento e outro, mas porque consideramos que a detecção e nomeação dessas fulgurações historicamente reiteradas nos indica para onde olhar a fim de encontrar novas instâncias políticas de produção de choques e tensões contra a ordem predominante em nosso tempo. Tais reiterações sutis sugerem que, no plano das manifestações estéticas, éticas, políticas e culturais de questionamento das formas de viver, nada foi inventado hoje e, portanto, jamais estivemos sozinhos nessa hora triste que hoje nos tocou viver: temos lastro, temos histórias, temos antecessores, temos possibilidades que restam ainda atuais porque não foram cumpridas, algo que nunca é demais recordar aos mais jovens e a nós mesmos. Assim, concordamos uma vez mais com Ricardo Fabrini quando ele afirma que “No carnaval tropicalista há consciência histórica, um ‘trabalho da cultura’ de elaboração da tradição que produz tanto a ruptura com o passado quanto a irrupção no presente de suas possibilidades ainda não realizadas” (FABRINI, 2018, p. 26). Em suma, tratava-se apenas de recordar que temos um passado cheio de novidades, prontas a serem transfiguradas e reatualizadas em nossos dias. Tratava-se, pois, de permanecer naquele campo das fricções políticas que garantem a abertura da história, continuamente rasgada pela força dos estilhaços que impedem a cimentação da paz e da ordem.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, WALTER. *Passagens*, vol. II. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019. Organização por Willi Bolle em colaboração com Olgária C. F. Matos; tradução do alemão por Irene Aron; tradução do francês por Cleonice P. B. Mourão; revisão técnica por Patrícia de Freitas Camargo.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 2ª ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.

BIGNOTTO, NEWTON. *O Brasil à procura da democracia*. Da proclamação da República ao século XXI (1889-2018). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Edição Kobo.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2014.

BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Impressões de Viagem. CPC, vanguarda e desbunde*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, 5a. ed.

BUTLER, JUDITH. *Gender Trouble*. Feminism and the subversion of identity. Nova York: Routledge, 1990.

CAMINHA, P. V. “Carta de Pero Vaz de Caminha” in Brasil: Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, s.d. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos/carta.pdf Consultado em 12.09.2020.

CÉSAR, MARIA RITA DE ASSIS; DUARTE, ANDRÉ. “Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios.” In *Educar em Revista*. Vol. 33, n. 66, 2017.

DUARTE, ANDRÉ. *A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020a.

DUARTE, A. “Democracia em crise: biopolítica e governo neoliberal de populações.” In *Revista Educação e Filosofia* (ONLINE), v. 33, p. 527-562, 2020b.

DUARTE, A. “Foucault vai ao cinema: Tatuagem e Febre do Rato como desgoverno das identidades sexuais.” In *Filosofia*. Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos. Org. Pedro Duarte; Luciano Gatti; Ernani Pinheiro Chaves. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2017.

DUARTE, PEDRO. “O corpo presente da Tropicália”. Texto inédito apresentado no Colóquio Literaturas e Artes de Corpo presente, realizado na PUC-RJ em 2020.

DUARTE, P. “A alegoria Tropicalista do absurdo.” In *VISO – Cadernos de Estética Aplicada*. Rio de Janeiro: vol. 23, julho-dezembro de 2018a.

DUARTE, P. *O livro do disco: Tropicália ou Panis et Circensis*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018b.

DUNN, CHRISTIAN. *Brutalidade jardim. A Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Unesp, 2009.

FABRINI, RICARDO. “A atualidade do Tropicalismo”. In *VISO – Cadernos de Estética Aplicada*. Rio de Janeiro: vol. 23, julho-dezembro de 2018.

FAVARETTO, CELSO. *Tropicália: alegoria, alegria*. São Paulo: Ateliê, 1996.

FOUCAULT, MICHEL. *História da Sexualidade*. Vol. 1, A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Tradução de M. T. C. de Albuquerque e J. A. G. de Albuquerque.

LE BLANC, GUILLAUME. *Philosophie comme contre-culture*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

MANSO, BRUNO PAES. *República das Milícias*. Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020. Edição Kindle.

MURICY, KATIA. *Alegorias da Dialética*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

OITICICA, H. “A trama da terra que treme.” In *Tropicália. Encontros*. Organizado por Sérgio Cohn e Frederico Coelho; Apresentação por Fred Orey. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. Esse texto também se encontra disponível em <http://tropicalia.com.br/eubioticamente-atraidos/verbo-tropicalista/a-trama-da-terra-que-treme> Consultado em 1.10.20.

RUBIN, G. “Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality.” In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1993.

SOARES, LUIZ EDUARDO. *O Brasil e o seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019. Edição do Kindle.

VELOSO, C. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

RECEBIDO EM: 15/03/2021
APROVADO EM: 05/04/2021

RACISMO ACADÊMICO E SEUS AFETOS¹

Academic racism and its affections

Mariléa de Almeida²

RESUMO

Neste artigo, o *racismo acadêmico* é compreendido como uma tecnologia de poder cujas práticas de discriminação racial acontecem de forma velada ou explícita em instituições acadêmicas. Partindo de uma experiência pessoal, o texto pergunta de que modo os circuitos afetivos e as relações de poder sustentam o silêncio e o manejo dos incômodos em torno dessas práticas. O trabalho fundamenta-se teoricamente nas abordagens sobre racismo, afeto e relações de poder, inspiradas nas análises de Achille Mbembe (2014), Beatriz Nascimento (2018), Frantz Fanon (2008) e Maria Aparecida da Silva Bento (2014).

Palavras-chave: racismo acadêmico, afeto, relações de poder.

ABSTRACT

In this article, academic racism is understood as a technology whose practices of racial discrimination take place in a veiled or explicit manner in academic institutions. Starting from a personal experience, the text asks how affective circuits and power relationships sustain silence and handling of discomforts surrounding the practices of academic racism. The work is theoretically based on an analysis of the racism, affection,

1 Uma versão desse texto foi apresentada no Seminário Ascensão e Queda do Paraíso Tropical, dia 27/10, no Centro de Formação do SESC/ SP. Agradeço às leituras e sugestões de Márcia Cristina Rogério de Almeida e Terra Johari.

2 Doutora em História IFCH/ UNICAMP. (2018). Em 2015, realizou o doutorado sanduiche na Columbia University (Nova York), com foco nos feminismos negros estadunidenses. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra. Especialista (Pós-graduação lato sensu) em Filosofia pelo Centro Universitário de Barra Mansa. Especialista (Pós-graduação lato Sensu) em História do Brasil Pós Trinta pela Universidade Federal Fluminense. Foi professora de história nos segmentos fundamental e médio nas redes públicas estadual e municipal no Estado do Rio de Janeiro. (1998-2011). No ensino superior, além de experiência na rede privada (2007-2013), atuou como professora orientadora on-line no projeto REDEFOR/UNICAMP (2011-2012) no curso de Especialização Lato Sensu para professores da Rede Pública de Ensino no Estado de São Paulo. E-mail: marileaatm@gmail.com.

and politics, inspired by analyses by Achille Mbembe (2014), Beatriz Nascimento (2018); Frantz Fanon (2008), and Maria Aparecida da Silva Bento (2014).

Keywords: academic racism; affection; power relationships.

Não existe distância emocional quando a questão é raça

bell hooks

O acontecimento

Em 2018, alguns meses após a defesa da minha tese, fui convidada para participar de evento em uma universidade cujo tema versava sobre espaço, alteridade e subjetivação. Dividiram a mesa comigo dois intelectuais brancos: uma mulher e um homem. Estávamos ali porque nossas pesquisas, de perspectivas diferenciadas, tinham algo a dizer sobre o tema. Com efeito, um gesto racista, ocorrido durante o evento e a forma como ele foi encaminhado, evidenciou que minha presença naquele evento não era natural.

Fui a primeira a falar, seguida do homem branco e, por fim, chegou a vez da mulher branca. Ela, nos minutos finais de sua fala, advertiu que pessoas de fora da periferia, especialmente pesquisadores e pesquisadoras, quando vão até lá precisam fazê-lo não por um dever moral, mas pelo prazer do encontro e dos aprendizados partilhados. Até aqui, eu mesma concordava com ela. Não há nada mais arrogante do que o movimento *top-down* com aqueles que supomos ser o *Outro*. Parece que no plano das ideias nós duas estávamos de acordo.

Contudo, minha concordância com a pesquisadora não duraria os próximos segundos. Na sequência, ela levantou-se de sua cadeira e, para ilustrar sua fala, tocou bruscamente no meu cabelo como se ele fosse um objeto qualquer, simulando o ato de colonizar. Você não leu errado! É isso mesmo! Sem pudor, sem nenhum aviso prévio, ela sentiu-se autorizada a usar o meu corpo para compor sua apresentação. A pesquisadora, que na ocasião usava uma muleta, não poupou esforços físicos para deslocar-se do

seu lugar e realizar um gesto rude sobre meu cabelo. O ato foi tão surreal que na hora meu estômago embrulhou.

Mesmo confusa, por impulso, reagi dizendo: “Você acabou de fazer o que a academia branca costuma realizar com os pretos e pobres.” Da plateia, majoritariamente branca, a única reação que pude ouvir foi de uma mulher negra. Todo o resto silenciou. A professora terminou sua apresentação oral como se nada tivesse acontecido. Nos momentos finais do evento, a organizadora tomou a palavra para realizar os agradecimentos e não fez nenhuma menção sobre ocorrido. Enquanto isso, como eu estava sentada entre os dois pesquisadores brancos que dividiram a mesa comigo, pude ouvir a mulher direcionar elogios ao trabalho do pesquisador, especialmente em relação à postura dele que, segundo ela, trata-se de uma prática não colonizadora quando em suas atividades acadêmicas dirige-se à periferia. Meu corpo acabara de ser alvo de um ataque e eles falavam como se eu não estivesse sentada entre eles e nada tivesse acontecido.

No tempo decorrido entre o ato racista e minha retirada daquele local, eu desejei que um buraco abrisse no chão para que eu pudesse desaparecer. A objetificação pública do meu corpo, acompanhada do pacto de silêncio generalizado, trouxe uma mescla de vergonha, raiva e, sobretudo, incredulidade de que aquilo havia acontecido comigo.

Eu não tenho dúvida de que grande parte das pessoas presentes naquele evento se autodefine como progressista, até mesmo antirracista, mas isso não foi suficiente para perturbar um pacto de silêncio. Nesse sentido, interrogo: o que permite que a intelectualidade branca, como aquelas pessoas que dividiram a mesa comigo, cujos trabalhos discutem múltiplas opressões, inclusive as raciais, sintam-se autorizadas a cometer um ato racista tão grosseiro e o gesto ser sustentado por um silêncio retumbante?

Para ser honesta, durante um tempo, eu também evitei responder essa questão porque todo evento traumático carrega um excesso insuportável. Meu desejo imediato era me livrar o mais rápido possível da lembrança. Talvez seja por isso que a náusea foi a primeira reação do meu corpo, uma tentativa de expelir o que me havia afetado. No entanto, o recalco sempre retorna. Em 2019, durante os primeiros meses da pandemia, observando as fotos da defesa da minha tese, enquanto rememorava como aquele ritual havia sido um momento de celebrar a potência das mulheres negras, a lembrança do ato racista invadiu minha festa. O choro foi inevitável. A memória do trauma traía meu esforço de esquecer. Naquele momento, me dei conta que precisava enfrentar essa dor, senão ela me deixaria aprisionada

na condição de objeto. Escrever é uma forma de produzir agenciamentos sobre o acontecimento. E teorizar, conforme bell hooks, é um gesto de *autorrecuperação* quando...

Nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos *autorrecuperação*, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história. Esse processo permite que nos vejamos como se fosse a primeira vez, pois nosso campo de visão não é mais configurado ou determinado somente pela condição de dominação. (hooks: 1984:302)

Tratando-se das violências racistas ocorridas nos meios acadêmicos, a necessidade de *autorrecuperação* tem favorecido que inúmeras intelectuais negras brasileiras, de diferentes gerações, como Beatriz Nascimento (2018b), Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2005), Janaina Damasceno Gomes (2008) e Viviane Angélica da Silva, (2015), para citar algumas, produzam conceitos e análises sobre como as opressões construídas sob as diferenças de raça, classe e gênero são vivenciadas nos meios acadêmicos, afetando os corpos negros e expressando-se de forma singular sobre as mulheres. Essas produções indicam que a formação acadêmica, ao abrir possibilidades de disputa de espaços e de narrativas com a branquitude, coloca as mulheres negras sob formas de violências silenciadas e até mesmo naturalizadas, porque tais gestos fazem parte da racionalidade institucional e os jogos de poder que atravessam as competições, as alianças e os interesses acadêmicos. Nesse trabalho, branquitude é concebida, conforme descreveram as pesquisadoras Maria Aparecida da Silva Bento (2002) e Lia Schucman (2014), como uma criação histórica e relacional cujos significados socialmente construídos conferem vantagens estruturais às pessoas brancas.

Inspirada por essas produções, defino *racismo acadêmico* como a maneira pela qual aspectos estruturais do racismo se expressam nos espaços acadêmicos, em especial nas universidades. Nesse sentido, o racismo acadêmico poder ser compreendido com uma tecnologia de poder cujas práticas de discriminação racial ocorrem de forma velada ou explícita. Esses atos fazem parte do funcionamento institucional que, no Brasil, historicamente se configurou como um espaço hegemonicamente branco e masculino. O *racismo acadêmico* materializa-se pelas escolhas epistemológicas, pela inexistência de um corpo discente e docente diverso em termos raciais e pela criação de entraves meritocráticos/burocráticos/financeiros que dificultam o acesso e/ou a permanência de pessoas não brancas, especialmente negras e indígenas, no espaço.

Mas alguns dirão: puxa! a Universidade e o conhecimento estão sob ataques. Não seria hora de conciliação? Falar sobre *racismo acadêmico* não provocaria divisões? Sim, eu tenho consciência que o atual momento histórico impõe desafios políticos e teóricos singulares por conta do avanço do conservadorismo e da racionalidade neoliberal, expressos pelo ataque à justiça social e aos direitos humanos.

No entanto, as divisões já existem e não será possível descolonizar as práticas acadêmicas enquanto um dos lados da mesa silenciar as violências institucionais. Por conta disso, muitas pessoas do campo progressista alertam para a necessidade de descolonizar as epistemologias. Observo esse movimento descolonizador com entusiasmo e desconfiança. Entusiasmo, pelo fato de ser inadmissível que toda produção teórica do mundo continue sendo ditada por uma dúzia de homens brancos do Norte Global. Desconfiança, porque a distância entre o que se pesquisa o que se vive é uma prática corriqueira nos meios acadêmicos. Essa percepção tornou-se para mim mais aguda, após meu corpo ter sido alvo publicamente do *racismo acadêmico*, cujos agentes da ação são pessoas que em seus estudos articulam abordagens teóricas problematizadoras do racismo, do colonialismo e do sexismo. Em outras palavras, não basta apenas possuir um conhecimento bibliográfico sobre o racismo, é preciso uma dobra ética que implique transformações subjetivas radicais.

A escrita deste trabalho é um esforço para nos deslocarmos de uma abordagem sobre descolonização cuja aproximação com o tema fica restrita a um conhecimento intelectual e bibliográfico, ocorrendo poucas modificações no cotidiano das relações raciais vivenciadas nos espaços acadêmicos. Para tanto, considero fundamental a construção de pesquisas que enfrentem as conexões existentes entre afeto, racismo e relações de poder, expressas nas práticas de racismo acadêmico.

Antes de continuarmos nosso percurso, é importante situar que a concepção de afeto proposta neste trabalho alinha-se à abordagem do filósofo Baruch Spinoza (2013) que descreve o termo como as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções. Socialmente nomeamos sensações que atravessam os nossos corpos como amor, raiva, medo, mas vale dizer que os afetos não se confundem com o que chamamos de sentimentos. Os afetos são intensidades que atravessam os nossos corpos e muitas vezes não conseguimos nomear, mas que mobilizam nossos gestos, ações e pensamentos.

Nos últimos anos, em termos teóricos, cada vez mais se reconhece nas Ciências Sociais a importância do afeto ao lado da razão, do cálculo e da estratégia nas múltiplas dinâmicas da vida, incluindo a política. Esse tem sido o fundamento teórico central do que atualmente denominamos virada afetiva. Nos Estados Unidos, desde a década de 1990, e no Brasil, nos últimos anos, a abordagem tem sido usada pelas *teorizações feministas e queer*.

Apesar das diferentes filiações teóricas em torno da virada afetiva, há, pelo menos, duas convergências que merecem destaque: primeiro, a rejeição de uma hierarquia entre mente e corpo para a construção do conhecimento. (Almeida: 2018); segundo, o enfoque tanto em nosso poder de afetar o mundo a nossa volta quanto o de sermos afetados por ele. (Hardt: 2015).

Angulada por essas abordagens pergunto: de que forma os afetos raciais exprimem o funcionamento das políticas acadêmicas, suas disputas e seus jogos de poder?

Racismo, afeto e o pacto narcísico da branquitude

Se por um lado atualmente a *virada afetiva* alcançou visibilidade, por outro é possível afirmar que intelectuais negras e negros que estudam as relações raciais vêm, de longa data, evidenciando como as dinâmicas afetivas e os códigos emocionais são incorporados nos processos de socialização racial, cujas expressões dessas afecções, por inúmeras vezes, validam a eliminação física ou subjetivamente de pessoas negras.

Na década de 1960, o psiquiatra Franz Fanon, em *Pele Negra Máscaras Brancas*, ao analisar os processos de racialização, denuncia um duplo narcisismo que emergiu desse processo: o branco confinado em sua brancura e na crença de sua superioridade; e o negro confinado em sua negrura e na ideia de sua inferioridade. (Fanon: 2008:27). A partir dessa crítica, Fanon detalha os afetos racistas mobilizados nos processos de socialização racial, descrevendo essas conexões por meio de suas experiências pessoais. “Eu acreditava estar construindo um eu fisiológico, equilibrando o espaço, localizando as sensações, e eis que exigiam de mim um suplemento”. O suplemento é a sua negritude. Na rua, ele é apontado como um “preto”. Uma criança branca diz: “Mamãe, olhe o preto, estou com medo”. À medida que

o cerco em torno da sua cor se fecha, Fanon descreve novas reações: “Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível”. (Fanon: 2008:105). Daí, a percepção de que seu corpo desperta um ódio racial difuso: “Era a raiva; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo meu vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça, estava exposto a algo irracional”. (Fanon: 2008:110).

Sobre esse algo irracional que mobiliza os afetos raciais, autores como Paul Gilroy e Achille Mbembe descrevem as intrínsecas relações entre racismo, racionalidade e afetos. Paul Gilroy (2012:17) definiu o racismo como “irracionalidades racionalizadas do pensamento racial e a aplicação racional do terror”. Achille Mbembe (2014:11), narrando os processos de racialização do mundo na modernidade, afirma que, em “qualquer lugar onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional”. A palavra negro com N maiúsculo faz referência à racialização dos corpos negros e sua principal consequência: a naturalização de sua desumanização. Mbembe aproxima o racismo em termos de uma afecção, em que suas bases estão na própria construção da ideia de raça:

[...] raça é um lugar de realidade e de verdade – a verdade e das aparências. Mas é também um lugar de dilaceração, de efervescência e de fervor. A verdade do indivíduo a quem é atribuída uma raça está simultaneamente em outro lugar e nas aparências que lhes atribuídas. A raça está detrás da aparência e sob aquilo de que nos apercebemos. É também constituída pelo próprio ato de atribuição - esse meio pelo qual certas formas de infravida são produzidas e institucionalizadas, a indiferença e o abandono, justificando, a parte humana do Outro, violada, velada ou ocultada, e certas formas de enclausuramento, ou mesmo de condenação à morte, tornadas aceitáveis. (Mbembe: 2014:66)

Racismo, aquilo que cria as hierarquias raciais a partir da modernidade, é definido por Mbembe em termos de jogos de significação e dos efeitos de sentidos sobre os corpos, seja pela forma como percebemos, seja pelo modo como somos afetados por essa percepção. No que tange aos corpos racializados como negros, o que está em jogo é a aniquilação.

Deslocando-se para produção acadêmica brasileira, a historiadora Beatriz Nascimento, igualmente, descreveu a importância de prestarmos atenção nos circuitos afetivos quando estudamos as relações raciais. Em 1974, no artigo “Por uma história do homem negro”, a historiadora questiona

as implicações de uma abordagem historiográfica que narra as experiências negras pelo viés da escravidão, ou seja, pela objetificação. Assim, questiona

Não se estuda, o negro que está vivendo, a História vivida. Somos a História Viva do Preto, não números. Devemos fazer nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. (Nascimento:2018a:49)

Beatriz Nascimento, ciente da complexidade do racismo, advoga que não basta apenas investigações quantitativas, mas é preciso prestar atenção nas afecções que atravessam os processos de socialização racial. Na década de 1990, no texto “Por território (novo) existencial e físico”, Beatriz Nascimento exemplifica como o incômodo com os rituais acadêmicos colonizadores favoreceu que ela permaneça afastada durante dez anos do espaço. (Nascimento: 2018^a: p. 416). A narrativa da historiadora favorece a visualização do entrelaçamento entre a dimensão subjetiva das relações raciais com outras mais concretas e objetivas da vida, como, por exemplo, a própria permanência no espaço acadêmico.

A respeito dessas conexões, a psicóloga Maria Aparecida Silva Bento (2014), cuja pesquisa focaliza os processos de branqueamento nas instituições, sublinha que não se pode separar os aspectos subjetivos dos ganhos materiais, uma vez que ambos se reforçam mutuamente, funcionando como potencializadores do racismo. Essas conclusões são frutos de sua experiência no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, ministrando cursos dirigidos ao movimento sindical e empresas privadas. Nessas ocasiões, a pesquisadora percebe que pessoas brancas progressistas que combatem a opressão e as desigualdades, com frequência, mantêm seu grupo protegido das avaliações e análises sobre o racismo. Cida Bento descreve que é comum ocorrer um sentimento de indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença. (Bento: 2014: p.26-29). Segundo a psicóloga, a autopreservação dos brancos, enquanto grupo privilegiado pelo racismo em termos simbólicos e materiais, ocorre por meio do *pacto narcísico da braquitude*, definido pela autora nos seguintes termos:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (Bento: 2014: p. 30)

Cida Bento faz uso da concepção de narcisismo em Freud para demonstrar como o amor a si mesmo, elemento psíquico que trabalha para a preservação do indivíduo, funciona no âmbito das relações raciais em uma sociedade racista. As práticas estudadas por Cida Bento explicitam a conexão entre afecções, pacto narcísico e a defesa dos interesses do grupo de pertença. Conforme descreve a psicóloga:

Ter a si próprio como modelo e projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois maculam o modelo - são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas. O primeiro está associado ao narcisismo e, o segundo, à projeção. No entanto, no contexto das relações raciais eles revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, consequentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios. (Bento:2014: p.31)

Notemos que o *pacto narcísico da branquitude* não pode ser dissociado dos privilégios simbólicos e materiais que uma pessoa branca desfruta em uma sociedade racista. Os circuitos afetivos mobilizados pelo racismo e suas implicações simbólicas e materiais descritos por esses trabalhos são sistematicamente silenciadas nas práticas do *racismo acadêmico*.

Uma vez realizado esse percurso teórico, podemos retomar algumas perguntas: o que permite que as práticas do *racismo acadêmico* sejam sustentadas por um silêncio retumbante? Como os circuitos afetivos e relações de poder estão imbricadas nesse silenciamento? De que forma o *racismo acadêmico* faz parte do funcionamento das instituições acadêmicas, em especial as universidades?

Aprender a silenciar: o currículo oculto do racismo acadêmico

Algumas semanas e meses depois do acontecimento racista que narrei no início do texto, me comuniquéi com algumas pessoas brancas que estavam presentes durante o evento, algumas delas afirmaram que se sentiram profundamente incomodadas com o que havia ocorrido, inclusive com o

fato delas mesmas terem silenciado. Essas pessoas expressaram um misto de vergonha e de decepção, já que algumas pessoas disseram que nutriam admiração pelo trabalho dos pesquisadores brancos que dividiam a mesa comigo. Uma dessas pessoas chegou a me dizer que amava a mulher que havia realizado o ato racista e, por isso, apesar de lamentar muitíssimo o que havia ocorrido não sabia o que dizer. Ela se sentia dividida e transtornada. Esses relatos apontam como as relações afetivas e o *pacto narcísico* estão imbricados, já que o amor a si mesmo, ou seja, o modelo branco, não podia ser maculado, porque abriria uma ferida narcísica insuportável de lidar.

Outra camada que podemos escavar sobre o silêncio diz respeito às relações de poder que atravessam as práticas institucionais. Muitas pessoas ficam desorientadas porque existe um cálculo que precisa ser feito: o/a professor/a de hoje pode transformar-se em orientador/a, depois integrante da banca de concurso ou avaliador/a de projetos e, por fim, em colega de departamento. A denúncia pode colocar em risco uma trajetória profissional. Em outras palavras, o modo como funciona a construção das carreiras acadêmicas favorece o silenciamento. Para usar uma frase muito comum: “ninguém quer ficar queimado”. Assim, por meio de sua autopreservação, a branquitude do saber naturaliza sua hiper-representação nos espaços acadêmicos.

Ainda que muitas pessoas possam ficar indiferentes às práticas de *racismo acadêmico*, já que o mesmo é atávico ao próprio funcionamento institucional, essas falas me chamaram atenção para o fato de que o que sustenta o silêncio não é apenas a inexistência do incômodo. Mas a existência de um aprendizado de como manejar esse incômodo. Esse aprendizado funciona como uma espécie de *currículo oculto*. O sociólogo Michel Apple (1982), pesquisando o sistema escolar estadunidense, definiu currículo oculto como a dimensão implícita no processo educacional que não pode ser mensurável, porque faz parte do cotidiano quando se transmite experiências que reforçam aprendizados socioculturais dominantes e também como deve ser a interrelação entre professor, aluno e o conhecimento. Na visão de Michel Apple, o currículo oculto imprime no aluno disposições e propensões que poderão ser incorporadas em sua vida futura, especialmente tratando-se de uma sociedade cuja ordem social e econômica é estratificada. (Apple:1982). Valendo-se dessa abordagem sobre currículo oculto, podemos dizer que a naturalização do racismo acadêmico faz parte do aprendizado sobre o funcionamento institucional, o que implica o silenciamento dos incômodos e dos conflitos que possam surgir decorrentes das práticas racistas.

Uma vez que o *racismo acadêmico* ocorre de forma sistêmica, ele afeta a autoconfiança das pessoas negras e brancas de maneiras diferentes. Enquanto as primeiras precisam lidar constantemente com sensação de inadequação e não pertencimento; as segundas têm sua autoconfiança reforçada por meio da representação hegemônica do seu grupo racial em termos físicos e epistemológicos. O silenciamento dos incômodos e dos pactos narcísicos se reforçam mutuamente, potencializando o racismo acadêmico e as vantagens simbólicas e materiais da branquitude.

Sem a observância ética da necessidade de articular de forma radical o que pensamos, dizemos e fazemos, os estudos descoloniais e o antirracismo serão facilmente capturados pela lógica da atualização acadêmica que, em última instância, está a serviço da carreira e da competição. E aqui não me refiro apenas às pessoas brancas, já que a intelectualidade negra não está imune a lógica do *empresariamento de si*, definido pelo psicanalista Aldo Ambrózio (2011) como o vínculo entre a racionalidade neoliberal e a produção de subjetividades como capitalistas de si mesmas. Nessa lógica, a intelectualidade branca, para demonstrar atualização acadêmica, pode aderir ao discurso descolonizador de forma superficial, e a intelectualidade negra pode ser transformada numa espécie de *coaching antirracista*.

Com efeito, descolonizar, conforme propõe bell hooks (2019), é um processo complexo que envolve ambos: o colonizador e o colonizado, que implica muitas vezes assumir a dor, reconhecer os medos e os desejos e, sobretudo, sair da lógica binária e maniqueísta do tipo nós somos bons, eles são maus. Para a intelectualidade branca, a tarefa exige análises sobre os seus processos de racialização, sondando como eles moldaram seus desejos, linguagem, cognição e afetos. É preciso ter coragem de assumir, sem subterfúgios, os privilégios, as implicações e as responsabilidades de ser uma pessoa branca em mundo racista. Para nós, pessoas negras, a tarefa é o de lutar contra a sedução do branqueamento acadêmico e o desejo de ser reconhecido nos termos de uma racionalidade colonizadora, violenta e competitiva. É preciso ficarmos atentas sobre as armadilhas de um discurso de representatividade negra vinculado a um modelo neoliberal. Muitas vezes sentimos vergonha e silenciamos porque isso fere nosso narcisismo, especialmente quando adotamos um posicionamento militante. E nos autopunimos com questionamentos do tipo: como você permitiu que uma pessoa branca fizesse isso com você? Nessas ocasiões, chegamos a questionar a nossa própria conduta. Essa forma de pensar não respeita a nossa humanidade, justamente porque ela está fixada em termos

identitários. Por mais que nos cuidemos, enquanto houver práticas racistas, nem sempre saberemos como agir e sentiremos dor. E silenciar não faz com que ela desapareça.

Nada disso é fácil porque o racismo é uma racionalidade que estrutura relações sociais, engendra práticas institucionais, cria forma de sujeitos e mobiliza afecções. A gente pode começar quebrando o silêncio por meio de uma fala que, além de denunciar o gesto racista, tenha coragem dizer da dor, expressão de nossa humanidade. Para isso, concluo evocando mais uma vez Frantz Fanon (2014: p. 25):

Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de fulgurances essenciais. Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las. Pois, há muito tempo que o grito não faz mais parte de minha vida.

Referências

ALMEIDA, M. de. *Território de afetos: práticas femininas antirracista nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMBRÓZIO, A. *Empresariamento da vida: discurso gerencialista e processos de subjetivação*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica da Pontifícia) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

APPLE, M. *Ideologia e currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BENTO, M.A.S. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs). *Psicologia Social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 25-57.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não ser como fundamental do ser*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, 2005.

FANON, F. *Pele Negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, P. “Prefácio à edição brasileira”. In: *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centros de Estudos Afro-Asiáticos, 2012, p. 9-25.

GOMES, J. *Elas são pretas: cotidiano de estudantes negras na Unicamp*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GONZALEZ, L. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-44.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

_____. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Tradução: Bhuvir Libanio. São Paulo: Elefante, 2020,

HARDT, M. “Para que servem os afetos?” *Intersemiose* – revista digital, Recife, ano IV, n. 7, p. 9-14, jan./jun. 2015.

NASCIMENTO, M. B. “Por uma história do homem negro.” In: *Beatriz do Nascimento, Quilombola e intelectual*: Possibilidades nos dias de destruição. Editora Filhos da África, 2018a, p. 42-49.

_____. “Por um território (novo) existencial e físico ” In: *Beatriz do Nascimento: Quilombola e intelectual*. Possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018b, p. 413-30.

MBEMBE, A. “Introdução: O devir-negro do mundo”. In: *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 11.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*: São Paulo: Annablume, 2014.

SILVA, V. A. *Cores da tradição: uma história do debate racial na Universidade de São Paulo (USP) e a configuração racial do corpo docente*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPINOZA, B. A origem e a natureza dos afetos. In: *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 156- 259.

RECEBIDO EM: 29/03/2021
APROVADO EM: 05/04/2021

DITADURA, DIREITOS HUMANOS E ARQUEOLOGIA¹

Dictatorship, human rights and Archaeology

*Pedro Paulo A. Funari*²

*Andrés Zarankin*³

RESUMO

O artigo começa por apresentar a recente ditadura militar no Brasil (1964-1985), para voltar-se para os conceitos interpretativos latino-americanos de transculturação e antropofagia e para os direitos humanos como justiça e resistência ao poder. A cultura material, objeto da Arqueologia, é essencial para tratar da governamentalidade, em específico durante contextos de exceção. Apresenta o contexto histórico que permitiu o desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina e centra nas atividades recentes no Brasil. As escavações no DOPS-MG permitem avaliar o potencial para o campo no Brasil e conclui-se pela defesa de uma Arqueologia que induza o respeito pela diversidade e pelo convívio.

Palavras-chave: ditadura; direitos humanos; Arqueologia; diversidade.

ABSTRACT

The paper starts by introducing the recent Brazilian military dictatorship (1964-1985), then turns to Latin American interpretive concepts such as transculturation and anthropophagy, to human rights as justice and resistance to power. Material Culture, the subject of Archaeology, is key to looking for governmentality, particularly during discretionary rule. It introduces the historical context fostering the development of the Archaeology of repression and resistance in Latin America and centers around the recent activities in Brazil. The excavations at the

1 Contou com apoio das seguintes instituições: Unicamp, UFMG, SEDESSE-MG, Fapesp e CNPq

2 Bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986), doutor em Arqueologia (1990), pela USP, livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004 Unicamp). E-mail: ppfunari@uol.com.br

3 Professor titular do Departamento Antropologia e Arqueologia da FAFICH-UFMG. E-mail: zarankin@yahoo.com

Political Police of Minas Gerais (DOPS-MG) enables the evaluation of the potential of the field in Brazil. The paper concludes by pledging for archaeology fostering respect for diversity and leaving together.

Keywords: Dictatorship; Human Rights; Archaeology; Diversity.

Introdução: que ditadura?

Tratar de ditadura, em 2020, já é uma tomada de posição (ARENDT 1951). Ditadura refere-se a um poder discricionário e arbitrário, mas que, em tempos modernos, funda-se em uma legalidade, na violência legítima em nome de entidades abstratas: o povo ou a nação (GERMAIN 2014). A violência institucionalizada é exercida pelos órgãos de poder em nome da defesa do conjunto das pessoas, excluídas as destituídas: os desprovidos de personalidade jurídica ou de direitos (BUTLER 2009). No estado nacional, por definição, os estrangeiros estão à mercê da benignidade, pois podem ser expulsos e, no limite, eliminados, a critério da autoridade legítima (BUTLER 2020). A ditadura tampouco prescinde de legitimidade jurídica, como o caso extremo da Alemanha nazista mostra, com Carl Schmit (1888-1985). A exclusão leva ao paroxismo.

Houve ditadura no Brasil? Só a posteriori, claro (HALBWACHS 1950). O Estado Novo (1937-1945) e a Revolução de 64 (1964-1985) são bons exemplos dessa situação paradoxal. Até hoje Getúlio Vargas (1882-1954) é nome de rua mais frequente no Brasil, assim como o Marechal Castelo Branco (1897-1967) continua a emprestar a denominação a uma estrada, entre outros tantos bens públicos. Não há ditadura sem ditadores (VICTOR REIS e SANTOS 2017). Há uma gracinha que viceja, para explicar como determinar se o poder se considera uma ditadura: não aceita que se afirme que esse poder é uma ditadura (DIEDRICH 2019). Como no Hyde Park, em Londres, a prova dos nove está na possibilidade de dizer que o poder é ilegítimo e arbitrário, e sair ileso. Vivemos uma ditadura? O ministro Dias Toffoli (n.1967) dá uma dica: “hoje eu não me refiro mais nem a golpe e nem a revolução de 1964. Eu me refiro a movimento de 1964”(IG São Paulo, 01/10/2018)

Tratar da Ditadura Militar (1964-1985) não pode, assim, deixar de ser uma tomada de posição (COLLING 2015). Ainda mais em um contexto que transcende em muito o nosso país. Desde o declínio da polarização entre capitalismo e socialismo burocrático, em fins da década de 1980, o triunfo neoliberal já constatado por Deleuze (1988) generalizou-se a tal ponto que a segunda potência capitalista é hoje a China, “maoísta” na política, seguidora de Deng Xiaoping (1904-1997) no mercado. Os conflitos sociais e as aporias do mundo contemporâneo, em particular a polarização entre os chamados cidadãos de bem e os desviantes, estrangeiros, depravados ou outros privados de direitos, gera uma crescente apologia da violência legítima em relação a todos os outros (de Wilde 2018). A noção de capital humano, na aparência inofensiva, acaba por desumanizar e mesmo a condenar à morte as pessoas, como constata, de forma amarga, Judith Butler (n. 1956) (BUTLER 2009; MISKOLCI e PEREIRA 2018). O Brasil entra nessa maré tão mais devastadora quanto mais ela é tomada como algo natural.

Antes de entrar no tema, afinal nem tanto controverso, da Ditadura no Brasil, um pouco de luz no fim do túnel: a utopia de Oswald de Andrade (1890-1954).

Deus e Diabo nos trópicos

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade.

Quando eu falo em contra-reforma, o que eu quero é criar uma oposição imediata e firme ao conceito árido e desumano trazido pela Reforma e que teve como área cultural particularmente a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos da América. Ao contrário, nós brasileiros, campeões da miscigenação tanto da raça como da cultura, somos a contra-reforma, mesmo sem Deus ou culto. Somos a Utopia realizada, bem ou mal em face do utilitarismo mercenário e mecânico do Norte. Somos a caravela que ancorou no paraíso ou na desgraça da selva, somos a bandeira estacada na fazenda. O que precisamos é nos identificar e consolidar nossos perdidos contornos psíquicos e históricos.

(ANDRADE, 1955: 11).

A tropicalidade não pareceu a muitos ser capaz de produzir inspiração, só transpiração. A modernidade viria a dar ares de cientificidade a essa bazófia: a civilização ariana, alva, guerreira e poderosa, tanto no mito como na razão, só podia vir do frio. Inventou-se primeiro uma língua superior original, o indo-europeu ou indo-germânico, atribuiu-se esse idioma a um grupo biológico racial, ariano. Daí decorria a inferioridade dos outros idiomas e grupos. Michel Foucault (1926-1984) identificou essa nova maneira de classificação do mundo a partir do conceito nascente de razão/raça, derivado do termo latino *ratio*, do verbo *reor* cujo significado é valorar, estimar, calcular, daí que *ratio* seja valoração, estimação, cálculo e, daí razão. Associou todo o movimento de classificação, baseado em uma razão universal, a uma maneira de categorizar tudo, de modo que racismo se aplica à diferenciação biológica tanto quanto àquela comportamental. Criminosos ou loucos, assim definidos pela razão, são colocados numa categoria à parte, “essa raça de gente”, a serem controlados, assim como os revoltosos ou mesmo as mulheres.

O paroxismo dessa biopolítica, em termos de destruição direta pelo Estado, deu-se em regimes totalitários, como o caso extremo do nazismo, objeto de reflexão a partir de diferentes e complementárias perspectivas, de Hannah Arendt (1906-1975) à Escola de Frankfurt, passando por comunistas ou mesmo liberais. Banalidade do mal (ARENDR) ou estetização da política (WALTER BENJAMIN 1892-1940), ateísmo anti-cristão (protestantes e católicos), economia a serviço do Estado (crítica neoliberal ou ordo-liberal, que propunha o Estado a serviço da economia de mercado), são todos aspectos que convergem na crítica à força bruta que expulsava, retirava direitos, perseguia, espionava, confinava e matava indivíduos e coletividades. A base epistemológica desse racismo, no sentido amplo mencionado acima, estava na noção de pureza e superioridade, de maneira que a mistura era sempre entendida como entre superior e inferior, com a resultante degradação do primeiro. *Rein*, puro, em alemão, significa separado, oposto a misturado; esse mesmo termo aparece em sentido contrário em Walter Benjamin, como veremos ao final deste capítulo.

Nesse contexto, adquire sentido revolucionário a mescla, tal como apresentada por Oswald de Andrade (1953) e citada na epígrafe acima, no Brasil, ou Fernando Ortiz (1881-1969) (1940), em Cuba, ambos formuladores da mistura desde muito antes, à época do ápice purista, já ao fim da Grande Guerra (1918). A América Latina, campeã da miscigenação biológica e cultural, para parafrasear o tardio Oswald de Andrade (1953),

seguia na esteira antropofágica milenar de tudo incorporar, assim descrita pelo famoso comentário de Montaigne (1533-1592) (Ensaaios, 1, 31):

Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo que morto, dilacerar com tormentos e martírios um corpo ainda cheio de vitalidade, assá-lo lentamente e arrojá-lo aos cães e aos porcos, que o mordem e martirizam (como vimos recentemente, e não lemos, entre vizinhos e concidadãos, e não entre antigos inimigos, e, o que é pior, sob pretexto de piedade e de religião) que em o assar e comer depois de morto.

A pureza de católicos e calvinistas, frente à antropofagia indígena!

Barbárie, termo que aparece em Walter Benjamin: “não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie” (tradução de Flávio Kothe, 1985). Protestantes e católicos do lado da cultura e, *portanto*, da barbárie, claro.

Ascensão e Queda do Paraíso Tropical (CANCELI 2004), nome do evento em que esta apresentação se inscreve, apresenta inúmeras referências, a começar da Bíblia Hebraica, no seu primeiro livro, *Bereshit* (No Início) ou Gênesis, na versão grega mais difundida. Não há a ascensão ou queda no texto original, pouco importa, mas a referência no colóquio é clara às inúmeras versões sobre o tema, aplicadas também ao Brasil. Há Paraíso, termo persa, emprestado pelos hebreus, “pomar”. Ao ser empréstimo, já denota mescla, pois os hebreus viveram no exílio na Pérsia e misturaram isso na sua própria narrativa. A outra palavra usada, *gan-eden*, jardim do Éden, também é um empréstimo, de um idioma mais próximo e semita, *gan* com o sentido de frutífero, com água abundante. Esse jardim lembra um tempo mítico de vida sem labuta, de colheita de frutos. Não por acaso, a imagem foi

adotada para o trópico, mas com a introdução de ascensão e queda: como se houvesse um antes e um depois, ou mesmo uma subida e uma descida.

Afastamo-nos do tema. Importa ressaltar a originalidade de pensadores latino-americanos, de variados matizes, a ressaltar a mescla, frente à pureza em ascensão, aí sim, em diversos contextos (LOPES 2018). O conceito de aculturação (AGUIRRE 2018), formulado pela mesma época, viria a propor a passagem de culturas puras inferiores às superiores, aquelas dos colonizadores (DE CASTRO 2001; 2012). Transculturação (ORTIZ) e antropofagia (O. ANDRADE, 1976), invenções latino-americanas frutificariam em noções como mestiçagem, criouliização, multi-culturalismo e áltero-culturalismo, expressões multi-étnicas, culturais ou linguísticas, entre outras, incorporadas, de alguma forma, pelos próprios antigos metropolitanos ou colonizadores (GARCIA 2020). Hoje, a ideia de franceses como resultado do convívio de povos e culturas não é mais estranho, a despeito da extrema-direita de Marine Le Pen (n. 1968), ou mesmo na Alemanha do craque Mesut Ozil (n. 1988), ainda que contestado pelo *Alternative für Deutschland*. A isso voltaremos em seguida. Por ora, basta ressaltar o caráter revolucionário da mescla.

Direitos humanos: a justiça contra os poderosos

Justiça é um conceito com faces opostas. A expressão latina *dura lex, sed lex*, a lei é dura, mas é a lei, dá bem o sentido de recurso do dominante impor-se. Foucault associa o *homo legalis* ou *juridicus* ao contratualismo. Max Weber (1864-1920) define o Direito como essencial para o Estado moderno, detentor, segundo sua formulação, da violência legítima. Weber utiliza-se do termo alemão *Recht*, direito, assim como *rectus*, na origem do termo direito, referem-se à linha reta, por oposição ao desvio. Em inglês, *straight* (BUTLER 1993), esticado, daí não desviante, honesto, hetero, por oposição a curvo, desonesto e...homossexual! A isso tudo, junte-se a nem sempre generosa consideração da justiça como a serviço dos poderosos, dos que têm recursos, e sua reputação como aparelho do Estado encontra amplo respaldo. A propriedade e o Estado a serviço de uns poucos, como já constatava Engels (1820-1895), tem no Direito instrumento essencial.

Mas, essa é apenas parte da questão. Os subalternos, desde sempre, fizeram uso de conceitos contra o poder, a dominação e o abuso: justo, direito, verdadeiro, equânime. Os profetas na Bíblia Hebraica mostram bem esse uso revolucionário da justiça contra o poder:

תָּתִיב לַחֲנֹכַּהּ, הִקְדָּצוּ; וְכָשֶׁם, מִיָּמֶיךָ לְגֵן.

Amos, 5, 24

Que a Justiça surja como água, como uma torrente inexaurível.

Frederico Lourenço

O juízo surja tal água, a justiça tal fonte permanente.

Tradução nossa.

Não por acaso, Martin Luther King (1929-1968) citou esse verso, imortalizado no seu discurso *I have a dream*, tenho um sonho:

I have a dream that one day every valley shall be exalted, every hill and mountain shall be made low. The rough places will be made plain and the crooked places will be made straight.:

Tenho um sonho: que, um dia, todo vale será exaltado, e toda colina e montanha será rebaixada. Os lugares ásperos serão aplainados e os tortuosos serão endireitados.

Tradução nossa.

Bernie Sanders (n. 1941) citou os mesmos versos proféticos da Bíblia Hebraica.

No mundo grego, *Diké* (Justiça), além de deusa, fazia parte de um todo. Na mitologia, Têmis, a deusa da Justiça Divina, tinha como filhas as *Horae* (deusas ordenadoras do mundo): *Diké* (Justiça), *Eirene* (Paz) e *Eunomia* (Boa Ordem). Todas femininas e contrárias ao poder discricionário e arbitrário. Jesus de Nazaré seguia na trilha profética de contestação do poder e pela justiça. Isso ressoa na Teologia da Libertação, na América Latina, como as feministas parceiras nossas Nancy Cardoso Pereira e Ivoni Richter Reimer (n. 1959) (RICHTER REIMER E REIMER 2020), ou a pioneira Ivone Gebara (n. 1944) (CARDOSO E GEBARA 2017). A luta pelos direitos

civis, nos Estados Unidos e alhures, pelos Direitos Humanos, em especial frente a regimes autoritários, arbitrários e destruidores, foi fundamental para que se tornassem instrumento de resistência e liberação (FOUCAULT 1984). Mesmo quando institucionalizados, na Organização das Nações Unidas (ONU), na declaração universal, de 1948, ou nos ministérios, ou secretarias, como no Brasil, desde 1997, puderam servir para proteger os mais vulneráveis, ainda que nem sempre seja assim (SOARES e FUNARI 2019).

Durante a Guerra Fria (1947-1989), o tema dos Direitos Humanos teria efeitos contrastados ao redor do mundo. Com os diversos regimes ditatoriais conservadores apoiados pela potência imperial, os Estados Unidos, Direitos Humanos tornaram-se apanágio dos resistentes, dos que sofriam a brutalidade e o arbítrio (LACROIX e PRANCHÈRE 2019). Quando Jimmy Carter (n. 1944), presidente americano liberal, propôs-se a apoiar os Direitos Humanos na América Latina, foi hostilizado pelas ditaduras militares, sendo sucedido por um populista reacionário, antigo anticomunista macartista, Ronald Reagan. As igrejas, católica e outras, engajaram-se, em boa parte, nessa luta pela Justiça e pela Paz. Após justiça, convém lembrar que a paz, *shalom, eirene, pax, salam*, não é aquela dos cemitérios, como diria Tácito (AGRÍCOLA, 30, 4), em sua crítica ácida ao imperialismo romano, mas da convivência.

Arqueologia e governamentalidade

Arqueologia tornou-se, graças a Foucault, um termo filosófico (KARSENTI 2005). Qual arqueólogo diria? Talvez Collingwood (1889-1943), autor do clássico *A ideia da História* (COLLINGWOOD 1946), muito antes do filósofo francês. Foucault utilizou-se de Arqueologia a partir do seu conhecimento do grego e dos autores antigos. Para ele, “a junção dos princípios”, “a articulação do poder”, podia dar conta de *logos* (junção, articulação) e de *arque* (princípios, poder). Referia-se, ainda, a Tucídides, em sua Arqueologia, como as causas primevas (*AITIAI*). Talvez mais que tudo, para além da etimologia, com o termo arqueologia, Foucault estivesse interessado nas camadas ou estratos, que se sobrepõem, o que Deleuze

(1925-1995) e Guattari (1930-1992) chamariam de rizoma (DELEUZE e GUATTARI 1980).

Ainda que o conceito de cultura material não figure entre os agenciados por Foucault, não deixa de apresentar-se, como no caso central da Arquitetura. Lembra-se, sempre, do panóptico de Bentham (1748-1832), ao sintetizar toda uma maneira de controlar as pessoas, por meio de uma construção. Uma torre de controle permite vigiar os prisioneiros em suas celas e, também, ao guarda vigiar a todos, sem ser visto. Revela-se pela materialidade toda uma organização social. Mas, também os artefatos móveis revelam, pela *nau dos insensatos*, outra sociedade, aquela não da reclusão, mas da exclusão. A iconografia brilha com sua menção ao quadro *As Meninas*, de Velázquez.

A Arqueologia como disciplina acadêmica surgiu e forjou-se no bojo do nacionalismo e do imperialismo, na lógica militar e colonialista, cuja ênfase na descrição, na classificação e catalogação, na busca de matérias-primas e funções, cada vez mais hiper-especializada, nem sempre apareceria propensa à crítica do mundo contemporâneo. Mesmo assim, a Arqueologia alargou-se há décadas, não só no sentido de chegar ao presente e ao engajamento social, como de propor interpretações filosóficas do mundo a partir da materialidade. Algo insuspeitável à época de Foucault, contemporâneo da Guerra da Argélia (1954-1962) e da exportação de torcionários franceses à ditadura militar brasileira (décadas de 1960-1970): uma Arqueologia contrária ao poder e libertária, ativa no estudo e denúncia das ditaduras daquela época.

Antes disso, convém explorar o outro termo do enunciado deste tópico: governamentalidade. A filosofia faz-se pela criação de termos novos, às vezes tornados de uso geral e perene. Dentre tantos, dinamismo, mostra tanto o aspecto físico e material (dinâmica em física), como espiritual ou subjetivo (o potencial). Como Karl Marx (1818-1883), ao usar o grego *dynámei*, δυνάμει, “em potencial”, na *Introdução à crítica da economia política* (1857):

Eine Eisenbahn, auf der nicht gefahren wird, die also nicht abgenutzt, nicht konsumiert wird, ist nur eine Eisenbahn δυνάμει, nicht der Wirklichkeit nach.

<http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/mew42.pdf>

Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é

usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas δυνάμει, não efetivamente.

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_\(boitempo\)_completo.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_(boitempo)_completo.pdf)

Assim, foi utilizado governamentalidade, frente a governo, de uso corrente, para designar algo recente. Já o étimo *curv*, curvar, remete ao que chamamos em português leme, algo que ao ser curvado muda o movimento de um barco na água. Essa referência ao sutil movimento da embarcação serve como perfeita analogia para como a sociedade é direcionada. O panóptico não passa de um leme, a concretização de um micro poder, tal como o poder se manifesta em todos os lados, na sociedade de controle. Não há governamentalidade sem materialidade. A Arqueologia, ao engajar-se, tornou-se parte da busca da liberação. A cultura material referente às ditaduras e à resistência relaciona-se com o que se mostra e o que se oculta, ao que se pode saber ou não. Nos termos saber (*savoir*) e poder (*pouvoir*), na formulação original francesa, encontra-se o verbo ver (*voir*). Se os esquimós conseguem ver diferentes tons de branco, com nomes diversos para cada uma, têm o poder de tirar proveito desse reconhecimento. Pessoas de fora, que não identificam essas tonalidades, tampouco sabem como aproveitar-se dessa variedade. Há, pois, uma relação entre dizível e visível e não apenas no sentido visão/compreensão, mas também no contrário. Entre os nukak da Amazônia, os filhotes da caça abatida e devorada são concebidos e nomeados como parentes, membros da família, o que permite que a vista diferencie o irmão macaco de um macaco estranho.

No caso de ditaduras, esses processos exacerbam-se, na medida em que há tortura, assassinato ou desaparecimento que não se vê, assim como há nomeação de seres humanos como desprovidos de humanidade, terroristas, inimigos do gênero humano (*hostis humani generis*), ameaça aos cidadãos de bem causadores de males reais ou imaginados. A invisibilidade funda-se na desumanização, num processo que Judith Butler (2009) chamaria de seleção entre quem merece luto (*grievable*) e os outros. Em regimes ditatoriais, as prisões tendem a não ser de conhecimento público, enquanto nas democracias essas são conhecidas. Ou seja, em regimes ditatoriais, a invisibilização tende a ser mais profunda, como no caso da prisão de Guantánamo, frente aos campos de concentração nazistas, bem conhecido o

primeiro e pouco difundido o segundo, à época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Parte dos fundamentos do processo de des-invisibilização dos grupos subalternos está relacionado com transformações teórico-político-ideológicas na Arqueologia, a partir da década de 1970 (SHANKS e TILLEY 1987). Impulsionada por movimentos sociais, a disciplina se posiciona como uma forma de ação política (MCGUIRE 2008), com a finalidade de construir narrativas críticas das narrativas dominantes (*master narratives* JOHNSON 1996), assim como passados inclusivos que tenham como protagonistas pessoas ou grupos excluídos da história oficial (ORSER 1996, FUNARI et al 1999).

Velhas temáticas têm seus focos mudados, como no caso da arqueologia de fazendas escravistas, nas quais a escavação da casa grande e a cultura material do senhor e sua família é substituída pelo interesse na senzala e na vida dos escravos. Ao mesmo tempo, outras temáticas começam a surgir como arqueologia das mulheres, dos idosos e das crianças (POLITIS, 2005), arqueologia queer (VOSS 2000), e arqueologia do presente (GONZALEZ RUIBAL 2008), dentro da qual podemos mencionar a Arqueologia da repressão e da resistência (FUNARI e ZARANKIN 2006; 2008; 2009, ZARANKIN, SALERNO e PEROSINO 2012).

Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina

A América Latina tem sido um espaço muito afetado pelas políticas externas intervencionistas dos Estados Unidos e Europa. Após a revolução cubana de 1959, foram desenvolvidas na região estratégias para evitar que existam novos governos de esquerda no poder. A principal fórmula empregada foi o apoio direto a golpes militares que deram início a décadas de ditaduras militares ou cívico-militares entre 1960 e 1985. Estes governos tiveram como foco a repressão de toda e qualquer dissidência.

Estas políticas autoritárias tiveram diversos efeitos na Arqueologia como disciplina. De acordo com Galaty e Watkinson (2006), estes governos ditatoriais perceberam a importância ideológica da construção do passado e buscaram utilizar a arqueologia como uma ferramenta política para alimentar e legitimar discursos nacionalistas e anticomunistas. Assim, a narrativa deste passado foi manipulada de forma sistemática, em certos casos os próprios registros materiais foram destruídos ou transformados. Dentro de um sistema ditatorial, as formas únicas de história e narrativa passam a ser priorizadas como discurso oficial, como a única verdade, e os arqueólogos são obrigados a sustentar e submeter-se a esta conjectura para continuar trabalhando ou até para sua própria segurança.

A América Latina foi um caso que reflete bem essa situação. Em geral, os discursos oficiais das arqueologias centraram-se em reforçar narrativas nacionalistas, a partir de visões eurocêtricas que muitas vezes justificavam o genocídio dos grupos indígenas, sempre fantasiadas de posições neutras, objetivas e científicas. Por sua vez, uma importante parte dos arqueólogos que não se alinhavam ao poder discricionário das ditaduras latino-americanas acabaram exilados, perseguidos, cassados ou até mortos (SOARES e FUNARI 2019a e b).

A luta pelos direitos humanos, tanto políticos como sociais, étnicos, feministas, ecologistas, animalistas entre outros, favoreceu o declínio dos regimes autoritários e permitiu o retorno de exilados e, com o tempo, práticas arqueológicas menos conformistas. Já em 1984, formava-se o Equipo Argentino de Antropología Forense, em busca da identificação de corpos de desaparecidos (FUNARI e ZARANKIN 2006; 2008; 2009). Essa iniciativa levou o EAAF a atuar em diversos países e continentes, um pioneirismo latino-americano no cenário arqueológico global (FONDEBRIDER 2006). Desde então, nas décadas seguintes, no mundo e na América Latina, os arqueólogos passaram, cada vez mais, a engajar-se com outros estudiosos, com os indígenas, com as pessoas comuns, com minorias ou majorias pouco representadas como as mulheres (POLONI, FUMATI e MARCHI 2019).

A Arqueologia da repressão e da resistência faz parte dessa transformação (JUSTAMAND, MECI e FUNARI 2017). Estudam-se movimentos de resistência como Palmares (século XVII) e Canudos (1896-1897), quilombos e, em especial, a partir do século XXI, as ditaduras recentes (LINO e FUNARI 2013). Estudos surgem sobre a História da Arqueologia durante esses momentos ditatoriais, ao ressaltar aqueles que foram reprimidos

ou eliminados, ainda que a exposição dos perseguidores nem sempre tenha avançado, já que as instituições controladas durante o período ditatorial tardaram a ser renovadas. Em seguida, o tema da identificação de corpos sem nome disseminou-se, ainda que transições sem ruptura ou prestação de contas, como no caso do Brasil ou do Chile (1973-1990), tenham tornado essa tarefa de particular dificuldade. Por fim, multiplicam-se os estudos dos mecanismos de repressão, tanto na arquitetura de controle, intimidação e simulação, como nos simples objetos, como bolas de pingue-pongue usadas por torturadores ou camisetas consideradas como vestígios de desaparecidos.

A Arqueologia e seu estudo da materialidade revestem-se de particular importância frente ao revisionismo de apoiadores, nostálgicos e mesmo propugnadores de regimes ditatoriais. Os usos abusivos do passado serviram para justificar a escravatura, o racismo ou o machismo, assim como foi e é frequente a negação da existência de campos de concentração ou de valas comuns. O EAAF foi pioneiro em mostrar como as pessoas nessas fossas foram assassinadas, pelo exame dos vestígios materiais de perfuração a bala ou quebra de ossos (FONDEBRIDER 2006, SALERNO 2007) Figura 1. O argumento da guerra interna e da resistência armada, abatida em combate, pode ser desmentida, muitas vezes, pelo exame do esqueleto e do contexto arqueológico da fossa, quando as pessoas foram executadas no local. O estudo de locais identificados, ou ilegais, de detenção de prisioneiros, na mesma linha, permite expor a sistemática da repressão. Isso é importante, pois as antigas prisões foram destruídas ou reformadas para abrigar outras atividades. A construção idílica de uma antiga ditadura passa pelo apagamento dessas evidências materiais e a arqueologia pode contribuir para colocar em questão esse revisionismo anti-humanista. O florescimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência atesta a sua crescente importância na resistência, em especial na América Latina.

Figura 1 – fragmentos de roupa recuperada junto a prisioneiros assassinados pela ditadura Argentina.



Fonte: Melisa Salerno.

No Brasil, o início das buscas por desaparecidos políticos estiveram dissociadas da arqueologia, tendo sido realizadas por outros profissionais. Apenas em 2014 foram criados o Grupo de Trabalho Perus (GTP) e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) (GORKA e PLENS 2020) Figuras 2 e 3, que se tornaram responsáveis pela identificação dos restos mortais escavados no cemitério Dom Bosco em 1990 (ver LEMOS 2020; Lemos e Zarankin, no prelo). Em relação às pesquisas/iniciativas acadêmicas brasileiras ligadas ao desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência e à discussão de seu papel político-social, podem mencionar-se diversas iniciativas: as edições especiais da Revista de Arqueologia Pública, lançada em 2014, e da revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Revista de Arqueologia), lançada em 2016, com trabalhos que tratam dessa temática (ver respectivos editoriais FUNARI, 2014; ROSIGNILI e BIASATTI, 2016); publicações como a de Anjos (2012), Fernandes et al. (2020), Funari

et al. (2008), Hattori (2019); Lemos (2029, 2020), Poloni (2014), Poloni et al. (2019), Soares (2013), Soares & Quinalha (2011), Soares & Funari (2014, 2019) e os diversos artigos presentes no livro organizado por Carvalho et al. (2009); a criação de grupos de pesquisas de Arqueologia da Repressão e da Resistência na Universidade Estadual de Campinas, hoje na UFPel e na Universidade Federal de Minas Gerais.

Figura 2 – Workshop que o Prof. Douglas Ubelaker deu no LEA/ UNIFESP dentro do projeto de Validação de Métodos de Antropologia Forense.



Fonte: Acervo pessoal Cláudia Plens.

Figura 3 – Curso de especialização em Antropologia Forense e Direitos Humanos (CAAF/UNIFESP).



Fonte: Acervo pessoal Cláudia Plens.

Para completar, diversas pesquisas relacionadas às materialidades da ditadura civil-militar brasileira, como os centros de detenção, têm sido desenvolvidas nos últimos anos (todas elas a partir de análises de documentos ou plantas arquitetônicas): o estudo do Dopinha (ex-CCD de Porto Alegre) realizado por Belle (2017); um levantamento e discussão sobre os espaços da repressão política ditatorial em Belo Horizonte efetuados por Costa (2017); as pesquisas sobre as materialidades do Dopinha, do Presídio da Ilha das Pedras Brancas (RS), da Penitenciária Feminina Madre Pelletier e do DOPS/RS concretizadas por Baretta (2015, 2017, 2017a, 2020); a análise da Penitenciária Tenente Zeca Rúben desenvolvida por Aquino (2017; 2019); a pesquisa, desenvolvida por Souza (2019), das materialidades e materialização das estratégias repressivas implementadas pela ditadura na Região do Bico do Papagaio durante a Guerrilha do Araguaia, focada na análise da paisagem da região e dos artefatos que compuseram as bases militares Xambioá e Morro do Urutu; o estudo comparativo entre os CODs DEOPS/SP e DOI-CODI/SP e os CCDs Casa Azul (PA) e Casa da Morte (RJ) efetuado por

Lemos (2019) Figura 4; uma discussão sobre as tecnologias da repressão da ditadura brasileira desenvolvida por Maguire (2019); e as pesquisas sobre o DOPS/MG já realizadas por Maguire & Costa (2018) e Costa (2020). Apenas em 2020 foi realizada a primeira intervenção arqueológica em um centro de detenção da ditadura Brasileira, como parte do processo de musealização e construção de um memorial da resistência em Belo Horizonte, quando foi escavado o DOPS/MG (ZARANKIN et al 2020) Figura 5 e 6.

Figura 4 – Casa Azul (PA).



Fonte: Acervo pessoal Carol Murta Lemos.

Figura 5 – Escavações no DOPS-MG.



Fonte: Acervo pessoal Zarankin.

Figura 6 – Escavações no DOPS-MG.



Fonte: Acervo pessoal Zarankin.

Fica evidente que, apesar dos avanços alcançados no âmbito da Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina e no Brasil, apesar de tardio, nos últimos anos ocorreu um fortalecimento substancial deste campo de pesquisa, graças, em particular, ao interesse e esforço de discentes e jovens graduados que, pouco a pouco, estão trazendo para o universo acadêmico este tipo de estudos. Esses trabalhos confirmam, antes de tudo, o potencial da arqueologia para a construção de conhecimento sobre o funcionamento do aparato repressivo ditatorial e sobre as estratégias de resistências implementadas pelos diversos grupos sociais.

Conclusão: Arqueologia, diversidade e convívio

Walter Benjamin (1985; FUNARI 1996), em seu ensaio crítico da violência propunha opor mito e Deus:

*Die mythische Gewalt ist Blutgewalt über das bloße Leben um ihrer selbst, die göttliche reine Gewalt über alles Leben um des Lebendigen willen.
Verwerflich aber ist alle mythische Gewalt.*

A violência mítica e a violência sangrenta sobre a vida, sendo a violência o seu fim próprio, ao passo que a violência divina é um poder puro sobre a vida toda, sendo a vida seu fim.
Tradução de Willi Bolle (1986: 173)

A violência do mito é poder sangrento sobre a vida crua e por ela mesma, o poder divino distintivo o é sobre tudo que vive, tendo em vista os viventes.
Condenável é toda violência mítica.
Nossa tradução
(BENJAMIN 1965; 1974; 1986)

A contraposição parece cair como uma luva em tempos de difusão de discursos fundados em mitos. Mito, em grego, remete à narrativa, e convém também nesta época de guerras de narrativas, umas falsas e míticas e outras verdadeiras. Mítica era a narrativa nazista travestida de culto ao Mito. Nossa tradução da passagem acima distingue, em português, violência e poder, dois sentidos do termo original *Gewalt*, o primeiro condenado como arbitrário e contra a vida, o segundo o poder benigno e justo (*rein*) da divindade, em defesa de tudo que vive (CANTINHO 2011). Opõem-se o direito (*Recht*) opressor e violento das sociedades de classe, à justiça (*Gerechtigkeit*) da vida. Há uma ressonância, aqui, de Bento Espinoza (1632-1677) (DELUZE 2002), ao identificar Deus à natureza, *physis*, em grego, aquilo que cresce, nasce, ou a vida (*das Leben*, com raiz etimológica na persistência, no que permanece).

A Arqueologia da Repressão e da Resistência permite, por meio da simpatia e pela emoção de colocar-se no lugar do outro, em sua própria experiência material e subjetiva da fragilidade, questionar a identificação empática com o dominador e destruidor. A ditadura funda-se nessa necropolítica, mas a arqueologia pode servir para um engajamento (*ethos*) não-violento, pela vida em comum com o diferente. Se for assim, a arqueologia terá contribuído para um mundo melhor.

Agradecimentos

Agradecemos a Margareth Rago, Luana Saturnino e Maurício Pelegrini, pelo convite a participar do colóquio Ascensão e Queda do Paraíso Tropical, origem deste artigo, e a Juliana Poloni, Inês Soares, Filipe Noé Silva. A André Câncio pela sua ajuda na formatação desse artigo. Mencionamos o apoio institucional da Unicamp, UFMG, SEDESSE-MG, Fapesp e CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Referências

AGUIRRE, J. Globalización, internet y transculturación. Reflexiones desde el pensamiento de Fernando Ortiz, Utopía y praxis latinoamericana: *revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social*, ISSN-e 1316-5216, N°. 81, 2018 (Ejemplar dedicado a: (Abril-Junio)), pp. 129-135.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. (1928)

ANJOS, G. A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. *Rev. Arqueologia Pública*, n. 5:79-92. 2012

AQUINO, R. Entre o Sagrado e o Profano: Um mundo por trás das grades. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 13, n. 1: 89-113. 2019.

AQUINO, R. *Entre o Sagrado e o Profano: Um mundo por trás das grades*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Arqueologia. 2017. 142 pp.

ARENDT, H. Hannah Arendt, « En guise de conclusion » (1951), in *Les Origines du totalitarisme*, GALLIMARD, 2003.

BARETTA, J. *Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS* (1964/1985). Tese de doutorado: Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Antropologia. 2020.

BARETTA, J. *A importância da materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil*. Aedos, v. 9, 2017, n. 21: 109-131.

BARETTA, J. Por uma arqueologia feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). *Revista de Arqueologia*, v. 30, 2017a, n. 2: 8-34.

BARETTA, J. *Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS* (1964/1985). Dissertação de mestrado: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015, 193 pp.

BELLE, M. *Memória em conflito: dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia. 2017, 141 pp.

BENJAMIN, W. *Teses sobre a filosofia da História*, in Walter Benjamin, São Paulo, Ática, 1985, pp. 153-64. Tradução de Flávio Kothe).

BENJAMIN, Walter : *Zur Kritik der Gewalt und andere Aufsätze*. Frankfurt/M.: Suhrkamp. (1965 [1921])

BUTLER, J.: *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. Nova Iorque: Routledge, 1993. [ed. brasileira: *Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo"*. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo, 2019].

BUTLER, J.: *The force of nonviolence*. New York: Penguin Random House. 2020

CANTINHO, Maria João. "Walter Benjamin e a história Messiânica. Contra a visão histórica do progresso". *Revista Philosophica*, n. 37, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Ed. Clibri, 2011.

CARDOSO, N.; GEBARA, I. ; S. Lassak . *Familie, Familismus, plurale Familien: Theologische Aufgaben und Auferstehung*. In: Franz Gmainer-Pranzl; Sandra Lassak; Birgit Weiler. (Org.). *Theologie der Befreiung heute - Herausforderungen, Transformationen, Impulse*. 1ed. Innsbruck/Wien: Tyrolia Verlag, 2017, v. 1, p. 233-248.

CARVALHO, A.; SOARES, I.; FUNARI, P.; SILVA, S. DA. *Arqueologia, Direito e Democracia*. Erechim: Habis. 2009, 408 pp.

COLLING, A. M. *50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero*. OPSIS, 15(2), 2015, 370-383. <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33836>.

COLLINGWOOD, R.G. *The Idea of History*. Oxford, Oxford. University Press, 1946.

COSTA, D. *Memórias de repressão, memórias de resistência: As marcas da ditadura no DOPS/MG (1964 - ?)*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia. 2020, 154 pp.

COSTA, D. *O passado que ninguém quer lembrar: uma arqueologia dos espaços de repressão em Belo Horizonte*. Trabalho de conclusão de curso: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2017.

DELEUZE, G.; Guattari, F. *Capitalisme et Schizophrénie 2. Mille Plateaux*. (1980) - Em colaboração com Félix Guattari (ed. brasileira: Mil platôs. São Paulo: Editora 34, 2011. V. 2)

DELEUZE, *_Abécédaire_* (Ed. Montparnasse, 1988).

DELEUZE, G. *Espinosa, Filosofia Prática*. São Paulo, Escuta, 2002.

DERRIDA, J. (1967), *L'écriture et la différence*, Paris, Seuil.

FERNANDES, M.; CORONEL, L.; THIESEN, B. Arqueologia e ação política: resultados da instalação vestígios de uma ausência. *Rev. Arqueologia Pública*, v. 14, 2020, n. 1: 57-74.

FONDEBRIDER, L. Arqueología y Antropología Forense: un breve balance. Em: FUNARI, P.; ZARANKIN, A. (Orgs.). *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006, pp. 129-138.

FOUCAULT, M. «Face aux gouvernements, les droits de l'homme», *Libération*, no 967, 30 juin- 1er juillet 1984, p. 22. Face aux gouvernements, les droits de l'homme (Intervention), *Dits Ecrits tome IV texte N°355*.

FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical*, Paris, Presses universitaires de France (PUF), 1963.

FUNARI, P. P. A. Considerações Em Torno das 'Teses Sobre A Filosofia da História' de Walter Benjamin. *CRITICA MARXISTA* (SÃO PAULO), v. 1, n.3, p. 45-53, 1996

FUNARI, P. A arqueologia na UNICAMP e a Revista de Arqueologia Pública: trajetória e perspectivas. *Rev. Arqueologia Pública*, n. 10: Editorial. 2014.

FUNARI, P.; OLIVEIRA, N.; TAMANINI, E. Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras. *Praxis Archaeologica*, 2008, 3:131-138.

FUNARI, P.P.A. Consideracoes Em Torno das 'Teses Sobre A Filosofia da Historia' de Walter Benjamin. *CRITICA MARXISTA* (SÃO PAULO), v. 1, 1996. n.3, p. 45-53.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. (Org.) . *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*, 01/10/2006. Catamarca: Universidad Nacional de Catamarca, 2006.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. (Org.) ; Reis, J.A. (Org.) . *Arqueologia da repressão e da resistência . América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume, 2008.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. (Org.) ; SALERNO, M. (Org.) . *Memories from Darkness, Archaeology of Repression and Resistance in Latin America*. Nova Iorque: Springer, 2009.

FUNARI, P. P. HALL, M.; JONES, S.; *Historical Archaeology: Back from the Edge (One World Archaeology)*. Nova York, Routledge. 1999.

GALATY, M. & WATKINSON, C. *Archaeology under Dictatorship*. Nova York, Springer. 2006

GARCIA, L.F. *Only Anthropophagy unites us – Oswald de Andrade's decolonial project*, *Cultural Studies*, 2020, 34:1, 122-142, DOI: 10.1080/09502386.2018.1551412.

GERMAIN M. Terror como gubernamentalidade obscena. Del saber sobre la violencia ilegal en la dictadura, *Ecopolítica*, 9, 2014, 47-61.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49,2008, n. 2: 247-279.

GORKA, K. e C. PLENS. In Search of Identity: The Field of Forensic Anthropology in Brazil – Profession and Practice. Em *Journal of Forensic Sciences*: 2020, 1-12.

HALBWACHS, M.. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel. 1950.

HATTORI, M. Enquadramentos de uma Antropologia Forense Brasileira na busca de Desaparecidos Políticos. Em: AMADEO, J. (Org.). *Violência de Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, pp. 497-520.

JOHNSON, M. *An Archaeology of Capitalism*. Oxford, Blakwell. 1996.

JUSTAMAND, M. ; MECI, P. ; PAULO A. FUNARI, PEDRO . Repressão política e direitos humanos: Arqueologia, História e memória da ditadura militar brasileira. In: Patrícia Sposito Mechi; Wanderson Fábio de Melo. (Org.). *Questões da ditadura: vigilância, repressão, projetos e constatações*. 1ed.Palmas: Editora da Universidade Federal do Tocantins - Eduft, 2017, v. 1, p. 75-92.

KARSENTI, B., « La politique du dehors. Une lecture des cours de Foucault au Collège de France (1977-1979) », *Multitudes*, n° 22, 2005, pp. 37-50.

LACROIX, J. & PRANCHÈRE, J.-Y. *Les droits de l'homme rendent-ils idiot?* Paris, Seuil, 2019.

LE MOS, C. A violência institucional do terrorismo de Estado e suas materialidades: Por uma Arqueologia da Repressão e da Resistência. *BAR International Series 2979, Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa / Archaeology of Dictatorship in Latin America and Europe*: 2020, 22-31.

LE MOS, C. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Arqueologia. 2019, 384 pp.

LE MOS, C.; ZARANKIN, A. no prelo. *O desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil: avanços e desafios*. 34 pp.

LINO, J.T. (Org.) ; FUNARI, P. P. A. (Org.) ; FUNARI, P. P. A. (Org.) . *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. 1. ed. Erechim: Habilis Press, 2013.

LOPES, M. Da antropofagia Tupinambá à gambiarra: processos de incorporação, *Paralaxe*, 5, 2018, 209-217.

MCGUIRE, R. 2008. *Archaeology as political action*. University of California Press;

MAGUIRE, P. 2019. Desenvolvimentismo, tortura e internação: tecnologias da repressão na ditadura brasileira de 1964-1985. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 13, n. 2: 163-194.

MAGUIRE, P.; COSTA, D. 'Scientific torture'? Scientism and the marks of torture inside a police station in Belo Horizonte, Brazil. *Vibrant*, v. 15, 2018, n. 3. 23 pp.

MISKOLCI, RICHARD, & PEREIRA, PAULO GOMES, Pedro. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. *Cadernos Pagu*, (53), e185300. Epub June 11, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530000>.

RICHTER REIMER, IVONI; REIMER, H. . *Potere come servizio. Una lettura critica del potere a partire dal Nuovo Testamento*. CONCILIUM (ED. ITALIANA), v. 56, 2020 , p. 47-57.

ROSIGNOLI, B.; BIASATTI, S. Materialidades y Memorias: Arqueologías de la violencia política del siglo XX. *Revista de Arqueología*, v. 29, 2016, n. 2: 04-05.

ORSER, C.. *A Historical Archaeology of the Modern World*. Nova York, Plenum Press. 1996.

POLITIS G. *Children's Activity in the Production of the Archaeological Record of Hunter-Gatherers: An Ethnoarchaeological Approach*. Em *Global Archaeological Theory Contextual Voices and Contemporary Thoughts*, editado por FUNARI, P.P. ZARANKIN, A e STOVEL, E. SPRINGER. 2005.

PAGES 121-143 POLONI, R. 2014. Arqueologia da repressão e da resistência: as contribuições da ciência na justiça de transição e na sociedade democrática. *Projeto História*, n. 50: 247-273.

POLONI, R.J.S. ; PAULO A. FUNARI, pedro ; MARCHI, D.M. . Patrimônio, mudanças e memórias traumáticas: a Arqueologia da Repressão e da resistência. *ESTUDOS IBEROAMERICANOS*, v. 45, 2019, p. 51-62.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Re-Constructing archaeology. Theory and practice*. New York: Routledge. 1987.

SALERNO, M. “Algo Habrán Hecho...” La Construcción de la Categoría “Subversivo” y los Procesos de Remodelación de Identidades a través del Cuerpo y el Vestido (Argentina, 1976-1983). *Revista de Arqueología Americana*, 2007, 24: 29-65.

SOARES, I. Desafios ao lidar com o legado da ditadura brasileira: e se usarmos os instrumentos protetivos dos bens culturais? Em: DUARTE, C.; MENEZES, D. (Orgs.). *60 Desafios do Direito: Política, Democracia e Direito*. v. 3. Editora Atlas: 2013, 54-65.

SOARES, I.; QUINALHA, R. Lugares de Memória: bens culturais? Em: CUREAU, S.; KISHI, S.; SOARES, I.; LAGE, C. (Coords.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, pp. 509-535.

SOARES, I.V.P. ; PAULO A. FUNARI, pedro . Arqueologia da resistência e direitos humanos. In: Inês Virgínia Prado Soares; Sandra Cureau. (Org.). *Bens culturais e direitos humanos*, Segunda edição revista e ampliada. 2ed. São Paulo: Sesc, 2019, v. 1, p. 315-337.

SOARES, I.V.P. ; PAULO A. FUNARI, PEDRO. *Arqueologia e direitos humanos, uma introdução*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, R. *A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. 2019. 417 pp.

VIVEIROS DE CASTRO, E.. Cosmological perspectivism in Amazonia and elsewhere. *Hau - Journal of Ethnographic Theory* (Masterclass Series vol. 1), v. 1, 2012, p. 45-168.

VIVEIROS DE CASTRO, E.O que temos nós com isso? In: B. AZEVEDO, eds. *Antropofagia. Palimpsesto Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016. 11–19.

VOSS, B. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *World Archaeology* Vol. 32(2): 180–192 *Queer Archaeologies* 2000 Taylor & Francis Ltd

ZARANKIN, A.; SALERNO, M.; PEROSINO, M. (Eds.). *Historias Desaparecidas; Arqueología, violencia política y memoria*. Córdoba: Brujas, 2012

ZARANKIN, A; C. LEMOS, D. NEVES BATISTA COSTA , MARÍA J. CRUZ , F. VILLAS CARVALHO, M. A. DE OLIVEIRA CASTRO. *relatório pesquisa arqueológica para subsidiar a musealização do antigo dops-mg: leituras da repressão e da resistência*. 262 pp. MS 2020.

IG São Paulo. Presidente do STF diz que prefere chamar ditadura militar de “movimento de 1964”. www.ultimosegundo.ig.com.br. Disponível em <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html>>.

RECEBIDO EM: 03/03/2021
APROVADO EM: 05/04/2021

CONDOMÍNIO FECHADO: PARAÍSO CÍNICO

Private condominium: cynical paradise

Tony Hara¹
Gabriel José Pochapski²

RESUMO

Compreendendo que os seres humanos são um efeito dos espaços que criam, este texto procura traçar o percurso histórico dos condomínios contemporâneos e suas relações com o cinismo moderno, entendido por Peter Sloterdijk como a insolência e a desfaçatez das elites. Discutiremos como a história dos condomínios abrange elementos antigos e modernos marcados pela figura do paraíso, e como a constituição desses espaços de luxo e segurança estimulam a normalização do cinismo ético-político na atualidade.

Palavras-chave: Cinismo Moderno; Condomínio; Espaços; História; Paraíso.

ABSTRACT

Understanding that human beings are an effect of the spaces they create, this text seeks to analyze the historical path of contemporary condominiums and their relations with modern cynicism, understood by Peter Sloterdijk as the rudeness and dissimulation of elites. We will discuss how the history of condominiums presents ancient and contemporary elements marked by the figure of paradise and how the constitution of these spaces of luxury and security stimulates the normalization of the current ethical-political cynicism.

Keywords: Modern cynicism; Condominium; Spaces; History; Paradise.

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, atualmente, é pós-doutorando em História na mesma instituição. E-mail: hara.tony@ gmail.com

² Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo 2019/17278-8). E-mail: gabriel_pochapski@ gmail.com.

Antes de se tornar a morada eterna dos bem-aventurados cristãos, o paraíso era algo bem mais modesto: um jardim cercado por um muro. O filósofo Santiago Beruete rastreou a origem do termo que vem do antigo persa, *pairidaeza*. Palavra composta por *pairis* que significa “em torno”, e *daeza*, “argila, adobe, muro”; daí *pairidaeza*, “muro circundante”, “área murada” (BERUETE, 2016, p. 22).

No fundamento do paraíso, temos, portanto, o muro, a demarcação de um espaço. Como diz o filósofo jardineiro: “não há jardim sem fronteiras. Desde a origem mais remota, o jardim é entendido como um espaço cercado, delimitado, separado da natureza selvagem, pouco importa se por muros de pedra, cercas vivas, estacas ou paliçadas” (BERUETE, 2016, p. 22).

Afastar-se dos perigos da natureza indomável, delimitar um espaço protegido e apropriado ao cultivo das coisas humanas – o paraíso murado faz parte dessa busca primordial por um abrigo na vastidão do mundo. Peter Sloterdijk nos lembra que “todas as gerações antes da nossa estavam cientes de que você não pode acampar do lado de fora, na natureza. Os acampamentos dos ancestrais do homem, datando de milhares de anos, já indicavam que eles estavam distanciando a si mesmos de seus arredores” (SLOTERDIJK, 2015, p. 86).

É possível imaginar o paraíso antigo como um monumento exuberante desse processo de distanciamento do mundo exterior e, ao mesmo tempo, de organização de um mundo interno. Estes espaços floresceram inicialmente sob o sol e a luz dos impérios que despontaram às margens do Tigre e do Eufrates, na Idade do Bronze. Os jardins suspensos da Babilônia, os perfumados jardins Persas, os parques de caça dos Aquemênidas e dos Medos, monumentos imperiais construídos pelos povos subjugados e conduzidos ao duro trabalho de erguer os muros, de alterar o curso dos rios, rasgando na terra os canais de irrigação que fizeram a vida brotar na paisagem desértica.

Os paraísos mesopotâmicos expressavam o poder do soberano sobre a natureza e sobre os homens. Mas, tratava-se também, como observa Michel Foucault, de um lugar de utopia. Ao descrever o desenho tradicional dos jardins persas, o filósofo reconhece o impulso utópico que conduz os soberanos à construção de um mundo perfeito aqui na Terra; um mundo em miniatura, reduzido ao essencial indispensável à perfeição. No centro do jardim retangular, o espaço sagrado, a fonte da vida. Nos quatro quadrantes que formam o jardim – que simbolizam os quatro elementos da vida e os

quatro cantos da Terra – “toda a vegetação exemplar e perfeita do mundo reunida” (FOUCAULT, 2013, p. 24).

Séculos antes da ascensão do império Persa e de seus jardins utópicos, os soberanos da Assíria, pastores que se tornaram exímios guerreiros, já mandavam trazer plantas e animais vindos das regiões mais longínquas do reino, por volta do ano 1.100 a.C. Cada ser vivo, selecionado e cultivado no jardim imperial, simbolizava um território conquistado. Ao contemplar a paisagem, o rei desfrutava não só da beleza da vida natural, mas também dos espólios de campanhas vitoriosas sobre os inimigos.

No interior daquela área murada, um mundo organizado, controlado e protegido despontava sol a sol, refrescado pelas águas que corriam por canais, fontes e lagos. Esse era o Paraíso das antigas elites imperiais.

O Palácio de Cristal

Na modernidade surge o Império do capital e novos soberanos com a mesma sede por territórios e tesouros escondidos nas colônias. Da antiga Mesopotâmia, solo da revolução agrícola, à Europa da revolução industrial, o paraíso – entendido aqui como espaço murado –, sofreu uma profunda transformação. No interior do antigo jardim a céu aberto ergueu-se uma estufa gigantesca de vidro e ferro fundido, onde mercadorias do mundo todo foram reunidas e aclimatadas.

O Palácio de Cristal, sede da primeira Exposição Universal realizada em Londres, foi projetado por um jardineiro especialista em estufas, Joseph Paxton. O edifício construído na capital do Império Britânico abrigou no ano de 1851, 17 mil expositores vindos das 30 colônias espalhadas pelo globo, subjugadas sob a bandeira do livre comércio e do liberalismo econômico. Em meio aos terraços, fontes e plantas trazidas de todo o planeta, seis milhões de visitantes entraram em contato com as novidades e maravilhas da arte, da ciência e da tecnologia, linhas de força estratégicas e decisivas para a pretensão universalizante da Europa Ocidental.

Ao refletir sobre esse edifício monumental inaugurado pela jovem rainha Vitória, o filósofo Peter Sloterdijk afirma que o Palácio de Cristal “revelou a tendência da época para transformar a natureza e cultura em

assuntos de interior” (SLOTTERDIJK, 2008, p. 185). Como se dizia na época, um passeio pelas dependências do Palácio era como dar uma volta ao mundo sem sair do lugar. Walter Benjamin já havia percebido tais aspectos em seu trabalho sobre as passagens cobertas por estruturas de ferro e vidro, que transformaram as vias urbanas de Paris em charmosos interiores. Naqueles espaços protegidos do sol, da chuva e da neve, consumidores e mercadorias encontraram seu aconchego. O que havia de melhor do mundo exterior era trazido para o mundo interior das passagens, onde a elite burguesa da época era instruída por reclames, propagandas e vitrines irresistíveis (BENJAMIN, 1997, p. 72). A alma do negócio, nesses espaços fechados, passou a colonizar a alma dos consumidores.

Com o fim das Exposições Universais, o Palácio de Cristal foi transformado em um parque de lazer *indoor* com espetáculos culturais e exposições comerciais. Um importante equipamento urbano destinado à educação das massas, instruídas através do incitamento contínuo ao hedonismo vulgar e ao amor às mercadorias. Um certo cinismo frívolo também foi difundido de forma lisonjeira no interior da estufa de cristal. O cliente era tratado como “o” soberano do Império, que tinha o direito de colocar seus caprichos acima das dores e injustiças do mundo. Muitos tinham consciência de que a mercadoria que ali encantava foi trazida para dentro do palácio por uma cadeia de violências, não só nas colônias como no chão das fábricas. Mas esses clientes bajulados como reis aprenderam a dizer: “Ah! A vida é assim... A vida é para quem pode.”

Cada cliente é rei e massa ao mesmo tempo no interior do Palácio. Quarenta, cinquenta mil pessoas passeando pela estufa climatizada, vendo e sendo vistas no habitat artificial das mercadorias. Com o jardineiro Paxton, o Império encontrou o protótipo de seus templos populares, o Shopping Center – contribuição ianque para a expansão dos negócios imperiais.

Como observa Peter Sloterdijk, o Palácio de Cristal inaugurou uma nova “estética da imersão”, que triunfou na modernidade. Os técnicos e as empresas a serviço do Império do capital entenderam que a vida social produtiva e frívola deveria ser cultivada em interiores expandidos e controlados (SLOTTERDIJK, 2008, p. 185). Resorts, parques temáticos, arenas esportivas, shoppings, todos esses equipamentos ligados ao entretenimento ainda fazem uso da estética da imersão concebida no interior da estufa do jardineiro Paxton.

Não é surpreendente que essa forma de ocupação do espaço tenha influenciado também o nosso jeito de morar e de perceber os espaços ao

nosso redor. Os condomínios fechados de alto padrão, que se espalham no entorno dos grandes centros urbanos, são máquinas de imersão. Em suas versões mais sofisticadas, esses empreendimentos imobiliários oferecem aos moradores a possibilidade de isolamento total do mundo exterior. Habitar no interior da estufa, construir uma morada no centro do jardim. Muitos clientes tratados como soberanos pela sedução do marketing comprarão a ideia de que isso é “viver no Paraíso”.

O Condomínio

Michel Foucault diz numa entrevista que “seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’, que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat” (FOUCAULT, 1979, p. 212). Para o filósofo, os espaços seriam atravessados por embates, por estratégias e por dimensões políticas marcadas pela ação do tempo. As mudanças espaciais, por mais simples que sejam, sinalizam a emergência de novos problemas e uma configuração do presente cuja historicidade deveria ser analisada de forma detalhada. Neste sentido, assim como os jardins antigos e o Palácio de Cristal, a história dos condomínios horizontais fechados é constituída de atravessamentos e de dinâmicas temporais que estabelecem os seus contornos e os seus efeitos na atualidade.

O primeiro condomínio residencial fechado, afastado do centro e destinado à elite, construído no Brasil foi o Alphaville; projeto imobiliário iniciado em 1973, nas proximidades da cidade de Barueri. Hoje, Alphaville é formado por vários núcleos residenciais murados, um conjunto de edifícios de escritórios e um centro comercial estabelecido ao redor de um grande shopping center. Os muros de cada núcleo residencial têm uma altura padrão de três metros e meio, e a população cercada é estimada em 35 mil almas.

O nome do empreendimento, curiosamente, foi retirado de um filme de Jean-Luc Godard. Na ficção, Alphaville era uma cidade distópica, controlada por um computador, o Alpha 60, programado para localizar e exterminar os moradores que sentiam algo ou que se emocionavam. O

projeto visava abolir da cidade os sentimentos e as emoções humanas, transformando-a numa espécie de cemitério dos vivos.

As ambições dos agentes imobiliários que criaram o Alphaville de Barueri eram mais modestas, apesar do desejo de ir além do trivial negócio imobiliário. A antropóloga Teresa Caldeira aponta que os empreendedores criaram um novo conceito de moradia, amplamente divulgado e influenciado pelos instrumentos do marketing e da publicidade. Segundo a pesquisadora, a propaganda dos novos paraísos na Terra articulava cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços (CALDEIRA, 2000, p. 10).

Apresentado como refúgio, *bunker* ou enclave fortificado, o condomínio foi vendido como território isolado, como abrigo que deixava para o lado de fora do muro não a natureza selvagem, mas a selvageria da miséria fabricada pela própria dinâmica do progresso econômico desigual que se vivia na época.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica histórica e espacial, ligada à fabricação da miséria e da desigualdade social, foi o processo de formação da favela de Paraisópolis, hoje com 100 mil moradores. Embora essa área tenha sido ocupada ilegalmente desde 1950, foi na década de 1970 – momento de emergência dos condomínios verticais –, que a favela cresceu e expandiu os seus limites. Como explica a pesquisadora Raquel Rolnik, na era do chamado “milagre econômico”, a cidade de São Paulo começou a ganhar ares de metrópole, mas com um modelo de desenvolvimento profundamente desigual e excludente (ROLNIK, apud. SOUZA e BARIFOUSE, 2019, s/p). Ao povo que levantou prédios e muros, ao exército de domésticas, migrantes e biscateiros que serviam à classe média instalada nos novos apartamentos do Morumbi e arredores, não restou outra saída senão a favela, o mercado paralelo e irregular das moradias.

Do mesmo modo, não se pode ignorar que os condomínios horizontais de luxo, afastados da cidade se tornaram verdadeiros objetos de desejo da elite somente na década de 1980. Período em que se percebe nas ruas os efeitos do dito “milagre econômico” propagandeado pela Ditadura Militar: uma concentração de renda brutal e a massificação da miséria.

Ao longo da década de 80, o fenômeno dos moradores de rua torna-se uma problemática da cidade de São Paulo, agudizado pela crise econômica. Chegam às ruas pessoas recém-

desempregadas ou cujas condições econômicas não permitem o acesso a condições de moradia digna. A sua presença foi paulatinamente percebida nas calçadas, jardins, viadutos, praças e parques (ESQUINCA, 2013, p. 23).

Nesses mesmos espaços públicos de São Paulo perambulava um outro personagem urbano que provocava medo e desconforto nos anos 80: o menino de rua. De acordo com o professor e juiz de direito, Umberto Sudbrack, os meninos de rua foram elevados à categoria de “inimigos da sociedade” no período de redemocratização do país, e se tornaram alvo de grupos de extermínio, “pagos por comerciantes e outros setores da sociedade, aos quais a ação ou mesmo a simples presença deles perto de seus estabelecimentos causava transtorno e prejuízo” (SUDBRACK, 2004).

A percepção do espaço público como cenário de guerra e degradação, colaborou para a transformação do condomínio fora da cidade em uma mercadoria efetivamente desejada; um passaporte, uma senha de acesso a um outro mundo, protegido pela distância, pelos muros e pelos aparatos de segurança privada.

Ora, Foucault nos faz recordar que os militares foram os primeiros grandes administradores dos espaços. Montar um forte, construir muralhas e fossos, definir regiões de intervenção e de domínio, foram procedimentos de guerra que informaram as relações que passamos a desenvolver com o urbanismo, com as arquiteturas e com aquelas espacialidades mais próximas de nós, como as casas (FOUCAULT, 1979, p. 157-161). Os muros do condomínio lembram, obviamente, as muralhas das fortalezas, dos fortes e dos enclaves fortificados. A imagem do enclave, isto é, um território distinto inserido dentro dos limites de um outro território, foi amplamente usada pela pesquisadora Teresa Caldeira em seu estudo sobre a *Cidade de muros* (2000). “Os enclaves são – escreve a antropóloga – opostos à cidade, representada como um mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social” (CALDEIRA, 2000, p. 12).

Os condomínios horizontais ganharam a cena no mercado como uma forma seletiva de refúgio, como uma oportunidade de distanciamento da mistura e da heterogeneidade social existente nas ruas da cidade. Dizendo de maneira simples aquilo que todos sabem: o muro do condomínio serve para deixar o pobre para o lado de fora, longe da vista do sujeito confinado.

O muro indica o reconhecimento da desigualdade social e um modo de enfrentar esse problema — reforçando e valorizando a desigualdade entre a cidade suja e caótica e o condomínio, mundo exclusivo de prazer entre pessoas que se percebem como iguais na riqueza. Assim, partindo de uma premissa de igualdade intramuros, tal como analisou Christian Dunker, os moradores do condomínio passam a conceber o espaço em que vivem como um “falso universal”. Para o psicanalista, a suposta igualdade dos condôminos se manifesta no pouco interesse por aqueles que vivem fora daquelas fronteiras, uma vez que a semelhança é percebida somente entre os que estão imersos e implantados na mesma área de confinamento (DUNKER, 2015, p. 37).

Em um primeiro olhar, considerar o condomínio como uma ilha cercada por um mar de misérias pode parecer exagerado, mas retrata a estratégia usada pelo Império do capital no combate aos efeitos de seu domínio. O capitalismo, escreve Gilles Deleuze em seu *Post-scriptum sobre a sociedade de controle* (1990), “manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas” (DELEUZE, 1992, p. 223). O enclave fortificado é uma resposta do poder à multiplicação dos guetos e favelas. No momento em que se vivia, segundo Deleuze, uma “crise generalizada de todos os meios de confinamento”, as empresas que vendiam “um novo jeito de morar”, apostaram seu capital na reforma e na repaginação dos espaços confinados, agora equipados com as *amenities*.

Nas propagandas de condomínios de luxo a palavra “amenidades” indica equipamentos e serviços oferecidos pelo empreendimento. Campos de futebol, arenas, *spas*; fazendinha, centro equestre, centro comercial, centro de produtos orgânicos; piscina para a prática do surf; piscinas cobertas e descobertas. Amenidades.

No interior da fortaleza vibra um Palácio de Cristal repleto de amenidades. O condomínio de luxo conjuga essas duas formas espaciais: uma mais ligada ao controle dos que vem de fora, o muro; e a outra mais ligada ao controle da população interna, as amenidades. Peter Sloterdijk (2015, p. 86) diz numa entrevista que “Nós temos que falar de espaços porque os humanos são, eles mesmos, um efeito do espaço que criam”. Se o sujeito é um efeito do espaço transformado, vale a pergunta: que tipo de humano é desenvolvido no interior dos condomínios?

Paraíso cínico

Podemos pensar o condomínio como uma espécie de incubadora de indivíduos “empresas”. Empresas tal como Michel Foucault definiu em suas análises sobre o neoliberalismo americano: a “empresa” como um modelo de relações sociais que utiliza como parâmetro o modelo econômico, o modelo do investimento-custo-lucro, na avaliação das relações do indivíduo consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Indivíduo-empresa, empresário de si, sujeito que administra a si mesmo como “capital humano”. Investimentos educativos, afetivos, esportivos, culturais, etc., para maximizar a capacidade de fazer dinheiro. É a multiplicação dessa forma empresa no interior do corpo social que constitui o alvo da política neoliberal (FOUCAULT, 2008).

Uma das questões debatidas pelos teóricos do neoliberalismo, na década de 1970, colocava em cena a questão: que tipo de investimento é necessário para a constituição de um capital humano, de uma “competência-máquina” capaz de produzir renda? Eles sabiam que os investimentos educacionais eram apenas uma parte do negócio. E passaram fazer análises e cálculos tendo em vista outros tipos de investimentos, como, por exemplo, o número de horas que uma mãe passa ao lado do filho, o nível cultural dos pais, os estímulos recebidos pela criança, as atividades ao ar livre, e por aí vai... Para os neoliberais, tudo isso vai contribuir para formar um capital humano. Daí a importância, a valorização do ambiente em que se vive, gerador de estímulos que vão interferir na constituição da “competência-máquina”.

As amenidades implantadas no interior do condomínio são geradoras de estímulos permanentes e variados. Da horta orgânica para as crianças às piscinas com ondas, as amenidades atendem a demanda das elites por experiências exclusivas. Acredita-se que essas vivências imersivas em ambientes controlados vão produzir o diferencial entre os indivíduos-empresas na disputa por um lugar ao sol no mercado da vida. Uns irão chamar esse diferencial de mérito; a maioria não acredita nisso.

As amenidades desempenham um papel importante na formação do capital humano, mas o muro, o habitar no interior de uma fortaleza, também produz seus efeitos no processo de constituição do humano. A estratégia de lidar com a desigualdade social, reafirmando concreta e ostensivamente a própria desigualdade, cria um ambiente propício para o desenvolvimento do cínico vulgar.

O filósofo Peter Sloterdijk descreve esse tipo de cinismo moderno:

O senhor cínico retira a máscara, sorri para seu frágil adversário – e o oprime. *C'est la vie*. A Nobreza obriga. É preciso haver ordem. [...] *O cinismo dos senhores é uma insolência que trocou de lado*. Aqui não é Davi que provoca Golias, mas os Golias de todos os tempos que mostram aos Davis corajosos, mas sem perspectiva, onde ficam os de cima e os de baixo (SLOTERDIJK, 2012, p. 166).

O que define o cinismo moderno, no entendimento de Sloterdijk, é que a insolência mudou de lado. No cinismo antigo, a palavra insolente, franca e destemida era sempre dirigida ao poderoso. O golpe partia, com coragem, de baixo para cima. Podemos relembrar, por exemplo, a cena de Diógenes com Alexandre, o Grande. – Peça o que quiseres, ó Diógenes? – Saia do meu sol! A mensagem do filósofo insolente era essa: tenho tudo o que necessito, não estou à venda, nem disponível para o aluguel imperial. Entretanto, no cinismo moderno, o senhor toma a palavra franca e a utiliza com insolência para atormentar o fraco e colocá-lo no seu devido lugar. Lugar do subalterno, do submisso, que pode até ter razões morais elevadas e superiores, mas impotentes, inúteis em certas batalhas.

Um caso policial ocorrido em maio de 2020, num dos condomínios de Alphaville, ilustra, com um certo exagero, a atitude cínica do senhor vulgar. Ao receber a polícia, acionada pela própria esposa, vítima de agressões, o senhor fulano não sorri, mas se dirige até a porta de sua casa e dispara contra os policiais uma artilharia de ofensas:

Não pisa na minha calçada, não pisa na minha rua, eu vou te chutar na cara, filho da puta. Seu merda. Você é um merda de um PM que ganha mil reais por mês, eu ganho trezentos mil por mês. Eu quero que você se foda, seu lixo do caralho. Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville, mano! (Transcrição da fala publicada pelo site *Metrópoles*, 2020, s/p)

Ao tornar a desigualdade um fator estruturante, os Golias de sempre ficam cada vez mais desinibidos para professarem um modelo de verdade intramuros. No interior do condomínio, tudo o que há de melhor do mundo; fora dele, tudo o que há de pior – miséria, sujeira, violência, caos. No interior, os meus iguais, aqueles que mandam e podem; lá fora estão todos aqueles que querem, mas querer não é poder. Aqui é Alphaville, mano! O dinheiro manda; e você não faz parte desse mundo!

Esse tipo de cinismo surtado, trabalhado no escândalo, tem aparecido com mais frequência nos noticiários, provocando fortes reações e comoções nas redes sociais. Mas é preciso dizer que nem todos os cínicos modernos são arrogantes e agressivos. Na maioria das vezes, eles se contentam em mentir. Não é preciso afirmar a inferioridade do outro, como fez o fulano de Alphaville, pois a mentira e o bom-trato bastam para lidar com os contratempos do mundo exterior.

Em uma entrevista, Deborah Danowski apresenta uma situação que exemplifica essa atitude cínica mais discreta. A filósofa rememora alguns dados e pesquisas sobre o colapso climático que se aproxima e que assistimos sem saber como reagir. As informações não são exatamente novas, mas sempre aterradoras. Ela lembra que vivemos a sexta grande extinção em massa, numa taxa bastante acelerada que pode fazer desaparecer três quartos das espécies que vivem na Terra atualmente; lembra que o aquecimento global vai atingir primeiro e com mais intensidade, as populações mais pobres; menciona a pesquisa que indica 20 empresas como responsáveis por um terço de todas as emissões globais de carbono; e uma outra pesquisa que destaca as operações de 100 grandes companhias, responsáveis por 70% das emissões que estão mudando o clima do planeta. E arremata a entrevista, com o seguinte raciocínio:

As elites sabem muito bem, e há bastante tempo, o que está acontecendo, sabem que não há mundo para todos. Essa elite nem se preocupa mais em fingir que pretende implantar um Estado de bem-estar social. Já faz tempo que eles sabem que não vai dar e escolheram mentir para proteger apenas a si próprios, e para isso tem sido fundamental esse negacionismo financiado há décadas pelas maiores empresas de combustíveis fósseis, porque no fundo eles já abandonaram as pessoas (DANOWSKI, 2020, s/p).

O condomínio, como dissemos anteriormente, reúne elementos do Palácio de Cristal, que o mercado imobiliário chama atualmente de “amenidades”. O campo de golfe, as áreas florestais, os lagos artificiais, os charmosos centrinhos inspirados em Carmel ou Hamptons, com galerias de arte, alta gastronomia, lojinhas de grifes internacionais... Todos esses espaços e serviços funcionam como dispositivos de imersão; e provocam uma espécie de anestesiamento dos sentidos. Anestesia no sentido original grego: *an* (ausência/privação), *aísthesis* (sensação/percepção). Ausência de sensação do outro, privação da percepção do diferente. Os dispositivos de imersão facilitaram enormemente a ação dos cínicos discretos, captados pela análise sensível de Deborah Danowski. É fácil abandonar as pessoas que não são sentidas, percebidas, que, no fundo, inexistem.

Um dos efeitos mais desconcertantes desse espaço de confinamento das elites é a cristalização de um único sentido para a existência: fazer dinheiro. “Possuir dinheiro é a maior virtude e o maior dever humano”. Dostoiévski (2011, p. 112) anotou essa frase em seu diário de viagem, ao observar os burgueses franceses que ele detestou conhecer em 1862. Este princípio moral flagrado pelo escritor russo evoluiu de forma tão monstruosa, que houve uma inversão ou uma mutação da posse. Não é o homem que possui o dinheiro; é o dinheiro que possui o homem. O homem está a serviço de suas posses, é seu escravo.

O anestesiamento provocado pelos dispositivos de imersão preservou apenas as percepções úteis para o funcionamento da “competência-máquina”, isto é, o faro para os negócios e o sentimento de amor às mercadorias. De uma certa maneira, o Alfa 60 de Godard triunfou na era das subjetividades neoliberais.

O cinismo de fino trato praticado pelo presidente de uma corretora de valores é um exemplo desse triunfo. No dia 4 maio de 2020 – quando 7.321 pessoas haviam falecido em decorrência da Covid-19 –, o jovem líder do mercado de ações procura acalmar seus clientes-investidores, em uma *live* organizada pelo *Estadão*. Ele diz: “Acompanhando os nossos números, eu diria que o Brasil está bem. O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, classe média alta” (MOURA, 2020, s/p). O economista estava correto. No dia 27 julho (mais de 87 mil mortos), a manchete do *Valor Econômico* anunciava: “Bilionários brasileiros enriqueceram US\$ 34 bilhões a mais na pandemia” (MARTINS, 2020, s/p).

O triunfo dos homens escravizados pelo dinheiro não pode ser avaliado em números, em cifras. A vitória dessa elite cínica tem a ver

com a nossa incapacidade de reagir a essa concentração de renda brutal em tempos de crise sanitária e econômica. Situação idêntica àquela vivida nas lutas ambientais. Estamos cientes de que o modo de vida neoliberal é insustentável, de que colapso ecológico se aproxima, que a biodiversidade está sendo reduzida drasticamente, mas não sabemos como reagir, resistir, interromper esse processo.

Os Davis de hoje podem fazer uso da santa indignação contra os Golias de sempre, mas o jogo não muda. Como pergunta a antropóloga Rita Segato,

“Quem vai dizer ‘não economize’, ‘não trabalhe’, ‘não produza riqueza’? Exortar o não enriquecimento não tem legitimidade porque a retórica branca venceu. [...] Práticas não-produtivistas, não competitivas nem concentradoras na linguagem hegemônica são qualificadas negativamente. A retórica dominante as desdenha” (SEGATO, 2021, s/p).

Adeus ao Paraíso

Até os meios insuficientes – infantis mesmo – podem servir à salvação.

F. Kafka, *O silêncio das sereias*

Conta-se que Diógenes foi consultar o oráculo de Delfos. E lá recebeu a mensagem de Apolo que dizia algo como “descaracterize os valores correntes, adultere o valor da moeda”. Seu pai cunhava as moedas da cidade de Sinope. Diógenes foi flagrado falsificando moedas. Foi julgado e condenado ao exílio, uma punição muito dura no mundo antigo. Ao receber

a sentença, disse orgulhoso aos homens que o julgaram: – Pois bem, eu os condeno a ficarem aí aonde estão!

Dar às costas à elite, ao cinismo do condomínio, aos soberanos a serviço do Império do capital, não é a tarefa fácil. Isso significa mudar radicalmente os valores correntes. Mesmo do lado de fora do muro, nós fomos colonizados pela verdade que diz: possuir dinheiro é uma virtude e ganha-lo é um dever moral. Sonhamos com o conforto, com as amenidades e os privilégios, tal como sonharam os visitantes do Palácio de Cristal.

Seria necessário, de alguma maneira, atualizar o gesto de Diógenes. Dizer adeus ao Paraíso, ao mundo perfeito sonhado pelos antigos imperadores e reformado pelos empresários de si neoliberais. Talvez seja necessário aprender a desviar o olhar da grama verde do vizinho, desviar o olhar dos paraísos terrestres exibidos nas redes sociais pelos ricos & famosos da moda. Desviar o olhar a fim de não nos tornarmos cúmplices dos senhores cínicos, que escravizados por suas posses, abandonaram as pessoas e o mundo além dos muros.

Diógenes, o Cão, foi um filósofo mendigo, sem teto, maltrapilho e livre, que depois do exílio foi parar em Atenas, por volta do ano de 340 a.C. Ele não fez nenhum voto de pobreza em nome de um Deus ou de uma ordem religiosa qualquer. No seu entendimento, o brilho e a promessa de fama, riqueza e poder eram seduçções lançadas pela civilização a fim de conduzir os homens não no caminho da felicidade, mas do próprio progresso da civilização, especialmente de seus patronos e patrocinadores. Fama, riqueza e poder: “tudo isso não passa de compensação por algo que um Diógenes não se deixa privar: liberdade, clareza de espírito, alegria de viver” (SLOTERDIJK, 2012, p. 231).

Assim como Sócrates, Diógenes também incomodava os passantes atenienses com perguntas difíceis. Uma delas, reza a lenda, dirigida a um homem rico atarantado com os servos que carregavam a sua mudança. – Não tem vergonha de possuir tantas coisas e não possuir a si mesmo? Para Diógenes, a riqueza está ligada à posse, ao domínio de si mesmo. E a pobreza, ao desejo ilimitado por tudo e qualquer coisa colocado à venda na vitrine da civilização. Uma lição talvez aprendida com Sócrates, que andando na praça do mercado admirava-se com a quantidade de coisas que ele não tinha necessidade alguma. Esse mundo, dizia Diógenes, é como um mercado na beira da estrada. E o viajante mais sensato e lúcido é aquele que passa por ele e compra apenas as poucas coisas necessárias para a jornada (NAVIA, 2009, p. 177).

Essas velhas lições dos filósofos da vida simples e despojada podem soar aos nossos sentidos como discursos bem-intencionados, mas infantis, ingênuos, descolados da realidade e da lógica concorrencial que transformou em valores positivos, a inveja, a cobiça e o amor às mercadorias. Um passeio ligeiro pelo *Instagram* revela o quanto fomos ensinados a dar o nosso “coraçãozinho” às mercadorias, às paisagens turísticas, aos camarotes do espetáculo da vida que invejamos e cobiçamos. Hoje a vida é assim! – podem dizer os realistas. A vida é correria, é bater meta, é boleto todo mês, é fatura do cartão. Bem-vindo à vida real – que de simples não tem nada.

Em suas famosas *Teses sobre o conceito de História*, Walter Benjamin (1994, p. 224) define o perigo que ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem: “entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento”. Os realistas que consideram infantis as velhas lições sobre a vida simples, talvez não tenham consciência desse perigo. Ou, talvez, não percebam o trabalho silencioso da autoindulgência na produção do conformismo, que orienta suas leituras e pontos de vista sobre o real. Ou, talvez, mais simplesmente, falte imaginação para idealizar outros modos de vida, outras metas de felicidade alguém ou além das amenidades, do incremento do capital humano e dos muros do condomínio. Mas essa necessária idealização de uma vida simples, comprometida com as coisas mais próximas e pequeninas da vida mesma, é uma tarefa filosófica reconhecidamente árdua.

Viver simplesmente. – Um modo de vida simples é agora difícil: pede mais reflexão e inventividade do que mesmo as pessoas mais inteligentes possuem. A mais franca entre elas talvez diga: “Não tenho tempo para refletir tanto sobre isso. O modo de vida simples é um objetivo nobre demais para mim; esperarei até que pessoas mais sábias do que eu o encontrem” (NIETZSCHE, 2008, p. 253).

Do passado, Nietzsche se apropria de uma reminiscência da vida simples encarnada por um homem sábio. “*O filósofo da opulência.* — Um pequeno jardim, figos, porções de queijo e três ou quatro bons amigos – esta foi a opulência de Epicuro” (NIETZSCHE, 2008, p. 252).

Para sobreviver do lado de fora dos muros, abandonados à própria sorte na luta contra os efeitos do colapso ecológico que se avizinha, é preciso dizer adeus às *païrdaezas* imperiais e aos enclaves fortificados. Desviar o olhar e reaprender a contemplar um jardim como o de Epicuro: território da conversa, do tempo para o outro, da partilha da alegria e do prazer de viver como alívio para dores da angústia. Epicuro inventou o seu jardim no momento de declínio de democracia ateniense e de ascensão das tiranias. Tempos instáveis e perigosos como o nosso que parecem exigir novas formas solidárias de ocupar o espaço, de habitar e lidar com a terra, com os vizinhos, com os amigos e com o outro, seja ele bicho, planta, água ou pedra. Um jardim filosófico, uma horta comunitária, um campo experimental que suscite encontros e acontecimentos, mesmo que ínfimos. Um jardim que nos faça acreditar e tomar posse do mundo novamente, apesar de tudo, e mesmo depois de tudo.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232

_____. O Trabalho das Passagens. *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, n. 3, p. 69-77, 1997.

BERUETE, Santiago. *Jardinosofia: una historia filosófica de los jardines*. Madrid: Turner Publicaciones, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DANOWSKI, Deborah. “Não tem mais mundo pra todo mundo.” *Pública*, 5/05/2020. [Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/nao-tem-mais-mundo-pra-todo-mundo-diz-deborah-danowski/>]

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *O Crocodilo e Notas de Inverno sobre Impressões de Verão*. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entremuros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESQUINCA, Michelle Marie Méndez. *Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros Sé e República*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

_____. *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio de Daniel Deferth. São Paulo: n-1, 2013.

_____. *Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KAFKA, Franz. O Silêncio das Serias. In: *Narrativas do Espólio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 104-106.

MARTINS. Arícia. Patrimônio líquido de bilionários brasileiros cresceu US\$ 34 bilhões na pandemia, diz Oxfam. *Valor Econômico*, 27/07/2020. (Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/28/patrimonio-de-bilionarios-brasileiros-cresce-us-34-bi.ghml>).

MOURA, JÚLIA. Pico de Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. *Folha de S. Paulo*, 05/5/2020. [Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-japassou-diz-presidente-da-xp.shtml>].

METRÓPOLES. *Empresário insulta PM*. Metrôpoles, 30/05/2020. [Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/empresario-insulta-pm-merda-ganha-r-1-mil-por-mes-eu-ganho-r-300-mil>].

NAVIA, Luis. *Diógenes, o cínico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, Demasiado Humano II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEGATO, Rita. *A vida transformada em coisa. n-1 Edições*, 2021. [Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/a-vida-transformada-em-coisa>].

SLOTTERDIJK, Peter. *Palácio de Cristal: para uma teoria filosófica da globalização*. Lisboa: Relógio D'Água, 2008.

_____. *Crítica da Razão Cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

_____. *Teoria das Esferas: conversando comigo mesmo sobre a poética do espaço*. *Redescrições*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 1, p.86-105, 2015.

SOUZA, Felipe, BARIFOUSE, Rafael. Paraisópolis: como um loteamento de alto padrão virou a 2ª maior favela de SP. *BBC News Brasil*, 8/12/2019. [Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50694377>].

SUDBRACK, Umberto Guaspari. O extermínio de meninos de rua no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 1, 2004. [Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100004].

RECEBIDO EM: 05/04/2021
APROVADO EM: 10/04/2021

DESERTIFICAÇÃO EM GILBUÉS – PIAUÍ SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Desertification in Gilbués – Piauí under the perspective of environmental history

Dalton Melo Macambira¹
Jaíra Maria Alcobaça Gomes²

RESUMO

A desertificação é um dos maiores problemas ambientais do mundo na atualidade porque extingue ecossistemas precedentes. Nesse sentido, pretende-se estudar a história da desertificação em Gilbués, localizado no sudoeste piauiense, numa região de transição entre a Caatinga e o Cerrado. O agravamento da degradação ambiental nessa região se acentuou nos anos de 1940 e 1950, embora existam registros de fragilidades ambientais desde a segunda metade do século XIX. O objetivo do trabalho é demonstrar as possibilidades de se estudar o processo de desertificação em Gilbués a partir da teoria e da metodologia da história ambiental, pensando a partir das interações entre sociedade e natureza ao longo do tempo. A pesquisa, a partir dos pressupostos da história ambiental, pressupõe três níveis: 1) investigar os recursos naturais existentes na área de estudo; 2) analisar as relações socioeconômicas da sociedade com o ambiente ao longo do tempo; 3) compreender as manifestações culturais resultantes das interações do homem com a natureza. Neste ensaio, do ponto de vista metodológico, utilizar-se-á as duas primeiras dimensões. Para tanto, serão apresentados os principais teóricos dessa abordagem historiográfica e far-se-á revisão de literatura sobre o fenômeno da desertificação.

Palavras-chave: Sociedade e Natureza. Degradação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Mestre em Ciência Política pela UNICAMP - SP (2002). Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede PRODEMA/UFPI (2020). E-mail: daltonmacambira@ufpi.edu.br

² Doutora em Economia Aplicada pela ESQAQ/Universidade de São Paulo. Professora Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí. Docente do PPG de Políticas Públicas e PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede PRODEMA). E-mail: jaira@ufpi.edu.br

ABSTRACT

Desertification is one of the biggest environmental problems in the world nowadays because it extinguishes previous ecosystems. Regarding this information, we intend to study the history of the desertification in Gilbués, located in southwestern Piauí, in a transition region between the Caatinga and the Cerrado. The environmental degradation in this region was intensified in the 1940s and 1950s, although there are records of slight weaknesses since the second half of the 19th century. The objective of this paper is to demonstrate the possibilities of studying the process of desertification in Gilbués from the theory and methodology of environmental history, thinking about the interactions between society and nature over time. The research, based on the assumptions of environmental history, presupposes three levels: 1) investigating the natural resources in the area of study; 2) analyzing the socioeconomic relationship between the society and the environment over time; 3) understanding the cultural manifestations resulting from man's interactions with nature. In this paper, from the methodological point of view, the first two dimensions will be used. In order to do so, the main theorists of this historiographic approach will be presented and also a literature review will be done on the phenomenon of desertification.

Keywords: Society and Nature. Environmental Degradation. Sustainable Development.

1. Introdução

A desertificação é um fenômeno mundial que atinge várias regiões do planeta. Os diversos autores citam fragilidades ambientais e ações antrópicas como desencadeadores dessa grave degradação ambiental. No Brasil, o semiárido nordestino e sua área de entorno são apontadas como as mais propícias para a instalação do problema.

Utilizando-se a história ambiental, supõe-se ser possível fazer uma discussão sistêmica da história do processo de desertificação em Gilbués, localizado no sudoeste piauiense, uma região de transição entre os biomas da caatinga e do cerrado. Nessa área também ocorreu a expansão da fronteira agrícola do país, a partir dos anos de 1990, que tem atingido, além do Piauí, o oeste da Bahia, o norte do Tocantins e o sudeste do Maranhão, o que se convencionou chamar de MATOPIBA. Esse é o *locus* do estudo, um ambiente

complexo em que convivem, de um lado, a grande produção, e, de outro, a degradação ambiental, onde se pratica, principalmente, a agricultura familiar.

A literatura estudada destaca o agravamento da degradação dos solos em Gilbués por volta dos anos de 1940 e 1950, embora existam relatos da fragilidade ambiental na região desde a segunda metade do século XIX, quando a área ainda era muito pouco habitada. A origem do fenômeno estaria associada a uma fragilidade ambiental preexistente, agravado por atividades econômicas que marcaram o processo de ocupação dessa região do território piauiense, como a pecuária extensiva, práticas agrícolas não sustentáveis, a mineração, características climáticas e especificidades do solo, entre outros.

Pretende-se demonstrar que o uso da história ambiental pode ser muito útil para analisar as origens da degradação da terra em Gilbués, visando identificar historicamente as formas de uso dos recursos naturais pela sociedade que tiveram como consequência impactos econômicos, sociais e ambientais e contribuíram para o advento da desertificação. Esse campo de estudo não visa a contar a história da natureza ou a da ecologia, mas estabelecer uma relação dialética entre a sociedade humana e os ambientes em que viveram ao longo do tempo, identificar as transformações provocadas ao meio e verificar em que medida o uso dos recursos naturais influenciou a constituição de determinadas sociedades.

Para a materialidade da investigação, optou-se pela base teórica da história ambiental por encerrar caráter interdisciplinar, por requerer o diálogo sistemático com as demais ciências humanas e naturais e por ilustrar e fortalecer a complexa compreensão do universo das relações entre o homem e a natureza. Nesse campo, o trabalho utiliza-se dos principais autores da história ambiental, com destaque para Worster (1991; 2003), Drummond (1991; 2002), Leff (2001; 2005), Pádua (2002; 2010) e Soffiati (2008).

O historiador norte-americano Donald Worster (1991; 2003), do ponto de vista metodológico, aponta três passos para a pesquisa: o primeiro é o conhecimento da natureza na área de estudo; o segundo diz respeito ao universo das relações econômicas e sociais da sociedade com o ambiente; o terceiro visa compreender as manifestações culturais derivadas dessas interações. Nesse ensaio, serão trabalhados os dois primeiros caminhos indicados.

O artigo está dividido em quatro partes. Inicialmente, serão apresentados os principais teóricos da história ambiental, como referência do diálogo multidisciplinar pretendido, e far-se-á uma revisão da literatura do tema em foco, na qual se abordará os principais autores que tratam do

conceito e das causas da desertificação. A delimitação da área de estudo e a metodologia da pesquisa serão discutidas na terceira parte deste ensaio. Na sequência, será realizada uma breve discussão sobre a história da desertificação em Gilbués, buscando caracterizar o ambiente estudado e identificar na relação sociedade e natureza as origens do fenômeno, visando demonstrar a utilidade da história ambiental para a interpretação do problema.

O objetivo desse ensaio é realizar uma revisão da literatura e demonstrar as diversas possibilidades de se estudar o processo de desertificação em Gilbués - PI a partir da teoria e da metodologia da história ambiental. Essa abordagem historiográfica parte da premissa da valorização equitativa do tempo e do espaço, isto é, compreende que a realidade precisa ser analisada em toda a sua complexidade a partir das interações entre a sociedade e a natureza, rompendo um falso dualismo que separa o homem do ambiente, na medida em que considera o homem como integrante do meio em que se desenvolveu ao longo do tempo.

Portanto, a intenção desse artigo é apresentar um determinado referencial teórico e sua viabilidade para se estudar um problema ambiental, no caso a desertificação em Gilbués, a partir da utilização de uma metodologia que utiliza os pressupostos da história ambiental.

2. Revisão de literatura

Esta seção destina-se a exposição de destacados teóricos da história ambiental, posto que foi a partir dessa teoria e metodologia que o processo de desertificação em Gilbués – PI foi interpretado. Em seguida, dialoga-se com os autores e principais documentos que auxiliaram na compreensão do conceito e no entendimento da dimensão do fenômeno da desertificação.

2.1. Teoria e metodologia da história ambiental

Patenteia-se que no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 surgiu uma nova geração de historiadores preocupados com a emergência da crise ambiental. Desse modo, a história e o meio ambiente começaram a conformar um novo ramo de pesquisa. Pioneiramente nos EUA, mas posteriormente expandiu-se para a Europa e no início da década de 1990 chegou ao Brasil. De acordo com Duarte (2005), esse cenário configura-se de grande interesse acadêmico, em virtude do surgimento dessa especialidade na historiografia.

Conforme Worster (1991, p. 201), historiador norte-americano e uma das principais referências da história ambiental, esse campo “[...] trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”. Para o autor, portanto, embora a natureza tenha a sua própria historicidade, o objetivo da história ambiental é compreender a relação do homem com o ambiente, pois:

[...] Ela estuda todas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário. O ambiente tecnológico, o conjunto de coisas que as pessoas produziram, que pode ser tão onipresente a ponto de constituir um tipo de “segunda natureza” em torno dela, também é parte deste estudo, mas no sentido muito específico em que a tecnologia é um produto da cultura humana assim como condicionada pelo ambiente não-humano. Mas, diante de tais fenômenos, como o deserto e o ciclo da água, nós encontramos energias autônomas e independentes que não derivam das tendências e invenções de nenhuma cultura [...] (WORSTER, 2003, p. 25).

Na opinião de Soffiati (2008, p. 16), a eco-história, como prefere denominar a história ambiental, refere-se aos “[...] estudos concernentes às relações das sociedades humanas com um determinado ecossistema, ou com um conjunto inter-relacionado deles (bioma), ou, ainda, com uma região apresentando relativa unidade ambiental [...]”, logo, “[...] considerando também a natureza não-humana como um agente histórico que ‘fala’ de alguma forma ante as relações que se estabelecem entre ela e as antropossociedades [...]”.

Segundo Drummond (1991, p. 194), a historiografia “tem sido incapaz de esclarecer exatamente os tipos de sociedade gerados pela

exploração de um recurso natural ou de vários recursos simultaneamente, ou de vários recursos em sequência”. Realça que tal constatação derivou da compreensão de que a história ambiental objetiva “[...] identificar, em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanência teve essas sociedades e que tipo de consequências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedade [...]”. O autor, embora reconheça que o surgimento da história ambiental esteja relacionado ao agravamento dos problemas ambientais do final do século XX, assevera que muitos outros estudiosos pretéritos analisaram a história a partir das contradições estabelecidas entre a sociedade e a natureza, ao insistir na necessidade das ciências humanas continuarem trilhando e aprofundando esta visão.

[...] que a comunidade de cientistas sociais e afins precisa estudar melhor e incorporar analiticamente as variáveis biofísicas, superando um receio infundado de sucumbir a “determinismos” naturalistas, trilhando os caminhos abertos por alguns clássicos de nossas disciplinas, como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda. Esses caminhos ficaram abandonados por muito tempo e precisam ser desbravados “a facção”, para dar acesso à “fronteira” ainda inexplorada dos estudos socioambientais [...] (DRUMMOND, 2002, p. 30).

Em conformidade com Carvalho (2004), uma das principais contribuições da história ambiental está na preservação da memória, através de pesquisas a respeito das relações dos homens com os ambientes em que viviam e o uso que faziam e fazem dos recursos naturais disponíveis, e que podem contribuir com os desafios dos dias atuais, referindo-se à crise ambiental contemporânea, as quais possibilitam a sensibilização da sociedade acerca da necessidade do uso racional e sustentável dos ativos ambientais, com o propósito de evitar que os erros do passado possam se repetir no presente e comprometer o futuro. Nessa mesma perspectiva, Leff (2005, p. 18) aponta que:

A história ambiental se faz possível a partir da construção de um conceito e de uma teoria que abre a via para revisar percepções

anteriores. Isso permite desenterrar histórias esquecidas, resgatando-as da memória popular; ou agregar valor as lembranças nas quais os instrumentos teóricos e o discurso corrente não permitem observar a dívida ecológica oculta atrás das histórias das conquistas e nas análises de intercâmbio desigual. Porém, ao mesmo tempo, permitiria reconstruir os sentidos da natureza nas cosmovisões e nas formações discursivas que orientaram as práticas de uso dos recursos no sentido da sustentabilidade.

Por esta razão, lembra-se que o brasilianista Warren Dean (1996, p. 379), ao pesquisar a devastação da Mata Atlântica no Brasil, averigua que o conhecimento desse passado pode ajudar a preservar outros biomas, como a Floresta Amazônica, por meio do questionamento: “[...] não deveria esse holocausto produzido pelo homem ser relatado de geração para geração?”. E acrescenta: “[...] não deveria o manual de história aprovado pelo Ministério da Educação começar assim: ‘crianças, vocês vivem em um deserto; vamos lhes contar como foi que vocês foram deserddadas’ [...]”.

Todavia, Pádua (2010, p. 96-97) chama a atenção para o fato de que não se pode julgar as gerações passadas utilizando conceitos e valores atuais, uma vez que:

[...] É essencial, no entanto, evitar o anacronismo e a pretensão de que os indivíduos do passado possam ser cobrados em razão de categorias tão modernas quanto são ecologia, sustentabilidade, impactos da ação humana etc. É preciso entender cada época no seu contexto geográfico, social, tecnológico e cultural. [...] A pesquisa em história ambiental [...] se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola etc. [...] A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio [...] é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos.

Na mesma linha de interpretação do referido autor, Duarte (2005, p. 32) destaca a importância de que “[...] compreender a historicidade

das relações entre a sociedade e a natureza pode, certamente, dar-nos instrumentos para assumir uma postura mais crítica frente aos debates sobre o ambiente”. Enfatiza que a relevância do conhecimento histórico evidencia que “[...] tornarmo-nos mais capazes de perceber [...] tanto as falácias do desenvolvimento como as idealizações autoritárias de algumas propostas ecológicas ditas ‘alternativas’[...]”.

Com base nesse entendimento, concorda-se com a assertiva de Worster (1991) de que os homens provocam “mudanças” e não, necessariamente, “danos” ao ambiente.

Para compreender as relações entre a humanidade e o ambiente, a história ambiental parte do pressuposto que a natureza não se nomeia ou se auto define, a visão que se tem dela é sempre uma construção social, histórica, humana. Por esta razão, entende-se que não há uma única ideia de natureza, sempre será uma luta de representações sobre o que ela é e o que representa para cada sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, de acordo com Pádua (2010, p. 93-94):

[...] Uma via teórica fascinante, na busca por leituras menos dualistas, se abre quando a ecologia da auto-organização afirma que a tese culturalista de que os seres humanos constroem o mundo a partir da sua percepção e da sua cultura deve ser ampliada em dois sentidos. [...] Todos esses seres constroem o seu mundo a partir da experiência, envolvendo organismo e percepção [...]. Cada ser constrói o seu mundo e o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa de interações e interdependências [...]. O fio da navalha teórico, no caso das ciências sociais, está no reconhecimento dessa pluralidade de dimensões naturais e culturais que, de alguma forma, se resolvem e encontram seu sentido na prática coletiva dos seres humanos. [...] Cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens “naturais”. Ao mesmo tempo, nota-se a forte diversidade das formas de percepção cultural do mundo biofísico e de sua relação com a vida humana [...].

Nessa perspectiva, optou-se por Worster (1991; 2003) como principal referencial teórico, particularmente quando demonstra, do ponto de vista metodológico, os caminhos necessários para desenvolver a pesquisa

a partir de três níveis. Neste ensaio, utilizar-se-á as duas primeiras dimensões propostas. O autor, que em uma de suas obras principais trata das origens da desertificação nos EUA, fruto das ações dos homens e da natureza, ressalta que na pesquisa, utilizando-se a teoria e a metodologia da história ambiental:

[...] Há três níveis em que a nova história funciona, três conjuntos de questões que ela enfrenta [...], três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado [...]. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente [...]. Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza [...] (WORSTER, 1991, p. 202).

Portanto, sob a perspectiva da história ambiental, o historiador deve fazer uma adequada articulação da esfera econômica e cultural com o ambiente onde as sociedades se desenvolveram e juntar numa mesma análise o que não está separado. O mundo das interações entre a humanidade e o meio ambiente, rompendo definitivamente com o falso dualismo nas relações entre o homem e a natureza. Isto é, rejeita-se essa dicotomia, pois ambos integram um mesmo universo.

2.2. O debate sobre a desertificação

A partir da década de 1960, os problemas ambientais deixam de ser preocupação apenas de ambientalistas, de cientistas e de alguns estudiosos

e interessados no assunto para assumir papel de destaque na agenda dos estados nacionais.

Dentre os problemas destaca-se a desertificação, que deriva inevitavelmente do termo deserto. Todavia, os termos expressam significados diferentes, pois os desertos são formações naturais, resultantes de aspectos ligados ao clima, ao relevo, a geologia, a evaporação superior à pluviometria, entre outros, e são encontrados em regiões com baixa densidade demográfica, enquanto a desertificação é o resultado, sobretudo, de ações antrópicas que conduziram à degradação do ambiente natural. Sendo assim, Nimer (1988, p. 10) afirma que:

Deserto é um fenômeno de certa forma acabado e resultante da evolução de processos que alcançaram uma certa estabilidade final, e que pode ser definida como um clímax ecológico, isto é, por uma espécie de equilíbrio homeostático natural. Desertificação, ao contrário [...], é um fenômeno em transformação dinâmica [...]. Trata-se, pois, de um fenômeno espacial em desequilíbrio natural onde a retroalimentação negativa do (s) ecossistema (s) não é totalmente recompensada pela retroalimentação positiva. Isto não significa, necessariamente, que o ecossistema em estágio de desertificação atingirá, naturalmente, o clímax de deserto [...].

Na mesma perspectiva de Nimer (1988), Conti (2008) afirma que o significado de desertificação pressupõe processo, dinamismo, geralmente relacionado a secas prolongadas. O autor também informa que o primeiro a utilizar o termo foi Aubréville, em 1949, ao se referir às áreas degradadas na África tropical, em função do uso inadequado dos solos. Portanto, para o autor, o fenômeno é resultado da ação antrópica. Nesse contexto, prossegue Conti (2008, p. 44): “[...] a desertificação pode ser entendida, preliminarmente, como um conjunto de fenômenos que conduz determinadas áreas a se transformarem em desertos ou a eles se assemelharem [...]”, logo, podem “[...] resultar de mudanças climáticas determinadas por causas naturais ou pela pressão das atividades humanas sobre ecossistemas frágeis [...]”.

Na opinião de Vasconcelos Sobrinho (1978b, p. 2), a “[...] desertificação não é sinônimo de deserto. Deserto é um fato ecológico acabado, uma sucessão de fenômenos que alcançam estabilidade final [...]”.

Desertificação é um fenômeno em processamento, que pode resultar ou não em deserto [...]”.

A primeira referência ao tema da desertificação relaciona-se a graves situações de degradação ambiental registradas, no início dos anos de 1930, nos Estados Unidos da América (EUA), derivadas de grandes áreas desmatadas e da intensificação do uso dos solos voltados à agricultura e pecuária, nos estados de Oklahoma, Kansas, Novo México e Colorado. A segunda assentou-se na grande seca que aconteceu na região semiárida do Sahel, na África, no final dos anos de 1960, a qual foi decisiva no envolvimento da comunidade científica internacional no debate acerca da desertificação e na busca da solução por parte da Organização das Nações Unidas - ONU (MATALLO JÚNIOR, 2003).

No entanto, Pádua (2002), em exaustiva pesquisa na área de história ambiental, afirma que as origens das preocupações ambientais no Brasil são anteriores ao processo de industrialização, pois remontam ao período da independência do país. Tal constatação decorre da análise de diversos discursos de parcela minoritária da elite brasileira, que, ao criticar o trabalho escravo, alertava para o uso de ativos ambientais de forma irracional e desordenado, inclusive com previsões pioneiras ao risco de desertificação, explicitadas por intelectuais como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, entre outros.

Ressalta-se que o poder público foi despertado para essa problemática muito tempo depois, em virtude da citada catástrofe africana representada por um longo período de seca (1968-1973) na região semiárida do Sahel, o que levou a ONU, em função deste e de outros eventos climáticos extremos, como o alarmante aumento da poluição global, a convocar a primeira conferência para tratar dessa temática em Estocolmo, na Suécia, em 1972 (SACHS, 2002; DUARTE, 2005).

Segundo Conti (2008), o desdobramento desse primeiro grande evento sobre o meio ambiente foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, realizada em Nairóbi, no Quênia (1977), a qual pautou na agenda da ONU o tema do meio ambiente, no geral. Em âmbito particular foram discutidas as mudanças do clima, sendo determinante na luta contra a desertificação no plano mundial na aprovação, em 1997, da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

A UNCCD definiu o fenômeno como sendo um estágio de “degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades

humanas” e a degradação da terra como a redução ou perda da produtividade biológica ou econômica,

[...] das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da atividade do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como: I. a erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água; II. a deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo, e III. a destruição da vegetação por períodos prolongados (BRASIL, 2006, p. 17-18).

A desertificação e a degradação dos solos afetam um terço da superfície da Terra, ameaçando os meios de vida, o bem-estar e o desenvolvimento de pelo menos um bilhão de pessoas. Além disso, acarreta consequências negativas para a vida dos indivíduos, para as atividades econômicas e para o próprio equilíbrio dos recursos da biodiversidade, aumentando as preocupações do poder público e das sociedades (BRASIL, 2006).

Na opinião de Ab’Saber (1977), a desertificação conduz a degradações irreversíveis da paisagem, com a consequente perda da fertilidade do solo e a redução dos recursos hídricos, o que provoca o êxodo rural e o incremento desordenado das populações urbanas e todos os problemas daí decorrentes, atingindo, mormente, as populações mais pobres. No entanto, de acordo com o autor, as faixas de transição, entre as áreas úmidas e secas do Nordeste, como é o caso de Gilbués – PI, apresentam processos muito mais graves de degradação ambiental do que a resiliente Caatinga. Portanto, os estudos sobre o fenômeno precisam ir para além do semiárido nordestino.

Conforme Reynolds et al., (2007), cerca de 40% da superfície terrestre é coberta por terras secas, e desse total entre 10 e 20% estão passando por mudanças na paisagem que conduzem à degradação/desertificação, sendo afetadas diretamente cerca de 250 milhões de pessoas.

Segundo D’Odorico et al., (2014), a partir de informações do órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), existem apenas 40% de áreas agricultáveis do mundo, nas quais residem, aproximadamente, dois bilhões de pessoas, a grande maioria vive nos países em desenvolvimento.

No Brasil, salienta-se o pioneirismo do professor José Vasconcelos Sobrinho, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), nos estudos sobre a desertificação, haja vista que no início dos anos de 1970, quando a comunidade acadêmica internacional começava o debate sobre esse tema, em meio às campanhas de ajuda humanitária às vítimas da grande seca no semiárido africano. O referido professor publicou um trabalho apontando as principais áreas de degradação ambiental no Nordeste, os chamados “núcleos de desertificação”, entre os quais o de Gilbués, no Piauí, desenvolvendo, inclusive, uma metodologia para identificação dos processos de desertificação (VASCONCELOS SOBRINHO, 1974; 1978a; 1978b).

Acrescenta-se que, em função do Brasil ser detentor da região semiárida mais populosa do mundo, congrega várias áreas em situação de desertificação. E que, derivado dessa configuração, já dispõe de quatro núcleos de desertificação intensa, que juntos totalizam uma área de 18.743,5 km², abrangendo as regiões de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte e Cabrobó, em Pernambuco (BRASIL, 2005; 2006).

Com vistas a aplicar o conceito de desertificação, estabelecido pela UNCCD, para a Região Nordeste do Brasil, Sales (2002, p. 124) concebe que:

A consolidação do conceito de desertificação como a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas, permite tratar os problemas de degradação ambiental do sertão nordestino na perspectiva da desertificação [...]. Finalmente, é importante lembrar que, no Nordeste brasileiro, a diversidade dos ambientes naturais e dos arranjos socioeconômicos existentes, requer, para as áreas afetadas pelos processos de desertificação, estudos individualizados e soluções também diferenciadas.

Nesse contexto, Verdum et al. (2001, p. 113) chamam a atenção para a análise dos fenômenos na sua temporalidade histórica e no espaço geográfico em que ocorrem, além da necessidade do uso de suportes tecnológicos, sensoramento remoto e monitoramento, para que as pesquisas não caiam na generalidade de que a desertificação é um fenômeno mundial e que os desertos estão simplesmente aumentando pela ação do homem, sem

considerar a capacidade de regeneração da natureza. Evidenciam, por um lado, que a desertificação precisa ser compreendida “[...] como processo singular com combinação de variáveis locais e não mais como um processo generalizado de degradação global em determinadas ecozonas [...]”.

Dessa forma, este trabalho fez a opção pelo conceito de desertificação da UNCCD, anteriormente citado, pelo seu caráter universal e relevância acadêmica, levando em conta, portanto, que o fenômeno representa o processo de degradação das terras secas (áridas, semiáridas e subúmidas), resultante de fatores naturais e agravados pela ação antrópica, envolvendo fragilidades ambientais e uso inadequado dos solos.

Assentado nesse disposto, infere-se que, embora existam condicionantes globais, cada situação de desertificação tem uma historicidade e ocorre em um espaço geográfico determinado, onde as relações entre a sociedade e a natureza envolvem especificidades geoambientais e socioeconômicas que precisam ser estudadas de forma sistêmica e holística, a partir de conceitos gerais, porém sempre se apoiando nas particularidades locais ou regionais, como apontado no aporte teórico da história ambiental. É nesse sentido que se pretende estudar o caso de Gilbués.

3. Metodologia

Após ampla revisão bibliográfica acerca do tema, utilizou-se a teoria e a metodologia da história ambiental para interpretar como se deu o processo de degradação ambiental em Gilbués e os seus impactos ambientais e socioeconômicos.

Dessa forma, esta seção destina-se à apresentação da delimitação da área de estudo, à apresentação das fontes de informação e ao detalhamento metodológico que indicará os caminhos necessários para atingir os objetivos propostos.

3.1. Delimitação da área de estudo

A cidade de Gilbués está localizada no sudoeste do Piauí (Figura 1) a 816,9 km de Teresina, capital do estado. Tem uma população de 10.402 habitantes, sendo 50,2% de homens e 49,8% de mulheres, 57,6% vivem na zona urbana e 42,4% estão na zona rural. Limita-se ao Norte com os municípios de Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro e Bom Jesus; ao Sul com Barreiras do Piauí e São Gonçalo do Gurguéia; a Leste com Riacho Frio e Monte Alegre do Piauí; e a Oeste pelo estado do Maranhão, tendo o rio Parnaíba como divisor natural. A área total do município é de 3.495,01 km² e a densidade demográfica de 2,98 hab/km² (BRASIL, IBGE, 2010).

O município está situado em uma faixa de transição entre a caatinga e o cerrado, isto é, numa zona de passagem do clima semiárido para o subúmido seco, com valores de precipitação média anual variando entre 800 a 1.200 mm, sendo, portanto, bem superior à média pluviométrica típica da região semiárida, mas com grande variabilidade interanual, típico do semiárido. O período de outubro a maio é o mais chuvoso, sendo mais intenso entre novembro e março, apresentando temperaturas mínimas de 25°C e máximas de 36°C (SALES, 2003; LIMA; SALVIANO, 2011).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo – Gilbués – Piauí.



Fonte: Lima; Fernandes (2010, p. 27).

3.2. Métodos e Técnicas

A metodologia utilizada foi definida a partir da revisão bibliográfica com o objetivo de demonstrar a viabilidade de se estudar um determinado problema ambiental a partir da história ambiental.

Em conformidade com a teoria e a metodologia da história ambiental, proposta por Worster (1991; 2003), esse trabalho foi realizado a partir do entendimento de que o primeiro passo para se iniciar a pesquisa, após a escolha de uma área objeto de estudo que tenha uma certa homogeneidade, no caso, às áreas degradadas, deve-se caracterizá-la relativamente aos recursos naturais disponíveis, bem como identificar a sociedade que viveu em Gilbués.

No segundo momento, analisou-se as relações econômicas e sociais, para compreender as formas de uso dos recursos naturais pela sociedade local ao longo do tempo, com vistas a identificar as técnicas utilizadas e as mudanças geradas na paisagem derivadas da ação humana.

Um terceiro passo, que está relacionado ao plano das ideias e da cultura, com o intuito de interpretar em que medida a sociedade, ao sofrer os impactos decorrentes das transformações do ambiente, adota medidas, tecnologias, leis, mitos, percepções que visam expressar o universo estabelecido entre os homens e a natureza. Dado os limites desse ensaio, essa dimensão não foi utilizada.

No entanto, para Worster (2003, p. 27), “[...] o grande desafio da nova história não está em meramente identificar tais níveis de indagação, mas em decidir como e onde fazer as conexões entre eles [...]”. E arremata: “[...] Embora possamos, para efeito de clareza, distinguir esses três níveis de estudo ambiental, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo”. Dessa forma, “[...] esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente” (WORSTER, 1991, p. 202).

Adenda-se ainda, do ponto de vista do método, de acordo com Drummond (1991; 2002), que o historiador ambiental busca estabelecer, como premissa, a delimitação do campo de pesquisa, ao definir recortes assentados em uma determinada região ou bacia hidrográfica e um dado bioma, cidade, área agrícola, paisagem desmatada ou degradada, etc. Destaca

ainda o autor, a importância dos relatos de viajantes, sobretudo de tempos mais remotos, como fontes relevantes para o historiador ambiental.

Nesse sentido, a partir dos pressupostos apresentados, tentar-se-á, na sequência, analisar a área de estudo escolhida, a partir da sua identificação, de certa forma homogênea dado o processo de degradação ambiental, utilizando-se os dois primeiros caminhos metodológicos sugeridos. Isto é, após caracterizar o ambiente natural, analisar as principais interações da sociedade com a natureza na transformação da paisagem, o que levou à desertificação em Gilbués.

4. *Desertificação em Gilbués*

O sudoeste do Piauí, onde está localizado Gilbués, começou a ser ocupado na segunda metade do século XVII, derivadas de expedições chefiadas por Francisco Dias d'Ávila e Domingos Afonso Mafrense, entre outros, contra os índios, primeiros habitantes dessa região, que se revoltaram pela ameaça da escravidão e da perda de suas terras. Posteriormente, chegaram os bandeirantes paulistas, liderados por Domingos Jorge Velho. Esses dois movimentos fundaram as primeiras fazendas de gado, dando início ao domínio do território piauiense pelo “conquistador” branco (DINIZ, 1982; MOTT, 2010).

O Piauí, considerado durante o período colonial como o “o curral e o açougue do Brasil”, apresenta em sua evolução demográfica alguns aspectos *sui generis* se comparados com as demais regiões brasileiras, notadamente com as áreas vizinhas do Nordeste açucareiro [...]. O Brasil já possuía quase dois séculos de história [...], e o território de mais de 250.000 km² hoje representado pelo Estado do Piauí [...] não tinha ainda sido conquistado pelos colonizadores. É somente em 1674, que o português Domingos Afonso Sertão entra pelos sertões acima do rio São Francisco e “descobre e povoa o Piauí, com grande risco de sua pessoa e considerável despesa [...]”. Os riscos a que se refere o

descobridor eram representados [...] pela presença de inúmeras tribos indígenas que, perseguidas no litoral pelos senhores de engenho tanto do Sul (Bahia e Pernambuco) como do Norte (Maranhão), reencontram nas margens dos rios piauienses um pouco de tranquilidade perdida com a chegada dos brancos [...]. A conquista e povoamento do Piauí [...] foi motivada, sobretudo, pela expansão da economia açucareira, dependente do gado bovino e cavalar não só como alimento básico da população livre e escrava, mas [...] como transporte e força motriz dos engenhos de açúcar [...] (MOTT, 2010, p. 89-91).

Conforme Prado Júnior (1984, p. 66), a ocupação do interior nordestino tem por base a pecuária e os principais centros que se expandiram a partir da Bahia e Pernambuco e que “[...] a outra direção que toma a progressão das fazendas de gado depois de atingido o rio São Francisco é para o Norte. **O rio é transposto, e em fins do séc. XVII começa a ser ocupado o interior do atual Estado do Piauí [...]**”. Nesse contexto, “[...] as fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o Nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse de percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho [...]” (grifo nosso).

Além do gado em pé, fornece o sertão a carne-seca. A conservação e redução do peso da carne sob esta forma, cerca de 50%, permitiu obviar ao problema do transporte nas distâncias enormes, servidas por meios precários de condução, que é o caso do sertão. E a falta de umidade é naturalmente, para este fim, circunstância altamente favorável. O preparo da carne-seca tornou-se por isso, desde muito cedo, uma indústria local importante. O Ceará foi a princípio o grande fornecedor dela; e é por isso que o produto ainda conserva, no Norte, o nome genérico de *carne-do-ceará*. **Mas esta posição, ele a perde no último quartel do séc. XVIII, substituindo-o, a princípio, o Piauí. [...] o fato é que o Piauí, contando com os seus grandes rebanhos, os maiores e melhores do Norte, e com uma via cômoda de transporte como o rio Parnaíba, suplantou todos seus concorrentes e dominará o mercado colonial de carne-**

seca até ser suplantado, nos últimos anos do século, pelo charque rio-grandense [...] (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 195-196). (grifo nosso).

Naquele período, o Piauí forneceu couro e carne de gado aos engenhos de açúcar do Nordeste e para a região das “minas gerais”, durante o ciclo da mineração, cujas principais vias de escoamento eram os rios São Francisco, Parnaíba e Balsas. Na segunda metade do século XIX, o Piauí foi marcado pelo ciclo do algodão e, na primeira metade do século XX, pelo extrativismo vegetal (borracha, cera de carnaúba e coco babaçu). A segunda metade do século XX foi praticamente um período de estagnação econômica (MARTINS et al., 2002).

No caso da área de estudo, Sales (2003) acentua que em torno de 1850 foram instaladas fazendas de gado, onde se desenvolveu o povoado Santo Antônio de Gilbués, o qual foi elevado à categoria de vila, em 1881, sendo anexada ao município de Corrente, em 1931, e depois desmembrada, em 1933, e elevada à categoria de cidade, em 1938. Adenda que com a descoberta da primeira mina de diamantes, em 1946, ocorreu à afluência de uma grande quantidade de pessoas para a localidade, com rápido desenvolvimento urbano e comercial. Em função dessa situação, Gilbués finalmente foi emancipado e transformado em município, em 1954.

O fato da origem indígena do nome Gilbués (“Jeruboés”) significar “terra fraca” (SPERA et al., 1998), já demonstrava a fragilidade ambiental da região antes mesmo da ocupação daquele território pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência, atividades econômicas que marcaram o processo de ocupação do território piauiense (MARTINS et al., 2002).

A primeira referência histórica que sugere existir um estágio de degradação dos solos em Gilbués é do final século XIX. O engenheiro alemão Gustavo Dodt teve empregado seus serviços ainda no período imperial em atividades no Ministério da Agricultura e na construção de linhas telegráficas pelo país, principalmente nas regiões Norte, Tocantins e Pará, e Nordeste, passando bastante tempo nos sertões do Piauí, Maranhão e Ceará. Naturalizou-se e nunca mais retornou à sua pátria. Dodt também trabalhou em governos provinciais, realizando estudos visando a construção de portos e comunicações, desenho de mapas, localização mais adequada para a instalação de colônias agrícolas, identificação de plantas e produção de relatórios técnicos (DODT, 1981).

Contratado pela Província do Piauí, em 1868, objetivando identificar os melhores locais para assentamentos humanos e elaborar um mapa do curso do Rio Parnaíba, sua vazão desde as suas nascentes até a foz, nos períodos chuvoso e seco, com a indicação dos principais obstáculos à sua navegação, com as devidas coordenadas geográficas, e produzir um relatório, concluído em 1873. Dodt (1981, p. 59) informa que “[...] logo que atravessassei o Gurguéia e entrei no território denominado Jeruboés [...] prestei a maior atenção à configuração do terreno, porque entendi [...] que o caráter geral do terreno não variaria muito [...] quanto a sua fertilidade e propriedade para agricultura [...]”.

Dodt (1981, p. 59), descreve “Jeruboés”, localidade que daria origem, posteriormente, à cidade de Gilbués, como uma terra que não teria utilidade para a agricultura, pois seria necessário “[...] reconhecer-se logo, onde se deviam procurar terras próprias para uma colônia agrícola [...]”. A partir desse ponto, o autor faz uma descrição mais detalhada das áreas onde estava localizado Gilbués, indicando uma clara fragilidade ambiental:

Todas elas são cobertas de uma mata rasteira, denominada caatinga ou carrasco [...], de um capim agreste muito duro exceção de uma zona entre o Gurguéia e o Uruçuizinho, onde apresentam campos limpos, cobertos de capim [...], denominados **malhadas**, cujo terreno é formado de barro vermelho, enquanto as outras são mais arenosas e muitas vezes cobertas de pedregulho [...]. **De forma nenhuma podem ser consideradas as terras do Jeruboés como geralmente férteis e próprias para lavoura.** Não receio faltar à verdade, se considero de 100 partes de todo o terreno apenas 2 partes cultiváveis, 70 partes aproveitáveis para a criação e 28 partes sem proveito algum [...]. Esta avaliação é talvez ainda demasiadamente favorável, **sendo a parte sem préstimo algum talvez muito maior e a que se presta à lavoura, menor.** Todavia [...], também a quantidade absoluta dos terrenos próprios para a lavoura não é pequena e suportaria uma população sem comparação muito mais crescida, do que a que se acha atualmente ali, principalmente se elas fossem exploradas racionalmente e não arruinadas pelo sistema rotineiro, que atualmente reina (DODT, 1981, p. 61-62). (grifo nosso).

Posteriormente, no final dos anos de 1960, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) iniciou uma pesquisa, para o levantamento das principais ocorrências minerais, no sul do Piauí, nos municípios de Curimatá, Parnaguá, Corrente, Cristalândia, Gilbués e Monte Alegre do Piauí (BRASIL; DNPM; CPRM, 1972).

Nesse contexto, como desdobramento dessa atividade, surgiu o “Projeto Gilbués”, desenvolvido pelo DNPM e assumido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo, entre outros, de estudos de ocorrências diamantíferas. No trabalho foram identificadas áreas com graves situações de degradação dos solos, em que o relatório cita Gilbués como uma “[...] região de afloramentos da Formação Areado – decorrente da topografia muito dissecada, onde a intensidade dos processos erosivos é bastante acentuada, até mesmo com a formação de voçorocas, as rochas-mães quase sempre estão expostas [...]” (BRASIL; DNPM; CPRM, 1972, p. 20).

Na sequência, o projeto RADAMBRASIL, em seu relatório final, no capítulo em que faz um levantamento da geomorfologia do Piauí, afirma que “[...] na área próxima à cidade de Gilbués [...], a exploração de diamante em conglomerados, criou processos de aceleração da erosão [...] em grande extensão [...]”, conforme revela a Figura 2 (BRASIL, 1973, p. II - 21).

Figura 2 – Paisagem típica (degradada) de Gilbués – PI.



Fonte: Lima; Fernandes (2010, p. 26).

Pesquisadores da Universidade Federal do Piauí, vinculados às áreas das ciências da natureza, agrárias e humanas, vêm trabalhando desde o final da década de 1970 com o tema e chamando a atenção dos governos federal, estadual e municipais para o avanço da degradação do solo, alertando sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes de tal realidade. Os estudiosos alertaram também para a premente necessidade de formulação de políticas direcionadas ao semiárido e para regiões com estágios avançados de desertificação, como é o caso de Gilbués (RODRIGUES, et al., 1987; SALES, 2003).

Na opinião de Sales (2003), a desertificação em Gilbués se agravou nos anos de 1940, expandindo-se posteriormente para os municípios próximos, em função de aspectos naturais, como solo e clima, principalmente devido à pluviometria intensa e concentrada. Além de fatores antrópicos, como a mineração, as queimadas, os desmatamentos, a pecuária extensiva e a agricultura, sem os devidos cuidados preservacionistas do solo. Relativamente à atividade de mineração, a referida autora compreende que,

Apesar de ter sido responsável por uma certa dinamização da economia local, sobretudo entre os anos 50 e 70, a extração de diamantes na região foi feita de forma extremamente predatória e sem nenhuma forma de controle. Toda a lavra era retirada clandestinamente para o Rio de Janeiro e Goiânia sem qualquer cobrança de imposto. Esta atividade teve seu pico nos anos 50 e estendeu-se até o início dos 70, quando houve diminuição da produção, com a estagnação econômica de alguns povoados e da área como um todo (SALES, 2003, p. 121).

A propósito da atividade de mineração, revela que Sales (2003) estava correta em sua análise, pois a variação da população de Gilbués, que era de 8.798 pessoas, em 1940, a partir dos anos de 1950 praticamente dobrou, chegando a 15.553 habitantes, uma vez que, após o auge da mineração, a população decresceu para 9.269, nos anos de 1960. O contingente populacional foi reduzido ainda mais nas duas décadas seguintes, 8.071 (1970) e 8.697 (1980), e aumentado lentamente nas décadas posteriores, tendo sido registrada, pelo último censo, a marca de 10.402 habitantes (BRASIL, IBGE, SIDRA, 2010).

Nesse contexto, o rápido crescimento demográfico entre as décadas de 1940 e 1950 elevou enormemente a demanda por bens e serviços, com impactos extremos no uso dos recursos naturais do município e alterações profundas na paisagem, cujo ambiente era de elevada fragilidade ambiental.

No entanto, embora reconheça uma fragilidade ambiental preexistente, Crepani (2009, p. 5192) assevera a ação antrópica como a principal causa do processo de desertificação na região onde está localizado Gilbués:

O Núcleo de Desertificação de Gilbués, com essa configuração proposta, não parece ter nenhuma relação com variações climáticas estando relacionado exclusivamente a atividades humanas, que vêm acontecendo por centenas de anos, caracterizadas pela alteração da cobertura vegetal que expõe um raro tipo de associação de solos [...] de alta fertilidade e pouca resistência à erosão, às severas condições regionais de concentração pluviométrica (alta intensidade pluviométrica) o que implica na exposição do embasamento rochoso sedimentar que, por sua vez, é responsável pela redução ou perda da fertilidade e da produtividade biológica ou econômica, sintomática da degradação de terras.

Segundo Vieira et al. (2015), a fragilidade de ambientes naturais submetidos à excessiva exploração antrópica conduzirá a uma degradação ambiental mais acelerada, podendo chegar ao estágio mais grave da desertificação, comprometendo irreversivelmente as funções ecossistêmicas do território, na medida em que prejudica a produtividade da terra e a heterogeneidade da paisagem, provocando uma séria ameaça à sociedade e ao meio ambiente.

Destarte, sem a utilização de técnicas conservacionistas do solo e da água, entre outras, muitas das quais já praticadas pelos povos pré-colombianos, mas não utilizadas pelos agricultores de Gilbués, esse fenômeno também foi responsável pelo assoreamento dos principais rios da região, como o Gurguéia, o Uruçuí Vermelho, o Uruçuí Preto, e, por consequência, o Parnaíba, o maior rio genuinamente nordestino (PIAUI, 2005).

Nessa perspectiva, Leff (2001) também chama a atenção para a contribuição da história ambiental na abordagem dos fundamentos sociais,

econômicos e culturais que conduzem ao processo de degradação do ambiente natural:

A história ambiental vem sendo definida como um campo de estudo dos impactos de diferentes modos de produção e formações sociais sobre as transformações de sua base natural, incluindo a superexploração dos recursos naturais e a degradação ambiental. Esses estudos abordam a análise de padrões de uso dos recursos e de formas de apropriação da natureza, avançando em categorias que permitem um estudo mais integrado das inter-relações entre as estruturas econômicas, políticas e culturais que induzem certos padrões de uso dos recursos e as condições ecossistêmicas que estabelecem as condições de sustentabilidade ou de insustentabilidade de um determinado território (LEFF, 2001, p. 386).

Assim, a degradação ambiental foi potencializada devido ao desmatamento em larga escala para a prática da mineração, da agricultura e da pecuária extensiva, à elevada pluviometria na região, com o solo desprotegido pela supressão vegetal, aumenta o escoamento superficial e a força da água carrega a parcela orgânica do solo, assoreando os rios e riachos e provocando imensas voçorocas.

O núcleo de Gilbués possui a maior área contínua desertificada do Brasil, com cerca de 40% da área total dos demais núcleos citados, compreendendo 7 municípios afetados diretamente e com maiores áreas degradadas, os quais são Barreiras do Piauí (60,2%), Redenção do Gurguéia (50%), Gilbués (49,3%), São Gonçalo do Gurguéia (49,3%), Riacho Frio (30,4%), Corrente (25,3%) e Monte Alegre do Piauí (23,5%). Outros 8 municípios são atingidos indiretamente, quais sejam: Cristalândia (15%), Júlio Borges (12,7%), Curimatá (11%), Bom Jesus (9,5%), Avelino Lopes (7,5%), Parnaguá (5,1%), Sebastião Barros (4,4%) e Morro Cabeça no Tempo (3,8%) (SILVA, 2008).

A extensão exata da área atingida pela desertificação na região de Gilbués ainda é motivo de controvérsia. Entretanto, em consonância com Silva (2008), a maior área desertificada do Brasil encontra-se na região de Gilbués, uma vez que 15 municípios apresentam uma área degradada de 7.759,56 km² e que em 8 deles a área é superior a 450 km², inclusive

Gilbués, Redenção do Gurguéia e São Gonçalo do Gurguéia contam com cerca de 50% de suas áreas degradadas e Barreiras do Piauí possui 60,2% do território em estágio de desertificação. O Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação (PAE – PI) referenda essas informações sobre o Núcleo de Gilbués (PIAUÍ, 2010).

Segundo Silva (2008), Barreiras do Piauí encerra a maior área percentual degradada em relação à área total do município. No entanto, Gilbués apresenta a maior área degradada em extensão, razão pela qual esse núcleo integra os trabalhos do professor Vasconcelos Sobrinho e do Plano Nacional de Combate à Desertificação como uma das áreas prioritárias para a implementação de políticas públicas visando à mitigação dos efeitos do fenômeno.

Entretanto, revelando ainda haver divergências sobre alguns municípios e o tamanho da área degradada no estado, o trabalho “Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil” (CGEE, 2016) considera que, de toda a área susceptível à desertificação (ASD) no estado do Piauí, 7.592,90 km² estejam fortemente degradados e em processo de desertificação, o que representa apenas 3,18% da ASD do estado. Alguns municípios incluídos na relação de Silva (2008), segundo o CGEE (2016), não possuem áreas degradadas, tais como: Avelino Lopes, Cristalândia, Parnaguá e Sebastião Barros. Além disso, o trabalho inclui no núcleo de Gilbués o município de Santa Luz, não considerado por Silva (2008), como tendo grave degradação do solo.

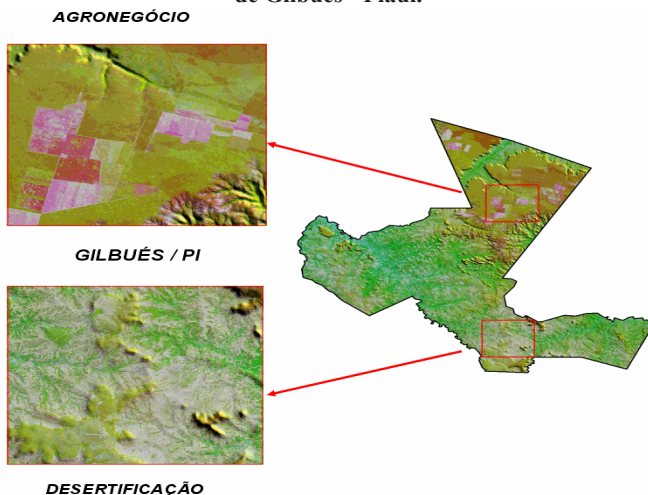
Nesse sentido, recorre-se mais uma vez a história ambiental com o intuito não apenas de demonstrar a necessidade de estudar graves problemas ambientais como esse, mas também revelar o sentido moderno e perverso da exploração dos recursos naturais:

A história costuma ser narrada pelos vencedores. A história ambiental apareceria como a narrativa que emerge da natureza vencida, de uma dívida ecológica que agora se expressa nos saberes subjugados que não puderam exprimir sua submissão como consequência do abatimento da natureza. A história ambiental é, pois, a história de histórias não ditas; e não só porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram calados, mas porque a submissão da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensável pelos paradigmas civilizatórios que justificavam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder (LEFF, 2001, p. 398).

A atividade econômica principal de Gilbués já foi a pecuária, mas atualmente predomina a agricultura, baseada na produção sazonal de arroz, feijão, mandioca e milho, por parte dos agricultores familiares, nos baixões. Também vêm sendo cultivados soja, algodão e eucalipto, pelos grandes produtores que ocupam as chapadas, como resultado da expansão da fronteira agrícola no Piauí. Tal cenário díspare revela um ambiente complexo onde convivem o agronegócio das *commodities*, na parte norte, e a principal região, intensamente degradada, localizada no centro sul do município, em uma área de cerca de 400 km², o que representa cerca de 10% da área do município, conforme demonstra a Figura 3 (INPE, 2007; IICA, 2010).

A história do processo de desertificação em Gilbués, desde os primeiros registros no final do século XIX, revela que o momento de maior agravamento do problema ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, em função do advento da mineração na região, até os anos de 1970. Em primórdios dos anos 2000, quando os primeiros pesquisadores passaram a despertar o poder público para o fenômeno, quando as primeiras políticas públicas passaram a diagnosticar melhor a situação e a propor alternativas tecnológicas para mitigar a grave degradação dos solos.

Figura 3: Área degradada no centro-sul e o agronegócio no norte de Gilbués - Piauí.



Fonte: Extraída de BRASIL, INPE, 2007, p. 21; IICA, 2010, p. 18.

5. Considerações finais

A história ambiental, como demonstrado, ao desvelar o universo das interações entre sociedade e natureza, ao longo do tempo, consegue revelar os possíveis motivos pelos quais iniciou a desertificação em Gilbués, ao identificar os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes desse processo de grave degradação ambiental.

Após a escolha da área de estudo, a partir de um aspecto bastante homogêneo, as áreas fortemente degradadas, utilizou-se dois dos três níveis sugeridos pela metodologia da história ambiental. Inicialmente, a pesquisa mostrou o processo histórico de ocupação do sudoeste piauiense, onde está localizado Gilbués, apresentando as características pretéritas de suas paisagens, com claras indicações de fragilidades ambientais, reconhecidas, de certo modo, por seus primeiros habitantes.

O segundo passo da pesquisa foi a análise do processo de ocupação do território, a partir da política mais geral da expansão colonial portuguesa, particularmente a interiorização do Nordeste com a implantação das primeiras fazendas de gado. A seguir observaram-se a atividade da mineração, o crescimento demográfico desordenado, os desmatamentos e as queimadas até os tempos mais recentes, como resultado da expansão da fronteira agrícola, caracterizada pela grande produção, o que levou a retomada do aumento da população, o que implicou em mais demanda por recursos naturais. O ambiente, que já se apresentava frágil, sucumbiu diante de atividades antrópicas que não levaram em conta seus limites, sua resiliência, sua capacidade de suporte.

Embasado nesse cenário, sublinha-se a importância de investigar os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes desse fenômeno, dado a gravidade do problema ambiental provocado pela desertificação. Portanto, faz-se necessário identificar como se desenvolveu a desertificação em Gilbués e sua relação com as ações dos homens e da natureza, bem como identificar as diversas tentativas de mitigar os seus efeitos, que atingem, sobretudo, as populações mais pobres que vivem em áreas de grande fragilidade socioambiental, com o intuito de implementar tecnologias para recuperação de áreas degradadas.

O diagnóstico apresentado permite chamar a atenção do poder público para a necessidade urgente da elaboração e implementação sistemática de políticas públicas e da disponibilização de técnicas agropecuárias que

possibilitem mitigar e/ou reverter os efeitos desse fenômeno. Tal necessidade justifica-se, sobretudo, quando as populações mais pobres são atingidas, pois, em função de não ter acesso facilitado ao crédito, à educação ambiental e às novas tecnologias, são os mais afetados pela gravidade desse fenômeno.

Em virtude dessa realidade, reconhece-se que o estudo da desertificação em Gilbués, tendo por base a fundamentação teórica da história ambiental, deve ser aprofundado, pois se reveste em um tema de grande interesse, devido à degradação da terra, numa área de transição entre a caatinga e o cerrado do Piauí, ter provocado imensos prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

O conhecimento da história da desertificação em Gilbués contribuirá para a sensibilização das atuais e futuras gerações dos necessários cuidados com o uso racional dos recursos naturais. Por conseguinte, faz-se mister valorizar sempre o planejamento de atividades que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Referências

AB'SABER, Aziz N. *Problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical*. São Paulo: USP, 1977, 20 p. (Série Geomorfologia, n. 53).

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. *Projeto Gilbués*. DNPM/CPRM, 1972. 165 p.

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral - Projeto RADAMBRASIL - *Parte das Folhas SC 23 Rio São Francisco e SC 24 Aracaju: Geologia, Geomorfologia, Solos, Vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: DNPM, 1973.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo Demográfico*, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. *Relatório do Banco de Dados Geográficos de parte do Núcleo de Desertificação de Gilbués (Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí)*. São José dos Campos: INPE, 2007.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. *Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África*. 3ª ed. Brasileira. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca -PAN-Brasil*. Brasília: MMA, 2005.

CARVALHO, Ely Berço de. A história ambiental e a “crise ambiental” contemporânea: um desafio político para o historiador. *Esboços*, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 105-117, 2004.

CONTI, José Bueno. *O conceito de desertificação*. Revista Climatologia e Estudos da Paisagem. Rio Claro, v. 3, n. 9, p. 39. jul/dez. 2008.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil*. Brasília, 2016.

CREPANI, Edison. O Núcleo de Desertificação de Gilbués observado pelo Sensoriamento Remoto e pelo Geoprocessamento. In: *Anais do XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Natal, Brasil, INPE. p. 5185-5192, 2009.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, José Alexandre F. *A área centro-ocidental do Nordeste*. Recife: SUDENE, v 8. Série Estudos Regionais. 1982.

D'ODORICO, Paolo et al. Feeding humanity through global food trade. *Earth's Future*, v. 2, p. 458-469, 2014.

DOTT, Gustavo Luís G. *Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

_____. Por que estudar a história ambiental do Brasil? Ensaio temático. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 13-32, jan. 2002.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

IICA. *Formulação de subsídios para elaboração do zoneamento ecológico-econômico do núcleo original de desertificação de Gilbués e Monte Alegre, no estado do Piauí*. Brasília: IICA, 2010.

LEFF, Enrique. História Ambiental. In: *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Construindo a História Ambiental da América Latina. *Revista Esboços*, UFSC, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.

LIMA, Milcíades G. de; FERNANDES, Roberto José A. R. (Orgs.). *Combate à desertificação no Piauí: microbacia do riacho Sucuruíu “Vaqueta Gavião” em Gilbués/PI*. Teresina: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2010.

LIMA, Milcíades G. de; SALVIANO, Adeodato A. C. Recuperação de áreas degradadas no estado do Piauí. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 4, n. 6, p. 1254-1265, 2011.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. 2 ed. Teresina: Fundação Cepro, 2002.

MATALLO JUNIOR, Heitor. A desertificação no mundo e no Brasil. In: SCHENKEL, Celso S.; MATALLO JR, Heitor (Orgs.). *Desertificação*. Brasília: UNESCO, 2003.

MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2 ed. Teresina: APL, 2010.

NIMER, Edmon. Desertificação: realidade ou mito? *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.50, n.1, p.7-39, 1988.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, São Paulo, 2010.

PIAUI. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semar. *Panorama da Desertificação no Piauí*. Projeto Fundo Nacional de Meio Ambiente. Teresina: Fundação Esquel – Brasil/Fundação Agente para o Desenvolvimento do Agronegócio e Meio Ambiente, 2005.

PIAUI. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semar. *Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação*, PAE-PI. Teresina: Semar, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo: Brasilense, 1984.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21 ed. São Paulo: Brasilense, 1989.

REYNOLDS, James F.; STAFFORD, Smith D. M. *Global desertification: do humans cause deserts?* Dahlem University Press, 2007, 437p.

RODRIGUES, Valdemar et al. Processo de Desertificação no Estado do Piauí. Teresina: Carta Cepro, v. 12, n. 2, p. 85-105, ago./dez., 1987.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. STROH, P. Y. (Org.), 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SALES, Marta Celina L. Evolução dos estudos de desertificação no Nordeste Brasileiro. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 11, p. 115-126. 2002.

_____. Degradação Ambiental em Gilbués, Piauí. Fortaleza: *Mercator; Revista de Geografia da UFC*, ano 2, n. 4, p. 115-124, 2003.

SILVA, Fabrício Brito. *Geotecnologias no mapeamento de áreas degradadas no núcleo de desertificação em Gilbués*, 2008, 88 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2008.

SOFFIATI, Arthur. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 18, p. 13-26, Editora UFPR, 2008.

SPERA, Silvio Tulio et al. Solos arenosos no Brasil: problemas, riscos e opções de uso. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, n. 2, p. 18-26, 1998.

VASCONCELOS SOBRINHO, José. *O deserto brasileiro*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1974.

_____. *Metodologia para identificação de Processos de Desertificação: manual de indicadores*. Recife: SUDENE, 1978a, 20 p.

_____. *Identificação de processos de desertificação no Polígono das Secas do Nordeste Brasileiro*. Recife: SUDENE. 1978b.

VERDUM, Roberto et al. Desertificação: questionando as bases conceituais, escalas de análise e consequências. *GEOgraphia*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 111-132, 2001.

VIEIRA, Rita M. S. et al. Identifying areas susceptible to desertification in the Brazilian Northeast. *Soil Eart*, 6, p.347. 2015.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Tradução de José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. Tradução de Maria Clara A. F. de Andrade. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

RECEBIDO EM: 22/05/2019
APROVADO EM: 15/02/2021

AQUÉM E ALÉM DE *O NEGRO NO FUTEBOL BRASILEIRO*: UMA RELEITURA DA OBRA DO JORNALISTA ESPORTIVO MÁRIO FILHO ENTRE OS ANOS 1940 E 1960

*Below and beyond O negro no futebol brasileiro:
A reinterpretation of the work of sports journalist
Mário Filho between the 1940s and 1960s*

Bernardo Borges Buarque de Hollanda¹

RESUMO

O artigo propõe um novo enquadramento do livro principal do jornalista esportivo Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947). Sustenta-se que só é possível entender os argumentos internos deste, por assim dizer, “clássico” do memorialismo futebolístico à luz do conjunto da obra do escritor, especialmente o livro que o antecede, *Histórias do Flamengo* (1945), usualmente desconsiderado pelas análises acadêmicas. A revisão deste livro comemorativo do cinquentenário do clube carioca permite identificar as linhas mestras, tanto em forma quanto em conteúdo, da narrativa que consagraria Mário Filho dois anos depois. Junto a esse cotejo, acompanha-se igualmente o impacto de ambos os livros no decênio de 1960, quando, emulados pela crítica jornalística e literária, ambos os trabalhos assistem a reedições, sendo relançados por editoras de peso no cenário cultural e intelectual de então. Conclui-se com a reafirmação da necessidade de uma releitura de conjunto de Mário Filho, a fim de entender com mais acuidade não só o caráter prolífico de sua produção bibliográfica ao longo das décadas, como também as etapas de construção de um projeto jornalístico-letrado que se somava à decantação da tradição “nacional-popular” no Brasil dos anos de 1940 e 1960.

ABSTRACT

This article proposes a new framework for the principal book of sports journalist Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947). It is argued

¹ Escola de Ciências Sociais/ Fundação Getulio Vargas (FGV - CPDOC). E-mail: bernardobuarque@gmail.com

that the internal arguments of this book, which is considered a “classic” of Brazilian football memory, can only be understood considering the writer’s whole body of works, especially *Histórias do Flamengo* (1945), which predates it and is usually disregarded in academic analyses. Reviewing this book, a celebration of Flamengo’s 50th anniversary, allows us to identify the main narrative lines, both in form and content, that would enshrine Mário Filho two years later. Concurrently to this comparison, the impact of both works in the 1960s is also analyzed, a moment when journalistic and literary critics led to reissues of both works, being issued by renowned publishers in the cultural and intellectual scenario of the period. The conclusion is a reaffirmation of the need for a rereading of Mário Filho’s body of works, to more accurately understand not only the prolific character of his bibliographic production over the decades, but the steps of construction of a journalistic and literate project that was added to the decanting of the “national-popular” tradition in Brazil during the 1940s and 1960s.

Introdução

O propósito do presente artigo é oferecer um exame pontual da obra do jornalista Mário Rodrigues Filho (1908-1966)², levantando um questionamento específico de sua fortuna crítica. A análise volta-se não apenas para a análise da estrutura interna e dos argumentos centrais de seu livro mais importante e consagrado, *O negro no futebol brasileiro* (1947), tema abordado com frequência pela literatura especializada, como especialmente pelo destaque de uma outra estratégia analítica. É sabido que os estudos sobre Mário Filho vêm-se avolumando nos últimos anos, com destaque para Fátima Antunes (2004), Marcelino Rodrigues da Silva (2006), Denaldo Souza (2008), André Mendes Capraro (2011) e Fernanda Ribeiro Haag (2014), com uma riqueza de novas informações e interpretações. Nos limites espaciais deste artigo, vamos nos cingir à historiografia dedicada a questionar de modo mais frontal os fundamentos narrativos de *O negro no futebol brasileiro*.

2 Embora o jornalista pernambucano grafasse seu primeiro nome sem acento, assinando *Mario*, optamos aqui por seguir as convenções ortográficas atuais, utilizando o acento e grafando *Mário*.

Visa-se a seguir enquadrar Mário Filho em um horizonte mais amplo de escrita e de projeto jornalístico-letrado, percorrendo sobre o contexto em que se produziu sua obra, a recepção da Academia a seu trabalho e, em especial, a ênfase na publicação de uma gama de livros do autor, via de regra desconsiderados, concernentes à história e à memória do futebol brasileiro no século XX. Dadas as limitações de espaço na produção de um artigo científico, do conjunto de escritos será pinçado um livro – *Histórias do Flamengo* (1945) – para cotejo reflexivo com a publicação mais conhecida, *O negro no futebol brasileiro*.

Procura-se inserir seu livro mais conhecido no interior da década em que suas publicações e edições tiveram mais proeminência no cenário editorial e esportivo brasileiro. Trata-se dos anos 1940, mais precisamente do período entre 1943 e 1949. Esta década avulta em importância na história do futebol brasileiro em virtude da realização da Copa do Mundo da FIFA no país, evento que foi um dos fatores contribuintes para a publicação de uma tetralogia do futebol. Durante este decênio, Mário Filho colige crônicas diárias e escritos de jornal e tem por iniciativa materializá-los sob a forma de livros, um total de quatro naquela década, lançados em um intervalo regular de dois anos. A série está disposta na seguinte sequência cronológica: *Copa Rio Branco* 32 (1943), *Histórias do Flamengo* (1945), *O negro no futebol brasileiro* (1947) e *Romance do football* (1949).

Já nos anos 1950, por razões desconhecidas, verifica-se um interregno nas publicações sob a forma de livros por parte de Mário Filho. Todavia, sua colaboração em periódicos e jornais esportivos mantém-se intensa e ininterrupta. Se a primeira fase de sua obra corresponde aos anos 1940, a segunda fase diz respeito à década de 1960 e compõe-se de três livros. Dois deles – *O negro no futebol brasileiro* e *Histórias do Flamengo* – são reedições, ampliadas e atualizadas de maneira substantiva, e vêm a lume em 1964 e 1966, respectivamente³.

Além desses, o terceiro e inédito livro da segunda fase intitula-se *Viagem em torno de Pelé*, biografia lançada em 1963, na esteira do bicampeonato mundial conquistado pela Seleção Brasileira em 1958, na Suécia, e em 1962, pelo Chile. Um quarto projeto de livro, intitulado *Interpretação do futebol*, não chegou a se concretizar antes de sua morte,

³ *Histórias do Flamengo* data do ano de falecimento do jornalista. A segunda edição teve direito à noite de autógrafos, que guarda um registro audiovisual, gravado pelo cinejornal *Canal 100*, dirigido por Carlos Niemayer.

ainda que aparecesse anunciado nas páginas e nas orelhas de seus livros dos anos de 1960.

A produção bibliográfica de Mário Filho é, não obstante, ainda mais ampla e não se restringe apenas aos esportes. O jornalista tinha especial interesse pelo terreno das letras e da literatura, sendo contemporâneo e próximo da geração do modernismo e do regionalismo brasileiro. Além de uma biografia sobre o pintor Cândido Portinari⁴, em 1966, em sua mocidade o jornalista havia se lançado na ficção, no ano de 1927, com *Bonecas*.

Nos idos de 1950, escreveu mais três obras literárias: *Senhorita, Um dia de trabalho e Dezenove*. Sua substantiva produção ficcional culminou em 1964 com um romance intitulado *O rosto*. Desde 1949, porém, mostrava inclinação no terreno da ficção esportiva com seu *Romance do football*. Ainda que a alusão romanesca esteja presente apenas no título, sua utilização parece emblemática de um projeto letrado ambivalente. Saliente-se que a temática que só encontra antecessor no livro de outro jornalista esportivo, o ítalo-paulista Thomaz Mazzoni, *Flô, o maior goleiro do mundo* (1940) e no romance do amigo José Lins do Rego, *Água-mãe* (1941) (RORIGUES FILHO, 1949, 1965 e 1966).

Das obras acima mencionadas, *Bonecas* e *Senhorita* não possuem referências bibliográficas, já que as únicas informações encontradas proveem de Mário Neto, numa seção constante da quarta edição do livro de seu avô, *O negro no futebol brasileiro* (2003). Quanto a *Um dia de trabalho e Dezenove*, apenas localiza-se referência indireta por meio da obra *Romance do football*, sendo anunciados em suas páginas como dois romances no prelo. Não é possível saber, pois, de maneira definitiva se chegaram a ser editados. A consulta à Biblioteca Nacional verificou a inexistência da publicação destes dois sob a forma de livro, donde infere-se que a resposta mais plausível seja a negativa e restem deles apenas manuscritos.

Traçada brevemente acima a cronologia mais ampla de sua bibliografia, tanto a esportiva quanto a literária, que evidenciam o caráter prolífico de sua produção escrita, apresenta-se a seguir o recorte do presente artigo, com uma estrutura que se subdivide em duas seções principais. A

4 A família de Mário esteve sempre envolvida no círculo literário-artístico. Um de seus irmãos, Milton Rodrigues, era cineasta e dirigia o cinejornal “O esporte em marcha”, ao passo que Augusto Rodrigues era pintor e gravador. Mário conhece Portinari por intermédio do irmão Roberto Rodrigues, também artista plástico, mas precocemente falecido, em fins dos anos 1920.

primeira tem por objetivo introduzir o estado da arte da fortuna crítica e das interpretações acerca da trajetória de Mário Filho.

A fonte principal para esses dados provém do jornalista Ruy Castro, que, no decorrer os anos 1990, foi responsável por três antologias de crônicas para a editora Companhia das Letras: *O sapo de Arubinha*, *A pátria de chuteiras* e *À sombra das chuteiras imortais* (CASTRO, 1995, 1994a e 1994b). A primeira colige crônicas esparsas de Mário Filho, ao passo que a segunda e a terceira são dedicadas ao irmão, Nelson Rodrigues, cujos relatos jornalísticos são peças importantes na construção da imagem do primogênito.

Pode-se dizer que as três antologias reposicionaram Mário Filho no mercado editorial brasileiro e colocaram em contato as novas gerações de leitores com as crônicas futebolísticas do jornalista pernambucano. As antologias foram publicadas na esteira do lançamento da biografia de Nelson Rodrigues, irmão caçula de Mário. O extenso relato biográfico de Ruy Castro acerca de Nelson dedica páginas significativas ao recuperar certa leitura laudatória do caráter inovador e empreendedor legado pela imagem de Mário Filho.

Repiso também, como fonte de consulta, a minha própria dissertação de mestrado, defendida em 2003, que examinou as crônicas esportivas de José Lins do Rego, publicadas entre 1945 e 1957 no *Jornal dos Sports*, periódico de propriedade de Mário Filho. À época da pesquisa, procurei enquadrar as crônicas de Lins do Rego lado a lado com o debate literário do modernismo brasileiro e, em particular, com o ensaio social de Gilberto Freyre e com o projeto cronístico de Mário Filho. Se as trajetórias individuais de Lins do Rego Freyre e Rodrigues Filho são irredutíveis entre si, propus a construção de uma visão a respeito destes três autores de origem nordestina – o romancista, o sociólogo e o jornalista – cujo intercâmbio e cuja amizade chegam a dificultar o discernimento das ideias exclusivas de cada um deles.

Finalmente, ainda na primeira seção deste artigo, apresento a perspectiva crítica desenvolvida entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 por pesquisadores acadêmicos acerca do assim chamado “clássico” *O negro no futebol brasileiro*. Estes autores, em suas dissertações de mestrado, teses de doutorados e artigos científicos, propuseram um debate com questionamentos a determinadas premissas do memorialismo esportivo contido na obra magna de Mário Filho, muitas das vezes incorporado de maneira acrítica pelos historiadores e cientistas sociais, dessa sorte, classificados como “novos narradores acadêmicos”, conforme a polêmica tese esposada por Antônio Jorge Soares.

Já a segunda seção detém-se no período histórico dos anos 1940, quando do aparecimento da primeira edição de *O negro no futebol brasileiro*, e elege um dos livros publicados por Mário Filho para exame. O livro eleito para análise é *Histórias do Flamengo*, publicado em 1945, data comemorativa do cinquentenário de fundação do Clube de Regatas do Flamengo. A hipótese postula a existência de encadeamentos argumentativos de *Histórias do Flamengo* (1945) que se desdobram em *O negro no futebol brasileiro* (1947), a exemplo da composição estrutural do livro e dos critérios para seu interesse por a tematização daquele clube em específico. Entende-se que a contextualização do período e o cotejo das duas obras dão elementos narrativos para a compreensão de sua obra consecutiva e mais afamada.

Enquanto redigia *Histórias do Flamengo*, que viria a ter igualmente quatro edições em sua história editorial (1945, s/d, 1966 e 2014), Mário Filho também publicava as crônicas da coluna do jornal *O Globo*, “Da primeira fila”, base para seu futuro livro. Essa começara a ser escrita em 1942 e se tornaria pública em 1947, com a primeira edição de *O negro no futebol brasileiro*. Outra razão reside na semelhança do trajeto dos livros: publicados nos anos 1940 pela editora Pongetti, conhecem nova edição nos anos 1960. *O negro no futebol brasileiro* é relançado pela importante Editora Civilização Brasileira⁵, casa editorial associada ao nome de Ênio da Silveira que, à época, foi muito marcado pela militância cultural de esquerda, ao passo que *História do Flamengo* é reeditado pela editora Record, também reconhecida como de ponta no âmbito editorial.

Destarte, são obras coetâneas, que permitem reconhecer traços comuns de seu projeto de escritor da memória do futebol “nacional” – modo metonímico como, não só, Mário Filho pensava o lugar da cidade do Rio de Janeiro à época –, em meados do século XX.

O debate jornalístico-acadêmico em torno de Mário Filho

Em uma definição geral, considera-se Mário Filho um empresário e um jornalista esportivo, que se caracterizou por ser promotor, militante

5 A importância intelectual editorial de Ênio Silveira encontra-se bem explorada em artigo recente pelo historiador Cristiano Couto (2012).

e ideólogo dos esportes no Brasil do século XX. Parte dessa compreensão deve-se à regularidade da publicação seus livros ao longo da década de 1940, sendo o mais importante deles *O negro no futebol brasileiro* (1947), publicado pouco tempo depois do anúncio da realização do IV Mundial da Fifa no Brasil, em 1950. O livro ambiciona recontar a história do futebol brasileiro da primeira metade do século passado, jungindo suas lembranças pessoais a uma pesquisa inovadora, baseada em fontes orais, com antigos jogadores.

Além desse livro, o conjunto de seus escritos, ficcionais e memorialísticos, acompanha *pari passu* sua atuação empresarial no jornalismo esportivo. Oriundo de uma família de jornalistas pernambucanos, radicados no Rio de Janeiro no início do século XX, Mário Filho encampou o *Jornal dos Sports* em 1936 (ANTUNES, 1999, p. 107), com o apoio financeiro dos amigos Arnaldo Guinle, Roberto Marinho e José Bastos Padilha. Este último foi o presidente o Clube de Regatas do Flamengo que, entre 1933 e 1937, apoiou Mário Filho na campanha contra o amadorismo até então vigente, em favor do profissionalismo, da presença de jogadores negros e do processo de popularização do futebol no Rio de Janeiro, capital da República.

A atuação de Mário Filho no processo de criação de um campo autônomo para o jornalismo esportivo no Rio de Janeiro, mediante a valorização de um gênero até então tido como menor pela imprensa, foi considerada decisiva e bastante frisada nas páginas biográficas indiretas de Ruy Castro. Como inexistia biografia consagrada a Mário, amparamo-nos naquela dedicada ao irmão Nelson Rodrigues. O surgimento de um modelo de reportagem esportiva na década de 1930, passando a contar com um espaço privilegiado nos periódicos da cidade e, em 1936, com um próprio jornal inteiramente dedicado ao tema, o *Jornal dos Sports* – a suceder os tradicionais tabloides esportivos –, acompanhava a profissionalização e a oficialização da presença de jogadores negros nos clubes de elite do Rio de Janeiro. Mário Filho atuava nesse sentido com suas atenções centradas na formação de um público de massa e de grandes espetáculos esportivos.

Ao lado das mudanças visuais e técnicas por que passava o jornalismo esportivo sob o crivo de Mário Filho, a crônica procurava também alcançar uma forma mais dinâmica e interativa de comunicação e ia ao encontro desse público leitor por meio de uma série de inovações linguísticas.

Em um ensaio sobre o jornalista Mário Filho, que se baseia por sua vez em informações do livro do jornalista Ruy Castro sobre Nelson Rodrigues, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (1994, p. 68) evidencia a adoção de uma linguagem mais coloquial na crônica esportiva desse período,

retirando-a da formalidade dos inúmeros termos em inglês e aproximando-a das expressões correntes dos torcedores nos estádios. A modernização da crônica esportiva caracterizava-se pela implantação de uma nova linguagem e de uma nova narrativa, assim como pelo estabelecimento de uma nova relação entre o cronista e o leitor. Esta relação se prolongava muitas vezes por meio de um contato direto nas ruas, nos bares e nos estádios ou por meio de cartas, telegramas e até telefonemas, o que influenciava e trazia repercussões imediatas para os temas da crônica.

Nesse sentido, segundo palavras encomiásticas de Nélson Rodrigues, seu irmão Mário Filho havia empreendido uma verdadeira revolução jornalística na área esportiva, com uma nova concepção sobre o estatuto da imagem e da diagramação, bem como com uma renovada inserção de títulos e subtítulos, de manchetes e legendas nas páginas de esportes.

Era ainda no terreno da linguagem que Mário Filho se destacava com mais vigor. A partir de 1926, quando realiza sua pioneira entrevista de meia-página com o goleiro Marcos Carneiro de Mendonça – entrevista esta que se desdobraria nos anos de 1930 em uma série de entrevistas realizadas no café *Nice*, da galeria *Cruzeiro*, próximo à redação de *O Globo*, onde se reuniam torcedores e jornalistas, jogadores e até compositores populares, como Noel Rosa (CASTRO, 1992, p. 131-132) –, Mário Filho passa a promover diariamente o enriquecimento do vocabulário da crônica esportiva, desfazendo-se do tom solene que então a caracterizava e trazendo para o espaço do jornal a “gíria libérrima” (RODRIGUES FILHO, 1995, p. 8) dos torcedores.

Por conseguinte, sem entrar na discussão a respeito do sentido revolucionário, renovador ou meramente reformista de Mário Filho em relação à linguagem esportiva, é importante frisar ao menos, sob sua influência, uma substantiva inflexão nos rumos da crônica esportiva após o decênio de 1930, conforme pontuadas por Nelson Rodrigues, Ruy Castro e José Sérgio Leite Lopes.

A par da incorporação de parcela considerável da linguagem coloquial e da oralidade popular característica do mundo do futebol, a criação de uma crônica esportiva nos moldes preconizados pelo jornalismo de Mário Filho na década de 1930 estimulava o estabelecimento de uma relação dialógica entre o cronista e o leitor. A crônica esportiva constituía assim um espaço mais direto de mediação e de interlocução entre esses dois polos integrantes do universo esportivo e dava oportunidade para a troca de

contato do cronista com uma pluralidade de visões acerca de suas matérias e de seus comentários sobre as partidas de futebol.

Em âmbito nacional, Mário Filho trouxe para suas lides o caso singular de uma cronista esportiva mulher, Florita Costa. Esta, por sua vez, vinha a ser esposa de Flávio Costa, o famoso técnico do Flamengo, do Vasco da Gama e da Seleção Brasileira. Vale incluir ainda os prestigiados dirigentes das entidades desportivas nacionais, como João Lyra Filho (CND), Mário Polo (CBD), José Lins do Rego (CBD) e Vargas Netto (FMF)⁶, este último também homem de letras e sobrinho de Getúlio Vargas.

Como forma de reposicionamento político após a Revolução de 1930, quando o jornal do pai foi empastelado, a presença desse *staff* dirigente conferia um peso ainda maior para a promoção da crônica esportiva e para a efetivação de um canal mais direto de comunicação não só entre o torcedor e o cronista, como entre o torcedor e os principais representantes políticos do futebol brasileiro.

Importa realçar, no recorte e na delimitação proposta para este artigo, o ponto central de que esse projeto de crônica esportiva pautado por Mário Filho aos poucos vai-se tornando hegemônico nos periódicos cariocas. Mais do que implicações quanto à dominação política, cumpre verificar que, do ponto de vista do desenvolvimento de uma crônica esportiva moderna, estes cronistas encontravam oportunidade para forjar um estilo narrativo próprio, para refletir de forma livre sobre os temas mais variados e para exprimir alguns aspectos de sua própria personalidade.

Não obstante, pesquisadores de São Paulo têm procurado relativizar o pioneirismo de Mário Filho na *invenção* de uma crônica esportiva moderna. Sendo endossado pelo antropólogo Luiz Henrique de Toledo (2002), José Renato de Campos Araújo (2000) procura mostrar de que maneira na imprensa paulista, e em especial no jornal *O Estado de São Paulo*, já havia desde pelo menos 1914 uma cobertura regular e sistemática dos *matches* por parte da crônica esportiva da cidade.

Assim, Campos Araújo questiona o esquema redentor montado por Nelson Rodrigues na interpretação da obra de seu irmão, segundo o qual, à crônica objetiva, fria e impessoal das primeiras décadas do século, limitada à informação, sobrepunha-se, então, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, uma

6 Siglas correspondentes a: Conselho Nacional de Desportos, Confederação Brasileira de Desportos e Federação Metropolitana de Futebol.

crônica esportiva de cunho pessoal, abrindo margem para a narração, para a manifestação da subjetividade do cronista e para a formação de um estilo característico de cada um deles.

Assim, com o tempo, a obra de Mário Filho tornou-se paradigmática do memorialismo para a historiografia do futebol brasileiro. A obra mais conhecida de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947), passou também a ser associada desde então à versão esportiva do livro *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Em decorrência disso, a mesma crítica que se faz a Freyre – suposto arauto da “democracia racial”⁷ – também se encontra em relação ao jornalista pernambucano, qual seja, a de que Mário Filho defende a tese segundo a qual a inserção social do negro no futebol profissional a partir da década de 1930 se deu de forma democrática, dúctil, harmoniosa.

Assim, antes de examinar tal crítica, vale ponderar que a construção do prestígio de sua obra não se deu de fato de forma isolada. Em dados coligidos na pesquisa de mestrado *O descobrimento do futebol*, apontei como os prefácios do escritor José Lins do Rego e do sociólogo Gilberto Freyre servem de chancela intelectual às obras de Mário Filho. Em 1943, José Lins do Rego prefacia *Copa Rio Branco 32*, enquanto em 1947, a pedido do próprio José Lins do Rego, é Gilberto Freyre quem assina o prefácio de *O negro no futebol brasileiro*. O romancista paraibano e o sociólogo pernambucano dão respaldo às qualidades e aos dotes literários do jornalista, ao mesmo tempo em que se abeberam dos aspectos considerados mais relevantes dessa tentativa serial de escrever uma historiografia quase romanceada do futebol brasileiro.

Com base em Mário Filho, José Lins do Rego e Gilberto Freyre viam dois fenômenos originais surgidos no seio do futebol brasileiro: a vigência do legado étnico negro e a incorporação da música na forma de se jogar o futebol. Depois de falar da “democratização” do futebol, Mário Filho assim se refere: “O povo descobrindo, de repente, que o futebol devia ser de todas as cores, futebol sem classes, tudo misturado, bem brasileiro” (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 69).

José Lins do Rego, além de prefaciador da primeira obra esportiva de Mário Filho em 1943, *Copa Rio Branco 32*, havia sido o intermediário

7 Ressalve-se que Gilberto Freyre não emprega a expressão “democracia racial”, mas antes “democracia social”. Não convém aqui entrar nos pormenores da contenda, já exaustivamente explorada pela Academia.

que apresentara Gilberto Freyre ao jornalista pernambucano, tornando possível a realização daquele prefácio a *O negro no futebol brasileiro*, livro que era anunciado em 1947 no *Jornal dos Sports* a um só tempo como obra de literatura e como obra de sociologia.

No ano seguinte, em 1948, o livro seria promovido ainda com a publicação de artigos de intelectuais como o historiador Nelson Werneck Sodré, a antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, a romancista Rachel de Queiroz, o poeta Jorge de Lima e o crítico Olívio Montenegro, contribuindo para estatuir um duplo valor – científico e literário – à obra de Mário Filho. Tal fato teria continuidade na segunda edição do livro, em 1964, com a apresentação e a legitimação do folclorista baiano Edison Carneiro (MONTENEGRO, 15/07/1948, p. 5; SODRÉ, 08/07/1948, p. 5; QUEIROZ, 24/07/1948, p. 5; CARNEIRO, 1964).

A indeterminação de gênero que se atribuía à obra de Mário Filho, com sua combinação de história e romance, de sociologia e crônicas pitorescas, é um elemento que chama a atenção na medida em que revela uma mesma ambiguidade já cultivada por Gilberto Freyre na construção da representação de sua própria imagem como escritor. Completando o liame entre Mário Filho e Gilberto Freyre, José Lins do Rego era o terceiro vértice que possibilitava a compreensão do conjunto de ideias sobre o futebol que estavam sendo concatenadas e compartilhadas por esta tríade intelectual.

Um exemplo constitui alentada apreciação crítica ao, à época, recém-lançado livro de Mário Filho, *O romance do football*, José Lins do Rego dedica-se quase que tão-somente a frisar os dotes de narrador e as qualidades estilísticas – com nuances de técnica cinematográfica – do jornalista pernambucano. Mário Filho era assim tanto um narrador tradicional, pelo conteúdo, quanto um narrador moderno, pela forma, que transpassava os limites do realismo e do naturalismo e aproximava a linguagem da literatura à linguagem do cinema, conforme desde a década de 1930 já faziam alguns dos melhores romancistas norte-americanos, como John dos Passos, Ernest Hemingway e John Steinbeck:

“Outro livro de Mário Filho que tomou para substância e conteúdo humano o football. É que arrancou dessa prática esportiva a sua mais romanesca particularidade. Mário Filho é um homem que tem o dom da narração, de contar o que sabe e o que imagina, como rio que corre para o mar. Os fatos, os incidentes, os choques,

as alegrias e as dores dos seus personagens se apresentam ao leitor, como um conto ou história de Trancoso, no mais simples e mais patético narrar.

Se é preciso carregar nas cores, para que a figura surja, no seu melhor pitoresco, o escritor Mário Filho não recorre aos retratos naturalistas, onde até os botões do casaco estejam no seu lugar. Nada. O escritor adota a técnica cinematográfica da câmara, e nos põe em contato com as suas personagens, no movimento da vida.

Neste sentido, a história de Jaguaré é uma obra-prima. O herói burlesco, o palhaço das exhibições, de fleuma e acrobacia, o homem que brincava com os nervos das multidões, que fizera do football uma originalidade de circo, corre no filme de Mário, desde os dias de malandragem, com o gorro de marinheiro na frente da cabeça e a camisa por fora das calças, até os dias gloriosos da França ou das vitórias espetaculares do Vasco, à morte a pauladas, como se fosse um cachorro, danado, numa cidade do interior de São Paulo. O poder descritivo de Mário Filho atinge ao seu maior volume, ao vigor trágico, na narrativa que ele faz do desastre de Teresópolis, com o trem do Fluminense. O fato, nu e cru, cria um corpo de acontecimento empolgante. O trem a despencar da ladeira abaixo. E depois os gemidos, o sangue, os gritos, na desordem dos carros esfrangalhados, da máquina despedaçada no abismo. E morre Py, no silêncio da viagem lúgubre, com a presença de Vinhais, como guarda do velório. Esta é a grande página de Mário Filho, o seu maior poder de romancista, que sabe arrancar da realidade as suas seivas vitais.

‘O romance do football’ apresenta também o burlesco, a paixão que supera o ridículo como no caso daquele Guimarães, carona que queria, à força, um permanente do clube para poder exibir a sua importância de convidado credenciado.

Reli todo o livro de Mário Filho com o mais vivo interesse. E o que mais caracteriza as suas qualidades de narrador é a superioridade de sua natureza humana, a nota poética de que anda sempre nos fatos que ele isola para a sequência de seus filmes. Os homens de Mário Filho, desde os mais humildes aos mais graúdos, são criaturas que nos interessam, e nos comovem, homens que se entregam à paixão de sua partida de football para se comportarem à vontade dos acontecimentos, como folha ao vento”. (REGO, 7/12/1945, p. 5).

A relação do futebol com a literatura é o ponto de convergência entre Mário Filho e os autores egressos do movimento modernista, particularmente os nordestinos, como Lins do Rego. Atente-se nessa relação o fato importante de que Mário Filho e José Lins do Rego haviam se conhecido no início dos anos 1940 na redação do jornal *O Globo* e em 1945, Mário Filho convida o romancista a colaborar como colunista esportivo de *Jornal dos Sports*, aonde mantém coluna por 12 anos, com mais de 1.500 publicações. A subordinação entre empregador e empregado não deve ser, neste sentido, desconsiderada na legitimação de Mário Filho pelo escritor Lins do Rego, então no auge de seu prestígio literário⁸.

Se desde pelo menos o final dos anos de 1920 o jornalista Mário Filho acalentava o projeto literário de romancista, projeto este iniciado em 1927 com a obra *Bonecas* e finalizado em 1966 com *A infância de Portinari*, pode-se dizer que tal proximidade se dava de igual forma no campo da linguagem. Nele se processavam uma série de transformações que tinham como objetivo encurtar a distância entre o escritor e seus leitores, num grau análogo ao que era preconizado pelos escritores modernistas, para quem eram fundamentais a incorporação de termos coloquiais e a fusão da linguagem escrita com a linguagem oral.

A contrapelo, depois de enaltecida, a suposta ambivalência entre a literatura oral e a história, entre o ficcional e o factual, entre o mito e a ciência, passou a render ao Autor, do final dos anos 1990 em diante, uma série de críticas por parte de cientistas sociais. O estreito vínculo ao poder político, econômico e esportivo do diretor do *Jornal dos Sports* e de parte considerável de sua equipe de cronistas desencadeou mais questionamentos de parte de cientistas sociais e historiadores contemporâneos. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2001) e Antônio Jorge Soares (1998) foram dois dos maiores “desconstrutores” dos pressupostos de sua obra e procuraram relativizar a ação de vanguarda e supostamente progressista de Mário Filho.

Por um lado, a desconstrução se dava na medida em que, segundo Pereira e Soares, cada um à sua maneira, tal visão cristaliza um viés personalista ou paternalista na abordagem das transformações do futebol

8 Veja-se a propósito a instigante análise da produção cronística de Lins do Rego feita por André Capraro (et alli) no ano de 2016, em particular a publicação em livro das crônicas do romancista, *Flamengo é puro amor* (2001).

brasileiro como um todo, creditando-se a um único jornalista feitos que se integram a um processo coletivo, histórico e social mais amplo.

Por outro lado, a crítica estabelecia-se na proporção em que Mário Filho procurava elaborar um cânone discursivo e, logo, de elite, em torno do caráter “popular” para ele imanente e emancipador da trajetória do futebol brasileiro, com o advento do profissionalismo na década de 1930. Este discurso “oficial” é possível aduzir, também se perpetuava na área da crônica esportiva com a escolha, para ocupar estas funções, de dirigentes dos principais clubes e das mais importantes representações desportivas do país.

Segundo o pesquisador Antônio Jorge Soares, Mário Filho acabou por produzir uma visão edulcorada da história do futebol no Brasil, num tipo de narrativa que se assemelha à forma do conto folclórico dissecado por Vladimir Propp e que, poderíamos também acrescentar, remete à imagem do narrador tradicional e do contador de histórias sugerido por Walter Benjamin.

O historiador Leonardo Affonso de Miranda Pereira, por sua vez, enfatizou sua contraposição à tese esposada pelo jornalista Mário Filho, segundo a qual a passagem do futebol de esporte elitista a esporte popular se deu de forma linear e unívoca, promovendo de forma democrática a ascensão social de negros e mestiços nos esportes e, por extensão, na sociedade brasileira. Neste sentido, um dos méritos da obra do historiador Leonardo Affonso de Miranda Pereira é o alargamento do escopo discursivo aos diversos atores envolvidos no universo esportivo e que não se restringiam ao discurso da esfera oficial do poder futebolístico, tal como ficou centralizado na figura de Mário Filho.

Sem negar a validade de muitos pontos da periodização estabelecida pelo jornalista, Leonardo Pereira procuraria demonstrar a polissemia do jogo e as diversas possibilidades de percepção da sua apropriação entre outros segmentos da população carioca. Os pontos de vista dos trabalhadores e dos operários eram assim considerados no intuito de mostrar como diferentes práticas e tradições populares impregnaram o futebol de significados distintos daqueles preconizados pelo projeto oficial letrado, fator que gerou embates e disputas em torno dele.

Em sintonia com a perspectiva da escola marxista inglesa das décadas de 1950, 1960 e 1970, tendo à frente Christopher Hill, Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, Pereira frisa a condição ativa da cultura operária dos *trabalhadores da bola*, participantes ativos e não apenas tábula rasa do processo que transformou o futebol em instrumento galvanizador do sentimento nacional na primeira metade do século XX.

No final dos anos 1990 e início dos 2000, pesquisadores de São Paulo também procuraram relativizar o pioneirismo de Mário Filho na *invenção* de uma crônica esportiva moderna. O sociólogo Gilson Pinto Gil (1997), em trabalho defendido no IUPERJ, por sua vez, adotou perspectiva convergente com os acadêmicos supracitados, ao referir-se aos relatos do jornalista pernambucano como *historietas*. Em sua análise, estas recorrem inúmeras vezes ao anedótico, tornando-se este procedimento estrutural em seu modo de narrar o passado futebolístico. O fato é que essa ambiguidade entre a história e a ficção, apontada por Gil com relação a Mário Filho, possuía antecedentes já na obra de Gilberto Freyre, sociólogo que cultivava essa dubiedade entre arte e ciência, o que dá insumos para o veto à aceitação da interpretação redentora esposada por *O negro no futebol brasileiro*.

Entre todos os que adotaram uma perspectiva crítica, Antônio Jorge Soares foi o pesquisador que se dedicou com mais afinco à desmistificação do futebol brasileiro como uma tradição inventada por Mário Filho e avalizada por cientistas sociais contemporâneos, a partir de uma leitura não crítica da obra do jornalista pernambucano. Os “novos narradores acadêmicos”, seguidores do viés de Mário Filho na abordagem do futebol, seriam avalizadores desta visão mistificadora. Em sua lista, o acadêmico aponta nomes como os de Joel Rufino dos Santos, Waldenir Caldas e Cláudia Mattos, entre outros (SOARES, 2001, p. 16). Pelas lentes iconoclastas de Soares, Mário Filho era assim uma espécie de *inventor de tradições*, em chave analítica negativa.

Dos autores mencionados por Soares, alguns replicaram as críticas sofridas e prolongaram um debate público em revistas científicas conceituadas. A discussão também chegou a render um livro coletivo – “A invenção do *país do futebol*” – em que Ronaldo Helal e César Gordon Jr., parceiros de empreitada na organização do volume, fariam reparos a inconsistências teóricas constantes da tese de Soares, mormente a defasada concepção de história e de historiografia do autor, em nenhum momento definida pelo mesmo.

A nosso juízo, a obra acadêmica que percebeu com mais acuidade o significado do livro do jornalista pernambucano provém dos estudos literários e culturais. Intitula-se *Mil e uma noites de futebol – o Brasil moderno de Mário Filho*, de autoria de Marcelino Rodrigues da Silva. Sua contribuição advém do fato de evitar tanto as valorações laudatórias quanto as incriminatórias, com o devido cuidado para não incorrer em anacronismos na abordagem da obra. Em contrapartida, fez a opção mais serena e cautelosa,

detendo-se no exame analítico interno da composição narrativa da obra, sem deixar de atentar às premissas contextuais da proposta autoral de Mário Filho, das fontes de que dispunha, do seu horizonte ideológico mais largo, numa palavra, do “espírito do tempo” em que viveu.

Por fim, convém pontuar que, na tentativa de refutar as condenações da obra de Mário Filho, o cientista político Luís Fernandes, valendo-se do prefácio à quarta edição do livro “clássico”, endossa o pioneirismo historiográfico do jornalista: “Esta opção metodológica situa *O negro no futebol brasileiro* como obra precursora do recurso sistemático à História Oral como fonte da História Escrita, prática que só viria a se disseminar mais amplamente nas Ciências Sociais brasileiras décadas depois.” (FERNANDES, 2003, p. 10).

A década de 1940 e o projeto jornalístico-literário de Mário Filho: uma leitura de Histórias do Flamengo (1945)

Feita, na seção anterior, a apresentação da trajetória do jornalista; articuladas, conquanto sem mecanicismos, sua vida e sua obra; e expostas as apropriações apologéticas e desconstrutoras do livro *O negro no futebol brasileiro* (1947) no jornalismo e na Academia, passamos agora ao exame de *Histórias do Flamengo*, obra que dá mais subsídios para avançar na compreensão das linhas mestras do pensamento de Mário Filho, corporificado em uma tetralogia publicada no decurso da década de 1940.

A pergunta inicial que se formula é: por que a escolha do Clube de Regatas do Flamengo?⁹ Cabe buscar entender a razão pela qual este clube em específico foi eleito por Mário Filho para integrar, na década de 1940, o seu projeto seriado de narração de uma história do futebol brasileiro. Em 1945, quando o clube faz 50 anos de fundação, vem a lume esta obra, que reúne uma série de crônicas escritas por Mário Filho desde o início daquela década,

9 Semelhante pergunta inspirou o título da tese de doutorado de Marizabel Kowalski *Por que Flamengo?*, defendida em 2001 no departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho, sob orientação do antropólogo argentino Hugo Lovisolio, o mesmo orientador de Antônio Jorge Soares.

com base em suas próprias reminiscências e em entrevistas feitas com personagens fundadores do clube. O mesmo método, diga-se de passagem, empregado na elaboração de *O negro no futebol brasileiro*.

Em *Histórias do Flamengo*, sugestivamente intitulada no plural, Mário Filho conta a saga, as peripécias e os acontecimentos mais importantes da trajetória do Flamengo até então, inserindo inclusive como protagonista de vários casos ligados ao clube a figura do escritor e amigo José Lins do Rego. Para tanto, veja-se, por exemplo, o capítulo “Carnaval na Primavera”, em que Mário Filho narra o sofrimento de José Lins do Rego durante a final entre Flamengo e Vasco, no Campeonato Carioca de 1944, ocasião em que o clube rubro-negro se sagrou tricampeão carioca pela primeira vez, de maneira dramática, com um gol de cabeça de Valido aos 44 minutos do segundo tempo (RODRIGUES FILHO, s/d).

Somado ao empreendimento renovar que se havia verificado no plano da linguagem e nas técnicas de reportagem, com a dinamização das matérias e o abrasileiramento de inúmeras expressões esportivas, Mário Filho tinha como meta também estimular a popularização e a nacionalização dos clubes brasileiros mais tradicionais, sediados na capital da República, que até o advento do profissionalismo em 1933 caracterizavam-se em sua maioria por uma postura aristocrática, seletiva e refinada, circunscrevendo-se em grande parte aos limites internos das fronteiras socioespaciais de suas agremiações, situadas na zona sul da cidade.

Decorência da larga expansão que vinha sendo operada no futebol desde o início do século, o *abrasileiramento clubístico* constituía, por conseguinte, mais uma etapa a ser cumprida na evolução dos esportes e, notadamente, do futebol de clubes do país, devendo ser iniciada, como era de se supor, por uma agremiação do então Distrito Federal. Ao *Estado-nação*, que reconfigurava suas bases na década de 1930 com o processo de industrialização e urbanização do país, haveria de corresponder também um *clube-nação*, representante fidedigno e unificador dos torcedores dispersos por todo o país, conforme sugere o historiador da UFF Renato Coutinho em sua tese de doutorado, publicada em livro no ano de 2014¹⁰.

10 Para um debate acadêmico aprofundado sobre o Flamengo e a construção de um imaginário político nacionalista popular entre os anos 1930 e 1950, consultar o livro de Renato Soares Coutinho, fruto de sua tese de doutoramento. COUTINHO, 2014.

Dessa maneira, era necessária a criação de tipologia entre os principais clubes da cidade, de modo a eleger um que pudesse cumprir a função de “clube-nação”. O Flamengo será o clube eleito por Mário Filho para cumprir esse papel e essa missão.

Para tanto, o contraste primeiro na narrativa de Mário Filho se dá entre o Flamengo e o Fluminense e podia ser percebido em diversas instâncias. Uma delas se verificava na própria elaboração da história dos dois clubes. Assim como os 50 anos do clube da Gávea seriam comemorados com o lançamento do livro de Mário Filho, *Histórias do Flamengo* (1945), o cinquentenário do clube das Laranjeiras contaria também com a publicação de uma obra, *História do Fluminense* (1952), de autoria do escritor Paulo Coelho Neto, cuja família estava estreitamente associada à vida social e desportiva do clube.

Paulo era filho do escritor maranhense Henriques Coelho Netto, da Academia Brasileira de Letras, cuja biografia foi recentemente lançada por Leonardo Pereira (2018). Torcedor e dirigente tricolor, era conhecido por invasões de campo nas Laranjeiras, para interpelar o juiz sobre lanças da partida contra seu clube. Os dois irmãos de Paulo, Emanuel (Mano) e João (Preguinho), também participaram como jogadores, diretores e torcedores do Fluminense, dando nome hoje a ginásios com seus bustos em bronze nas dependências do clube.

Tal como aparecerá em *O negro no futebol brasileiro*, Mário Filho narra em forma de crônicas romanceadas os diversos casos recolhidos de sua própria recordação e de relatos orais de personagens históricos do Flamengo. O jornalista conseguiu muitos destes relatos por intermédio de seu melhor amigo, José Bastos Padilha, antes mesmo que este se tornasse presidente do clube, que o apresentou a antigos sócios e a veteranos dos primórdios do clube, todos estudantes e atletas rubro-negros nos anos de 1910 e 1920¹¹.

O contraponto estilístico entre os dois livros pode ser melhor avaliado através dos contrastes entre os comentários feitos por José Lins do Rego a *Histórias do Flamengo* e aqueles escritos pelo próprio Coelho Neto no preâmbulo ao seu livro:

11 De modo diverso, sem recorrer às relações clubísticas pessoais, Paulo Coelho Neto propõe-se à tarefa conspícua de pesquisa dos documentos e dos arquivos do clube, a fim de descrever com precisão factual e cronológica os marcos históricos do Fluminense, numa estrutura planejada e equilibrada que procurava inventariar os dados referentes a todos os esportes praticados no clube.

“Mário Filho colheu de fontes autênticas o imenso e fabuloso cotidiano rubro-negro. Não permaneceu no elogio convencional, mas preferiu pôr nas ruas as nossas origens turbulentas, a nossa vida boêmia, a nossa têmpera de valentes. E por isto este livro tem, em certos trechos, aquele tom agreste dos A.B.C. dos nossos cantadores matutos. A língua e os fatos se confundem de tal maneira que autor e heróis parecem do mesmo *team*. O Flamengo, neste terrível ano de 1945, perdeu um tetra-campeonato; ganhou, porém, este livro de sua vida, que lhe vale como um troféu de bronze de primeira ordem.” (REGO, 11/12/1945, p. 4)

*

“Orientei-me por um só guia: o arquivo do Fluminense, modelo de ordem e, sobretudo, de carinho não só de seus iniciadores – os pioneiros da fundação –, como também dos continuadores até os nossos dias.” (...) “O Fluminense, por intermédio de seu presidente, Dr. Fábio Carneiro de Mendonça, convidou-me para escrever, não ‘uma história’ nem ‘histórias’, mas a ‘História do Fluminense’. E história é pesquisa, estudo e conhecimento dos fatos que se desenrolam através dos tempos.” (...) “Cingi-me, tão-somente, aos acontecimentos. Coerente comigo próprio e com as tradições do Fluminense, preferi o gênero sóbrio, mas verdadeiro, de que Pedro Vaz de Caminha foi o iniciador em nossa história.” (COELHO NETO, 1952, p. 9-11)¹²

Mário Filho, dois anos após ter publicado *Histórias do Flamengo*, continuaria sustentando a superioridade da pesquisa baseada em fontes orais sobre a pesquisa baseada em fontes escritas, no intuito de apreender e captar o real percurso histórico dos esportes no Brasil. Em *O negro no futebol*

12 Esta obra volumosa sobre o Fluminense teria seu desdobramento em 1969, quando Paulo Coelho Neto edita o segundo tomo do livro, dando continuidade, ano a ano, esporte a esporte, à descrição dos fatos mais marcantes da história do clube. A diretoria do Fluminense Futebol Clube viria ainda a relançar esta obra no ano do seu centenário (1902-2002), atualizando os dados que a pesquisa de Coelho Neto não chegou a cobrir. Embora Paulo Coelho Neto arvorasse, na citação acima, sua condição de pesquisador frio, ponderado e equidistante de seu objeto, apenas amparado nas fontes documentais do clube, o seu livro *Fluminense pitoresco e dramático*, também de 1969, seria escrito num tom anedótico e memorialístico muito próximo do estilo de Mário Filho.

brasileiro (1947), após salientar a importância de buscar o contato com a privacidade e com a intimidade dos personagens do universo esportivo, como o acesso ao álbum de recortes e fotografias do goleiro Marcos Carneiro de Mendonça, contendo os fatos mais marcantes do futebol brasileiro entre 1910 e 1919, Mário Filho elencava, de cor, uma lista de mais de 65 entrevistados, entre as centenas de jogadores, dirigentes e torcedores que havia escutado.

Segundo o autor:

“Cada um deles me ajudando um pouco, mais do que os jornais, do que os livros de atas das entidades, de correspondência dos clubes, de súmulas dos jogos, de registro dos jogadores. Os documentos oficiais me mostraram que a história verdadeira se escreve de outro jeito. (...) Eu fui, aos poucos, levantando o véu, ouvindo daqui, dali, reconstituindo a tradição oral, muito mais rica, muito mais viva do que a escrita dos documentos oficiais, graves circunspectos, dos jornais que não dizem tudo.” (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 22 e 23)¹³

Mais do que meras divergências quanto a questões teóricas e metodológicas subjacentes à orientação de cada autor, as diferenças de estilo sinalizavam sobretudo para a oposição do perfil que se queria atribuir a cada agremiação. O Flamengo, nesse sentido, parecia enquadrar-se com maior precisão numa certa linhagem interpretativa de desenvolvimento do futebol brasileiro, repetindo de maneira homóloga o percurso histórico de popularização deste esporte no país.

De um ponto de vista sumário e esquemático, Mário Filho concebe a história do futebol da seguinte forma: inicialmente um esporte amador, de

13 Sob um prisma epistemológico e heurístico, a ser desenvolvido em outro artigo, pode-se dizer que enquanto Mário Filho imiscuia sujeito e objeto na investigação histórica e na trama narrativa da história de seu clube, Coelho Neto procurava ao máximo estabelecer as linhas divisórias e as barreiras que separavam o pesquisador do passado do clube; enquanto o primeiro, além de privilegiar o polo da subjetividade, apresentava-se como um contador de histórias, muito próximo do clássico narrador benjaminiano, o segundo norteava-se pelos critérios da objetividade e apresentava-se como o representante de uma concepção oficial e positiva para a realização de uma história dos esportes; enfim, enquanto Mário Filho recorria à oralidade e à memória, Coelho Neto sustentava a preeminência da escrita e das fontes documentais na reconstituição verídica do passado do seu clube.

feição estrangeira, reservado à elite, que pouco a pouco vai sendo assimilado, traduzido e reinterpretado pelos seus praticantes e pelo público brasileiro, até que, com a adoção do profissionalismo na década de 1930 e o ingresso maciço de atletas negros, mestiços e provenientes das classes populares, o país cria um estilo original e autêntico de jogar.

Com o Flamengo, os fatos e a forma de contar a sua história seriam semelhantes. Iniciando-se em 1895 como um clube elitista e amator, ligado de maneira exclusiva ao remo, o Flamengo abre em 1911 sua seção de futebol, oriunda de uma dissidência de jogadores do Fluminense, malgrado o preconceito e a resistência que ainda grassava entre os antigos atletas e remadores do clube em relação à prática futebolística. Nas décadas de 1910 e 1920, ainda que com jogadores formados apenas por estudantes amadores e, por extensão, por filhos das famílias mais tradicionais do Rio de Janeiro, o time de futebol vai-se tornando popular no bairro e na cidade.

Segundo a argumentação de Mário Filho, isto se devia, entre outros fatores, à ausência de estádio próprio para treinar, o que ensejava a proximidade do jogador com o público no campo aberto e improvisado da rua do Russel (Id, 2003, p. 57), e ao espírito boêmio dos seus integrantes, que logo criariam a República Paz e Amor, local onde eram comemoradas de forma carnavalesca as vitórias no remo e no futebol: “... o time do Flamengo ia treinar, garotos de família, moleques, passavam a notícia de boca em boca. Quando os jogadores do Flamengo chegavam no Russel já encontravam gente esperando por eles”. Acrescente-se ainda que a República Paz e Amor seria local também de residência de personagens históricos da cidade, como o carnavalesco K. Veirinha, que em 1918 fundaria o Cordão do Bola Preta (CASTRO, 2001, p. 38).

É oportuno fazer um parêntesis para ressaltar como desde aí, nos idos de 1910 e, em especial, de 1920, a combinação entre o futebol e o carnaval – forma preferida de festejar os títulos nas ruas e nos bares – será o critério mais destacado por Mário Filho no intuito de aferir e de conferir ao Flamengo a sua condição de popularidade. Era nas frinchas do discurso acerca da música brasileira, que se respaldava, legitimava e homologava o futebol como um esporte nacional-popular.

A contraposição entre o Flamengo e o Fluminense é novamente a base em que se ampara Mário Filho para estabelecer esta ponte e para ratificar seu postulado:

“Emolduradas, as moças apareciam ofegantes, mas risonhas e felizes. Os garotos acompanhavam, em passo de marcha, como a uma banda marcial, o reco-reco do Flamengo. Juntava gente na calçada. Que era? Era o Flamengo. Ou os rapazes do Flamengo. E todos sorriam, satisfeitos da vida por aquela surpresa de fim de tarde de domingo morno, quase adormecido. O bloco rubro-negro ia espalhando alegria pelas ruas afora até o Largo do Machado onde ficava, e ainda fica, hoje, ignorado, soturno, o Lamas, que era uma espécie, mal comparando, de um Moulin Rouge do remo e do futebol. (...) nesses domingos de reco-reco, os jogadores do Fluminense, que também faziam ponto no Lamas, vinham para a porta, desciam à calçada, chegavam à rua para receber os jogadores e remadores do Flamengo. Talvez com vontade de entrar no cordão, coibindo-os, porém, um pudor ainda hoje bem Fluminense. (...) As vitórias do Fluminense eram comemoradas doutra maneira. Geralmente, com um jantar no Sul-Americano, um restaurante da rua da Assembleia, que não existe mais. Encomendava-se uns frangos ao leite e mandava-se arrumar as mesas em T. Quando a vitória era de campeonato o Fluminense fazia um corso, os carros de capota arriada, como se fosse domingo de carnaval, mas sem confete nem serpentina. Era uma passeata elegante, bem-comportada, bem-educada, como se dizia noutros tempos. Não era aquela algazarra do Flamengo, aquele carnaval, carnaval mesmo, fora de época” (RODIRUGES FILHO, s/d, p. 9 e 10)

A construção identitária, do plano nacional subsumido ao clubístico, passa por disputas de definição e de classificação, tais como apontadas pelo sociólogo Renato Ortiz:

“...a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima. Colocar a problemática dessa forma é, portanto, dizer que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado” (ORTIZ, 1985, p. 9).

Destarte, mais adiante, Mário Filho volta a reiterar e legitimar o espírito carnavalesco que, para ele, se expressava de forma mais cristalina no Flamengo:

“Quando acabou o jogo foi mesmo 3 a 2. Ai começou o Carnaval. Toda a cidade soube, sem rádio nem nada, na mesma hora, que o Flamengo tinha vencido. E como era o Flamengo, esperou-se pelo carnaval rubro-negro. Estava tudo preparado. Organizou-se um cortejo de automóveis, enorme, mais de 100 carros, como de corso da Avenida, com bandeiras do Flamengo cobrindo os capôs, as capotas arriadas, os jogadores sentados em cima, torcedores de pé no para-lamas queimando fogos de bengala para que se visse, de longe, a passeata triunfal do Flamengo.” (Ibid, p. 18) (...) “Lembro-me que, numa noite de terça-feira de Carnaval, eu estava no Nice, à espera do préstito dos Democráticos, quando ouvi umas moças, hoje brotos, cantando ‘Piranha eu sou de coração, Flamengo até debaixo d’água’. Aquilo me surpreendeu, como uma revelação. Um clube vinha para a música popular, era cantado no Carnaval. Então não me espantou mais uma certa arrogância do Flamengo. Porque não era à-toa que um clube virava marcha de carnaval, canção ou hino”. (...) “E charangas tocavam o Flamengo, Flamengo, tua glória é lutar. De tarde, por causa do Flamengo, o Fla-Flu era um carnaval; de noite, um São João. O Flamengo trazia as festas mais populares para o futebol.” (Ibid, p. 26 e 30)

A estratégia discursiva a que recorria Mário Filho para atribuir ao Flamengo uma magnitude e um elo com a “comunidade imaginada” da nação¹⁴ era, pois, a ideia de que, por meio deste clube, mais do que qualquer outro, efetua-se aquela relação, para ele inextricável, entre a música

14 Termo consagrado pelo intelectual inglês Benedict Anderson, em obra homônima, do início dos anos 1980, acerca do debate pós-colonial asiático. Dentro de tal propósito, o autor descentrou a conceituação do nacionalismo, tal como posta em termos eurocêntricos, em favor de outra, mais abrangente em âmbito espacial e geográfico. Nela, advoga a preeminência dos meios de comunicação de massa na construção da identidade nacional ao longo do século XX, mostrando de que modo a construção da narrativa identitária ultrapassa a agência do Estado e é operada por discursos construídos por diferentes mídias, a exemplo do jornal, do rádio e da televisão. Cf. ANDERSON, B. (2008)

popular e o futebol. Seja a têmpera boêmia de muitos de seus fundadores – lembre-se da República Paz e Amor –, seja a atuação de muitos de seus jogadores em campo – lembre-se de Leônidas da Silva – seja a comemoração de muitos de seus torcedores nas ruas, nos bondes e nas arquibancadas – lembre-se de Jaime de Carvalho, criador da *Charanga rubro-negra* em 1942 – era o quesito musical e o espírito carnavalesco que imputava ao Flamengo sua índole popular frente aos demais clubes. Mais uma vez, nas fimbrias do discurso sobre o samba, o carnaval e a música, Mário Filho justificava e afirmava seu projeto esportivo na capital da República, irradiando-o em âmbito nacional.

Junto à música e ao contraste com o antípoda Fluminense, outra chave para o êxito do time carioca consistiu na importação dos ídolos de origem negra nos anos 1930, como Fausto, Domingos da Guia e Leônidas da Silva. Com isto, o Flamengo fazia uma espécie de “transfusão de popularidade” (Id., 2003, p. 209). Em reação a tal popularização, Mário Filho relata em *Histórias do Flamengo* que Oswald de Andrade disse-lhe certa feita, com sarcasmo, que, para ser noticiado e para ser conhecido no Brasil daquela época, era mister torcer para o Flamengo: “... hoje quem não está no *football* é um condenado à obscuridade. Por isso estou com vontade de apresentar uma proposta para ser sócio do Flamengo”. (Id, s/d, p. 38)

Blagues à parte, é necessário afirmar tais fatos medida em que as hipóteses aventadas por Mário Filho (MURAD, 1996, p. 445) para explicar o vertiginoso crescimento de popularidade do Flamengo no país durante as décadas de 1930 e 1940, podem ser resumidas de forma esquemática em quatro itens: a) presença de pobres, negros e mestiços no time, com destaque no selecionado nacional, a exemplo de Fausto, Leônidas da Silva e de Domingos da Guia; b) transmissão radiofônica em escala nacional; c) o inédito tricampeonato de 1942-43-44; e d) treinamentos em campo aberto, proporcionando uma proximidade entre o torcedor – mais que o associado –, o jogador e o clube (Ibid).

A obra *Histórias do Flamengo* (1945) esgotava um cabedal de lembranças, amparadas em suas fontes de pesquisa oral, destacando uma miríade de anedotas, crônicas e casos pitorescos necessários à compreensão do significado do cinquentenário deste clube na história no futebol brasileiro. Originalmente pequeno, amador e aristocrático, o Flamengo tornara-se, segundo Mário Filho, em meio século de existência, um clube de projeção nacional, um *clube-nação*. Em tom ufanístico, seria ele “o mais popular”, “o mais querido do Brasil”, a encarnar as próprias vicissitudes de expansão

deste esporte em todos os quadrantes do Brasil. Em um processo homólogo ao ocorrido com o futebol profissional brasileiro, o crescimento de popularidade do Flamengo confundia-se com a entrada de jogadores negros e mestiços em seu time.

A explicação para o crescimento do clube é estruturada em cinco partes, assim denominadas: “O Berço”, “A Garagem”, “O Café”, “O Campo” e “Tipos do Flamengo”. Esta última parte é entremeada por uma série de anedotas em torno de uma galeria de personagens que marcaram a vida social do clube em suas primeiras décadas. A título de exemplo, destaque-se “Vai na Bola”, apelido de Alfredo Pinto, torcedor lendário do Flamengo durante os anos de 1920 e 1930, conhecido por diversos sacrifícios em campos adversários, seja em Madureira, seja em São Cristóvão, seja no estádio do América.

Para conseguir assistir ao seu clube nos estádios da cidade, o torcedor apanhava dos rivais e acabava com frequência no Pronto Socorro. Segundo Mário Filho, foi o então goleiro do Flamengo, Yustrich, quem cunhou o apelido em função do torcedor passar os treinos e os jogos inteiros gritando para os jogadores do seu time a interjeição: “– Vai na bola!”. Ainda segundo Mário Filho, foi José Lins do Rego quem sugeriu o torcedor para entrar em campo com a equipe do Flamengo, batendo com os pratos de metal, o que valeu a eterna gratidão de Vai na Bola para com o escritor paraibano (RODRIGUES FILHO, s/d, p. 338).

Se com o Fluminense o contraponto se dava por meio da dicotomia aristocrático *versus* popular – oposição extensível ao Botafogo –, com o Vasco da Gama a estratégia dicotômica era o nacional *versus* o estrangeiro. O Vasco era visto como o clube dos imigrantes, dos portugueses, dos colonizadores, posto que fundado pela colônia lusitana em 1898. De acordo com Mário Filho:

“... o Lusitânia era mais português do que o Vasco. No Vasco entrava brasileiro, no Lusitânia não, só português. Influência da vinda de um escreta de Lisboa ao Rio. Surgiram logo três clubes da colônia: o Lusitânia Esporte Clube, o Centro Português de Desportos, o Lusitano Futebol Clube” ... “O Vasco, clube da colônia, seguia a boa tradição portuguesa da mistura”. (Id, 2003, p. 120)

A disseminação de clubes na cidade e no subúrbio também era mencionada por Mário Filho, dando ensejo a essa tipologia que identificava o *clube nacional-popular*, o *clube imigrante* e o *clube aristocrático*. Mas a expansão do futebol ampliava ainda esse conjunto de agremiações clubísticas: “Em cada canto um time, um clube. Time de garotos, de moleques, clubes de operários, de gente fina. Mas muito clube, clube demais” (Ibid, p. 50). Destes, Mário Filho acrescenta assim um novo tipo-ideal, o *clube operário*, que tinha como representante o Bangu, homônimo da fábrica da zona oeste da cidade, aonde se chegava de trem.

Mário Filho, ao invés de escrever um novo tomo, fez com *Histórias do Flamengo* o mesmo que fizera com *O negro no futebol brasileiro* em sua segunda edição de 1964: ampliou-o e atualizou-o em mais uma edição no início da década de 1960, sendo esta reeditada mais uma vez em 1966, ano de seu falecimento. Vale dizer a propósito que, ao contrário da diretoria do Fluminense, o Clube de Regatas do Flamengo não reeditou, nem prestou qualquer homenagem em seu centenário (1895-1995) à obra de Mário Filho, que recupera boa parte da memória das primeiras décadas de existência do clube.

Deve-se salientar, entretanto, a importância não só de Mário Filho na história do Flamengo como de boa parte de sua família. É de Milton Rodrigues, seu irmão, o filme *Alma e corpo de uma Raça* (1938), com registros da natação e das demais modalidades atléticas do Flamengo. No terreno da cinematografia, coube à família Niemayer a responsabilidade por criar e salvaguardar uma valorosa tradição de reportagem audiovisual sobre o futebol e o Clube de Regatas do Flamengo. O *Canal 100*, apresentado em forma de trailers nas salas de cinema carioca durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, foi uma criação de Carlinhos Niemayer em 1959. Seu filho, Alexandre Niemayer, em 1999, quarenta anos depois, viria a dirigir *Histórias do Flamengo*, documentário homônimo ao livro de Mário Filho, contando com boa parte de imagens do acervo do *Canal 100* (MURAD, 1996, p. 134).

Assim, os “lugares de memória”¹⁵ narrados em *Histórias do Flamengo* vão buscar os espaços centrais do Rio de Janeiro de início do século XX. Além deles, são focalizados os pontos de sociabilidade específicos da cidade, a exemplo de a República Paz e Amor, o Café Rio Branco, a Garagem, o Estádio da Gávea. Estes seriam erigidos por Mário Filho em sua obra como *locus* decisivos na afirmação da identidade do clube e constituiriam a base inicial para a comprovação do caráter “nacional-popular” do Flamengo a partir dos anos 1930, quando do desenvolvimento dos meios de comunicação, especialmente do rádio.

Considerações finais

O presente artigo teve por finalidade precípua situar o livro *O negro no futebol brasileiro* (1947) com relação à produção bibliográfica de Mário Filho, em particular à publicação antecedente do jornalista, *Histórias do Flamengo* (1945). A motivação para isto decorreu tanto da amplitude de obra literária e esportiva, assinada pelo jornalista ao longo de quarenta anos de carreira no jornalismo quanto da recorrência quase exclusiva e monotemática de seu livro principal, em detrimento de outros, igualmente importantes e instigantes, via de regra esquecidos ou ofuscados.

Sendo assim, na primeira seção do artigo, procurei repisar informações sobre a sua trajetória, tais como consagradas pelo meio jornalístico a partir dos anos 1990, especialmente o trabalho de divulgação da vida e da obra de Mário Filho empreendido por Nelson Rodrigues e Ruy Castro. Em seguida, articulei sua obra com o pensamento de dois companheiros nordestinos, de fundamental importância na configuração de seu ideário esportivo nacional em meados do século XX, Gilberto Freyre e José Lins do Rego, salientando a

15 Conceito atribuído nos anos 1980 ao historiador Pierre Nora, representante da terceira geração dos *Annales* e da Nova História. Nele, considera-se a materialidade da reconstituição histórica, através de monumentos e evocações dedicados à exaltação e à rememoração do passado, a exemplo das efemérides comemorativas do bicentenário da Revolução Francesa (1789-1989). As relações entre história e memória, defendidas por Nora, passam necessariamente por elementos materiais, simbólicos e funcionais que permitem ao conjunto da sociedade aceder ao seu tempo pretérito.

interpenetração das ideias do trio. Por último, nesta seção, intentei apresentar as linhas de força das críticas formuladas pelo meio acadêmico à construção da imagem e da reputação de Mário Filho, em suas ambivalências como escritor, pesquisador e ficcionista.

Já a parte subsequente dedicou-se a investigar a série de publicações sobre a história e a memória do futebol nos anos 1940, quando Mário Filho compõe uma tetralogia, que atinge o ponto mais alto em *O negro no futebol brasileiro*. Para contribuir à compreensão dessa obra-chave, recorri ao livro anteriormente publicado, *Histórias do Flamengo*, de 1945, a fim de entender como elementos narrativos da interpretação do fenômeno futebolístico no país já estavam colocados naquele trabalho prévio. Enquanto o livro de 1947 elege a temática do negro na sociedade e no futebol brasileiros, o de 1945 tem por escopo as origens e o desenvolvimento de um clube da capital da República.

Importa, para Mário Filho, narrar uma história clubística de progressiva popularização, nacionalização e de emancipação, com vistas a reconhecer no Flamengo os mesmos passos dados no desenvolvimento do futebol nacional, entre inícios do século XX e meados do século passado. O clube de regatas, de origens aristocráticas, transforma-se pouco a pouco em time de futebol, capaz de assistir a uma inflexão nos anos 1930, quando as transmissões radiofônicas contribuem para disseminar os times do Rio em âmbito nacional. O abraileiramento clubístico é assim cumprido, por meio da integração de seus ídolos negros, de extração popular e proletária, contribuindo para dar os contornos argumentativos que seriam desenvolvidos de forma mais bem acabada e com maior repercussão em *O negro no futebol brasileiro*.

Acredita-se assim que a releitura do conjunto da obra de Mário Filho é não apenas oportuna como fundamental para enquadrar seu livro mais conhecido em uma leitura abrangente, que revela o fôlego e a ambição do projeto deste jornalista esportivo, precocemente falecido em 1966, com menos de sessenta anos de idade.

Entende-se, sem embargo, que ainda há inúmeras questões a serem aprofundadas e complementadas para a interlocução acadêmica em futuros trabalhos. Estas não puderam ser aqui contempladas, em função do espaço disponível e dos limites de um recorte cabível em artigo científico: 1) É possível analisar *O negro no futebol brasileiro* vis-à-vis outras obras de Mário Filho nos anos 1940, tais como *Copa Rio Branco* e *Romance do futebol*?; 2) Há um plano político mais amplo que englobe as duas obras de

Mário Filho aqui examinadas, numa exegese coetânea e externa ao texto?; 3) É possível alvitrar a imposição de uma história do futebol no Rio de Janeiro, então capital da República, como narrativa irredutível e extensível ao futebol brasileiro como um todo, elidindo singularidades regionais?; e 4) Por fim, tal como sugerem pesquisadores da história do esporte e da mídia, a exemplo Rafael Fortes e Ronaldo Helal, não se superestima, por parte da imprensa e do meio acadêmico, o real alcance da obra *O negro no futebol brasileiro*?

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Martin Fátima. *Com brasileiro, não há quem possa!* Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nélson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAMPOS ARAÚJO, José Renato de. “Imprensa e futebol”. In: *Futebol e imigração: o caso Palestra Itália*. São Paulo: Editora Sumaré; IDESP, 2000.

CAPRARO, André. “Mário Filho e a invenção do jornalismo esportivo profissional”. In: *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2011, p. 213-224.

_____. SANTOS, Natasha; CAVICHIOLI, Fernando; MEZZADRI, Fernando. “A crônica esportiva de José Lins do Rego: paixão, política e relações de força”. In: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. Vol. 30, n. 2, 2016, p. 335-344.

CARNEIRO, Edison. “Apresentação à segunda edição”. In: RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. (Org.). *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. (Org.). *A pátria de chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O vermelho e o negro: pequena grande história do Flamengo*. São Paulo: DBA, 2001.

COELHO NETTO, Paulo. *História do Fluminense*. Rio de Janeiro: s.e., 1952.

COUTINHO, Renato Soares. *Um Flamengo grande, um Brasil maior: o Clube de Regatas do Flamengo e a construção do imaginário político nacionalista popular (1933-1955)*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2014.

COUTO, Cristiano. “Encontros com a Civilização Brasileira: resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia (1978-1982)”. In: *Revista Dimensões*. N. 29, 2012, p. 351-373.

FERNANDES, Luís. “Futebol, racismo e identidade nacional”. In: RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GIL, Gilson Pinto. *Humildes, mascarados e gênios: ética, história e identidade nacional na obra de Mário Filho*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado/IUPERJ, 1997.

HAAG, Fernanda Ribeiro. “Mário Filho e *O negro no futebol brasileiro*: uma análise histórica sobre a produção do livro”. In: *Revista Esporte & Sociedade*. Rio de Janeiro: ano 9, n. 23, março de 2014, p. 1-23.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

KOWALSKI, Marizabel. *Por que Flamengo?* Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação Física/ Universidade Gama Filho, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. “A vitória do futebol que incorporou a pelada”. In: *Revista USP*. São Paulo: nº 22, 1994, p. 64-83.

MONTENEGRO, Olívio. “Uma história de *football*”. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1948.

MURAD, Maurício. *Dos pés à cabeça: elementos básicos de sociologia do futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro*: Nova Fronteira, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O football e o caráter dionisíaco do brasileiro”. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1948.

REGO, José Lins do. “Opiniões sobre *Histórias do Flamengo*”. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1945.

_____. “Romance do football”. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1950.

RODRIGUES, Nelson. “O homem fluvial”. In: FILHO, Mário Rodrigues. *O sapo de Arubinha: os anos de sonho do futebol brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES FILHO, Mário. *Copa Rio Branco*, 32. Prefácio de José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943.

_____. *Histórias do Flamengo*. Rio de Janeiro: Gernasa, s/d.

_____. *Romance do football*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1949.

_____. *Viagem em torno de Pelé*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963.

_____. *O rosto*. Prefácio de Antônio Olinto. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1965.

_____. *A infância de Portinari*. Prefácio de Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.

_____. *O negro no futebol brasileiro*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *As mil e uma noites do futebol: o Brasil de Mário Filho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOARES, Antônio Jorge. *Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Educação Física da Universidade Gama Filho, 1998.

_____. “História e a invenção de tradições no futebol brasileiro”. In: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio Jorge; LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. “Sociologia do esporte”. In: *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1948.

SOUZA, Denaldo. *O Brasil entra em campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Huicitec; FAPESP, 2002.

Relatos orais – MIS-Rio – Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro

MÁRIO FILHO – Série Depoimentos. Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1969.

RECEBIDO EM: 05/05/2019

APROVADO EM: 05/08/2019

REPRESENTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NAS PÁGINAS DA *SÉRIE REALIDADE* *BRASILEIRA*: FASCÍCULOS SOBRE A AMAZÔNIA

Representations of development on the pages of Série Realidade Brasileira: fascicles about Amazon

Eduardo de Melo Salgueiro¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar reportagens de suplementos especiais lançados pela *Folha de S. Paulo* em 1967 e 1968. Nosso especial interesse reside naquilo que foi escrito a respeito da Amazônia e as representações criadas naquele momento sobre o que deveria ser compreendido como “ideal de desenvolvimento e progresso” para aquela região. Para tanto, utiliza-se o conceito de “representação” desenvolvido por Roger Chartier, pois ele nos ajuda a compreender o modo como, em determinado momento, um grupo pretende hierarquizar, classificar e produzir uma determinada configuração a respeito da realidade. Nesse sentido, operacionalizar esse conceito, aliado à metodologia que é própria dos estudos sobre a imprensa, nos ajuda a compreender melhor o objeto em tela, pois nota-se que, em meio às reportagens aqui analisadas, pretendia-se diagnosticar e elaborar um projeto para a Amazônia. Desse modo, partiu-se da hipótese segundo a qual havia a compreensão de que, para que o discurso desenvolvimentista obtivesse sucesso, era necessário também construir uma série de “representações” do espaço amazônico. Após a análise das fontes, observou-se que as reportagens e artigos efetivamente defendiam uma visão de desenvolvimento e progresso que inaugurou, em certa medida, uma visão que se estendeu abertamente por muito tempo, qual seja, a de que o avanço do capitalismo deve domar e vencer as limitações impostas pela natureza, visão essa que parcialmente se estende até os dias atuais.

¹Professor do quadro efetivo do curso de História do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Campus de Xinguara-PA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará). Também atua como docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) e do Mestrado Profissional em Ensino de História, ofertados pela mesma instituição. Graduado em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), mestre e doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: eduardomsalgueiro@gmail.com

Palavras-Chave: Imprensa, Amazônia, Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze reports of the special supplements launched by *Folha de S. Paulo* in 1967 and 1968. Our special interest lies in what was written about the Amazon and the representations created at that time about what should be understood as an “ideal of development and progress” for that region. For this, it is used the concept of “representation” developed by Roger Chartier, as it helps us to understand how, at a given moment, a group intends to hierarchize, classify and produce a certain configuration regarding reality. In this sense, operationalizing this concept, combined with the methodology that is typical of studies about the press, helps us to better understand the object on screen, as it is noted that, in the midst of the reports analyzed here, it was intended to diagnose and develop a project for the Amazon. So, it was started from the hypothesis that there was an understanding that, in order to address the developmentalist discourse to be successful, it was also necessary to build a series of “representations” of the Amazonian space. After analyzing the sources, it was observed that the articles effectively defended a vision of development and progress that inaugurated, to a certain extent, a vision that lasted openly for a long time, that is, that the advance of capitalism must domain and overcome the limitations imposed by nature, a vision that partially remains to the present day.

Keywords: Press, Amazon, Development.

Introdução

No curso do século XX até o momento, o espaço conquistado pela imprensa nos estudos históricos cresceu consideravelmente. Entre as várias razões pelas quais os historiadores passaram a recorrer aos impressos periódicos, as diversas representações emitidas por meio de suas páginas certamente colocam esse tipo de fonte como central para a ciência histórica, permitindo um variado leque de possibilidades e enfoques de pesquisa. Nesse sentido, os historiadores e historiadoras brasileiros passaram a fazer uma análise cuidadosa dos periódicos, exercendo uma “leitura dos discursos expressos nos jornais que permite acompanhar o movimento

das ideias que circulam [em uma] época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 94). Pelas palavras publicadas nos periódicos, “se trava uma constante batalha pela conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13).²

Dito de outro modo, a partir de clássico texto escrito por Ana Maria Camargo (1971, p. 225), “a imprensa, como meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias, apresenta os problemas como foram vistos e sentidos pelos participantes — coloridos, portanto, pela própria vivência da situação”. O artigo, escrito pela eminente historiadora brasileira, foi publicado em 1971, isto é, em pleno regime militar. Tal destaque é dado porque o periódico que analisarei insere-se naquele contexto repressivo. O pano de fundo é a Amazônia do final dos anos 1960.

Esse período ficou lembrado como um momento em que as palavras “desenvolvimento” e “progresso” eram mencionadas correntemente, de tal modo que adentraram o imaginário político-econômico da época, e, provavelmente, ainda hoje, pelo menos entre os historiadores, quando nos remetemos a tal momento histórico, esses termos mencionados estarão entre os mais lembrados. No aspecto político, mesmo se adicionarmos os anos 1950, isto é, no chamado período democrático, que corresponde aos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-55), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), as palavras citadas seguramente foram recorrentes, independentemente de quem estivesse no poder. Isso se estendeu também para o período dos anos 1970, sob o regime militar, que fez uso corrente de um discurso que envolvia crescimento econômico associado ao desenvolvimento e progresso da nação.

A imprensa, naquele contexto, atuou nos debates políticos e nos projetos pensados para a nação. Ainda que o discurso jornalístico dos anos 1950 buscasse uma eventual objetividade e neutralidade, na prática isso não ocorria. É importante lembrar, no entanto, que, a despeito do desenvolvimento da imprensa brasileira em termos de técnicas e avanços tecnológicos na primeira metade do século XX, autores como Carlos Lins da Silva, por exemplo, mantêm ressalvas no que diz respeito à profissionalização do ofício

2 Todas as notas e citações transcritas da bibliografia e das fontes aqui utilizadas, manterão a escrita e pontuação tais como foram registradas em sua época de publicação.

do jornalismo, sobretudo no que tange à “objetividade” da escrita jornalística. Silva defendia que, por mais que houvesse um incremento tecnológico,

[a] importação de máquinas, a adoção de técnicas, a compra de serviços de agências, a incorporação de valores do jornalismo americano são todos sinais importantes de um desejo de fazer do jornal um negócio. Mas a falta de condições na economia local para sustentar essa vontade faz com que ela se frustre, embora alguns jornais consigam sobreviver [...]. A fragilidade dessa “aventura editorial” até a segunda metade deste século é inquestionável (SILVA, 1990, p. 63).

Nesse sentido, parafraseando Ana Paula G. Ribeiro, mesmo com equipamentos caros e modernos, inclusive a grande imprensa não conseguia manter-se apenas com publicidade e assinaturas, ou seja, era necessário algum outro tipo de apoio, seja por intermédio de verbas oficiais, seja mesmo por meio de grupos privados, para sobreviver financeiramente (RIBEIRO, 2007). Isso significa dizer, claro, que é muito provável que boa parte dos periódicos continuou, de certo modo, presa à prática do jornalismo de opinião, ainda que — e isso é importante — os “posicionamentos político-ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza” (RIBEIRO, 2007, p. 247), conforme assevera a autora.

Segundo informam Cardoso de Mello e Novais (a partir da análise de um trabalho empreendido por Bertram Hutchinson), no final dos anos 1950, moradores de São Paulo foram convidados a classificar 30 profissões. Entre elas, o jornalista ocupou a sexta posição nas mais importantes. Segundo os autores, isso se deu justamente porque esse profissional era, “de um lado, considerado um homem público e, de outro, o símbolo de uma relativamente nova e cada vez mais decisiva forma de poder: a imprensa” (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1998, p. 588).

Desse modo, partimos da hipótese segundo a qual havia a compreensão de que, para que o discurso desenvolvimentista obtivesse sucesso, era necessário também construir uma série de “representações” do espaço amazônico, isto é, pretendia-se “pintar” um novo retrato desse espaço, considerado ainda no século XX um “inferno verde”, a partir de determinados interesses que guiavam a escrita dos artigos publicados no jornal aqui

apresentado. Dito de outro modo, conforme o conceito é operacionalizado por Chartier (2011, p. 20), era necessário criar “operações de classificação e hierarquização que [produzissem] as configurações múltiplas mediante as quais se percebe[sse] e representa[sse] a realidade”. Assim, nosso objetivo será analisar tais representações a partir de suplementos especiais publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* no ano de 1968.

É importante ressaltar que a *Folha* já circulava desde 1921, sob o nome *Folha da Noite*, e sofreu inúmeras transformações até os anos 1960, período no qual foram publicados os suplementos especiais que analisamos no presente texto. Conforme informam Capelato e Mota, a partir de 1962, “o jornal passava à responsabilidade de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho” e, na ocasião em que assumiram a direção do periódico, uma nota da redação foi publicada, ressaltando algo significativo: “A ‘Folha de S. Paulo’ continua a *serviço do Brasil*, em cujo futuro confia firmemente” (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 183, grifos dos autores).

Conforme podemos observar, os diretores acreditavam e firmavam um discurso de que o jornal estava a serviço da nação. É nesse período também que se começa o projeto de reorganização empresarial do complexo editorial do periódico. Ainda na avaliação de Capelato e Mota, a partir de 1962 até 1967, iniciava-se uma “reorganização administrativa e tecnológica”, e, entre o período de 1968 a 1974, houve uma “revolução tecnológica” na empresa. O tom mais empresarial dado pelos novos administradores acabou culminando com a recuperação financeira, modernização de suas máquinas e incremento no âmbito da infraestrutura.

O que nos importa aqui reside no fato de que um projeto mais ambicioso se inaugurava nos anos 1960 e, editorialmente, a *Folha de S. Paulo* buscava influenciar também os rumos do país. Vejamos, a seguir, como isso se apresentou na *Série Realidade Brasileira*.

A Amazônia naquele contexto

Nas décadas de 1960 e 1970, a Amazônia foi palco de grandes projetos empreendidos pelo Estado brasileiro, sendo alguns previamente iniciados na primeira metade do século XX. Os projetos desenvolvimentistas

pretendiam impulsionar o “progresso” e o “desenvolvimento” daquela região. Conforme ressaltam Cardoso e Müller, foi nesse período que a Amazônia “será, então, zona preferencial para a aplicação de recursos gerados graças à política econômica e fiscal do governo central”. Além disso, “interesses estratégicos e militares passaram a motivar mais consistentemente algumas políticas de ocupação da área” (2008, p. 07).

Nesse sentido, foi nessa época que alguns empreendimentos na ordem da infraestrutura ficaram muito conhecidos, como os aeroportos das principais capitais, bem como o avanço das rodovias (destacando-se, aqui, pelo grande apelo midiático à época de sua construção, a BR-230, mais conhecida como rodovia Transamazônica), dos portos e, em especial, a idealização por parte do Estado de “colonizar o vazio” em seus diversos governos (intensificado no regime militar).

A ideia, sem sombras de dúvidas, era elevar aquele “sertão”, isto é, “espaço vazio”, para a condição de “espaço civilizado”, ou dito de outro modo, incorporado ao mundo capitalista e à parte da nação entendida como mais desenvolvida. Pode-se, inclusive, remontar ao famoso preâmbulo escrito por Euclides da Cunha para o livro *Inferno Verde*, de Alberto Rangel: “Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (2001, p. 27). Conforme ressalta Nísia Trindade Lima, havia uma ideia de “sertão” historicamente instituída no Brasil, ou seja, aquele espaço no qual havia uma “distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores.” Assim, “*Sertão*, nessa perspectiva, é concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie” (LIMA, 2013, p. 107).

A Amazônia, por exemplo, na década de 1960, dispunha de um contingente populacional de aproximadamente 2.601.519 habitantes. Passado o período de uma década, verificou-se um considerável acréscimo demográfico, posto que, em 1970, encontravam-se cerca de 4.197.038 habitantes (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79). Os moradores da Amazônia, em grande parte, provieram de outras localidades para trabalhar nos projetos de infraestrutura na região, bem como tinham em seu horizonte a perspectiva de obter terras e trabalho para sua subsistência. Ademais, o Estado brasileiro, especialmente — mas não exclusivamente — no período militar, buscou mecanismos que incentivassem empresários de outras regiões do Brasil e do exterior a investir capital na Amazônia.

De acordo com Pereira, a interligação que houve entre a região Norte com o Centro-Sul e o Nordeste brasileiro deu-se por meio rodoviário, “mas também, e, sobretudo, por meio da política econômica e desenvolvimentista do Governo Federal de ocupação dos ‘espaços vazios’ [que] mobilizou muitos empresários e migrantes pobres rumo à Amazônia em busca de terra, trabalho e de lucro” (PEREIRA, 2013, p. 42). É importante ressaltar, adicionalmente, que essa política de construção da Transamazônica, por exemplo, fazia parte de um conjunto de estratégias do governo que extrapolavam a questão econômica, pois “a decisão de construir esta estrada parece ter sido motivada por duas razões distintas e complementares (...) estratégias de uma geopolítica preocupada com os ‘vazios territoriais e demográficos’ e o excesso de população pobre no nordeste” (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p. 133).

Os Suplementos especiais da Folha de S. Paulo

É nesse contexto que a *Folha de S. Paulo* publicou dois suplementos especiais, sendo o primeiro publicado em 16 de abril de 1967, intitulado “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, e outro, lançado em vários números, no qual abordou por várias semanas as cinco regiões do país: tratava-se da *Série Realidade Brasileira*, publicada entre abril e agosto de 1968. O título, por si só, era bastante emblemático, pois trazia em seu nome um impactante “protocolo de leitura”, isto é, um sinal visível, ou instrução dirigida claramente ou imposta inconscientemente ao leitor (CHARTIER, 1996, p. 95). Nesse sentido, a *Série Realidade Brasileira* buscava identificar o que efetivamente era o “Brasil real”, mas também pretendia determinar o “Brasil ideal” por meio de suas páginas.

Suas publicações ocorriam da seguinte forma: a cada semana na qual o suplemento era publicado, versava-se sobre determinada região. Assim, em 21 de abril de 1968, inaugurava-se a *Série Realidade Brasileira* com a produção do fascículo “Brasília: Capital da Integração Nacional”, que saiu juntamente com outro, dedicado ao Centro-Oeste, intitulado “Centro-Oeste: vazio em ocupação”.

Além desse fascículo, outros 18 foram lançados até o mês de agosto, incluindo vários suplementos sobre o Nordeste, o Sudeste e o Sul do país, com reportagens que indicavam as potencialidades econômicas dessas regiões. Em relação à Amazônia, houve um destaque maior, a começar pelo que trazia impactante título, muito semelhante ao do Centro-Oeste, qual seja, “A ocupação do vazio: Amazônia”. A Figura 1 é sintomática na expressão do tipo de representação que se fazia na época sobre o espaço amazônico.

Das imagens da Figura 1 (logo abaixo), podemos fazer algumas considerações. Inicialmente, observa-se como o suplemento percebia ambos os espaços (Centro-Oeste e Amazônia)³ como vazios demográficos, bem como já apresentava — de antemão, em suas respectivas capas — as possíveis soluções para enfrentar tal problemática. Ademais, além da percepção acerca da região como um espaço vazio, pretendia-se legitimar o papel do Estado, das elites econômicas do país e determinada compreensão do “desenvolvimento” daqueles espaços, deslegitimando, sem dúvida, outras vivências e sociabilidades já existentes naquelas regiões.

Figura 1 – *Série Realidade Brasileira*, “Centro-Oeste”, de 21 de abril de 1968 (à esq.), e *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, de 28 de abril de 1968 (à dir.).



3 É importante lembrar que parte do Mato Grosso estava inserida na chamada Amazônia Legal, que foi criada em 6 de janeiro de 1953 pela Lei no 1.806 (a mesma lei que dispunha sobre a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia [SPVEA]).

Como é possível observar, na capa do primeiro suplemento da *Folha* dedicado à Amazônia, apresentava-se uma imagem de três pegadas humanas que iam em direção à ocupação da região. Naquela correspondente ao Centro-Oeste, a apresentação foi igualmente emblemática, pois a figura ali disposta exibia um trator derrubando a floresta, em uma nítida ideia de civilização em processo de desbravamento da natureza, desafiando-a, de modo que o chamado “homem civilizado” sobrepunha-se à natureza, em um contexto social de poucas preocupações voltadas às questões ambientais. Ao sobrepor-se a ela, o ser humano, legítimo agente provocador dos desequilíbrios ambientais, era convidado, em ambos os suplementos citados, a desbravar, derrubar, ocupar.

No interior do suplemento correspondente à publicação sobre o Centro-Oeste, havia uma legenda que buscava explicar o significado da imagem da capa. Nela, constava a seguinte descrição: “O elemento que compõe o *quadro* — um trator *rompendo* a floresta densa e deixando, atrás de si, estradas de penetração — *simboliza* o processo de ocupação dos grandes espaços vazios do Norte brasileiro, que já começou, *irreversivelmente*, pelo Centro-Oeste.”⁴

Irreversível, o avanço diante da natureza simbolizava o progresso em um quadro pintado para o futuro. Era o que constava no imaginário dos colaboradores e editores do *Suplemento*. Isso nos remete ao estudo de Dutra e Silva (2014), que avaliou o caso da rodovia Belém-Brasília em seu período de construção. Para o autor, naquele momento, constituía-se “a tradição de enfrentamento da natureza [que] era evidenciada em nome do progresso” (DUTRA E SILVA, 2014, p. 24).

Ainda nas palavras do autor, eram nítidas as relações existentes “entre as políticas desenvolvimentistas e percepção da natureza como impedimento ao progresso [que, por sua vez,] apresentavam a natureza como inimiga do progresso e que, portanto, a relação estabelecida [na época] incentivava o enfrentamento” (DUTRA E SILVA, 2014, p. 28). Dutra e Silva segue enfatizando que, em meados do século XX, havia um contexto no qual o avanço sobre a natureza inexplorada em nome do progresso era perfeitamente favorável.

4 *Série Realidade Brasileira*, “Centro-Oeste”, de 21 de abril de 1968, [s.p.], grifos nossos.

Nota-se que a concepção de “espaços vazios” é central naquela narrativa, não só textualmente, mas também pela representação imagética ali disposta, quando se fazia referência ao norte mato-grossense (e, claro, à Amazônia de modo geral). O domínio da natureza media o grau civilizatório do país, encontrando consonância ao ideário norte-americano presente na época (GARFIELD, 2009).

Na Figura 1, por exemplo, nota-se que o espaço amazônico era percebido como “ausente” de “homens”. Dito de outro modo, era preciso que se resolvesse a problemática das “terras sem homens para homens sem terra”, conforme *slogan* caro ao governo Médici. Vejamos, mais de perto, o que foi discutido no primeiro fascículo, pois a distribuição de temas merece ser citada, servindo-nos também como protocolo de leitura, no sentido de entendermos os anseios daquele momento. As reportagens e os artigos estão citados no Quadro 1.

Quadro 1 – Títulos das reportagens/artigos do Suplemento Especial – Amazônia, 28 abr. 1968.

Títulos
A ocupação
Reserva estratégica e econômica
Como investir na Amazônia
Como vive o homem na Amazônia
Pesquisa, prioridade esquecida
O pote de ouro
Uma política de segurança para Amazônia

Abaixo de cada um dos títulos, havia um pequeno resumo do que era abordado no texto. Em relação ao segundo deles (“Reserva estratégica e econômica”), por exemplo, o que foi escrito ia ao encontro do que expomos há pouco em relação ao avanço diante da natureza. Vejamos: “A Amazônia sempre foi considerada como uma reserva, um celeiro em potencial. E é, de fato, uma reserva. Mas não se sabe, com exatidão, o tamanho e o valor dessa reserva. E, até que ponto é *lícito* manter essa reserva *intacta e inexplorada*?”⁵

5 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, Reserva estratégica e econômica, de 28 de abril de 1968, p. 9.

Em outro fragmento, abaixo da reportagem “O pote de ouro”, também encontramos expressivas considerações, essas ligadas à ideia de segurança nacional:

A falada reserva amazônica é cobiçada, e o foi sempre, por grandes potências mundiais. Um vendedor de terras brasileiras nos EUA já descreveu a Amazônia como um “pote de ouro” que precisa ser “dividido”. Fronteiras desguarnecidas e escassa população constituem um perigo para a soberania brasileira na sua Amazônia.⁶

Nas primeiras linhas da reportagem “Reserva estratégica e econômica”, uma imagem construída como representação saltava aos olhos, não ficando nada a dever ao discurso do regime militar. Reparemos no peso das palavras transcritas a seguir: “Riqueza sem posse efetiva e espaço sem ocupação diante de um mundo faminto e superpovoado, com algumas potências querendo controlar riquezas e espaços[,] dão uma ideia da dimensão e da importância geo-econômica e geo-política da Amazônia.”⁷

“Riqueza sem posse” e “espaço sem ocupação” estão de acordo com a proposta política do regime militar de “integrar para não entregar” e de colonizar o espaço amazônico.⁸ Todo o primeiro fascículo apresenta a preocupação com a presença externa na Amazônia. Seus textos se iniciam, como mencionado, com um artigo intitulado “Ocupação” e que faz um histórico da região, prosseguindo com outros tantos, que trazem representações e perspectivas futuras para o espaço amazônico.

Ainda sobre o medo de perder aquele espaço, geopoliticamente falando, para o estrangeiro, o resumo das duas reportagens anteriormente mencionadas dava o tom do discurso da *Série*, de modo geral. Na segunda delas, por exemplo, iniciava-se o texto com uma epígrafe que sintetizava, em boa medida, a mensagem principal e que vale a pena ser citada integralmente:

6 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, O pote de ouro, de 28 de abril de 1968.

7 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, O pote de ouro, de 28 de abril de 1968, p. 34.

8 É importante ressaltar que tais projetos de integração e colonização já se encontram na Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, bem como no plano de metas de Juscelino Kubitschek.

“Convite para um encontro ao pé do arco-íris para dividir o pote de ouro” (*an invitation to meet at the foot of the rainbow to divide the pot of gold*) é o título de um dos folhetos de propaganda de terras brasileiras que o sr. Amos Selling vende nos Estados Unidos. Expressão poética, mas inquietante para os brasileiros e, especialmente, para os escassos habitantes dos 5.507.490 km² da região amazônica, a preferida dos compradores estrangeiros. É uma região de densa floresta equatorial, na qual já foram constatadas imensas riquezas, nos reinos vegetal, mineral e animal.⁹

Nesse fragmento, nota-se o temor por parte do editorial em face do discurso de um vendedor de terras estadunidense. Era uma questão que colocava, de certo modo, em xeque “o brasileiro” no âmbito de conquistar a floresta amazônica e ocupá-la. No que diz respeito ao discurso norte-americano, ele consistia na ideia segundo a qual havia um “Eldorado esperando seu conquistador ianque”, tal como aponta Garfield (2009) a respeito do contexto da borracha durante a Segunda Guerra Mundial, mas que se repetia nos anos 1960.

Nas páginas iniciais do primeiro parágrafo de “O pote de ouro”, fortes afirmações indicavam a preocupação contida naquelas linhas: “Quando ao desenvolvimento, a Amazônia está defasada mesmo em relação a regiões subdesenvolvidas do Brasil [...]. Uma Amazônia desocupada é o maior entrave para o desenvolvimento e a maior preocupação para os que cuidam da segurança nacional.”¹⁰

Nesse artigo, fala-se de todas as potencialidades e da então “imensurável” riqueza que ficava contida na Amazônia. Aqui, a ideia de “Eldorado” faz-se extremamente presente, pois, vencidos a hostilidade da selva e o vazio demográfico, os louros seriam colhidos naquele que era o espaço de maior potencial de riqueza reservada do país. Portanto, o pensamento era o seguinte: “Os brasileiros já sabem que a Amazônia é ‘um vazio cheio de riquezas’. O desafio da atual geração é ‘a ocupação do vazio’.”¹¹

9 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, O pote de ouro, de 28 de abril de 1968, p. 34.

10 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, O pote de ouro, de 28 de abril de 1968, p. 34.

11 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, O pote de ouro, de 28 de abril de 1968, p. 34.

O discurso da ocupação do vazio dominava o imaginário brasileiro desde a ditadura Vargas. A necessidade de avançar rumo ao noroeste do país atravessava gerações e chegava às décadas de 1960 e 1970 com muita força, sob a batuta do Estado autoritário, uma vez que este vendia esse discurso de tal modo que um estado como o Pará, por exemplo, apresentava-se como um

[...] território de possível acolhimento para os que não tinham terra, mas também como território que se prestava à elaboração de sonhos, busca de utopias e de realizações. A propaganda governamental, de terra e lucro fácil na Amazônia, somou-se à necessidade [das várias famílias que se deslocaram para aquele espaço] (PEREIRA, 2013, p. 3).

Assim, ainda nas palavras de Pereira:

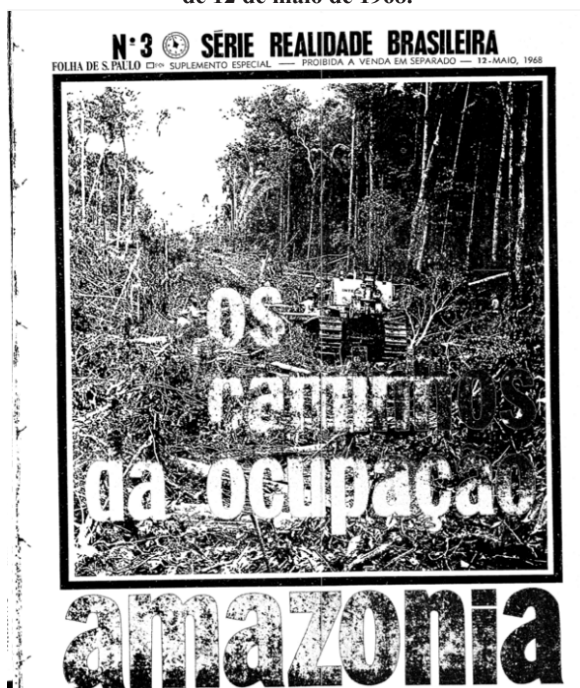
[...] além da construção de estradas, da criação de órgãos e de programas e do estabelecimento de um sistema de propaganda, prometendo oportunidades econômicas e lucros fáceis na Amazônia, vastas extensões de terras, créditos e incentivos fiscais foram concedidos a grandes empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do País para a criação de gado bovino. Dos 1.199 projetos aprovados pela SUDAM, para serem implementados nos anos que transcorreram entre 1975 e 1989, no estado do Pará, por exemplo, 638 eram destinados à criação de gado bovino, 397 à indústria, 68 à agroindústria e 96 aos serviços básicos (telecomunicações, infraestrutura, energia elétrica, transportes etc.) e setoriais (pesca industrial, turismo etc.) (PEREIRA, 2013, p. 6).

Como podemos ver na citação anterior, no período seguinte às publicações da *Série Realidade Brasileira*, a “febre” da procura por terras baratas trouxe para a região amazônica tanto o trabalhador que buscava sua própria subsistência quanto grandes empreendimentos agropecuários

ou de outra natureza.¹² Para os produtores daquele fascículo editorial, o que importava era a ocupação e “efetiva” exploração do “vazio cheio de riquezas”. Assim, conclui o texto em um de seus tópicos: “O desafio da atual geração é a ocupação do vazio.”¹³

No fascículo número 3 (publicado em 12 de maio de 1968), outra simbólica fotografia de capa era apresentada juntamente com um título imponente, como podemos ver na Figura 2.

Figura 2 – Série Realidade Brasileira, “Os caminhos da ocupação: Amazônia”, de 12 de maio de 1968.



12 Não por acaso, historicamente a região amazônica acolhe dados alarmantes de conflitos de terras, que decorrem do processo mencionado no texto.

13 *Série Realidade Brasileira*, “Amazônia”, O pote de ouro, de 28 de abril de 1968, p. 34.

Isso nos remete a outras questões: o que fazer após ocupar o vazio? Quais eram as possibilidades apresentadas pelo periódico em face do contexto da época?

Certamente, intensificar um projeto de infraestrutura regional era uma questão central, pois, conforme ressaltam Loureiro e Pinto,

Durante os anos de 1960 e 1970, os principais obstáculos ao desenvolvimento [...] de regiões atrasadas economicamente como a Amazônia eram atribuídos a dois problemas básicos: à insuficiência de capitais produtivos e de infra-estruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77-78).

Ainda nas palavras dos autores, nessa época entendia-se que “seria possível atrair capitais produtivos, organizados sob a forma de conglomerados econômicos, vindos de outros pontos do Brasil e do exterior, desde que fossem oferecidas vantagens capazes de atrair esses capitais para a região” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77-78). Assim, os caminhos da ocupação deveriam ser abertos pela parceria público-privada, o que significa dizer facilidades para investidores alocarem-se na região.

Ao analisarmos um artigo publicado no terceiro fascículo da *Série Realidade Brasileira*, observa-se interessante avaliação do — à época — governador do Amazonas, Danilo Duarte de Mattos Areosa,¹⁴ em texto publicado sob o título “Uma região a explorar ou a desenvolver?”.

Tal texto não é muito extenso, tampouco é profundo. Contudo, traz pelo menos uma concepção de desenvolvimento bastante interessante, e, por essa razão, vale a pena ser mencionada e avaliada aqui. Vejamos, a seguir, qual era a ideia central do autor:

Não é esta, a Amazonia, como a entendo e como a sinto, como a conheço; não é esta, a Amazonia uma região *a explorar*, se considerarmos a exata significação que o vocábulo deve ter,

14 Danilo Duarte de Mattos Areosa foi governador do Amazonas entre 1967-1971 pelo partido Arena, indicado pelo então chefe do regime autoritário Humberto de Alencar Castelo Branco.

aqui e na oportunidade. É, sim, uma região a *desenvolver*, uma região a preparar, a fim de que nela, nas suas águas, nas suas florestas, no seu solo e embaixo dele, se processe, em extensão e profundidade, uma seria e objetiva, equilibrada e sensata também, arrancada de desenvolvimento. A fase mais importante da preparação será construir um complexo de infra-estrutura que permita ao homem, mais facilmente, menos asperamente, aproveitar e tornar úteis os bens que a Natureza pode oferecer.¹⁵

Para o governador Areosa, o tempo de “explorar” a Amazônia já havia passado. Ainda que não fique explícito, tudo leva a crer que o autor fazia referência ao período no qual viajantes e naturalistas catalogavam a flora e a fauna da região amazônica. Havia chegado o momento em que “desenvolver” significava verdadeiramente aproveitar os recursos naturais, bem como criar uma infraestrutura adequada aos objetivos desenvolvimentistas da época. É válido dizer que foi em seu governo que se inaugurou a Zona Franca de Manaus, e, em seu projeto de governo, era absolutamente necessário “aproveitar” os bens que a natureza oferecia.

Tal visão remete-nos a uma propaganda veiculada na revista *Veja*, em dezembro de 1970, e que foi analisada pela historiadora Edilza Fontes. Nela, há um mapa do Brasil em branco, exceto na parte correspondente à Amazônia, que, por sua vez, apresenta uma série de representações que fazem alusão ao desenvolvimentismo da época, tal como um boi, que corresponde a projetos agropecuários financiados pela Sudam, ou empreendimentos relacionados com a Zona Franca de Manaus.

O fato é que, na parte branca do mapa, há a seguinte mensagem: “Chega de lendas, vamos faturar!”. Conforme indica Fontes, a representação “é uma proposta de futuro para a região, assinada por órgãos federais do governo brasileiro. O anúncio é assinado pelo banco da Amazônia e pelo ministério do interior”, isto é, trata-se de uma mensagem na qual o “Estado [está] dizendo qual o futuro que ele pretende incentivar, possibilitar na região”. Para concluir, escreve a autora:

15 *Série Realidade Brasileira*, “Os caminhos da ocupação: Amazonia”, Uma região a explorar ou a desenvolver?, de 12 de maio de 1968, p. 117, grifos nossos.

Chega de lendas, vamos faturar indica que o passado da floresta serviu para abrigar lendas e não desenvolveu a região. É chegada [a] hora de mudar a forma de ocupação do solo e dos usos da floresta. É necessário incluir a região ao resto do país. A floresta é um espaço para faturar, para enriquecer. É um chamado para se tirar proveito das riquezas da Amazônia. Expressa uma política de incentivos fiscais para [a] região. O estado estaria oferecendo incentivos para quem quisesse investir na região. A região é um empreendimento. Um espaço vazio. Uma fronteira aberta. Uma fronteira para implantação de relações capitalistas de produção (FONTES, 2017, p. 166).

Nota-se que a representação publicada na revista *Veja* por meio de uma propaganda estatal expressava uma tentativa de classificação de um futuro ideal para a região. Se retomarmos o texto do governador Areosa, observaremos que ele entende “desenvolver” não mais como “catalogar” (explorar), mas como avançar sobre a natureza. Em suas palavras, “de origem *intensamente selvagem*, embora, domada a região já foi; a etapa futura, e que urge realizar a partir de agora, é a de *domesticá-la*. E esta etapa é o nosso dever e o nosso compromisso, da geração presente do Brasil e das que nos sucederem”.¹⁶ Segundo Becker (2001, p. 135), esse modelo de economia compreende que “o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais percebidos como igualmente infinitos”.

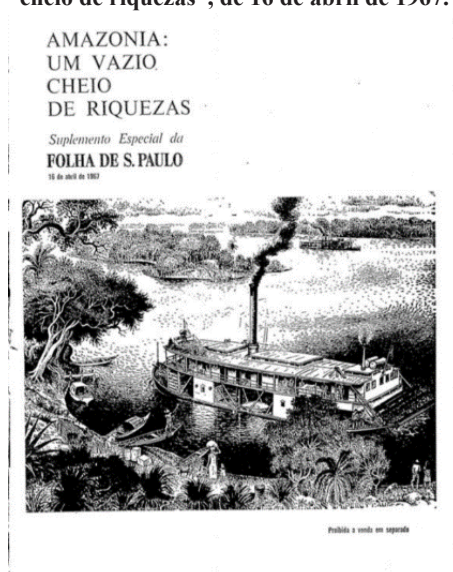
Decorre disso enorme preocupação em defender aquela região como um espaço nacional. No decurso do regime militar, a preocupação com a proteção das fronteiras e a ocupação por meio de uma estratégia “racional” foi central em termos de políticas públicas governamentais. Domesticar a natureza exigia, por certo, sua ocupação. Preencher o vazio significava proteger e desenvolver.

Em outro suplemento especial, que antecedeu àqueles de 1968, a *Folha de S. Paulo* lançou, em 1967, a seguinte publicação: “Amazônia: um vazio cheio de riquezas”.

16 *Série Realidade Brasileira*, “Os caminhos da ocupação: Amazonia”, Uma região a explorar ou a desenvolver?, de 12 de maio de 1968, p. 117, grifos nossos.

Ao virar a primeira página daquele caderno especial, o leitor se depara com uma propaganda de uma bebida alcóolica que dizia em letras grandes, “um brinde ao progresso da Amazônia com cerveja da Amazônia”.¹⁷ A “entrada” mostra-se bastante convidativa, pois, na página seguinte, o editorial é escrito pelo diretor da Sucursal Norte/Nordeste Calazans Fernandes, intitulado emblematicamente “Vazio”. Percebe-se que há uma consonância entre aquilo que se apresenta no anúncio e o que se pretende naquela publicação. Conforme ressalta Barzotto, embora falando de outra modalidade de publicação, esse é o caso no qual fica nítido que o anunciante e aquilo que ele anuncia não se apresentam somente como “publicidade, mas [indicam] uma concepção de sociedade, tanto através de peças publicitárias como também através das matérias publicadas” (BARZOTTO, 1992, p. 12).

Figura 3 – Suplemento Especial da Folha de S.Paulo, “Amazônia: um vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967.



¹⁷ *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967.

A representação da capa simbolizava (Figura 3) o que aquele editorial desenhava para a época, isto é, um espaço no qual o vagaroso ritmo fluvial precisava ser superado. Foram várias as frases de efeito naquele texto, nas quais várias representações podem ser vislumbradas. Vejamos, a seguir:

A história da Amazonia tem sido cultivada e mesmo defendida com o sangue de brasileiros, mas até hoje não se conseguiu escrevê-la. Pois a Amazonia permanece, na quase totalidade de sua extensão, indepassada e impenetrada pelo homem.¹⁸

Mais adiante, Fernandes escreve sobre a ineficaz apropriação por parte dos homens daquela imensidão toda. Em sua leitura, o melhor da ocupação ainda estava por vir, conforme podemos visualizar nas palavras do autor:

No passado, o povoamento da Amazonia foi feito por brasileiros, por nordestinos [...] que, juntamente com os “caboclos” [...] e europeus — garantiram e ampliaram a penetração brasileira na região.

Mas essa penetração não se fez em bases efetivas e suficientes para garantir uma ocupação proporcional ao imenso espaço físico da Amazonia. Representando quase 2/3 do território nacional, a Amazonia tem o baixo índice de menos de um habitante por km². Dentro de um mundo com áreas superpovoadas ameaçadas pela explosão social e onde 2/3 dos povos vivem a fome crônica, a posse da Amazonia chega a ser reclamada como medida de solidariedade universal.¹⁹

Nota-se que a preocupação maior era a de habitar/ocupar aquela região “vazia”. Seu vazio, claro, não era apenas demográfico, mas um “vazio

18 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 3.

19 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 3.

de progresso”, isto é, a ausência de projetos que pudessem elevar aquele lugar ao *status* de região desenvolvida. Conforme ressalta até o anúncio da cerveja há pouco mencionado, faltava o progresso a ser brindado. Sob esse aspecto, diz o editorial que

[...] busca o Suplemento mostrar o grande campo aberto à iniciativa privada na Amazonia e o desafio que se coloca para a imaginação criadora do empresariado nacional, indicando, nesse sentido, as portas de entrada da ocupação amazônica, as oportunidades para investimentos industriais e a legislação especial de incentivo à livre empresa.²⁰

Ao final do texto, uma apoteótica conclusão:

Na extensa linha de 12 mil km de limites da Amazonia brasileira com sete nações sul-americanas, os índios no seu estado mais primitivo, as desguarnecidas unidades militares e as seringueiras distribuídas em dispersos aglomerados humanos constituem a *fronteira* viva do Brasil.²¹

De todo modo, o fato é que o editorial antecede uma série de publicações que visava a apresentar outra perspectiva da Amazônia, qual seja, aquela que vislumbrava alcançar o *status* de região desenvolvida sob o impulso do progresso que urgia na época.

É válido ressaltar que o caderno especial de 16 de abril de 1967 foi parecido em sua proposta com os que vieram subsequentemente (na *Série Realidade Brasileira*), mas, ao mesmo tempo, diferenciou-se por sua extensão, isto é, foram expressivas 184 páginas, divididas em 51 textos

20 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 3.

21 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 3.

dedicados apenas à Amazônia. Em seu sumário, pode-se observar uma miríade de temas.

Um dado interessante a ser observado em todas as publicações aqui analisadas assenta-se no fato de que, ao lado do sumário/índice, há sempre uma indicação da bibliografia utilizada para fundamentar os textos ali dispostos. Isso indica que havia uma grande preocupação em apresentar dados e informações baseados em estudos técnicos, de modo que isso tornasse os textos ali veiculados mais fidedignos e autorizados a falar sobre a Amazônia.

Muitos textos dedicavam-se a escrever sobre os projetos de desenvolvimento oriundos de políticas públicas para a Amazônia. No primeiro deles (sem assinatura), que abria a série de reportagens, logo após o editorial, algumas considerações feitas pelo autor merecem ser destacadas. O título era “Auto desenvolvimento à Amazonia”. Se não temos a informação sobre seu autor, ao menos o lugar de onde o texto foi escrito é apresentado. De Recife (PE), as palavras iniciais faziam referência à recém-criada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), fundada para “alterar a estrutura da economia amazônica, de forma a que os setores industrial e agrícola passem a ter preponderância sobre os setores comercial e extrativo, de modo a criar condições dinâmicas para o autodesenvolvimento”.²²

A discussão, mais especificamente, relacionava-se com o primeiro plano quinquenal da Sudam, que buscava atingir sete objetivos principais. Conforme ressalta Becker (2001, p. 137), esse foi o momento no qual o “Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais”. Conforme indica o texto publicado no caderno da *Folha*:

[...] o Plano Quinquenal pretende alcançar mais sete objetivos gerais e prevê, para isso, investimentos globais de NCR\$ 2.939.000.000 [...], 41,8% desses recursos (ou seja, NCR\$ 1.249.000.000 — Um bilhão, duzentos e quarenta e nove milhões de cruzeiros novos) correspondem às necessidades de

22 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 6.

recursos externos — de fora da Amazônia — principalmente para investimentos chamados “autônomos”, cujo suprimento caberá, fundamentalmente ao poder público. Os restantes 52,2% devem ser preenchidos com “investimentos induzidos”, a cargo especialmente da iniciativa privada.²³

Essas informações trazem números relacionados com os investimentos previstos no Plano. Contudo, o que nos importa para o caso em tela é aquilo que diz respeito aos 52,2% mencionados, que deveriam ser investidos pela iniciativa privada. O que nos parece importante destacar não é nem mesmo a conhecida participação da iniciativa privada em todo o processo que corresponde ao plano regional para a Amazônia, mas os anúncios veiculados ao longo daquele artigo. Um deles era do “Banco Brasileiro de Descontos S.A. (Bradesco)”, e o outro, da “Cia. Sul-Americana de Investimentos, Crédito e Financiamento”. Ambos ocupavam uma página inteira, situados do lado direito do suporte daquela publicação, lugar destinado sempre aos grandes anunciantes, por serem mais caros. Conforme ressalta Luzmara Ferreira,

[...] a página da direita é privilegiada por seu aspecto físico, dada a maior mobilidade das páginas à esquerda do suporte, a direita, é a página na qual o leitor detém mais o olhar, por ser aquela que primeiro desvela-se ao olhar [do] leitor, ao virar de páginas, além de apresentar-se sem as ondulações características da página esquerda, que graças ao modo como as folhas são coladas impede que as mesmas se apresentem planas. Por se tratar de um lugar privilegiado da revista, a página da direita tornou-se um produto comercialmente mais caro (FERREIRA, 2003, p. 113).

Ao folhearmos o caderno especial, bem como os outros quatro publicados na *Série Realidade Brasileira*, observaremos grandes anunciantes relacionados com o mundo das finanças. É certo, no entanto, que tal

23 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 6.

abordagem merece um trabalho especialmente dedicado a isso, e não é nosso intento fazê-lo no presente texto. Por essa razão, voltamos ao tema principal em análise.

O autor dividiu seu texto em vários tópicos, destinados a abordar uma problemática e que tinham como eixo central as questões a seguir:

I – NA AREA GEOGRAFICA

- A. Extensão física e *dispersão dos núcleos populacionais* existentes;
- B. *Desconhecimento* do potencial efetivo de recursos naturais.

II – NA AREA SOCIAL

- A. *Escassez de recursos humanos* para a ocupação das fronteiras econômicas e geográficas;
- B. Necessidade de *concentração demográfica*, para eficiente assistência educacional e sanitária.

III – NA AREA ECONOMICA

- A. Dualismo econômico (baixa produtividade na zona rural e grande concentração das atividades na zona urbana) decorrente da base extrativista original da economia amazônica;
- B. *Precariedade da infra-estrutura* econômica para atender às necessidades de transporte, comunicações e energia dos núcleos populacionais.
- C. Precariedade do abastecimento de produtos populacionais e dificuldade de saneamento das safras;
- D. Industrialização incipiente com a preponderância de pequenas indústrias sem artesanais ao lado de enclaves de grande porte.

IV – NA AREA INSTITUCIONAL

- A. *Insuficiência de espírito empresarial* e falta de estímulo à iniciativa privada;
- B. Integração nacional inadequada a falta de coordenação na atuação dos órgãos públicos locais.²⁴

Nota-se que um dos aspectos que mais preocupavam era aquele que dizia respeito à população, isto é, a baixa concentração demográfica.

24 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 6, grifos nossos.

Como temos mostrado no decorrer deste trabalho, as questões relacionadas à “dispersão dos núcleos populacionais” e à “escassez de recursos humanos” eram centrais nas matérias que encontramos nos cadernos especiais aqui analisados.

Assim segue o texto, e encontramos no tópico intitulado “Colonização” importantes considerações sobre o tema. O autor afirmava que: “Numa região despovoada (a média é de um habitante por quilometro quadrado), a colonização, como processo de ocupação e produção, tem de ser parte importante em qualquer programa de desenvolvimento.”²⁵

Antes desse fragmento, no entanto, trazia elemento importante em seu discurso, ao mostrar preocupação com a colonização e o aproveitamento do espaço, que era visto em seu pior aspecto no então já ultrapassado extrativismo, segundo sua concepção. Em suas palavras, a colonização devia seguir um plano racional, de modo que pudesse superar as contradições existentes naquele período. São aspectos otimistas e pessimistas apresentados na citação a seguir:

A Amazônia tem, como característica mais evidente a sua extensão territorial e a sua rarefação demografica. Numa área correspondente a 42% do Brasil vivem apenas 3,7% de sua população. No diagnóstico que faz sobre a economia amazônica, o Plano Quinquenal salienta, no entanto, que esses dados médios não descrevem, com exatidão a situação real, porque “existem areas de grande econcentração populacional e outras praticamente desabilitadas”. E reforça a colocação com a informação de que a população urbana já deve representar cerca de 40% da população total.

O subdesenvolvimento da Amazonia configura-se, em sua expressão mais primitiva, nas áreas dedicadas ao extrativismo e sujeitas ao regime de coleta comercial. Desde 1950, no entanto, que a participação do extrativismo produto bruto da região baixou substancialmente: de 20,6% em 1953, para 11,3% em 1962.²⁶

25 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 12.

26 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 6.

Nota-se que havia forte preocupação com a ocupação, ainda que, em alguma medida, relativizada. Já no segundo momento do fragmento acima, fica bastante evidente que o extrativismo deixava, aos poucos, de ser o motor do desenvolvimento econômico da Amazônia, atrapalhando — inclusive — a questão do desenvolvimento demográfico.

Quando se falava em colonização, o texto apresentava uma visão interessante, relacionando-a diretamente com o ainda embrionário desenvolvimento da agropecuária, que, futuramente — como se sabe —, assumiria enorme destaque na economia amazônica, bem como nos problemas sociais da região. Vejamos como se apresentava tal questão:

COLONIZAÇÃO

Apenas 11,5% da superfície da região é ocupada por estabelecimentos agropecuários, 84% dos quais são estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, embora representando, apenas, 5% da área de estabelecimentos. Os estabelecimentos superiores a 10.000 hectares, embora sejam somente 0,12 em número, representam 54% da área de todos os estabelecimentos.

As colônias existentes na Amazônia têm sido implantadas sem estudos básicos e com poucos recursos [...].

Entre os fatores responsáveis pelos frequentes insucessos nas tentativas de colonização, na Amazônia, podem citar-se ainda: a) a localização inadequada; b) conflito entre colonos por falta de legalização da posse da terra; c) baixa produtividade, devido a carência técnica, pragas e deficiência de comercialização; d) desamparo jurídico e social dos colonos.

Devido a isso, o aproveitamento dos fluxos migratórios para a Amazônia tem sido deficiente, devendo atribuir-se ao desentrosamento entre os diversos órgãos colonizadores que operam na região grande parte dos problemas existentes.²⁷

O texto apresenta fatores controversos relacionados com a colonização, incluindo a problemática disputa de terras em virtude de

27 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Amazônia: o vazio cheio de riquezas”, de 16 de abril de 1967, p. 12.

complicações relativas à legalização e à localização das posses,²⁸ ao latifúndio, à carência na produção em virtude de problemas técnicos, bem como aos problemas sociais envolvendo os colonos.

Ainda é importante destacar que a agropecuária se apresentava como uma das saídas para a baixa produtividade do extrativismo e como um chamarisco para futuros colonos que, porventura, tivessem interesse em ocupar aquelas terras.

O último texto a ser analisado foi intitulado “Como eu vi a Amazônia”. Escrito pelo ex-ministro da Coordenação dos Organismos Regionais, João Gonçalves de Souza, algumas de suas visões mostram-se interessantes. Suas palavras iniciais dão o tom do discurso, como podemos observar a seguir: “Quem fecha os olhos e com a imaginação procura abarcar o espaço amazônico e suas fronteiras tem a impressão de um enorme leque aberto, sustentado por mão cujo punho é o estuário do rio Amazonas.”²⁹

A Amazônia, em sua forma de leque, dizia o autor, trazia um problema de conteúdo, isto é, “o vazio humano e econômico que de fato a região revela”. Mais uma vez, como podemos observar, a ideia de espaço desocupado assentava-se tanto no que dizia respeito à baixa densidade demográfica quanto em sua economia. Isso nos remete à citação do texto “O vazio cheio de riquezas”, localizada na nota de rodapé número 27, na qual é dito que, para além da exímia população, havia — por consequência ou problema “de origem” — “insuficiência de espírito empresarial”.

O vazio é central em todos os textos aqui apresentados e ele ultrapassa a questão demográfica. É como se toda a Amazônia Legal não tivesse história. Era preciso construí-la a partir daquela conjuntura. Não é demais mencionar que, segundo Leal (1988), citado por Marques e Trindade (2014, p. 171), “a arrancada da ocupação produtiva na Amazônia passou a se dar efetivamente a partir de 1967, quando se tem a conjunção de medidas e ações institucionais no sentido de promover a ocupação da região”.

No artigo escrito por João Gonçalves de Souza, várias representações da Amazônia faziam-se presentes, e, na medida que os parágrafos avançam, tem-se a percepção de que há uma repetição notável de certa visão de mundo que perpassa não somente esse caderno especial, mas também toda a *Série Realidade Brasileira*.

28 Esse tema foi muito debatido em Pereira (2013).

29 *Suplemento Especial da Folha de S.Paulo*, “Como eu vi a Amazônia”, de 16 de abril de 1967, p. 24.

O autor ressalta quais eram os maiores empecilhos ao desenvolvimento da Amazônia, remetendo-nos a textos já analisados anteriormente. Em suas palavras, havia o vazio demográfico: “Com um patrimônio extraordinário de reservas naturais praticamente intocadas, na Amazônia *vive um brasileiro perdido* em quase dois quilômetros quadrados.” O tom de ironia deixa ainda mais explícito seu intuito, isto é, trazer à luz o grande problema amazônico: a baixa demografia.

Mais adiante, apresenta quatro aspectos, considerados por ele de primeira importância, quando se falava em desenvolver a Amazônia:

Para mim o problema da Amazônia apresenta quatro aspectos distintos, mas interdependentes, a saber: a) povoamento e ocupação humana; b) criação de uma economia interna, auto-sustentável; c) vivificação das faixas de fronteira; d) integração da Amazônia no resto do país e no Continente.³⁰

Feito o diagnóstico, Gonçalves de Souza faz as seguintes observações:

Quanto ao desafio do povoamento, assinalo, já não poderia o Brasil continuar desmuniado de uma política e de um plano capazes de povoar o deserto verde.

[...]

A ausência de população na Amazônia seria assim automaticamente contrabalançada pelos excessos demográficos das outras regiões.

De outro lado, toda a estrutura da economia amazônica é baseada em atividades extrativas. O tempo atual já não mais o justifica.

A Amazônia necessita reforçar seus atuais e rarefeitos polos de desenvolvimento econômico. Precisa ligá-los entre si. Pode diversificar a sua economia, tendo em vista mercados internos e externos. [...]

As fronteiras na região constituem problema sério para o país, até de segurança para o futuro. Esta fronteira abrange 7.300 km

30 *Suplemento Especial da Folha de S. Paulo*, “Como eu vi a Amazônia”, de 16 de abril de 1967, p. 24.

de extensão, [...]

Por fim, há um problema de integração da região no resto do país.
É tema de mais alta importância.³¹

Observa-se que o autor ainda visualiza a Amazônia como um “deserto verde”, ausente tanto de pessoas quanto de projetos de desenvolvimento. Apresenta como uma possível solução o balanceamento demográfico entre as regiões do país, trazendo contingente populacional de outros espaços — como o Nordeste, por exemplo — para a fronteira amazônica, a fim de ocupar aquele “vazio”.

No que tange à questão do desenvolvimento econômico, reforça a ideia segundo a qual era preciso criar polos interligados e diversificados no âmbito da economia, especialmente porque, para ele, assim como em outro texto já apresentado, a estrutura extrativista já não poderia mais ser aceita e justificada. Era preciso diversificar.

Ademais, chamava-se a iniciativa do Estado para inverter aquele cenário, modificar aquela paisagem e “pintar” com as cores do desenvolvimento aquela tela verde, que ansiava pelo cinza do concreto e o preto do asfalto.

Considerações Finais

Em todas as edições dos suplementos especiais da *Folha de S. Paulo* aqui analisadas, observamos visões e representações de um espaço que deveria ser obrigatoriamente ocupado demograficamente, mais especialmente ainda (ocupado), pelo Estado e por empresas nacionais e estrangeiras, de modo que fossem ali instalados projetos capitalistas que pudessem fazer um uso “racional” das “imensuráveis riquezas” da Amazônia.

Nas décadas que se seguiram, inúmeras contradições emergiram de tais projetos e ações governamentais ou privadas no interior da Amazônia

31 *Suplemento Especial da Folha de S. Paulo*, “Como eu vi a Amazônia”, de 16 de abril de 1967, p. 24.

Legal. Conforme indica Jean Hébette, no curso dos anos 1960, iniciaram-se os grandes projetos de desenvolvimento para a região e, mais importante que isso, “na aparência de um aceno amigo [o que observamos foi] um abraço traiçoeiro, pois adjacente à “promessa de dias melhores e de juramentos de prosperidade futura” emergiu a “ameaça da destruição ambiental, da desintegração social e cultural” (HÉBETTE, 1991, p. 7).

Nesse sentido, o que observamos foi que ao ser lançado um olhar sobre as propagandas, reportagens e aos artigos que circularam nos suplementos da *Folha de S. Paulo*, notou-se que suas páginas foram abertas para o discurso do desenvolvimento e progresso a todo custo. Representações foram construídas por meio daquelas páginas, tais como a Amazônia como um “deserto verde”, “lugar inóspito” e “subdesenvolvido”. Desde então, decorreram diversas práticas, que foram efetivadas no curso dos anos até os dias atuais, pois o que nos parece central foi a construção de uma visão de mundo que alimentou a ideia segundo a qual para a região amazônica só restaria o avanço sobre a floresta e o uso dos seus recursos naturais, por meio de projetos de todo tipo, destacando-se, por exemplo, aqueles relacionados aos setores agropecuário, energético e minerador.

Referências

BARZOTTO, Valdir. *Leitura de propaganda de agrotóxicos: contribuição aos estudos da ideologia da modernização*. 1992. 107f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Unicamp, Campinas, 1992.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: DE PAULA, Eurípides Simões (Org.). In: V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. *Anais...* São Paulo, 1971. v. II, p. 225-239.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo* (1921-1981). São Paulo: Impress, 1981.

_____.; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia*: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARDOSO DE MELLO, José M.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. *História da vida privada do Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

_____. Do livro à leitura. In: _____ (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CUNHA, Euclides da. Preâmbulo. In: RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. Manaus: Editora Valer, Governo do Amazonas, 2001.

DUTRA E SILVA, Sandro. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da rodovia Belém-Brasília. *Fronteiras: Revista Catarinense de História [online]*, Florianópolis, n. 23, p. 21-36, 2014.

FERREIRA, Luzmara C. *Prática de leitura*: os limites instaurados pela materialidade do suporte de textos revista. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Unesp, Araraquara, 2003.

FONTES, Edilza J. O. *Paisagens amazônicas*: o espaço vazio e a floresta. In: COELHO, Anna Carolina de Abreu; ALVES, Davison Hugo Rocha; NEVES NETO, Raimundo Moreira das (Org.). *Perspectivas de pesquisa em história da Amazônia*: natureza, diversidade, ensino e direitos humanos. 1. ed. Belém: Açaí, 2017. v. 1, p. 147-171.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, no 57, p. 19-65 – 2009.

HÉBETTE, Jean (Org.). *O Cerco está se fechando*. O impacto do grande capital na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1991.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). *Revista de Estudos Paraenses* (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil/ Nísia Trindade Lima. São Paulo: Hucitec, 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005.

MARQUES, G. de S.; TRINDADE, J. R. B. Para além da SPVEA: elementos para a interpretação da intervenção estatal na Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA enquanto auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2014. v. 1, p. 153-183.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. 278f. Tese (Doutorado em História) — CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

SILVA, Carlos Lins da, *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo-SP, Summus Editorial, 1990.

RECEBIDO EM: 20/08/2019

ENVIADO EM: 29/06/2020

A USINA DE ITAIPU E O BRASIL RURAL

The Itaipu Dam and the Rural Brazil

Micael Alvino da Silva¹

RESUMO

Resenha do livro do historiador Jacob Blanc, publicado no segundo semestre de 2019 pela Duke University Press. O livro é sobre a visibilidade do Brasil rural a partir da experiência de grupos sociais que habitavam na região que seria inundada pelo lago de Itaipu (Oeste do Paraná). O autor argumenta que “Antes da inundação” (tradução livre do título do livro), havia três grupos-chave: pequenos proprietários, indígenas e sem-terra. A partir de fontes diversas como documentos da Itaipu, reportagens, fotografias e entrevistas, o leitor encontra a narrativa do projeto Itaipu e as narrativas de como esses grupos-chave se relacionaram entre si e com as temáticas nacionais da década de 1980, tais como militarismo, abertura e democracia.

Palavras-chave: Itaipu Binacional, Oeste do Paraná, questão agrária.

ABSTRACT

This is a book review about “Before the Flood”, a book by historian Jacob Blanc, published in the second half of 2019 by Duke University Press. The book is about the visibility of rural Brazil from the experience of social groups that lived in the region that would be flooded by the lake of Itaipu Dam. The author argues that, before the flood, there were three key groups: smallholders, indigenous people and landless. From various sources such as Itaipu documents, reports, photographs and interviews, the reader finds the narrative of the Itaipu project and the narratives of how these key groups related to each other and to the national themes of the 1980s, such as militarism and democracy.

Keywords: Itaipu Binacional, Western Paraná, agrarian issue.

¹Professor Adjunto, Instituto Latino-Americano de Sociedade Cultura e Política, subárea de Ciência Política e Relações Internacionais. E-mail: micael.silva@unila.edu.br

BLANC, Jacob. **Before the Flood: The Itaipu Dam and the Visibility of Rural Brazil**. Durhan and London: Duke University Press, 2019.

O livro ***Before the Flood: The Itaipu Dam and the Visibility of Rural Brazil*** é sobre a visibilidade do Brasil rural a partir da experiência de grupos sociais que habitavam na região que seria inundada pelo lago de Itaipu (Oeste do Paraná). Nesta resenha, além de apresentar o livro, pretende-se apontar duas contribuições ao campo da História. Uma para a História do Paraná e outra para a área dos *Latin American Studies*, especialmente um possível novo campo de estudos históricos sobre a região da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai).

Ao contrário do que a combinação do título (*Before the Flood*) e da imagem da capa (uma foto da usina de Itaipu) pode sugerir, o livro do historiador Jacob Blanc não é prioritariamente uma história do que há quase 50 anos era propagandeado como o “projeto do século” (Itaipu Binacional). Trata-se de uma história social centrada na narrativa de três grupos-chave (pequenos proprietários de terras, trabalhadores rurais sem a posse da terra e indígenas Avá-Guaranis) que lutaram contra o significado essencial da construção do reservatório de águas da usina: a perda do lugar onde habitavam. De acordo com o autor, cerca de 40 mil pessoas foram removidas para dar lugar ao maior lago artificial do mundo, com mais de 1300 quilômetros quadrados (p. 3; 122).

O livro explicita dois objetivos principais. O primeiro é mostrar como as pessoas do Oeste do Paraná experimentaram a Ditadura Militar no interior do Brasil. Para tanto, nos três primeiros capítulos, respectivamente, o autor escreve sobre as raízes geopolíticas e militares do projeto Itaipu; sobre como o “projeto do século” foi acompanhado por fortes mobilizações na mídia em uma “batalha pela opinião pública”; e sobre as experiências de trabalhadores rurais do interior do Brasil com os conceitos de ditadura e democracia. Essa primeira parte do livro apresenta uma narrativa mais linear, desde as primeiras negociações sobre o uso conjunto do rio Paraná por Brasil e Paraguai (década de 1960), até a formação do reservatório de Itaipu (1982).

O segundo objetivo do livro é observar certos movimentos de base para revelar uma mudança de significados de terra e de legitimidade. Concernente a esse objetivo, uma segunda parte do livro reúne os capítulos seguintes nos quais se encontra os traços de histórias mais específicas. Além da experiência de jornalista denominado “o último preso político” (capítulo

5), que se conecta com a narrativa das lutas de pequenos proprietários contra a política de expropriação da Itaipu, os capítulos 4, 6 e 7 tratam dos mencionados grupos de pequenos proprietários, indígenas e sem-terras.

Para o grupo dos pequenos proprietários, há o destaque para o fato de serem descendentes de europeus chegados à região após a década de 1960. Compreendiam a terra como propriedade privada e sua luta (com acampamentos em protesto contra a Itaipu) foi centrada na busca por melhores indenizações às suas propriedades (p. 61; 70). Há fartos materiais que documentam essa luta dos agricultores contra a política de expropriação da Itaipu, que, entre 1980 e 1982, agruparam-se sob o Movimento Justiça e Terra (MJT). Nesse aspecto, Jacob Blanc lança mão de uma explicação segundo a qual “a experiência de deslocamento em Itaipu foi definida principalmente pelo relacionamento com a terra” (p. 84).

Nesse sentido, o MJT foi um movimento importante, mas excluiu os outros dois grupos-chave compostos por indígenas e sem-terras. O autor dedicou o capítulo 4 a tratar dos indígenas Avâ-Guaranis, que eram um número pequeno de cerca de 20 famílias, mas sua relação com a terra era bastante distinta dos demais grupos. Os indígenas compreendiam a terra como um *way of life* e a defenderam não somente como indígenas, mas também como cidadãos brasileiros lançando mão de recursos legais existentes na época (p. 129). Ainda que este capítulo pareça destoante dos demais, nele o leitor encontrará um detalhamento de como a direção da Itaipu tratou a problemática questão indígena no contexto da formação do lago.

Assim como os indígenas, os sem-terra também ficaram de fora dos objetivos definitivos do MJT. Ao contrário dos pequenos proprietários, aqueles que não tinham a posse da terra se viram em uma situação complexa. Às vésperas de formar-se o reservatório, poucas opções sobravam para aqueles que não receberiam compensação pela inutilização das terras nas quais trabalhavam e residiam. Nesse sentido, as reivindicações desses trabalhadores promoviam o debate sobre a reforma agrária em um contexto de abertura democrática e de demanda pela terra enquanto direito coletivo (capítulos 6 e 7). Para o autor, é nesse contexto de demandas à Itaipu que deve ser buscada a origem do Movimento Sem Terra (MST), que não por acaso foi fundado no Oeste do Paraná em 1984 (p. 219).

Portanto, ao abordar esses três grupos-chave em função do projeto de Itaipu, o livro torna-se uma referência importante para a compreensão do Oeste do Paraná entre as décadas de 1970 e 1980. Em outras palavras, a visibilidade do Brasil rural é sinônimo da visibilidade da realidade agrária do Oeste do Paraná. Nesse sentido, a leitura de *Before the Flood* é também

uma oportunidade para revisitar a História do Paraná. Além da conexão dos acontecimentos com os movimentos sociais pela terra em nível nacional, especialmente o MST, outros dois *insights* a propósito da história regional parecem oportunos.

Primeiro, o MJT foi um movimento que caracterizou uma luta considerada aceitável para os padrões da época. Oficialmente, o movimento se colocava como sendo formado por proprietários rurais que não eram contra o projeto do governo, mas pediam melhores indenizações por suas terras. A esse respeito, o autor traz vários exemplos de como a questão era tratada por Itaipu. Em relação ao preço do pagamento, mesmo após reajustes, uma pesquisa de um instituto estadual concluiu que Itaipu pagava 30% abaixo do preço de mercado (p. 113). Portanto, a demanda parecia justa a diversos setores da sociedade, especialmente aos políticos. Na disputa por espaço nacional, o MJT contou com a simpatia de movimentos sociais dos grandes centros do país, da mídia nacional, e principalmente de políticos como, dentre outros, os paranaenses José Richa e Álvaro Dias (p. 123). No âmbito da política, talvez o caso mais emblemático seja a disputa travada entre o Diretor da Itaipu e o Governador do Paraná. O General Costa Cavalcanti e Ney Braga, respectivamente, eram considerados possíveis candidatos à Presidência da República, lidavam com o MJT travando um debate discursivo de olho em possíveis resultados eleitorais (p. 110).

Esse aspecto da história política do Paraná possui considerável espaço para ser explorado, assim como o outro *insight* sobre história regional. De acordo com o autor, no centro da relevância do MJT em pleitear uma demanda aceitável estava a questão racial. No discurso oficial do movimento, os pequenos proprietários de terra eram descendentes de europeus que fixaram residência na região após a década de 1960. Ainda que Jacob Blanc confronte essa versão à luz de fontes (p. 93), em mais de um ponto no livro ele indica que ser *eurobrasileiro* era um elemento influenciador de decisões e tratamentos (p. 60; 93; 168; 186). Os próprios membros do MJT reconheciam as diferenças irreconciliáveis com os indígenas e sem-terras. Aqueles pequenos proprietários consideravam tanto os indígenas quanto os sem-terras como personagens com os quais já tinham travado disputas pela defesa de suas propriedades privadas (p. 87).

Em geral, o contexto acadêmico do autor não o levou a considerar a dimensão de sua contribuição para a história do oeste do Paraná. Sem que a importância de seu livro seja por isso diminuída, um conhecedor da História do Paraná poderá notar a ausência de uma bibliografia clássica sobre a região. O livro de Ruy Wachowicz foi igualmente escrito sob o contexto *before the*

flood e sua ausência na análise da história deixa uma lacuna em relação à origem daqueles que viviam às margens do rio Paraná e não detinham a posse da terra. De acordo com Wachowicz, aquelas pessoas eram remanescentes do fim do extrativismo natural (erva-mate e madeira) que predominou na economia do final do século XIX até meados do século XX, quando então chegaram os agricultores *eurobrasileiros* (WACHOWICZ, 1982).

Ao contrário do que ocorre em relação à História do Oeste do Paraná, é pertinente a expectativa de que o autor dialogasse com um novo campo de estudos históricos sobre a tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Jacob Blanc, juntamente com Frederico Freitas, organizaram uma coletânea intitulada *Big Water: The Making of Borderlands Between Brazil, Argentina and Paraguay*. Na introdução à coletânea, os organizadores defenderam esse novo campo no âmbito dos *Latin American Studies* por se tratar de “uma das áreas mais dinâmicas e menos estudadas” da América Latina (BLANC e FREITAS, 2018, p. 6).

Em resumo, a proposta de um novo campo de estudos históricos reuniria uma vasta área territorial não delimitada por Estados Nacionais, mas por processos históricos transnacionais. Essa “fronteira histórica” abarcaria desde Assunção (Paraguai), passando por todo o território de Misiones (Argentina), partes do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, e do Rio Grande do Sul. O recorte temporal inclui desde os Jesuítas e Guaranis no passado colonial; passando pela demarcação dos Estados Nacionais pós-independências nacionais; por projetos nacionalistas dos anos 1930 (especialmente Parques Nacionais); até chegar nos planos estatais de desenvolvimento após 1950. A publicação de *Before the Flood* é, portanto, um convite a indagar como o autor dialoga com essa proposta contida em *Big Water*.

De modo amplo, pode-se dizer que *Before the Flood* contribui diretamente para esse novo campo de estudos históricos ao ter como objeto os antecedentes da formação do reservatório da Itaipu, ambos no território que compreende a região delimitada como tríplice fronteira. Em termos políticos, o “projeto do século” foi possível mediante ações que consideravam a geopolítica regional, tendo a questão de Itaipu levado o Brasil a superar a Argentina como principal potência regional (p. 24), em um contexto de debate entre ditadura e volta das democracias na América Latina. Logo, se dentro da estante dos *Latin American Studies* há um nicho para uma nova área denominada *South American Triple Frontier* (BLANC e FREITAS, 2018, p. 9), o livro de Jacob Blanc certamente estará lá.

Contudo, de modo mais específico, constata-se que o autor não faz referência ao possível novo campo de estudos. Isoladamente, essa ausência não representa um problema, mas na única referência que o autor faz à tríplice fronteira como uma região (capítulo 4) há pelo menos duas inconsistências em relação à proposta do novo campo *South American Triple Frontier*. A primeira está no próprio uso do termo que é mencionado como “*the triple-frontier zone*” e “*the triple-border region*” (p. 130). Seria mais consistente a problematização e a adoção de um conceito que de fato represente o novo campo de estudos. A segunda inconsistência é a exclusiva associação do conceito de tríplice fronteira à questão indígena. Pontualmente, a ferramenta conceitual foi utilizada apenas para justificar que dois grupos de indígenas guaranis (Mbya e Ñandeva) circulavam pela região muito tempo antes da formação dos Estados Nacionais. Portanto, *Before the Flood* poderia ter tido uma contribuição mais específica a esse possível novo campo histórico de estudos dentro dos *Latin American Studies*.

A título de considerações finais, vale ressaltar que por sua qualidade e relevância seria bem-vinda uma tradução de *Before the Flood* para o português. A história de centenas de trabalhadores rurais que viveram (muitos dos quais ainda vivem) no Oeste do Paraná “antes da inundação” está contemplada nas páginas do livro. Trata-se de uma leitura mais que oportuna às vésperas de se completar o primeiro cinquentenário da usina. Igualmente oportuno é o diálogo entre democracia e desenvolvimento regional, em um momento no qual a Itaipu Binacional voltou a ser dirigida por quadros militares.

Referências

- BLANC, J.; FREITAS, F. **Big Water: The Making of Borderlands Between Brazil, Argentina and Paraguay**. Chicago: University of Arizona Press, 2018.
- WACHOWICZ, R. **Obrageiros mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

RECEBIDO EM: 24/02/2020
APROVADO EM: 17/03/2020

UM RAIOS-X DA ELITE CHARQUEADORA PELOTENSE DO SÉCULO XIX

An X-ray of the 19th century Pelotas City elite

Daniel de Souza Lemos¹

RESUMO

Resenha da obra *Os Barões do Charque e suas fortunas*. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX), do historiador Jonas Vargas. *Palavras-chave*: Elite; Charqueadores, Pelotas.

ABSTRACT

Review of the work “The Barões do Charque and their fortunes. A study of Brazilian regional elites from an analysis of the pelletizers in Pelotas city (Rio Grande do Sul, century XIX)”, do historian Jonas Vargas.

Keywords: elite, charqueadores, Pelotas

VARGAS, Jonas. **Os Barões do Charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

“As principais famílias charqueadoras do período escravista foram capazes de criar um mundo próprio e fizeram da cidade de Pelotas o seu palco particular. Neste cenário, o acesso às artes, à

¹ Doutorando em História pela UFPel. E-mail: daniel-dlemos@educar.rs.gov.br

educação superior e à liderança política coube a elas e a algumas outras famílias da elite local” (Vargas, 2016, p.317)

O cantor e compositor Vitor Ramil, certa feita, disse ter “*convicção que o Rio Grande do Sul não estava à margem do centro do Brasil, mas sim no centro de uma outra história*”. Ramil, que é pelotense, certamente formulou essa opinião tendo como inspiração a sua amada cidade natal, que a retrata de modo idealista, ou realista, como Satolep. Pois essa Pelotas centro de uma outra história é a encontrada no profundo trabalho escrito pelo historiador e professor do curso de História da UFPel, Jonas Vargas.

O livro “Os Barões do Charque e suas fortunas. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)”, é uma adaptação da sua tese de doutoramento em História, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2013. Nesta obra, Vargas faz um exaustivo estudo sobre a elite pelotense, e demonstra que Ramil está correto em sua reflexão estética: Pelotas é o centro de uma outra história.

No decorrer de sete capítulos, Vargas apresenta mais de cem anos de história. Desde a “montagem do complexo charqueador escravista” (no capítulo 1), que ocorre entre 1780- 1835 até o melhor momento da elite pelotense, quando esta se constitui no que o autor chama de “aristocracia do sebo” (capítulo 7). Ocasão em que é apresentado ao leitor como essa elite exercia o poder político, educava seus filhos e como era seu nobre estilo de vida. Nas palavras de Vargas:

Uma profunda endogamia combinada com uma engenharia matrimonial que estabelecia alianças com genros de outras províncias e até outros países, demonstrava o seu prestígio social local e regional. Pelo estilo de vida que levavam, pela importância dada à educação dos filhos, pelos baronatos e a notabilidade política com que conduziam os negócios da urbe, eram tidos pelos seus próprios pares como a “aristocracia da terra”. (VARGAS, 2016, p.218)

Esta caracterização demonstra que a cidade se destacava no cenário cultural da província, e confirma a tese da “opulência e da cultura” que Pelotas representava no século XIX. Contudo, a força do estudo de Vargas está no exaustivo acervo documental que visita – inventários post mortem, processos criminais, correspondências particulares, mapas de população, crônicas da época – para endossar sua argumentação.

Muitos estudos já foram feitos sobre a Pelotas do ciclo das charqueadas, no século XIX, e provavelmente todos eles foram citados por Vargas. Muitos nomes que se debruçaram sobre a história das charqueadas, dos negros escravizados e das origens de Pelotas são destacados no decorrer do texto: Fortunato Pimentel (sem data), Auguste Sant-Hilaire (1974), Fernando Henrique Cardoso (1977), Mário Maestri (1984), Mário Osório Magalhães (1993), Eduardo Arriada (1994), Jorge Euzébio Assumpção (1995), Marcos Hallal dos Anjos (1996), Beatriz Loner (1997 e 1999), Ester Gutierrez (2001), Carla Menegat (2009 e 2010), Adão Monquelat (2009 e 2010), Caiuá Al-Alan (21008 e 2011), entre outros. Inclusive, Vargas não se acanha em contestar autores clássicos, como faz com Fernando Henrique Cardoso, por exemplo:

Analizando o trabalho cativo nas charqueadas, Fernando Henrique Cardoso formulou a tese da “economia de desperdício” nestes estabelecimentos. Tal afirmação sustentava-se no fato de que a sefra nas charqueadas durava em torno de 6 a 7 meses (novembro a abril/maio). Inspirado em Louis Couty, Cardoso afirmou que numa empresa capitalista, com o término da matança, os empregados seriam dispensados e recontratados na próxima safra, enquanto que nas charqueadas os senhores eram obrigados a manter o sustento de seus plantéis improdutivos por mais um semestre. Berenice Corsetti e Ester Gutierrez já refutaram esta afirmação, pois havia uma série de atividades para além das charqueadas, em que os escravos podiam ser empregados. Além da charqueada, muitos empresários também possuíam olarias, algo que não era privilégio dos charqueadores mais ricos. (VARGAS, 2016, p.110).

Ainda no primeiro capítulo do livro, o autor apresenta dados estatísticos da época estudada, para afirmar que Pelotas era uma cidade

negra, pelo menos na primeira metade do século XIX. Pois, em 1814, 50,7% da população da então freguesia de São Francisco de Paula era constituída de trabalhadores negros escravizados. Posteriormente, em 1833 esta população contava com 5.623 negros enquanto os brancos representavam 3.933 indivíduos.

No segundo capítulo do livro, Vargas trata da estratificação socioeconômica e a imigração estrangeira durante o auge e a decadência do ciclo charqueador, ocorrido entre os anos 1850 e 1890. A fonte utilizada nessa tarefa foram os 302 inventários da camada mais rica da população pelotense, cujos processos se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

É nesta parte do trabalho que o autor explica o processo de branqueamento da população urbana da cidade de Pelotas. Conforme informa o historiador, o fim tráfico de escravos em 1850, e o ingresso de imigrantes europeus foram os fatos que contribuíram para que ocorresse o aumento da população branca. Em suas palavras “*Pelotas havia se tornado uma das inúmeras localidades das Américas que receberam europeus em seu território*” (VARGAS, 2016, p.74)

Sobre o perfil dos imigrantes, Vargas consultou os passaportes policiais emitidos para os europeus que entraram na cidade, que constam armazenados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Nos passaportes estão registrados: nacionalidade, local de procedência, profissão, idade e estado civil do estrangeiro. A maioria veio de Portugal, 59% dos imigrantes listados. Eram caixeiros, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, mascates, comerciantes e uma série de profissionais despossuídos de riqueza material. Além dos portugueses, alemães, italianos, franceses, uruguaios espanhóis e ingleses chegaram a Pelotas, no período.

O propósito da elite pelotense com o estímulo à entrada de imigrantes europeus, Vargas resume assim:

Passado mais de meio século, sua pretensiosa elite buscou fazer dela uma cidade “européia”. Neste duplo movimento, ela jamais deixou de ser uma cidade atlântica, recebendo um número de migrantes forçados e voluntários, das mais diversas regiões da Europa, da América e da África, desde o início de sua história. As transformações ocorridas no mundo atlântico oitocentista podiam ser observadas nas próprias ruas da cidade, perante uma diversidade de línguas, de cores, de culturas. Era sobre essa base

social extensa e complexa que os charqueadores ocupavam o topo da hierarquia socioeconômica local. (VARGAS, 2016, p.93)

Como funciona, afinal, uma charqueada? Como é o dia a dia da atividade do trabalhador negro escravizado? A maneira como é feita a divisão social do trabalho, a distribuição das tarefas e o papel produtivo de negro são detalhadamente apresentados, e analisados, no terceiro capítulo do livro. Em “as unidades produtivas, o mundo do trabalho nas charqueadas, a administração dos cativos e o tráfico interprovincial de escravos”, Vargas leva o leitor para dentro de uma charqueada pelotense.

Conforme o historiador, os processos-crime relativos aos conflitos ocorridos no interior das charqueadas são as melhores fontes para desvendar esse universo insalubre que estava situado nas margens dos rios São Gonçalo e Pelotas e que possuía os seguintes utensílios: barraca de couros, galpão de charquear, graxeira, mangueira, senzala, forno de secar sal, varais de charque e caldeiras.

Quanto ao processo de produção do charque, Vargas retira dos seguintes viajantes que testemunharam a atividade: Nicolau Dreys, (em 1839), Louis Couty (em 1880) e Herbert Smith (em 1882). Este, inclusive, é mencionado no início da introdução dos “Barões do Charque” (página 11), pelo autor, para descrever deliciosamente a cena horrenda e típica dos verões pelotenses, na região de produção do charque

A partir da página 96, Vargas começa a descrever “minuciosamente” as etapas da atividade: a) o abate; b) da esfolação ao charqueamento; c) do salgamento ao secamento nos varais; e d) o tratamento dos subprodutos, bem como a graxa, o couro, o sebo e outros. Apenas quatro passos, que por um lado causavam repugnância aos estrangeiros e, por outro, a fortuna dos charqueadores.

A bandeira vermelha na entrada das charqueadas era o sinal de que ao longo do verão cerca de 300 a 400 mil rezes seriam abatidas. Função esta que reunia comerciantes, caixeiros, peões, tropeiros, capatazes e escravos durante a safra. A prática que foi aperfeiçoada com o tempo permitia o abate diário de 600 a 700 rezes, em uma unidade produtiva. Os escravos exerciam funções variadas, e alguns eram experts em determinados ofícios ligados à produção, como, por exemplo, carneadores, salgadores, graxeiros, serventes, tripeiros, descarnadores e sebeiros.

Numa atuação mais ampliada do trabalhador escravizado, contudo, Vargas destaca uma série de outros ofícios, quais sejam: campeiros, marinheiros, artesãos, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, tanoeiros, lombilheiros, marceneiros, oleiros, correeiros e ferreiros. As mulheres eram costureiras. Além dessas tarefas, os escravos também eram utilizados no serviço doméstico da casa do charqueador.

Nos capítulos quatro e cinco Vargas problematiza o aspecto econômico do charque, ou seja, os mercados em que o produto é comercializado, onde os charqueadores-empresários fazem a sua fortuna. Além de tratar do papel da guerra na manutenção da rentabilidade do negócio, que tinha no charque platino o grande concorrente. E, a pressão que a elite charqueadora pelotense fazia junto a corte no sentido de buscar uma proteção para a atividade econômica.

De acordo com Vargas:

Se ela não conseguiu impor uma política protecionista ao charque para conter a concorrência platina, foi capaz de insuflar o Império para envolver-se em três guerras, às quais ela ajudou a bancar financeiramente e que lhe deram uma sobrevida naquele ramo de negócios. (VARGAS, 2016, p.318).

No capítulo 6 “Os barões do charque: perfil e níveis de riqueza, mobilidade social intraelite e transmissão de patrimônio”; E, no capítulo 7 “A aristocracia do sebo: poder político nobreza, educação e estilo de vida nas famílias da elite charqueadora”, o autor utiliza o método prosopográfico para compor o perfil da elite pelotense. Esta, certamente, é uma das originalidades do trabalho de Vargas. Pois lhe permitiu trazer uma grande inovação na historiografia sobre o tema relativo a Pelotas, e chegar a seguinte conclusão sobre o grupo estudado:

Quando se analisa quem controlava os principais cargos políticos, os títulos de nobreza e os diplomas de bacharéis, verifica-se que os charqueadores formavam o grupo mais proeminente, reunindo poder, riqueza e status social. Tal fenômeno social conferia um sentimento de superioridade a elas, o que se refletia no seu estilo de vida, nos casamentos e na sua política sucessória. (VARGAS, 2016, p.319)

Pelo que foi apresentado nesta resenha, o autor de “Os Barões do Charque” trouxe uma profunda contribuição ao assunto. Visitou historiadores locais e também os nacionais e internacionais que trataram da questão da escravidão. Porém, chama a atenção uma ausência, o historiador marxista Jacob Gorender, cujo *Escravidão Colonial* não apareceu mesmo que para ser criticado. No entanto, alguns seguidores dele foram amplamente citados no livro, a saber, Mário Maestri e Ester Gutierrez.

Esta ausência, entretanto, não tira o brilho do trabalho que, inclusive, mereceu uma menção honrosa no concurso de teses de Doutorado (2013/2014) promovido pela ANPUH Nacional. A Associação Nacional dos Profissionais de História faz jus à qualidade da obra, que trouxe grande contribuição à historiografia sobre Pelotas, às charqueadas e ao trabalho escravo. Portanto, “Os Barões do Charque” merece ser lido, e a presente resenha espera ter estimulado a curiosidade sobre ele.

RECEBIDO EM: 04/03/2020
APROVADO EM: 24/09/2020

MARGARETH RAGO E “AS MARCAS DA PANTERA”: POR UMA HISTÓRIA FILÓGINA E LIBERTÁRIA

MARGARETH RAGO AND “THE MARKS OF THE PANTHER”: FOR A PHILOGINAL AND LIBERTARIAN HISTORY

*Paloma Czapla*¹

RESUMO

Resenha do livro *As marcas da pantera*: percursos de uma historiadora, de Margareth Rago.

Palavras-chave: Margareth Rago; *As marcas da pantera*; história filógina e libertária

ABSTRACT

Review of the work *As marcas da pantera*: percursos de uma historiadora, by Margareth Rago.

Keywords: Margareth Rago; *The marks of the panther*; philoginal and libertarian history

RAGO, Margareth. **As marcas da pantera**: percursos de uma historiadora. São Paulo: Intermeios, 2021. 560 p.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: paloma.czapla@hotmail.com.

Aqueles e aquelas que se encontram no campo da história das mulheres e da filosofia da diferença, há muito esperavam por um livro que concentrasse a produção intelectual de Margareth Rago, uma das historiadoras feministas brasileiras mais expressivas na contemporaneidade. Finalmente sua imensa obra foi compilada no livro *As Marcas da Pantera: percursos de uma historiadora* (2021), uma coletânea de artigos publicados pela autora entre os anos de 1993 e 2020, que tratam sobre diferentes temáticas: teoria da história, gênero, feminismos, anarquismo, sexualidade, subjetividade, arte feminista, neoliberalismo, dentre outras.

Graduada em História pela Universidade de São Paulo, onde também cursou a graduação em Filosofia, Rago é professora titular colaboradora do Departamento de História do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, tendo sido professora-visitante do Connecticut College e da Columbia University, nos Estados Unidos. Publicou livros que trouxeram uma importante contribuição para inúmeros campos de estudos, dentre os quais podemos citar *Do Cabaré ao Lar. A utopia da sociedade disciplinar* (1985, 2014); *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890–1930* (1991, 2008); *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo* (2001); e *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013).

Quem conhece o pensamento e a trajetória da historiadora sabe que seu trabalho é incansavelmente criativo, e essa é uma característica que fica evidente quando percorremos *As Marcas da Pantera: percursos de uma historiadora* (2021). Conversando com filósofos da diferença e com teóricas feministas, a autora nos oferece leituras e instrumentos teórico-metodológicos para pensarmos a historicidade de nossas práticas e discursos. Também tece análises críticas contundentes sobre as imagens historicamente criadas sobre os corpos femininos, expondo suas violentas implicações. Além disso, o livro ainda é uma oportunidade para conhecermos mulheres que questionaram a lógica masculina, reinventaram as narrativas sobre o feminino e criaram outros modos de enxergar e de experimentar o mundo.

Ao iniciarmos a obra, encontramos textos que discutem a utilidade do pensamento de Michel Foucault para pensar a História. Como lembra Rago em “O efeito Foucault na historiografia brasileira” (1995), o filósofo transformou radicalmente a produção do conhecimento histórico, e não é por acaso que Paul Veyne tenha afirmado que “Foucault revolucionou a História”. Foucault historicizou o que antes era tomado como a-histórico, como, por exemplo, a loucura, as prisões, o corpo, a sexualidade, os

sentimentos. Também questionou a possibilidade de chegarmos à verdade objetiva, à essência, à totalidade dos objetos de que falamos, mostrando como somos efeitos de práticas discursivas que instituem a realidade. Trouxe ainda a percepção de que a História serve não para descobrirmos o que aconteceu, mas para entendermos como nos tornamos o que somos e como podemos ser diferentes.

Na análise foucaultiana, o/a intelectual é aquele/a que deve fazer o diagnóstico do presente, que deve desnaturalizá-lo, demonstrando que, por detrás daquilo que enxergamos como inevitável, há sempre racionalidades cambiantes, históricas, instáveis. O filósofo trouxe, então, uma perspectiva de História que, como Rago discute em seu texto “Epistemologia feminista, gênero e História” (1998), teve uma potência enorme na crítica feminista na medida em que contestava a noção de destino e mostrava que mudanças sempre são possíveis. Vale lembrar que vários dos operadores conceituais elaborados por Foucault tornaram-se importantes ferramentas analíticas para os feminismos, como “biopoder” e “dispositivo da sexualidade”, que marcam como práticas históricas contingentes moldaram nossas noções sobre o sexo, desfazendo a possibilidade de haver categorias estanques, biológicas, naturais e, logo, eternas.

Foucault é o grande interlocutor de Rago, e a leitura dos textos da autora nos faz perceber que não foi à toa sua paixão pelo filósofo. Afinal, apaixonar-se pelo outro é sempre apaixonar-se por uma nova possibilidade de si mesmo. Embora críticos apressados tenham afirmado que o filósofo só se preocupou com o poder, Foucault foi alguém que apontou a necessidade de construirmos modos de existência libertários, indicou como nossas relações com nós mesmos ocupam um lugar fundamental nas lutas pela transformação do mundo, chamou a atenção para as práticas de cuidado de si inscritas na vida antiga, desafiou as tecnologias de poder e os pensamentos centristas, trouxe inúmeras possibilidades de pensar as práticas de liberdade e jamais concebeu o sujeito como uma estrutura definitiva e pronta. Aliás, tomou a vida como uma obra de arte a ser inventada, elaborada, lapidada, colorida. A possibilidade de si mesmo que o filósofo francês anunciava era uma possibilidade libertária, e é justamente esse compromisso com a liberdade que encontramos tão fortemente na obra de Rago.

Não há como mergulhar nos inúmeros textos da autora sem perceber sua paixão pela liberdade, pela transformação, pela reinvenção de si. Um sinal disso é o fato de ela nunca ter assumido que a dominação foi a única coisa que aconteceu com as mulheres. É certo que um dos seus enfoques

foi investigar como os corpos femininos foram territórios da atribuição de sentidos misóginos, classicistas e racistas. É o que discute o artigo “Foucault, a histeria e a Aranha” (2013), no qual a teórica analisa como os discursos construídos sobre as mulheres nos marcos da teoria da degenerescência e do evolucionismo construíram imagens da feminilidade extremamente danosas para a nossa subjetividade. Já no texto “A autobiografia ficcional da Vênus Hotentote” (2010), a historiadora problematiza o regime de verdades colonial que transformou as mulheres negras em expressões da degeneração, da inferioridade, da sensualidade e da irracionalidade. É construído nesse ínterim um corpo exótico, espetáculo da diferença a ser contemplado por todos, como fica explícito na história de Sarah Baartman, uma das tantas mulheres do sul-global que foram vendidas e expostas como atrações públicas em espetáculos circenses europeus do século XIX.

Ao mesmo tempo em que expôs como nosso mundo foi definido e caracterizado por um referencial fálico fundamentado em oposições dicotômicas e hierárquicas, a autora também buscou olhar para as experiências históricas que tanto resistiram a essa racionalidade quanto inventaram outros modos de existência. Por isso seu enfoque às lutas anarquistas e às ativistas que marcaram o século XX. É o caso de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), anarcofeminista mineira que questionou radicalmente os ideais da modernidade burguesa, a ideia da inferioridade feminina natural, a ideologia da domesticidade e o casamento monogâmico indissolúvel; e que, além disso, defendeu o direito ao prazer sexual e o amor livre, no auge da teoria da degenerescência, como conhecemos em “Um grito de liberdade: posfácio a *Amai... E não vos multipliqueis*, de Maria Lacerda de Moura” (2020), escrito por Margareth Rago e Patrícia Lessa. Também é o caso de Luce Fabbri (1908-2000), anarquista ítalo-uruguaia que, do mesmo modo, travou uma verdadeira luta para transformar o imaginário social e cultural, e com quem Rago teve a oportunidade de conviver, como conta em “A audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabbri” (2002).

Outras personagens que ocuparam um lugar especial na obra da historiadora foram as artistas feministas, que igualmente abriram caminhos libertários ao transformarem a arte em arma político-cultural de crítica e de resistência. Dentre as artistas enfocadas pela autora está Carol Rama (1918-2015), artista italiana que pintou imagens de corpos não normativos, eróticos, obscenos, que se masturbam, transam, defecam; corpos com falos imensos que fazem orgias sexuais; corpos mutilados e amputados, ou em cadeiras de rodas e em camas de hospital. Enfim, espécies de “anticorpos” que parecem

rir de um imaginário cristão que historicamente associou as mulheres ao pecado e à carne, fazendo da arte uma forma de investir contra as tecnologias do poder, como Rago discute em “Carol Rama, entre a sexualidade, a loucura e a dor” (2019). Também por meio dos escritos da historiadora conhecemos a obra de Kara Walker (1969–), artista norte-americana que faz da arte uma forma de denunciar a violência sexual, a hipersexualização e a exploração do trabalho das mulheres negras, desde as antigas plantações de açúcar.

Ainda encontramos no livro textos que analisam a relação entre o neoliberalismo e o feminismo no contexto brasileiro, e, mesmo nesse tema, a autora não deixa de enfatizar os espaços de liberdade criados historicamente frente a esse novo regime de verdades. Para pensar sobre isso, Rago também se inspira em Foucault, que procurou demonstrar como a racionalidade neoliberal, entendida como uma forma de conduzir as condutas, se estendeu para todas as dimensões da vida, produzindo uma subjetividade individualizante, formatando o mundo como se tudo fosse mercadoria, criando uma experiência de vida utilitária e fazendo com que nos sintamos “empresários de nós mesmos” – isto é, aqueles que precisam estar constantemente produzindo, competindo e aumentando seu capital humano. Paralelamente, o filósofo procurou demonstrar que sempre houve múltiplas formas de “contracondutas”. Ou seja, múltiplas formas de se construir inventivamente, de se colocar no mundo, de se relacionar com os outros e consigo mesmo.

O conceito de “contracondutas” acabou se tornando uma importante ferramenta teórica para a leitura das formas de resistência às novas modalidades de controle neoliberais. Um dos pontos mais enfatizados por Rago é o de que, se as mulheres e os movimentos feministas se encontram ameaçados por esse novo regime de verdades neoliberal, os feminismos também operam uma série de contracondutas. Como a autora discute em textos como “Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas” (2017), basta olharmos para os movimentos feministas que estouraram em nosso país no final dos anos 1960. Foi nesse momento que as mulheres criaram expressões estético-políticas em uma extensão nunca vista, começaram a se organizar cada vez mais em coletivos, colocaram a dimensão do erotismo em pauta, utilizaram o espaço do corpo e do prazer para reivindicar uma vida própria, saíram às ruas para denunciar assédios e feminicídios, dentre uma série de outras ações que desafiaram a cultura patriarcal. Para a historiadora, os feminismos estão no centro dos movimentos libertários, contribuindo para futuros mais dignos e justos.

Como percebemos, os diferentes textos de Rago desmontam os discursos hegemônicos que nos constituíram e as perversas dicotomias das quais somos frutos. Também são textos que não apenas fazem um diagnóstico do presente, como buscam as diferentes tentativas empreendidas, sobretudo pelas mulheres, para transformar o mundo em um lugar mais libertário, filógeno, antirracista, ético, bonito. Em um presente permeado pela apatia e pela incerteza, a autora nos presenteia com um livro que nos possibilita o reencantamento da vida, que nos nutre, que povoa nosso imaginário de referências e de conceitos, e que nos faz lembrar como somos inventores de nossas existências. Ler a obra da historiadora funciona como uma espécie de reabilitação para seguir operante na vida, que nos mostra que, se quisermos aterrissar em outros mundos, há uma bagagem. Há experiências concretas ao longo de nossa História, mostrando que, se a vida é um lugar do poder, ela é também um espaço da liberdade.

RECEBIDO EM: 20/04/2021
APROVADO EM: 16/05/2021



A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do *Open Journal System*, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o **Public Knowledge Project**, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por

um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II, 1º andar, Centro
80060-140 – Curitiba – Paraná – Brasil
Tel.: (41) 3360-5405/ Fax: (41) 3360-5113
prppg@ufpr.br
ser@ufpr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História como conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições comentadas de fontes.

Todos os trabalhos submetidos são encaminhados a dois avaliadores *ad hoc*; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é encaminhado a um terceiro avaliador. Os editores, com a aprovação do Conselho Editorial da Revista, reservam-se o direito de convidar autores ou de traduzir artigos considerados relevantes.

1. Para submeter um trabalho ao Conselho Editorial da Revista, deverá fazê-lo por intermédio do Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER). Caso ainda não esteja cadastrado, precisará criar login e senha de usuário. Acesse a página da Revista (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/index>) e clique em “ACESSO”, na barra de menu superior. Uma nova página será aberta, na qual está localizado um *link* para cadastrar-se. Preencha os campos conforme solicitado e clique em “CADASTRAR”. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem com uma senha de acesso (que poderá ser alterada). Para o envio do artigo, ingresse como AUTOR e obterá todas as informações necessárias.
2. Os trabalhos não devem ser identificados: nome do autor, titulação, filiação institucional e endereço são inseridos diretamente no sistema.
3. Formato e extensão: os textos devem ser apresentados em “doc”, ou formato compatível; os artigos devem ter entre 15 e 20

páginas (formato A4, com margens iguais a 2 cm) e as resenhas, entre 3 e 5 páginas.

4. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1,5. As citações no texto devem estar entre aspas e as maiores que 3 (três) linhas devem ser destacadas em bloco, sem aspas, com recuo à esquerda de 2 cm, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, com entrelinhas 1.

5. Resumo e palavras-chave: na página inicial, os artigos também devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*keywords*). Abaixo do título original, apresentar sua versão em inglês.

6. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé inicial, identificada por asterisco (*).

7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa (anexe os documentos por intermédio do sistema).

8. Não informe bibliografia ao final do texto. As referências bibliográficas e notas explicativas devem vir no rodapé, com numeração contínua.

a. Para livros e monografias no todo: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. *Título em itálico*: subtítulo (se houver). Local de publicação: Editora, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

b. Capítulos em coletâneas: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR, Prenome do organizador (Org.). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: Editora, data, números das páginas inicial e final do capítulo, número de página(s) citada(s), se for o caso.

c. Para artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Local de publicação, volume, número do fascículo, páginas inicial e final, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em arquivos à parte, devidamente identificados, com títulos e legendas (anexe os arquivos por intermédio do sistema). No texto, devem ser indicados os locais das respectivas inserções.

10. Os originais não publicados não serão devolvidos. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, observar todos os itens acima, caso contrário, não terão a submissão aceita pelos Editores.

Endereço postal:

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105